



Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2018 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2018

ISSN 2525-9156

**Faculdade do Vale do Jaguaribe
Aracati-CE
2018**



Anais dos Encontros Científicos da EXPO 2018 da Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

FICHA TÉCNICA

EXPO 2018

ISSN 2525-9156

Realizado entre os dias 5 e 9 de novembro de 2018

Local: Faculdade do Vale do Jaguaribe, Aracati-CE

CURSO: DIREITO

ÁREA: HUMANIDADES

VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FEMINICÍDIO: O ESPELHO DE UM BRASIL PATRIARCAL.

Bruna Roberta Oliveira Rocha ***Francisco Vinicius Rodrigues Fernandes ******Francisca Fabiana Leandro Lopes *******Pâmela Raquel de Lima ********Orientadora: Esp. Julianny Amaral da Costa Oliveira*********Informações do autor**

* E-mail: brunaroberta99@gmail.com;

***** E-mail: adv.juliannyamaral@gmail.com.

RESUMO

O objetivo deste estudo é analisar o fenômeno da violência no âmbito doméstico e familiar e a violência em razão do gênero feminino que configura o crime de feminicídio, através do contexto histórico e cultural da sociedade brasileira, bem como o modelo familiar patriarcal, e sua influência no comportamento violento alavancando os crimes em razão do gênero. A importância da Lei Maria da Penha no amparo e proteção da mulher vítima de violência doméstica. Os materiais e métodos utilizados no estudo foram pesquisas bibliográficas, através de sites, periódicos, artigos científicos, livros, e gráficos, utilizando-se do ambiente da biblioteca e seu acervo literário. Os resultados obtidos através dos da pesquisa literária e dos dados do Mapa da Violência no Brasil, foram o da crescente perspectiva de mulheres vítimas de homicídio, não obedecendo um padrão dentro do território nacional sendo motivados por questões de ordem social, econômica, moral e religiosa em que vítima e agressor encontram-se inseridos. Concluiu-se que os avanços legais foram um marco na luta por respeito a mulher, mas ainda assim necessita-se de mecanismos de proteção que as atendam de forma eficiente, para que assim possa-se prevenir, punir e erradicar a violência contra mulher.

Palavras-chave: Violência contra a mulher. Feminicídio. Lei Maria da Penha.

1 INTRODUÇÃO

O feminicídio apesar de ser um tema atual e motivo de muito debate, deve ser tratado como um fenômeno antigo que permeia as relações sociais de dominância de homens para com as mulheres, o tema ganhou visibilidade através dos movimentos feministas que trouxeram-lhe para debate inserindo-o na temática violência contra mulher, na busca da posituação dos crimes cometido nessa esfera e efetiva proteção do direito à vida e a dignidade da mulher, a respeito do tema a especialista Dra. Diana Russel foi uma das pioneiras no movimento feminista a tratar do tema violência e abuso contra a mulheres e incluir o femicídio nas pautas de discussão dos fóruns internacionais sobre violência contra mulheres.

Para entender o fenômeno da violência contra mulher, há de se falar no modelo familiar que a sociedade brasileira culturalmente está inserida, trata-se do regime patriarcal que ainda vigora na contemporaneidade. A cultura patriarcal vem sendo enraizada no cotidiano das famílias brasileiras desde o período colonial, pratica essa trazida pelos colonizadores Europeus. O modelo impõe a ideia de que o homem é detentor de predominância em funções de autoridade, controle e privilégio, seja na esfera moral, social, política ou econômica. Colocando a mulher não como um sujeito

detentor de direitos, mas meramente como uma propriedade, o sistema patriarcal designa papéis de gênero que devem ser obedecidos, ao conceder o poder sobre os corpos femininos permite então que ao descumprirem as funções sociais para as quais foram designadas possam então ser violadas e fatalmente mortas.

Acerca dessa narrativa o Instituto Patrícia Galvão (Apud) M.^{ma} Marixa Fabiane Lopes Rodrigues (2017, p.10), preleciona:

[...] a subjugação máxima da mulher por meio de seu extermínio tem raízes históricas na desigualdade de gênero e sempre foi invisibilizada e, por consequência, tolerada pela sociedade. "A mulher sempre foi tratada como uma coisa que o homem podia usar, gozar e dispor" [...].

Discutir-se-á o motivo da ascendência do comportamento violento nas relações familiares e a importância dos diplomas legais internacionais e nacionais que visam a proteção a família e ao indivíduo como uma pessoa de direitos. A cerca deste tema cuidou a Declaração Universal dos Direitos Humanos em estabelecer no art. 6º a violência doméstica e familiar como sendo uma violação aos Direitos Humanos. Seguindo a mesma tendência social e humanista a Carta Magna Brasileira estabeleceu no art. 226, §8º que o fica a cargo

do Estado assistir a família na pessoa de cada integrante, a criação de mecanismos para coibição da violência no âmbito das relações familiares.

Com base nessa previsão legal dada pela lei maior, foi que em 2006 criou-se a Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/06) com o intuito de coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, com o propósito de prevenir e erradicar tais práticas. E no ano de 2015 foi então criada a lei do feminicídio (Lei nº 13.104/2015), tornando-o uma qualificadora do crime de homicídio, a lei alterou o art.121 do Código Penal de 1940 e incluiu o feminicídio no rol dos crimes hediondos (Lei nº 8.072/90).

A formulação da Lei Maria da Penha (Lei nº11.340), em 2006, constituiu um dos marcos legais para o enfrentamento dos crimes de gênero.Com a lei Maria da Penha, a violência deixou de ser considerada como crime de menor potencial ofensivo, foi conceituada e tipificada, sendo rapidamente conhecida e incorporada no discurso das mulheres do país, independentemente de posição social. (MENEZES, PORTELLA, 2017, p.3083.)

Explorar-se-á ainda no presente trabalho os dados do Mapa da Violência no Brasil, visando a crescente perspectiva de

mulheres vítima de homicídio, sendo a taxa de 4,8 para cada 100 mil mulheres, além dos índices por unidade federativa, colocando o Brasil em 5ª posição no ranking mundial.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este artigo é um estudo teórico e analítico que anseia analisar as raízes da violência em razão do gênero feminino, bem como a evolução da sociedade quanto aos mecanismos de proteção e preservação da integridade e da vida da mulher. O método científico utilizado por este artigo foi bibliográfico através sites, periódicos, artigos, livros e gráficos, tal pesquisa deu-se no ambiente da biblioteca da Faculdade do Vale do Jaguaribe. Este estudo tem por objetivo analisar o fenômeno da violência doméstica e familiar na sociedade contemporânea, usando como parâmetro dados estatísticos da violência nas últimas décadas e a legislação vigente de proteção a mulheres vítima de violência.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

A violência doméstica e familiar abarca comportamentos empregues em um relacionamento, por uma das partes, sobretudo para controlar a outra, este ato hostil é praticado entre os membros que habitam o ambiente familiar em comum.

Pode acontecer entre pessoas com laços de sangue, afetivos ou unidas de forma civil.

A violência doméstica pode ser subdividida em física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. É preciso entender que a violência física é só mais um traço de um contexto muito mais global de violência, que inclui em um rol de agressões a restrição da autodeterminação da mulher, que também é considerada violência doméstica, pois traz como consequência a violação aos direitos fundamentais definidos na constituição federal de 1988 em seus artigos 5º ao 17º. Esta conduta compreende todas as camadas sociais sem distinção de raça, cor, religião, gênero ou etnia.

3.1.1 DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.

É importante que haja uma atuação imediata por parte do Estado quando aparecem os primeiros sinais de violência doméstica para evitar que algo mais grave contra a mulher tenha consumação. Contudo nosso ordenamento jurídico teve um grande avanço com a vigência da lei 11.340/06 essa lei foi criada para romper todas as formas de violência e todo o conceito de violência doméstica e atos ofensivos cometidos contra a mulher, beneficiando muitas vítimas e punidos seus agressores e assassinos.

Segundo o Instituto Patrícia Galvão (Apud) Marai Larasi (2017):

[...] Grande parte dos homens autores de violências contra suas parceiras dizem: 'eu bati nela porque ela me tirou do sério, me irritou, a culpa é dela'. Quando a gente começa a analisar isso junto com eles e questionar [...] é quase impossível separar o que eles entendem como 'ser homem' e os direitos que isso lhes dá, da maneira que eles se comportam e de suas atitudes.

Muitos agressores sentem-se "donos" de suas esposas ou companheiras humilhando-as e a agredindo-as, muitas vezes na frente dos filhos o que a torna mais fragilizada ainda, tal situação faz com que a mesma se omita a denunciar seu agressor por causa dos filhos. As cicatrizes físicas e psicológicas marcarão sua vida para sempre, pois seu emocional a torna frágil, insegurança, a coage, e a deprime, sofrem caladas, isoladas em um mundo que julgam cruel, pois convivem diariamente com seu vilão. Porém, não encontram respostas para findar tal sofrimento, situação que tende a perpetuar-se e acabam se culpando passando a viver um conflito externo e interno.

3.1.2 DA DENÚNCIA.

Mesmo com o avanço da lei Maria da Penha muitas mulheres tendem a não denunciarem seu agressor por medo de futuras agressões, pela dependência

financeira para criação dos filhos, por sentirem culpa, vergonha, outro fator também que as afeta é a falta de informação e conhecimento sobre seus direitos e sobre a rede de atendimento específico e a falta de acesso e/ou confiança nos serviços de atendimento a mulheres em situação de violência. Denunciar, porém, não é fácil, quando as agressões partem de uma pessoa com quem a vítima mantém relações íntimas de afeto, cujo rompimento coloca questões emocionais e objetivas, que envolvem a desestruturação do cotidiano e até mesmo o risco de morte para a mulher que denuncia seu agressor. No tocante as mulheres do campo que sofrem violência doméstica e familiar, na maior parte dos casos têm informação sobre a lei que as ampara, o medo, a vulnerabilidade, moram em casa afastadas, a distância da cidade também é outro empecilho para a denúncia, que facilita a impunidade do agressor

A lei 11.340/06 representa um marco para a proteção dos direitos femininos ao enrijecer a punição por qualquer tipo de agressão cometida contra a mulher no ambiente doméstico e familiar.

Em pouco mais de uma década de vigência, a lei motivou o aumento das denúncias de casos de violação de direitos da mulher. Segundo o Ministério dos Direitos Humanos (MDH), que administra a Central

de Atendimento à Mulher em Situação de Violência, o Ligue 180, foram registradas no primeiro semestre de 2018 quase 73 mil denúncias. O resultado é bem maior do que o registrado (12 mil) em 2006, primeiro ano de funcionamento da Central, é fundamental que a mulher rompa o silêncio e seja bem acolhida pela sua rede pessoal e pelos serviços de atendimento, a falta de conhecimento sobre as especificidades deste tipo de violência faz com que a mulher, muitas vezes acabe sendo julgada por não colocar um ponto final naquela situação constrangedora a mulher passa a ser julgada pela sociedade, e com isso aumenta os problemas em seu entorno entretanto a violação dos direitos humanos demanda uma resposta do Poder Público e um pacto de não tolerância de toda a população.

A lei foi criada em especial para proteção da mulher visando a proteção no âmbito familiar englobando todos os entes deste lar, as mulheres são discriminadas historicamente, gerando desigualdade de seus direitos o que não é permitido perante a Constituição Federal 1988. Há toda uma série de barreiras que são criadas para as mulheres e, nesse contexto, algumas pessoas usam inclusive da violência física e psicológica para manter aquilo que acham que é “correto”, para manter o que avaliam ser o lugar de mulher.

3.1.3 LEI MARIA DA PENHA.

A Lei nº 11.340/06, mais conhecida como Lei Maria da Penha, foi considerada um marco na proteção dos direitos inerentes a proteção da mulher, decretada pelo Congresso Nacional e sancionada pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva em 7 de agosto de 2006, entrou em vigor no dia 22 de setembro de 2006. Desde a sua publicação, a lei é considerada pela Organização das Nações Unidas como uma das três melhores legislações do mundo no enfrentamento à violência contra as mulheres. Além disso, segundo dados de 2015 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), a Lei Maria da Penha contribuiu para uma diminuição de cerca de 10% na taxa de homicídios contra mulheres praticados dentro das residências das vítimas.

Esta lei tão marcante, tem ajudado a salvar as vidas de muitas mulheres em nosso país, uma vez que o Brasil é um dos países mais violentos em relação a violência doméstica e familiar cometida contra mulheres. Antes de tomar qualquer conclusão quanto a lei Maria da Penha, é importante ressaltar a importância desta lei tendo em vista a posição histórica acerca da posição da “mulher” na sociedade.

*A mulher durante séculos
foi vítima da opressão e*

*de teorias machistas, no
entanto, nenhum
obstáculo foi capaz de
ofuscar o brilho feminino
e impedir o seu
desenvolvimento na
sociedade. Contudo o
processo de emancipação
da mulher foi uma tarefa
árdua, que perdurou
durante séculos até
alcançar o status que
possui hoje. De sexo
frágil, a mulher passou a
ser responsável pelo mais
novo processo que o
mundo vem sofrendo: a
revolução feminina, onde
as mulheres deixaram de
ser apenas donas do lar,
para participar
efetivamente da
construção da história.
(GALIZA, 2008, p. 01)*

As mulheres nunca antes estiveram em posição de tanto destaque quanto hoje, uma vez que estas contribuem tão significativamente para o crescimento e evolução da sociedade. Antes achava-se que a contribuição feminina na sociedade eram apenas a procriação e os afazeres domésticos, em quanto que os homens eram os pensadores e construtores da sociedade. Porém ao passar dos tempos cada vez mais foi se descobrindo o potencial feminino em todas as outras áreas dantes não exploradas. No entanto o problema da violência sempre foi um dos grandes obstáculos enfrentados pelas mulheres.

Quando se fala em violência contra a mulher, não se trata apenas de violência física, mais também a violência psicológica,

moral, sexual, entre outras. Foi justamente para a proteção da mulher contra esses tipos de violências que vários mecanismos e dispositivos legais foram criados e dentre eles, talvez, o mais significativo e conhecido hoje no ordenamento brasileiro seja a lei Maria da Penha.

O primeiro movimento adotado pela União Federal com o intuito de combater a violência contra a mulher foi a ratificação de CEDAW, feita pelo Congresso Nacional em 1º de fevereiro de 1984. Como nesta data ainda não havia sido promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, a qual prevê igualdade entre homens e mulheres, houve algumas reservas; contudo, com o reflexo da nova Constituição, o governo brasileiro retirou as reservas, ratificando plenamente toda a Convenção através do Decreto Legislativo nº26/1994, que foi promulgada pelo Presidente da República por meio do Decreto nº4.377/2002.[...] O segundo movimento realizado no Brasil neste sentido foi a ratificação da Convenção Interamericana para Prevenir, punir e erradicar a Violência contra a mulher – conhecida como “Convenção de Belém do Pará”, realizada em Belém do Pará e adotada pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos – OEA em 6

de junho de 1994, sendo ratificada pelo Brasil em 27 de novembro de 1995 através do Decreto Legislativo nº107/1995 e promulgado pelo Presidente da República por meio do Decreto nº1.973/1996. (CUNHA, 2009, p 121)

3.1.4 HOMENAGEM A MARIA DA PENHA.

A Lei nº 11.340, de 07 de agosto de 2006, foi chamada de Maria da Penha como forma de homenagear a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, vítima de diversas agressões, praticadas pelo seu ex-marido.

Rogério Sanches Cunha e Ronaldo Batista Pinto explicam o porquê dessa denominação:

O motivo que levou a lei ser “batizada com esse nome, pelo qual, irreversivelmente, passou a ser conhecida, remonta ao ano de 1983. No dia 29 de Maio desse ano, na cidade de Fortaleza, no Estado do Ceará, a farmacêutica Maria da Penha Maia Fernandes, enquanto dormia, foi atingida por um tiro de espingarda desferido por seu então marido, o economista M.A.H.V, colombiano de origem e naturalizado brasileiro. Em razão desse tiro, que atingiu a vítima em sua coluna, destruindo a terceira e quarta vértebras, suportou lesões que deixaram-na paraplégica. [...] Mas as agressões não se limitaram ao dia 29 de

maio de 1983. Passada pouco mais de uma semana, quando já retornara para sua casa, a vítima sofreu novo ataque do marido. Desta feita, quando se banhava, recebeu uma descarga elétrica que, segundo o autor, não seria capaz de produzir-lhe qualquer lesão[...].
(CUNHA; PINTO 2009, p 21)

A história de Maria da Penha ficou notória devido ao atraso da justiça quanto à punição do agressor. Em 1984, o Ministério Público denunciou o Senhor Marco Antônio Heredia, marido de Maria da Penha, como sendo o autor do crime. Em 04 de Maio de 1991, oito anos após a prática criminosa, seu ex-marido foi levado ao Júri e então condenado. Apesar de condenado, não foi efetivamente preso, pois a defesa apelou e o recurso foi provido, marcando, assim, uma nova data para novo julgamento. Em 15 de março de 1996, treze anos após o fato, o culpado foi submetido a um novo júri, quando novamente foi condenado. Mas, outra vez interpôs recurso e do mesmo modo continuou livre. Finalmente em setembro de 2002, ou seja, dezenove anos da ação delituosa, o seu ex-marido foi preso. (VIEIRA; GIMENES, 2008)

A lei Maria da Penha intensificou a proteção da mulher contra a violência doméstica e familiar como pode ser observado expressamente em seu texto:

Art. 5º Para os efeitos desta Lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial;

Art. 7º São formas de violência doméstica e familiar contra a mulher, entre outras:

I - a violência física, entendida como qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal;

II - a violência psicológica, entendida como qualquer conduta que lhe cause dano emocional e diminuição da auto-estima ou que lhe prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento ou que vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição contumaz, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que lhe cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação;

III - a violência sexual, entendida como qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade,

que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos;

IV - a violência patrimonial, entendida como qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades;

V - a violência moral, entendida como qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

Como se pôde observar, a lei Maria da Penha, foi uma grande conquista para as mulheres em relação a violência doméstica e familiar, no entanto, na prática, nem sempre esta lei tem a eficácia pretendida e necessária para assegurar as mulheres a devida proteção, e muitas continuam sendo vítimas de abusos, agressões e outras espécies de violência. A verdade é que a sociedade brasileira ainda tem muito o que aprender quando se trata de políticas públicas de proteção a mulher contra a violência doméstica e familiar, a começar pela conscientização.

3.2 FEMINICÍDIO.

Sancionada em março de 2015, a lei 13.104, alterou o art.121 do Código Penal e incluindo o feminicídio como uma nova modalidade de homicídio qualificado, alterando também o artigo 1º da lei 8.072, lei dos crimes hediondos, tornando então feminicídio um crime hediondo.

A alteração do art. 121, § 2º, deu-se com a inclusão do inciso VI, e tratou como feminicídio o ato de matar a mulher por razões da condição do sexo feminino, e ainda explicitou no parágrafo 2º - A, que seria consideradas condições do sexo feminino quando o crime envolvesse dois aspectos, são eles a violência doméstica e familiar e o menosprezo ou a discriminação à condição de mulher.

A importância da criação da lei foi deu-se como uma demonstração da importância da luta pela igualdade de gêneros e da intolerância da lei para crimes baseados em sexo. O princípio da lei de feminicídio é combater a crescente violência em razão do gênero feminino, se tornando sem dúvida uma garantia para todas as mulheres e meninas.

Anos após sancionada nasce uma grande questão acerca do aumento desse crime na sociedade brasileira, gerando questionamentos quanto as políticas públicas estarem falhando? ou estão tendo sucesso por

que estão identificando e punindo de forma mais eficiente este crime? A resposta a este questionamento é incerta, porém é sabido que existe uma grande carência de delegacias especializadas em atendimento à mulher, segundo o site do Senado Federal cerca de apenas 10% dos municípios no Brasil tem uma delegacia da mulher, tornando o acesso às vítimas mais complicado e gerando até o desconhecimento das mesmas de como é feita e todo o processo da denúncia. Ao longo deste período atualizações foram feitas, existe um projeto aprovado no Senado que traz mais um caso de agravamento de pena, no caso do crime praticado contra pessoa portadora de doenças degenerativas que tenham condições limitadas ou de vulnerabilidade física ou mental.

3.2.1 O FEMINICÍDIO COMO UM PROBLEMA SOCIAL E CULTURAL.

O fenômeno da violência assim como seu final fático, que culmina na morte da mulher vítima de violência, pode ser definido como um produto das ideias enraizadas na sociedade pelo sistema patriarcal, parece-nos estranho que ainda vigore até o século XXI tais conceitos, no entanto mesmo com as conquistas históricas advindas dos movimentos feministas os índices de violência e morte de mulheres não reduziu de forma considerável.

Acerca do feminicídio Diana Russel no artigo *Origin of femicide* (2011) tratou (tradução nossa):

Quando testemunhei sobre o feminicídio no Tribunal Internacional, defini-o implicitamente como uma matança de ódio de mulheres perpetrado por homens. Por exemplo, afirmei que: "Desde a queima de bruxas no passado até o costume mais recente e generalizado de infanticídio feminino em muitas sociedades, até a morte de mulheres pela chamada honra, percebemos que o feminicídio vem acontecendo há muito tempo." [...] os assassinatos devem ser diferenciados por aqueles que são feminicídios e aqueles que não são. Quando o gênero da vítima é irrelevante para o perpetrador, o assassinato se qualifica como um crime não-femicidal.

A possível justificativa para a perpetuação desse sistema dá-se pelo fato de que as leis de efetiva proteção da mulher, só se deram recentemente. Faz-se ainda necessário entender que antes da criação de tais mecanismos o Estado não interferia diretamente nas relações, dando inclusive em determinadas situações aval para que a violação da mulher passasse impune, culpabilizava-se a vítima tratando-a como merecedora da violência em razão do não

cumprimento dos papéis de submissão que lhes eram designados.

A incidência do feminicídio por fatores intrínsecos a realidade social das vítimas e seus companheiros foi ainda classificada por Meneghel e Portella (2017, p. 3078): “[...] homicídios de mulheres são diversificados e obedecem a dinâmicas sociais distintas, nas quais o marcador de gênero, mesmo de modos diferentes [...]”, sob a ótica desse pensamento pode-se então ter a violência doméstica e familiar e a morte dessas mulheres como sendo fruto de relações que vão desde o meio social em que estão envolvidos vítima e agressor até fatores de cunho econômico, colocando em maior parte das vezes os indivíduos em questão em situação de disparidade, gerando no agressor sentimento de inferioridade ante a mulher, resultando num comportamento violento que culmina no feminicídio.

A distribuição destes crimes no território do estado não é homogênea e está associada a fatores macrossociais: desigualdade de renda e taxa de urbanização, e a fatores relacionados às desigualdades de gênero, como chefia feminina do domicílio e taxa de fecundidade total.
(MENEGBEL,
PORTELLA, 2017,
p.3078.)

3.2.2 MAPA DA VIOLÊNCIA NO BRASIL 2015.

Os dados apresentados pelo Mapa da Violência no Brasil, mostrou um crescimento de 111,1% na taxa de homicídios de mulheres no período de 1980 à 2013, passando de 2,3/100.000 para 4,8/100.000, os dados coletados vão até o ano de 2013 em virtude de o ciclo de coleta dos centros de pesquisas não o terem concluído no ano de 2015, ressalte-se que a pesquisa realizada pelo autor do livro Julio J. Waiselfisz foi anterior a vigência da Lei nº 13.104 de 2015 que tornou o feminicídio uma das qualificadoras do crime de homicídio.

Com a implementação da Lei Maria da Penha, foi realizado um levantamento que adotou os índices anteriores e posteriores a sua vigência no ano de 2006, sendo o primeiro quantitativo realizado no período de 1980 à 2006 que a taxa era de 7,6 ao ano; e o período de 2006 à 2013 que a taxa foi de 2,6 ao ano¹, revelando uma queda expressiva nos índices após a entrada em vigor do dispositivo legal a nível nacional.

No decênio de 2003 a 2013 houve um aumento na taxa de homicídio de mulheres de 21%, passando 3.937 para 4.762, esta última representa um quantitativo diário de 13 homicídios feminino. Ao limitar a análise ao período de vigência da lei maria da pena o autor identificou maior parte do

crescimento dos índices deu-se após o arrimo da Lei conforme Waiselfisz (2015, p.13): “Se num primeiro momento, em 2007, registrou-se uma queda expressiva nas taxas, de 4,2 para 3,9 por 100 mil mulheres, rapidamente a violência homicida recuperou sua escalada, ultrapassando a taxa de 2006.”

Tratando-se das taxas de homicídios de mulheres por Unidade Federativa tratou o autor de dividi-las entre dois períodos, tendo como divisor 2006 o ano de criação da Lei Maria da Penha, o primeiro quantitativo foi do ano de 2003 a 2006, neste a distribuição dos femicídios detinha concentração maior em estados do Sul, Sudeste, Centro-oeste e parte do Norte, sendo o Espírito Santo o detentor do maior índice, apresentando taxa de 8,6/100.000, e a Paraíba ocupava a última posição com taxa de apenas 1,9/100.000. A segunda mostra foi feita entre os anos de 2006 a 2013 período de vigência da lei, houve ao contrário do esperado um aumento significativo nos números, a crescente se deu nos estados do Norte, Nordeste, Centro-oeste e parte do Sul, Roraima passou a ocupar a primeira posição com um quantitativo alarmante de 15,3/100.000, enquanto São Paulo e Piauí ocuparam as últimas posições com taxa de 2,9/100.000.

A partir da tomada de dados por regiões observa-se que o femicídio não pode ser tratado no país como um conjunto de atos

uniformes que seguem um padrão, cada região detém características impares. Conforme o Instituto Patrícia Galvão (Apud) Marai Larasi (2017): “as múltiplas formas de violência contra as mulheres estão baseadas ainda em sistemas de desigualdades que se retroalimentam, sobretudo em relação às questões de gênero, raça, etnia, classe, orientação sexual e identidade de gênero”.

No tocante a índices internacionais o Brasil ocupa a 5ª posição, no ranking de países com maiores taxas de homicídios de mulheres, com uma taxa de 4,8, ficando atrás de El Salvador que ocupa a 1ª posição com taxa de 8,9, Colômbia com taxa de 6,3, Guatemala com taxa de 6,3 e Rússia com taxa de 5,3.

3.2.3 MEDIDAS PARA COIBIR E PUNIR.

Método criado pela Lei para coibir, prevenir e punir a violência familiar e doméstica. Conforme o Ministério da Saúde a violência contra a mulher é qualquer conduta - ação ou omissão - de discriminação, agressão ou coerção, ocasionada pelo simples fato de a vítima ser mulher e que cause dano, morte, constrangimento, limitação, sofrimento físico, sexual, moral, psicológico, social, político ou econômico ou perda patrimonial.

Essa violência pode acontecer tanto em espaços públicos como domésticos.

Medidas previstas no artigo 22 da lei 11.340/06:

Art. 22. Constatada a prática de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos desta Lei, o juiz poderá aplicar, de imediato, ao agressor, em conjunto ou separadamente, as seguintes medidas protetivas de urgência, entre outras:

I - suspensão da posse ou restrição do porte de armas, com comunicação ao órgão competente, nos termos da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003;

II - afastamento do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida;

III - proibição de determinadas condutas, entre as quais:

a) aproximação da ofendida, de seus familiares e das testemunhas, fixando o limite mínimo de distância entre estes e o agressor;

b) contato com a ofendida, seus familiares e testemunhas por qualquer meio de comunicação;

c) frequência de determinados lugares a fim de preservar a integridade física e psicológica da ofendida;

IV - restrição ou suspensão de visitas aos dependentes menores, ouvida a equipe de atendimento

multidisciplinar ou serviço similar;

V - prestação de alimentos provisionais ou provisórios.

§ 1º As medidas referidas neste artigo não impedem a aplicação de outras previstas na legislação em vigor, sempre que a segurança da ofendida ou as circunstâncias o exigirem, devendo a providência ser comunicada ao Ministério Público.

§ 2º Na hipótese de aplicação do inciso I, encontrando-se o agressor nas condições mencionadas no caput e incisos do art. 6º da Lei no 10.826, de 22 de dezembro de 2003, o juiz comunicará ao respectivo órgão, corporação ou instituição as medidas protetivas de urgência concedidas e determinará a restrição do porte de armas, ficando o superior imediato do agressor responsável pelo cumprimento da determinação judicial, sob pena de incorrer nos crimes de prevaricação ou de desobediência, conforme o caso.

§ 3º Para garantir a efetividade das medidas protetivas de urgência, poderá o juiz requisitar, a qualquer momento, auxílio da força policial.

Para obter as medidas é necessário apenas procurar uma delegacia relatar a violência sofrida em seguida registrar boletim de ocorrência, solicitando o uso das medidas, o delegado passara o pedido para o juiz, podendo também ser diretamente pedido

ao mesmo que conforme previsto em lei terá 48 horas para apreciar o pedido.

4 CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Os avanços legais conseguidos até hoje pela mulher na legislação brasileira são sem dúvidas um marco importante na luta por igualdade de gênero e respeito a mulher como um indivíduo titular de direitos e obrigações como bem intitula o art.5º, I da Constituição Federal de 1988, muito se alcançou desde a entrada em vigência da Lei Maria da Penha, que em seu texto trouxe como objetivo a criação de mecanismos para prevenção, punição e a erradicação da violência doméstica e familiar.

Mas ainda assim faz-se necessário que a implantação desses mecanismos de proteção atenda de forma eficiente a mulher dando-lhe acolhimento e proteção integral preservando-lhe a dignidade, necessita-se de um atendimento humanizado e com uma equipe especializada, que lidem com os casos com empatia, ainda a ampliação das delegacias da mulher, trazendo-as para os interiores.

Quanto a Lei nº 13.104/2015, deve ser entendida como um salto importante rumo a punição dos crimes em razão do gênero, outra grande conquista foi a inclusão do feminicídio no rol dos crimes hediondos, a realidade brasileira tem-nos mostrado uma

crescente nos índices de homicídios de mulheres, mas a lei do feminicídio vem como um impulsor para que as taxas de homicídios em razão do gênero feminino sejam reduzidas, ainda que de forma gradativa.

A posição que o país ocupa nos rankings mundiais causa preocupação, haja vista que mesmo com tantas conquistas legais para proteção da mulher, os índices sejam tão elevados, diante de dados tão alarmantes, questiona-se quais mecanismos deverão ser utilizados para a prevenção e erradicação do feminicídio e não obstante da violência doméstica e familiar, tal perspectiva leva-nos instigar a criação de políticas públicas, que conscientizem tanto a mulher, quanto a sociedade como um todo, da necessidade da denúncia, para que o Estado possa punir os agressores e evitar que fatalmente ocorra o feminicídio.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradecemos a Deus, por nos dar coragem e determinação para lutar por nossos sonhos. A Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, pelo ambiente criativo e acolhedor que nos proporcionou ao longo de nossa pesquisa. A orientadora Professora Julianny Amaral, pelo suporte no pouco tempo que lhe coube, pelas suas correções e incentivos. A toda a equipe que se empenhou e trabalhou no desenvolvimento desta pesquisa.

5 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Tânia Mara Campos de. **Corpo feminino e violência de gênero: fenômeno persistente e atualizado em escala**

mundial. Brasília - DF. Revista Sociedade e Estado. Vol. 29. 2014.

COSTA, Marta Cocco da; LOPES, Marta Julia Marques; SOARES, Joannie dos Santos Fachinelli. **Violência contra mulheres rurais: gênero e ações de saúde.** Porto Alegre - RS. EEAN - Escola Anna Nery Revista de Enfermagem. 2015.

DIAS, Maria Berenice; REINHEIMER, Thiele Lopes. **Da violência contra a mulher como uma violação de direitos humanos – artigo 6º.** Rio de Janeiro - RJ. LUMEN Juris. 2011.

GARCIA, Leila Posenato; FREITAS, Lúcia Rolim Santana de; HÖFELMANN, Doroteia Aparecida. **Avaliação do impacto da Lei Maria da Penha sobre a mortalidade de mulheres por agressões no Brasil, 2001-2011.** Brasília - DF. Epidemiol. Serv. Saúde. 2013.

Instituto Patrícia Galvão. **Dossiês: Cultura e raízes da violência contra as mulheres.** Instituto Patrícia Galvão: São Paulo, SP, 2017. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/violencia/violencias/cultura-e-raizes-da-violencia/>. Acesso em 18/10/2018.

Instituto Patrícia Galvão. **Feminicídio: #InvisibilidadeMata.** São Paulo, SP: Instituto Patrícia Galvão, 2017.

MACHADO, Isadora Vier; ELIAS, Maria Lígia G. G. Rodrigues. **Feminicídio em cena: Da dimensão simbólica à política.** São Paulo, SP: Tempo Social- revista de sociologia da USP, Vol. 30, 2018.

MENEGHEL, Stela Nazareth; PORTELLA, Ana Paula. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários.** Rio de Janeiro, RJ: Revista Ciência & Saúde Coletiva, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva: vol. 22, 2017.

MUNÉVAR M., Dora Inés. **Delito de femicidio. Muerte violenta de mujeres por razones de género.** Bogotá - Colômbia. Revista Estudios Socio-Jurídicos. 2012, vol.14, n.1, pp. 135-175.

OLIVEIRA, Ana Carolina Gondim de A.; COSTA, Mônica Josy Sousa; SOUSA, Eduardo Sérgio Soares. **Feminicídio e violência de gênero: aspectos sóciojurídicos.** Revista On-line, Centro de Ensino Superior e Desenvolvimento: Vol. 16, 2015.

OLIVEIRA, Guilherme; OLIVEIRA, Nelson. **Três anos depois de aprovada, Lei do Feminicídio tem avanços e desafios.** Senado Federal: mar. 2018. Disponível em: www12.senado.leg.br/noticias/especiais/especial-cidadania/tres-anos-depois-de-aprovada-lei-do-feminicidio-tem-avancos-e-desafios/tres-anos-depois-de-aprovada-lei-do-feminicidio-tem-avancos-e-desafios. Acesso em: 24/10/2018.

PALAR, Juliana Vargas; SILVA, Maria Beatriz Oliveira da. **O Direito como instrumento contra a opressão feminina.** Rio de Janeiro - RJ. Revista Direito Práxis: vol. 9, 2018.

RUSSELL, Diana E.H. **Origin of femicide: The origin and importance of the term femicide.** Dez. 2011. Disponível em: http://www.dianarussell.com/origin_of_femicide.html. Acesso em: 18/10/2018.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência 2015: Homicídio de mulheres no Brasil.** Brasília - DF. FLACSO Brasil: 1ª Edição, p.12-13,18. 2015. Disponível em: www.mapadaviolencia.org.br. acesso em: 18/10/2018.

TOMBAMENTO COMO PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO-CULTURAL: CONSERVAÇÃO DO SÍTIO HISTÓRICO ARACATIENSE (RUA GRANDE)

**TOMBAMENTO AS THE PRESERVATION OF HISTORICAL AND CULTURAL
HERITAGE: CONSERVATION OF THE HISTORICAL SITE ARACATIENSE (RUA
GRANDE)**

Érica Barbosa da Silva¹ (Graduanda em Direito pela Faculdade Vale do Jaguaribe, e-mail: barbosaeerica2@hotmail.com);

Romana Missiane Diógenes Lima² (Professora Me. da Faculdade Vale do Jaguaribe, e-mail: romana_dl@hotmail.com).

RESUMO

O presente trabalho tem como intento o debate em relação à preservação do patrimônio artístico-cultural e histórico do sítio histórico aracatiense (Rua Grande), realizado por meio do tombamento. Esse instituto, instrumento de intervenção do Estado na propriedade, tem por objetivo impor restrições e condições ao pleno uso da propriedade – tendo em vista a preponderância do superior interesse público sobre o privado – o que acaba gerando contendas entre o proprietário e o poder público expropriante. Assim, patente é a relevância jurídico-acadêmica e social do trabalho, que foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, de cunho exploratório.

Palavras-chave: Patrimônio Histórico-cultural; Tombamento; Aracati; Rua Grande.

1 INTRODUÇÃO

O instituto do tombamento, presente no ordenamento jurídico brasileiro, tem previsão constitucional no Art. 216, parágrafo primeiro, da Carta Magna, sendo regulamentado pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937.

O tombamento é uma espécie de intervenção do Estado na propriedade, tendo como finalidade a proteção e a preservação do patrimônio histórico, cultural, artístico,

arquitetônico e paisagístico, o que se faz por meio de restrições diversas ao uso da propriedade – de caráter positivo, negativo e permissivo – visualizadas pelo legislador como imprescindíveis à manutenção e conservação dos bens tombados.

Em 2000, o sítio histórico de Aracati foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN, situação que gera discussões sociais e acadêmicas até hoje, tendo em vista o

confronto entre o interesse coletivo/estatal e o interesse privado do proprietário. Em virtude disso, se faz premente o estudo dos principais pontos que permeiam a temática em questão.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho foi realizado por meio de pesquisa bibliográfica e documental, fazendo-se uma análise da importância do instituto do tombamento na preservação e conservação do Sítio Histórico Aracatiense, como uma forma de manter viva a história não só do Ceará, mas do Brasil, onde o Município foi palco de eventos marcantes, como a própria Confederação do Equador. Nesse interim, utilizou-se a doutrina de autores como Marcelo Alexandrino e Vicente Paulo (2014); e Ricardo Alexandre e João de Deus (2017), além de documentos veiculados em sítios eletrônicos.

3 O TOMBAMENTO

O tombamento é modalidade de intervenção na propriedade por meio do qual o Poder Público procura proteger o patrimônio cultural brasileiro.

Segundo o art. 216, § 1.º, da Constituição Federal, “o Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância,

tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação”.

No plano infraconstitucional, o tombamento é regulado pelo Decreto-lei 25/1937.

Nesse instituto, o Estado intervém na propriedade privada para proteger a memória nacional, regional ou local, refletida em bens de ordem histórica, artística, arqueológica, cultural, científica, turística e paisagística.

Identifica-se que a maioria dos bens tombados compõe-se de imóveis de valor arquitetônico de épocas passadas. É comum, também, o tombamento de bairros e até mesmo de cidades inteiras, quando retratam aspectos culturais do passado (ALEXANDRINO; PAULO, 2014).

Portanto, o tombamento é um dos institutos previstos constitucionalmente que tem por objeto a tutela do patrimônio histórico e artístico nacional. Esse tipo de intervenção estatal na propriedade acarreta a restrição parcial sobre o bem, que permanece no patrimônio do proprietário, de quem se exige, em contrapartida, a conservação das características do bem que ensejaram a intervenção.

O tombamento, como vontade expressa do Poder Público, será sempre manifestado por ato administrativo do

Executivo (ALEXANDRE; DE DEUS, 2017).

Com base no art. 24, VII, da Constituição Federal, a competência para legislar sobre a proteção ao patrimônio histórico, cultural, artístico, turístico e paisagístico é concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal. A legislação federal e estadual poderá, no que couber, ser suplementada pela legislação municipal, por força do art. 30, II, da Constituição Federal.

Ademais, por força do art. 30, IX, da Lei Maior, cabe também ao Município a competência para promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual.

4 TOMBAMENTO DO SITIO HISTÓRICO DE ARACATI

No ano 2000, o sítio histórico de Aracati foi tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – IPHAN. Para o arquivista José Liberal de Castro, a área se trata da mais impressionante estrutura urbana do Ceará colonial, mantendo-se mais preservada e homogênea entre seus congêneres no Estado. Apresenta como destaques, além dos inúmeros

sobrados, alguns revestidos com azulejos portugueses, como a Casa de Câmara e Cadeia, as igrejas Matriz de Nossa Senhora do Rosário, de Nossa Senhora dos Prazeres, de Nosso Senhor do Bonfim, o Sobrado do Barão de Aracati, Igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretinhos e o Mercado Municipal. Portanto, com essa proteção, a área ficou sob a tutela do órgão federal de preservação (online)¹.

O sítio histórico de Aracati apresenta duas poligonais: uma, definida basicamente pelo eixo da Rua Coronel Alexanzito, mais os setores correspondentes às igrejas citadas e o da antiga Fábrica Santa Terezinha, de proteção rigorosa (tombada). A externa é denominada poligonal de entorno ou de amortecimento. O conjunto urbano aracatiense concentra em sua área tombada, com 154.824 m² de área, 275 imóveis, cujas construções datam dos séculos XVIII, XIX e XX. Na sua área de entorno, que apresenta uma superfície de 786.151 m², há 1.157 edificações. Sua inscrição deu-se no Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico do IPHAN, o qual protege as coisas pertencentes às categorias de arte arqueológica, ameríndia e popular (online)².

¹ Dados disponíveis no sítio eletrônico <https://www.aracati.ce.gov.br/arquivos/240/LEIS%20MUNICIPAIS_004_2017_0000001.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

² Dados disponíveis no sítio eletrônico <https://www.aracati.ce.gov.br/arquivos/240/LEIS%20MUNICIPAIS_004_2017_0000001.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

Em termos volumétricos e paisagísticos, o sítio histórico de Aracati se notabiliza pela horizontalidade, pela pontuação efetuada pelas torres das igrejas, pelo alto nível de preservação dos seus exemplares arquitetônicos, pela continuidade das suas “paredes da rua” e pela qualidade plástica e estética dos seus sobrados (online)³.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para o proprietário do bem tombado, visualizam-se pontos positivos e negativos no instituto do tombamento. Tendo em vista a objetividade e concisão do tipo de trabalho realizado, expõe-se, respectivamente, um aspecto positivo e outro negativo:

1) Quando o proprietário não tiver condições financeiras de arcar com a conservação ou reparação da coisa tombada, o IPHAN mandará executá-las, às expensas da União, no prazo de seis meses, ou providenciará para que seja feita a desapropriação da coisa. Se o Poder Público não tomar as providências anteriores (de conservação ou desapropriação), o proprietário, que não tiver condições financeiras, poderá requerer que seja cancelado o tombamento da coisa (art. 19, §§ 1º e 2º, DL 25/37).

2) A coisa tombada não pode ser destruída, demolida ou mutilada; e somente poderá ser reparada, pintada ou restaurada com autorização prévia do IPHAN (art. 17, DL 25/37). De fato, essa limitação pode se impor de forma bastante invasiva para o proprietário, já que lhe tolhe o direito de conformar a sua propriedade aos seus próprios interesses de reforma, ampliação ou modificação do bem.

Identifica-se, de um modo geral, certa compensação no tombamento: impõem-se restrições que, muitas vezes, representam verdadeiras garantias para o proprietário, como a obrigação de manter o bem devidamente conservado.

Entretanto, mesmo quando a restrição seja demasiado onerosa, não compensando o dono da coisa, ainda assim há um benefício que ultrapassa a figura do particular, alcançando a própria coletividade.

O município ganha com o tombamento do centro histórico, pois mantém viva a herança deixada pelos antepassados, influenciando a história e cultura atual. As casas da Rua Grande possuem um valor artístico-cultural muito relevante para nossa história, revelando, assim, a essencialidade do tombamento como instrumento de conservação.

³ Dados disponíveis no sítio eletrônico
<[https://www.aracati.ce.gov.br/arquivos/240/LEIS%](https://www.aracati.ce.gov.br/arquivos/240/LEIS%20MUNICIPAIS_004_2017_0000001.pdf)

[20MUNICIPAIS_004_2017_0000001.pdf](https://www.aracati.ce.gov.br/arquivos/240/LEIS%20MUNICIPAIS_004_2017_0000001.pdf)>. Acesso em: 25 out. 2018.

6 CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Após essas rápidas considerações, conclui-se que a pretensão do tombamento é a conservação do bem em virtude da sua condição especial de interesse coletivo. Para isso, não é necessária sua transferência para o Estado. Pelo contrário, deve permanecer com o seu titular, investido da liberdade de continuar explorando-o normalmente. As limitações referem-se principalmente à proibição de promover reformas, modificações ou demolição do bem, além do dever de conservá-lo.

Em compensação ao particular, o Estado garante a conservação do bem e até executa às suas expensas, as obras de reparo e manutenção, se o proprietário provar não ter condições financeiras para realizá-las.

Conforme se demonstrou, o acervo patrimonial do sítio histórico aracatiense encontra carga valorativa suficiente para merecer proteção do IPHAN, permitindo-se, assim, às presentes e futuras gerações apreciarem e investigarem sua própria história, ainda viva, por força da tutela estatal.

AGRADECIMENTOS

À Deus, à Faculdade Vale do Jaguaribe, à professora coautora Romana Diógenes, pela sabedoria, determinação e orientação de um trabalho de tamanha importância acadêmica e social. Aos

amigos Marciano Silva e Hilton Gondim, pelo apoio e incentivo constantes.

7 REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, Ricardo; DE DEUS, João. **Direito Administrativo**. 3. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. **Direito Administrativo Descomplicado**. 22. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2014.

BRASIL. Câmara Municipal de Aracati. **Net**. Disponível em: <https://www.aracati.ce.gov.br/arquivos/240/LEIS%20MUNICIPAIS_004_2017_0000001.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

_____. IPHAN. **Net**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/248>>. Acesso em: 23 out. 2018.

_____. SECULT/CE. **Net**. Disponível em: <<http://www.secult.ce.gov.br/index.php/patrimonio-cultural/patrimonio-material/bens-tombados/43566>>. Acesso em: 23 out. 2018.

CURSO:

Educação Física

ÁREA: Educação

TEMAS TRANSVERSAIS NO ENSINO FUNDAMENTAL I: pluralidade cultural

CROSS-SECTIONAL SUBJECTS IN FUNDAMENTAL EDUCATION I: cultural

**DIAS, Francisca Geisiane da Rocha¹; DANTAS, Philipe Sousa¹; SILVA, Sidneia Luzia¹;
DE OLIVEIRA, Vitória Caroline Bastos¹;
COSTA, Vitória Rodrigues¹; PINTO, Emanuelle Sampaio Almeida².**

Emanuelleprof@fvj.br²**RESUMO**

A abordagem proposta para pluralidade cultural pelos PCN tem um objetivo muito claro: utilizar o estudo da pluralidade cultural como forma de eliminar o preconceito e lutar contra a exclusão social. Essa abordagem para o tema é justificada nos PCN com o argumento de que “apresentando heterogeneidade notável em sua composição populacional, o Brasil desconhece a si mesmo. Na relação do país consigo mesmo, é comum prevalecerem vários estereótipos, tanto regionais como em relação a grupos étnicos, sociais e culturais”. Os desdobramentos dessa característica levam a sociedade a enfrentar “dificuldade para se lidar com a temática do preconceito e da discriminação racial/étnica. Conclui-se que a pluralidade cultural existente no Brasil é fruto de um longo processo histórico de interação entre aspectos políticos e econômicos, no plano nacional e internacional. Esse processo apresenta-se como uma construção cultural brasileira altamente complexa, historicamente definida e redefinida continuamente em termos nacionais, apresentando características regionais e locais.

Palavras-chave: Pluralidade; Educação; sociedade.

1 INTRODUÇÃO

A pluralidade Cultural diz respeito ao conhecimento e à valorização das características étnicas e culturais dos diferentes grupos sociais que convivem no território nacional, às desigualdades socioeconômicas e à crítica às relações sociais discriminatórias e excludentes que permeiam a sociedade brasileira, oferecendo ao

cidadão a possibilidade de conhecer o Brasil como um país complexo, multifacetado e algumas vezes paradoxal. O Brasil é o país onde há composição cultural tem se caracterizado por plasticidade e permeabilidade, incorporando em seu cotidiano a criação e recriação das culturas de todos esses povos, sem diluí-las, ao mesmo tempo em que permite seu entrelaçamento. Nesse

entrelaçamento de influências recíprocas, configura-se a permanente elaboração e redefinição da identidade nacional, em sua complexidade (PCN, MEC/SEF 1997).

Convivem hoje no território nacional cerca de 206 etnias indígenas, guardando, cada uma delas, identidade própria, representando, em si, riquíssima diversidade sociocultural, além de uma imensa população formada pelos descendentes dos povos africanos e um grupo igualmente numeroso de imigrantes e descendentes de povos originários de diferentes continentes, de diferentes tradições culturais e de diferentes religiões. A própria dificuldade de categorização dos grupos que vieram para o Brasil, formando sua população, é indicativo da diversidade. Mesmo para a elaboração de um simples rol, é difícil escolher ou priorizar certo recorte, seja continental ou regional, nacional, religioso, cultural, linguístico, racial/étnico. Portugueses, espanhóis, ingleses, franceses, italianos, alemães, poloneses, húngaros, lituanos, egípcios, sírios, libaneses, armênios, indianos, japoneses, chineses, coreanos, ciganos, latino-americanos, católicos, evangélicos, batistas, budistas, judeus, muçulmanos, tradições africanas, situam-se entre outras inumeráveis categorias de identificação. Além disso, um mesmo indivíduo pode vincular-se a diferentes grupos ao mesmo tempo, reportando-se a cada um deles com igual

sentido de pertinência. Quando se trata de falar da situação atual da população, eventuais categorizações são ainda mais difícil tal a circulação que existe entre tradições e culturas, do ponto de vista individual, sem falar de aproximações espontâneas e voluntárias entre grupos, com fins associativos, de cooperação para fins comuns ou de diálogo com vistas ao entendimento. (Ana Canen; Angela M. A. de Oliveira; 2002).

A diversidade marca a vida social brasileira. Encontram-se diferentes características regionais, diferentes manifestações de cosmologias que ordenam de maneiras diferenciadas a apreensão do mundo, formas diversas de organização social nos diferentes grupos e regiões, multiplicidade de modos de relação com a natureza, de vivência do sagrado e de sua relação com o profano. O campo e a cidade propiciam às suas populações vivências e respostas culturais muito diferenciadas que implicam ritmos de vida, ensinamentos de valores e formas de solidariedade distintas. Os processos migratórios colocam em contato grupos sociais com diferenças de fala, de costumes, de valores, de projetos de vida (PCN, MEC/SEF 1997).

Contudo, a pesquisa desenvolvida visa refletir e demonstrar como a pluralidade cultural se torna significativa no processo de desenvolvimento dos alunos do ensino fundamental I.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa bibliográfica se deu através de artigos relacionados com pluralidade cultural e social no tema. Artigos com as palavras-chave “pluralidade cultural”, “pluralidade Brasil” e “pluralidade escolar” foram pesquisados na base de dados Scielo. Foram pesquisados e selecionados 7 artigos científicos, sendo utilizados para compor o texto produzido, 3 artigos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Em uma proposta curricular voltada para a cidadania, o tema da Pluralidade Cultural ganha especial significado ao propiciar elementos para que a criança estabeleça relações entre o equilíbrio democrático, a consolidação do pleno cumprimento de direitos, a coexistência de diferentes grupos e comunidades étnicas e culturais, e sua própria vida. (PCN, MEC/SEF 1997).

A própria dificuldade de categorização dos grupos que vieram para o Brasil, formando sua população, é indicativo da diversidade. Mesmo para a elaboração de um simples rol, é difícil escolher ou priorizar certo recorte, seja continental ou regional, nacional, religioso, cultural, linguístico, racial/étnico. (PCN, MEC/SEF 1997).

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Conclui-se que a pluralidade cultural existente no Brasil é fruto de um longo processo histórico de interação entre aspectos políticos e econômicos, no plano nacional e internacional. Esse processo apresenta-se como uma construção cultural brasileira altamente complexa, historicamente definida e redefinida continuamente em termos nacionais, apresentando características regionais e locais.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a professora e orientadora Emanuele Sampaio pela sua orientação e apoio.

5 REFERÊNCIAS

CANEN, Ana; OLIVEIRA, Angela M. A. **Multiculturalismo e currículo em ação: um estudo de caso**. Rio de Janeiro. 2002

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Multiculturalismo e educação: do protesto de rua a propostas e políticas**. Educ. Pesqui. vol.29 no.1 São Paulo. 2003

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais : pluralidade cultural, orientação sexual / Secretaria de Educação Fundamental**. – Brasília : MEC/SEF, 1997.

CURSO: CONTÁBEIS

ÁREA: DIREITO PREVIDENCIÁRIO

TÍTULO: SEGURO DEFESO**Nomes dos autores**

Alexandre José da Silva, Danilo Maia Lima, Edilberto Lima Nogueira, Jean Pierre,
Jarbas Raniel, Lucas Carneiro.

Informações do autor

1º autor - edilbertoln@hotmail.com ; 1º orientador – professorgeorgedias@gmail.com

RESUMO

O objetivo da pesquisa é mostrar para população a importância do seguro defeso (seguro desemprego do pescador) para a manutenção da economia e preservação das espécies em reprodução durante o período de defeso. Apresentando dados do Ceará mais especificamente do município de Aracati. A pesquisa se deu por meio de entrevistas com a presidenta da Colônia dos Pescadores e da gerente do SINE IDT de Aracati e pesquisas. O município de Aracati tem um total de 1.700 pescadores cadastrados, no entanto, apenas 459 estão aptos ao seguro defeso. Tem direito a ao benefício o pescador que realmente efetue a captura da pesca, tendo natureza previdenciária e sendo exclusivo ao pescador que esteja ligado diretamente à pesca de espécies que necessitam de um período para a reprodução. Estes programas, apesar de suas fragilidades, desvios e fraudes, representam um grande avanço no que diz respeito ao aprofundamento das políticas de inclusão social e de combate à pobreza. Sua abrangência alcança hoje, 5.561 municípios, contemplando 9 milhões de pessoas, com distribuição de recursos aplicados na ordem de quase R\$-10 bilhões de reais. No município de Aracati é injetado anualmente um valor de aproximadamente de R\$-2.200.000,00. Atualmente o Brasil possui grande potencial pesqueiro, sendo a pesca artesanal detentora de um importante papel socioeconômico na ocupação de mão de obra, geração de renda, além da oferta de alimentos para a população. Diante disso o país apresenta um perfil ideal para o desenvolvimento e efetivação do seguro defeso, projeto que contribui fortemente no avanço dessa atividade



FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE

CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO FÍSICA

THAYSMENIA DA SILVA OLIVEIRA

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO II NA EEF SÃO MARCELINO
CHAMPAGANAT – ENSINO FUNDAMENTAL I: OBSERVAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO**

ARACATI

2018

THAYSMENIA DA SILVA OLIVEIRA

**RELATÓRIO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO II NA EEF SÃO
MARCELINO CHAMPAGANAT - ENSINO FUNDAMENTAL I: OBSERVAÇÃO E
PARTICIPAÇÃO**

Relatório apresentado como requisito parcial
de aprovação na disciplina de Estágio
Supervisionado Obrigatório II: Ensino
Fundamental I, do Curso de Educação Física,
na FVJ – Faculdade do Vale do Jaguaribe.

Orientador: Sheldon Lourenço

ARACATI

2018

RESUMO

O relatório apresentado refere-se às atividades desenvolvidas durante o Estágio Supervisionado II – Ensino Fundamental I, do Curso de Licenciatura em Educação Física, da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, que foi realizado na EEF São Marcelino Champagnat – Aracati/CE. A pesquisa foi dividida em duas etapas: observação e participação. Durante a observação foram analisadas a estrutura e o funcionamento da instituição, dando ênfase no Ensino Fundamental I. Já na participação, o estagiário teve contato direto com os alunos das turmas escolhidas, que foram os três 5ºs anos da escola, e com o professor de Educação Física, George Lima. Nessa fase, o estagiário teve como papel principal auxiliar o professor de Educação Física nas atividades, observando a maneira dele de lidar com os alunos e de ministrar suas aulas. Tendo como principal objetivo analisar o desenvolvimento de dez alunos de cada turma, de acordo com o nível de conhecimento, atitudes e habilidades.

PALAVRAS-CHAVE: Ensino Fundamental, observação, participação, avaliação diagnóstica.

SUMÁRIO

1. RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO.....	05
2. RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO.....	07
2.1 GRÁFICOS.....	07
2.2 AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICO DOS ALUNOS.....	16
2.3 AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICO DAS TURMAS.....	46

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	49
--	-----------

ANEXO A - DOCUMENTAÇÃO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO OBRIGATÓRIO II: ENSINO FUNDAMENTAL I.....	50
---	-----------

1. RELATÓRIO DE OBSERVAÇÃO

A pesquisa foi realizada no Colégio Marista de Aracati, no mês de março de 2018, com o objetivo de conhecer um pouco sobre a história da instituição em estudo, observar as instalações do Ensino Fundamental I da mesma e como se dá seu funcionamento, focando principalmente na área da Educação Física. Esta foi proporcionada pela disciplina de Estágio Supervisionado II, ministrada pelo professor Sheldon Lourenço, do Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ.

O Colégio Marista de Aracati até o ano de 2005 era uma escola de origem totalmente privada e abrangia desde a Educação Infantil ao Ensino Médio. Entretanto, a partir de então, o Colégio optou por uma transformação em Obra Social Marista, sendo destinada à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade no município. Daí o colégio passou a ser mantido apenas pelos Irmãos Maristas. Hoje, a instituição é dividida em duas escolas: a Escola de Ensino Fundamental São Marcelino Champagnat, mantida pela prefeitura Municipal de Aracati e abrange da Educação Infantil ao Ensino Fundamental; e o Colégio Marista de Aracati, mantida pelos Irmãos Maristas e atende apenas ao Ensino Médio. Portanto, essa pesquisa foi realizada na E. E. F. São Marcelino Champagnat, pois engloba o nível em estudo, o Ensino Fundamental I.

A Escola de Ensino Fundamental São Marcelino Champagnat está localizada na Rua Agapito dos Santos, nº 1, CENTRO – ARACATI/CE. Possui fácil acesso por qualquer meio de transporte, porém com a desvantagem de está próxima ao mercado público e ao lado da feira livre, e, muitas vezes, o fluxo intenso do trânsito prejudica o acesso tranquilo à escola, ao mesmo tempo em que é motivo de preocupação quanto a possíveis acidentes.

O prédio dispõe de 36 salas, sendo 22 salas de aula, dentre essas 3 da Educação Infantil, e 14 destinadas à administração e apoio pedagógico, distribuídas e organizadas para atender seus alunos, nos turnos matutino e vespertino. Destacamos a sala de direção, sala de professores, secretaria, biblioteca, almoxarifado, laboratório de informática, 02 salas de multimídias, laboratório de ciências, auditório, ginásio de esportes, refeitório, campo de futebol, 02 quiosques, reprografia, banheiros masculinos e femininos.

O acesso à educação é um direito fundamental para crianças e adolescentes defendido pela Constituição Federal e está escrito de forma objetiva no estatuto da criança e do adolescente – ECA. Nesse sentido, a Escola de Ensino Fundamental São Marcelino

Champagnat busca atender à demanda por vagas, obedecendo e respeitando o número de vagas existentes e o número de alunos por série/sala, preconizado em lei.

Através das informações colhidas junto às famílias por meio das fichas de matrículas e relatório socioeconômico feito pelo serviço social, têm-se os resultados abaixo:

- A maioria dos alunos reside em bairros da periferia da cidade;
- A idade dos pais predomina entre 30 e 45 anos;
- Com relação à religião predomina o catolicismo.

A E. E. F. S. M. C. é uma entidade pública municipal, devidamente reconhecida pelos órgãos legais, que tem como finalidade oferecer educação a crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Atende uma clientela de 867 educandos, divididos em manhã e tarde, em 25 turmas, sendo 6 dessas da Educação Infantil, 11 do Ensino Fundamental I e 8 do Ensino Fundamental II.

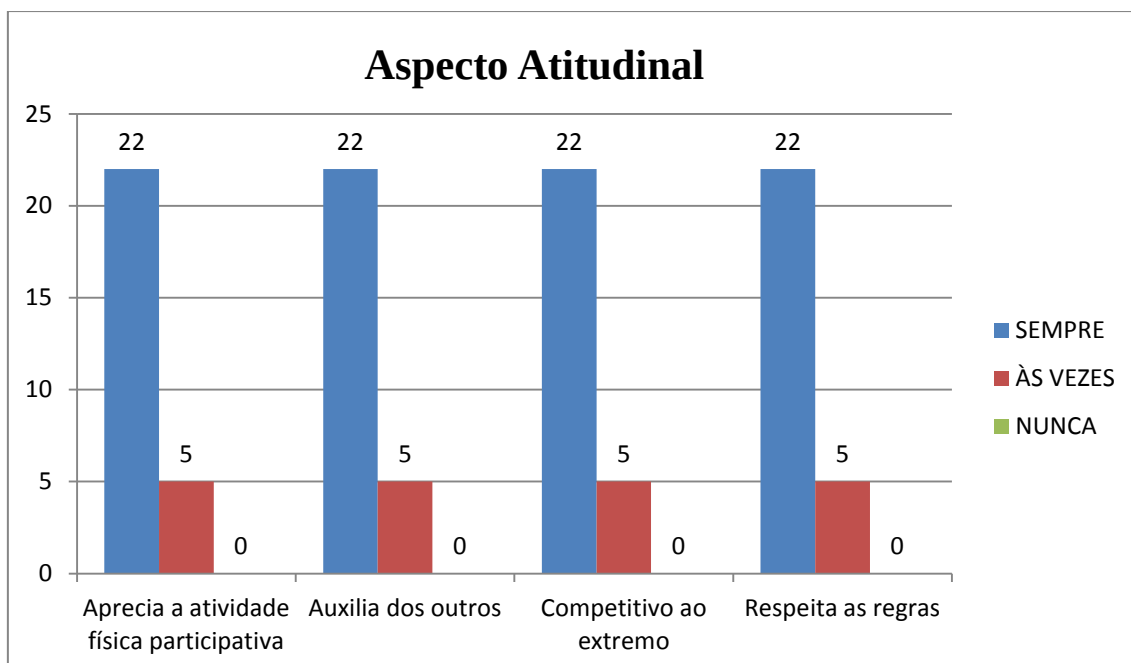
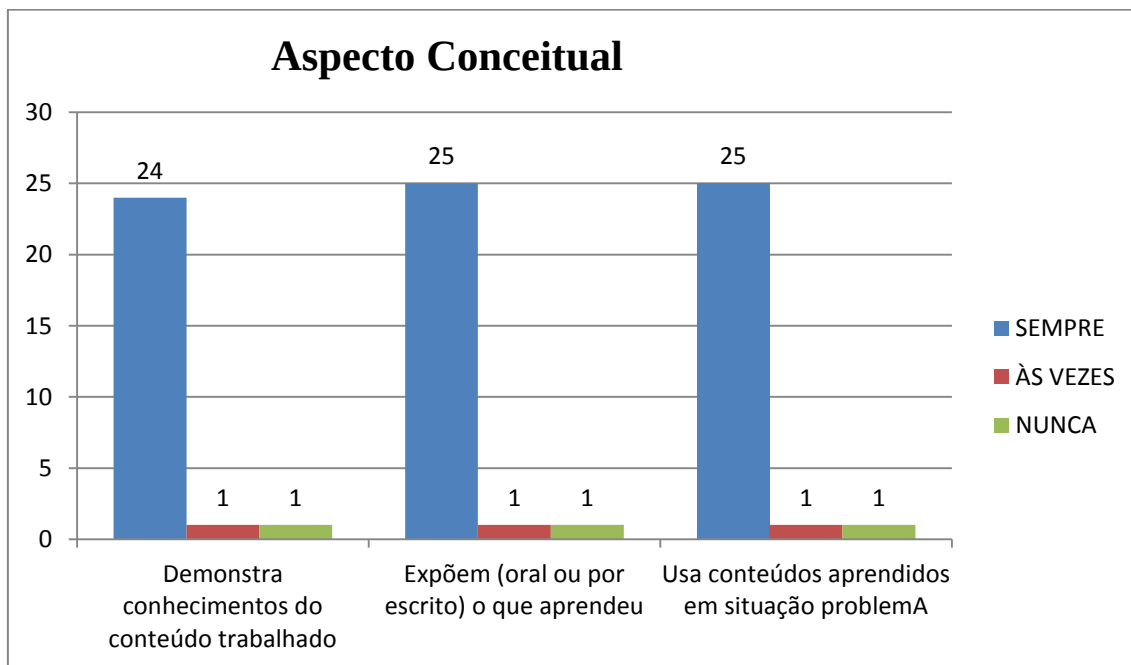
O Ensino Fundamental I da escola é composto por 11 turmas, do 1º ao 5º ano. Sendo que do 1º ao 3º ano funciona uma turma pela manhã e outra à tarde, já os dois 4ºs e os três 5ºs, apenas no turno da manhã, cada turma possui uma aula de Educação Física por semana.

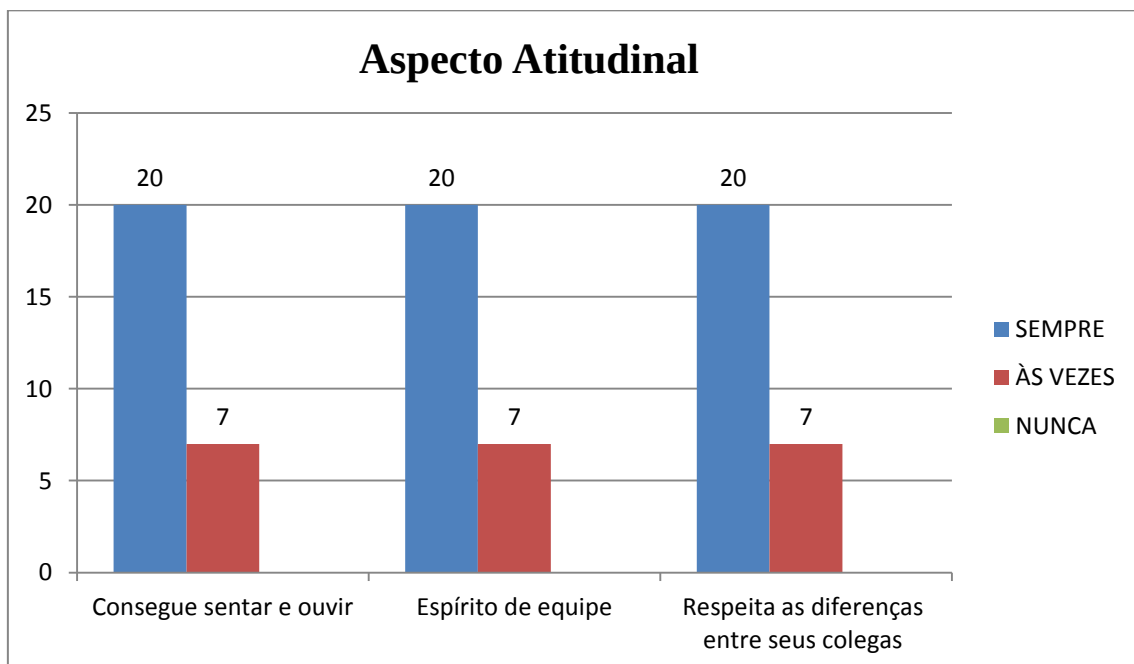
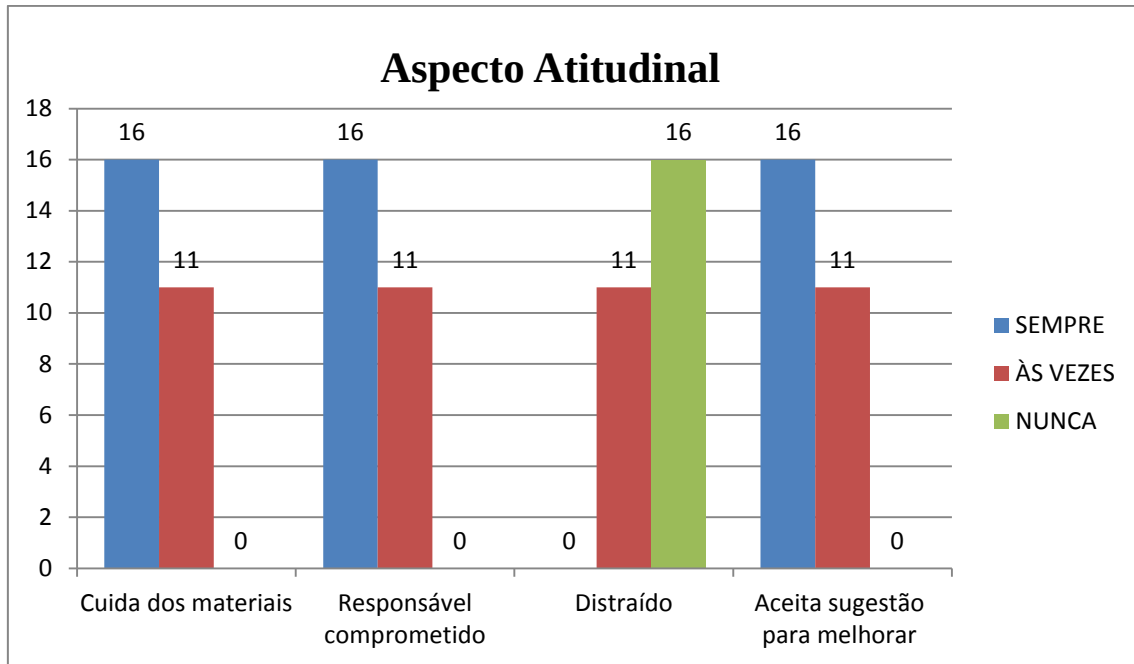
Portanto, de acordo com essa pesquisa foi possível compreender, que a escola visa atender a comunidade em geral, buscando não só um repasse de conhecimento, mas uma interação escola-ALUNO-família, para que haja um processo de ensino-aprendizagem mais eficaz, tendo como subsídios projetos que são desenvolvidos por e para toda a comunidade escolar.

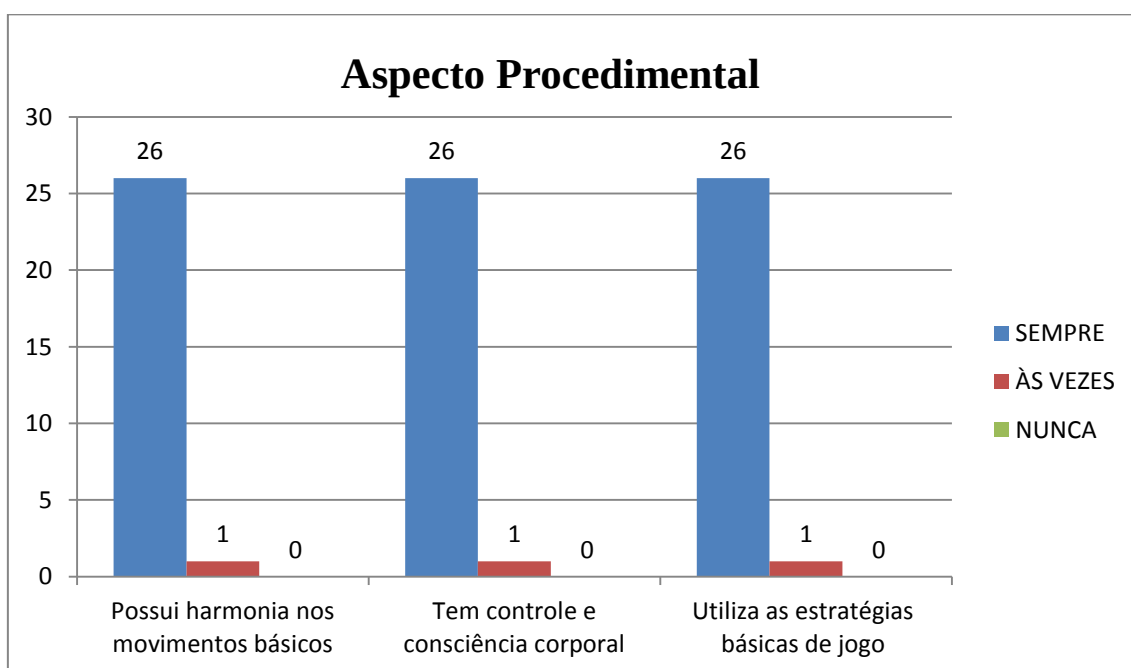
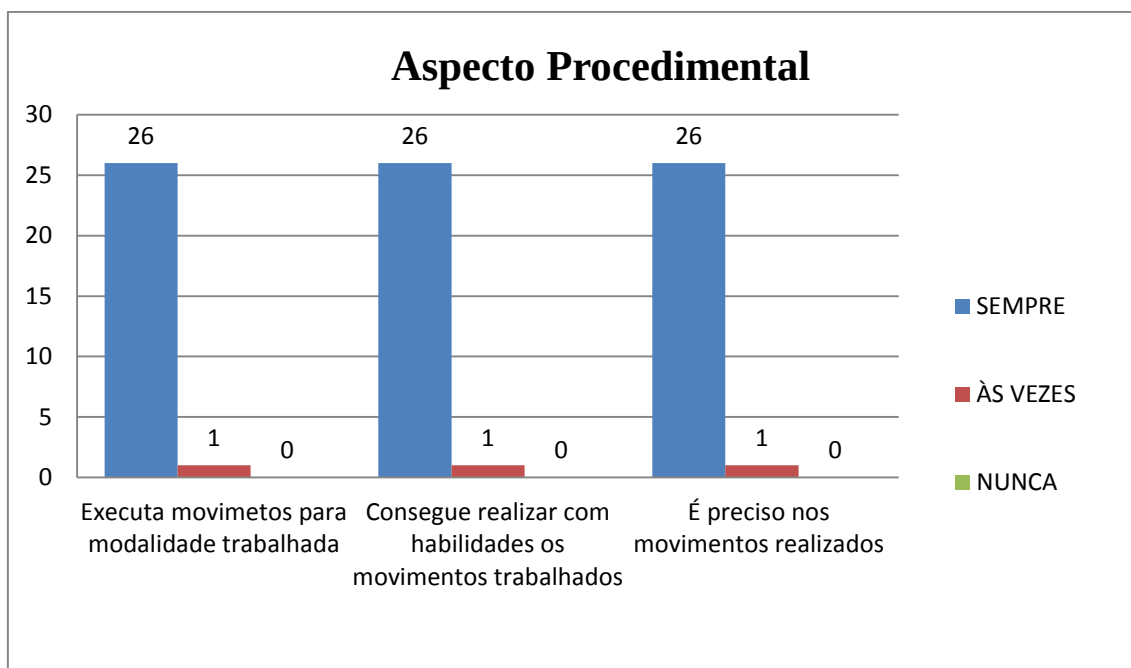
2. RELATÓRIO DE PARTICIPAÇÃO

2.1 GRÁFICOS

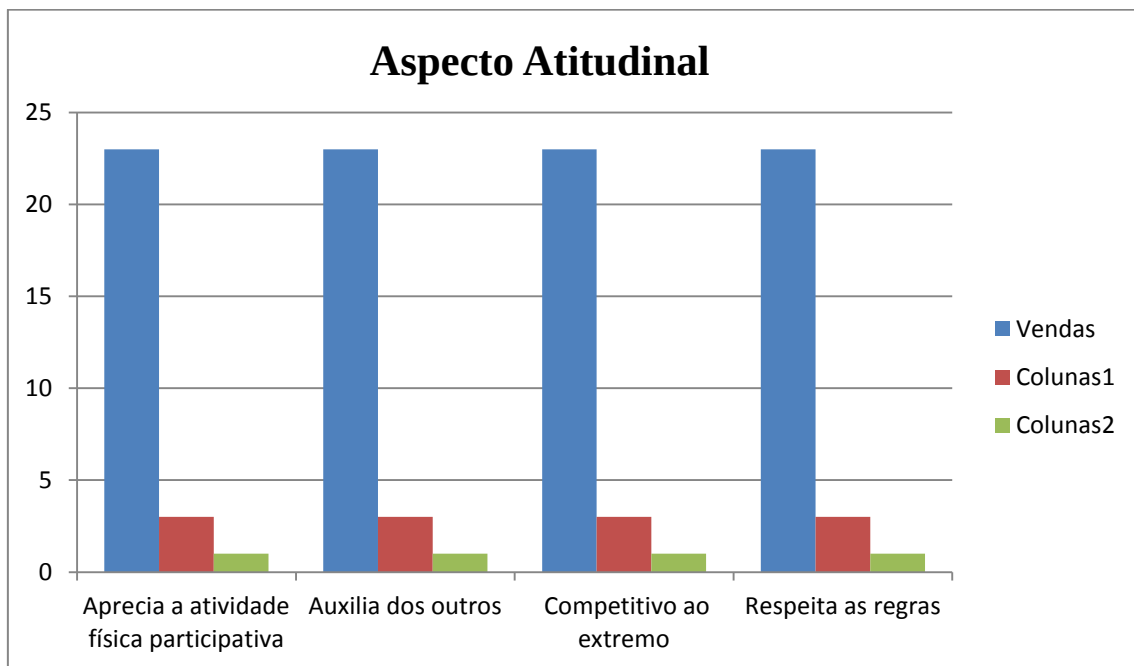
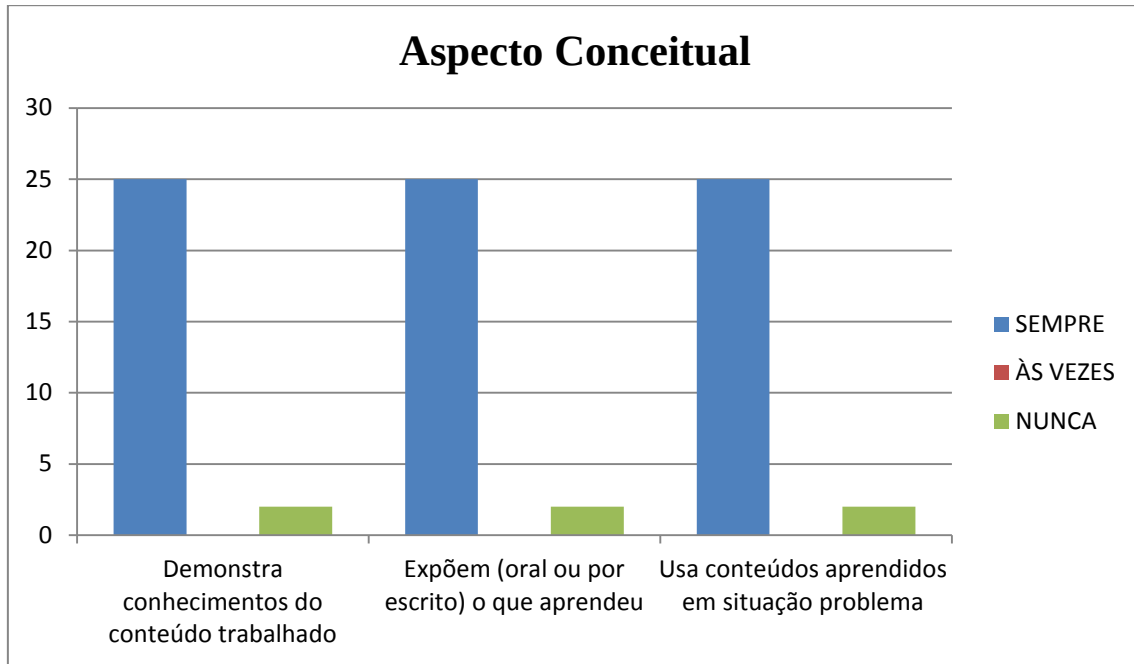
- 5º A

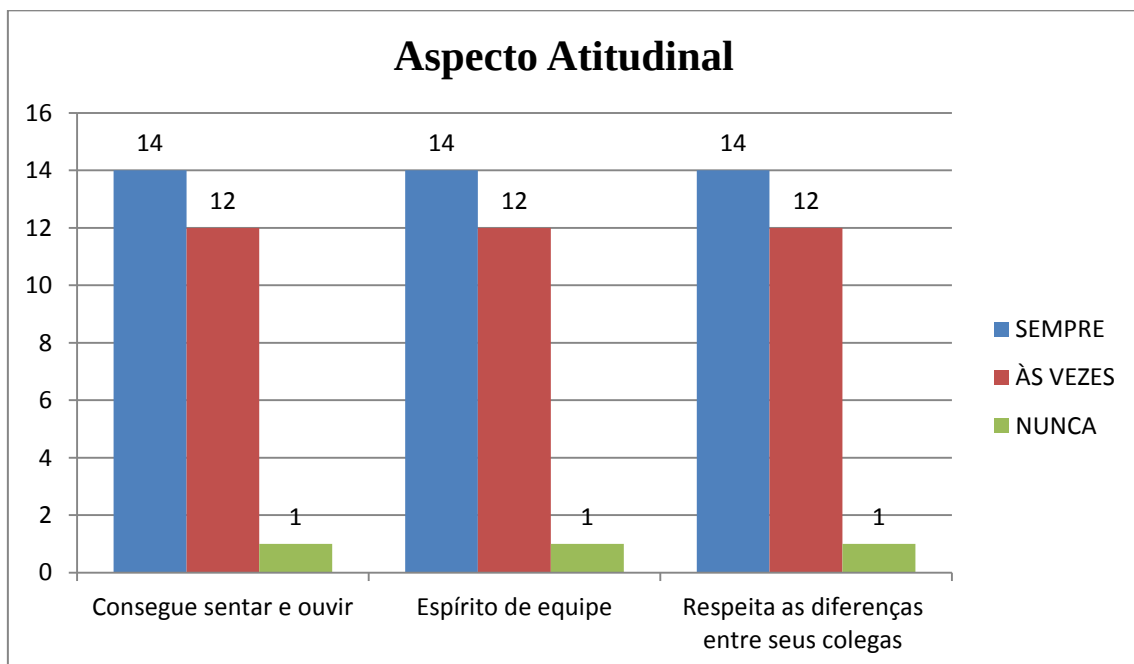
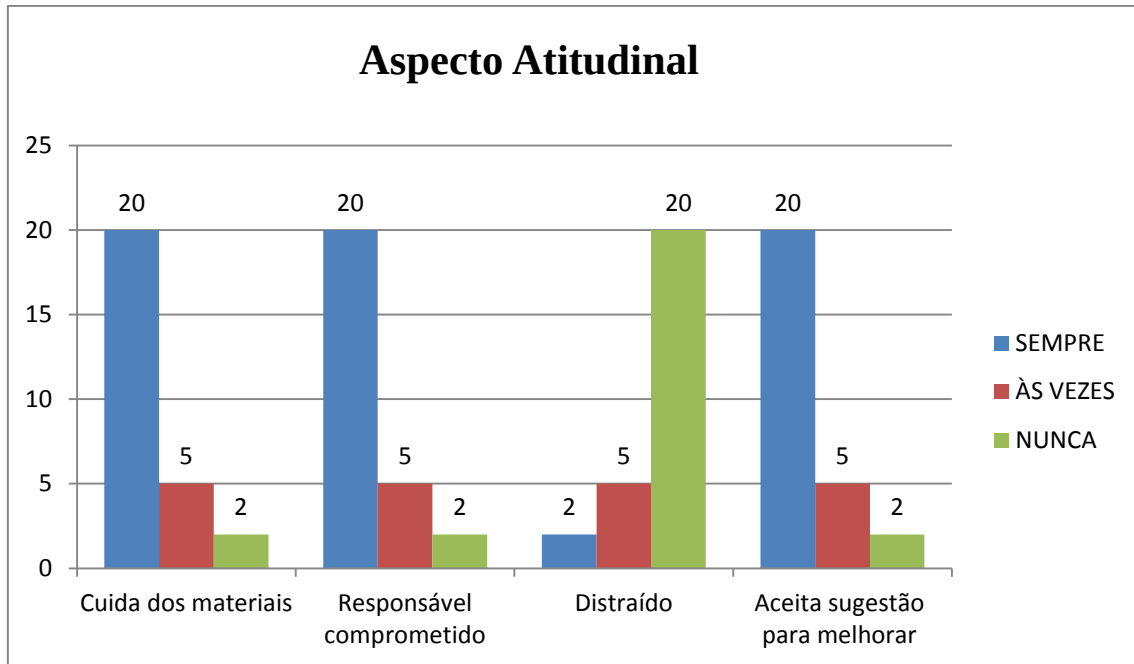




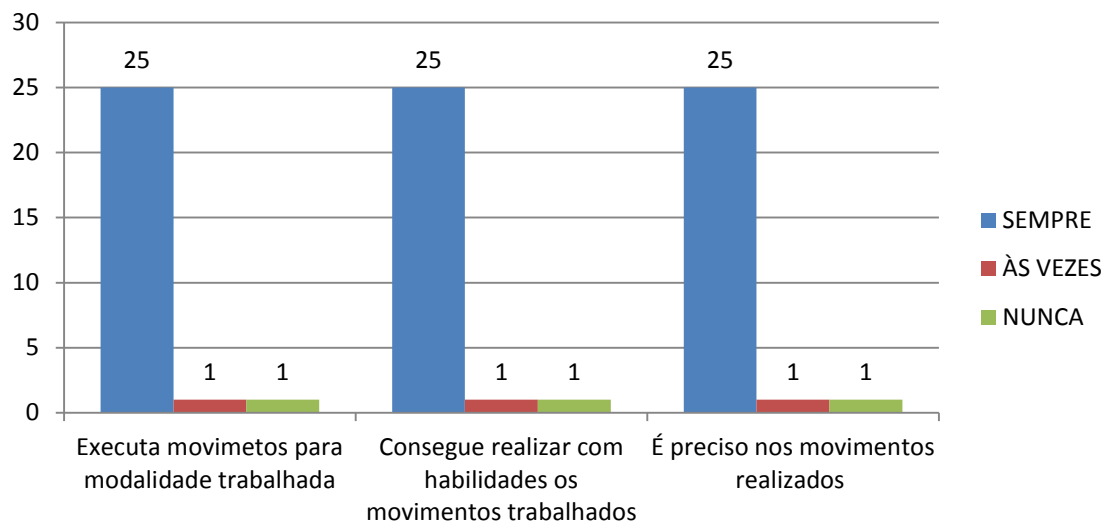


- 5º B

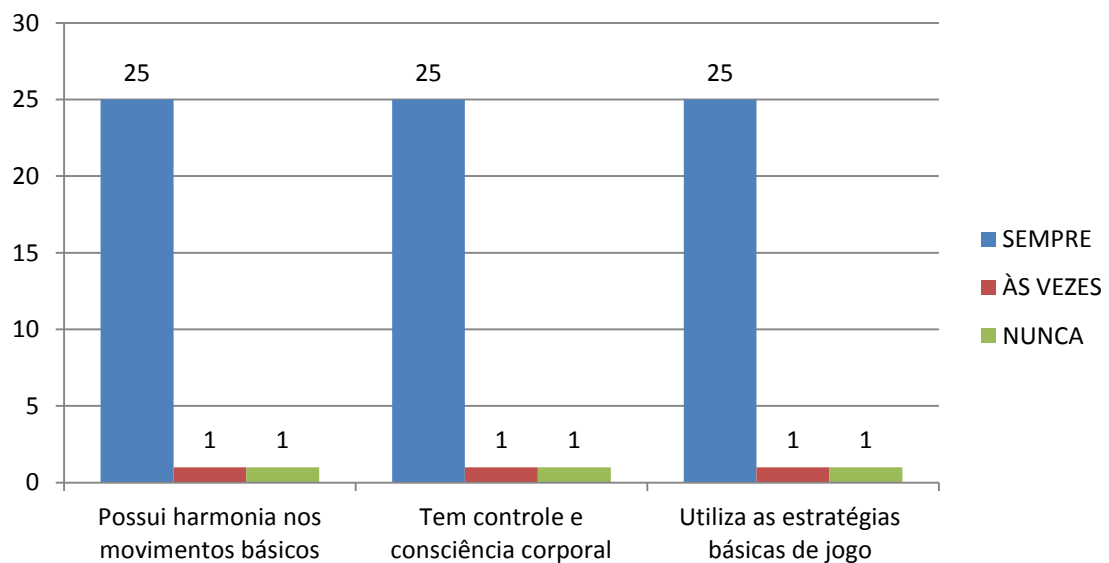




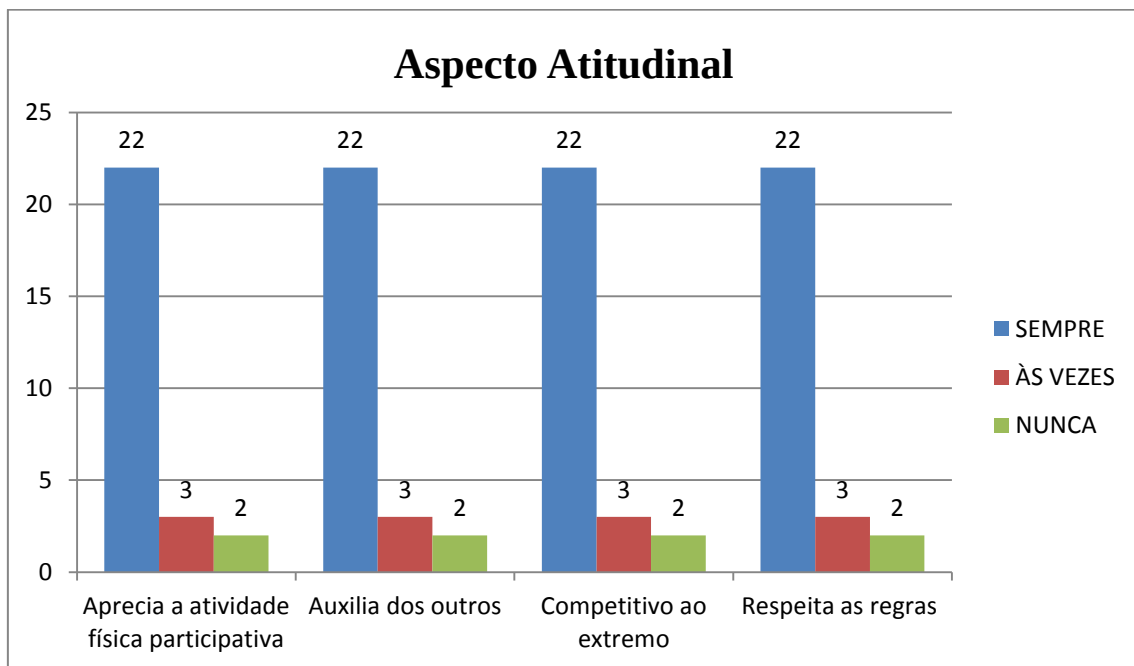
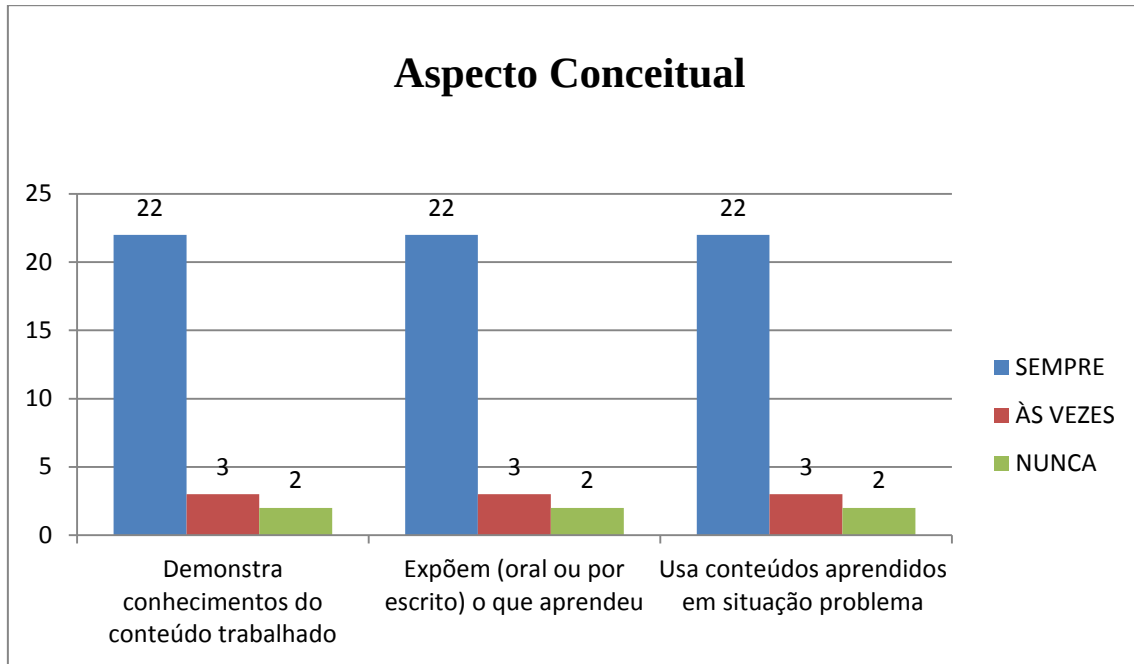
Aspecto Procedimental

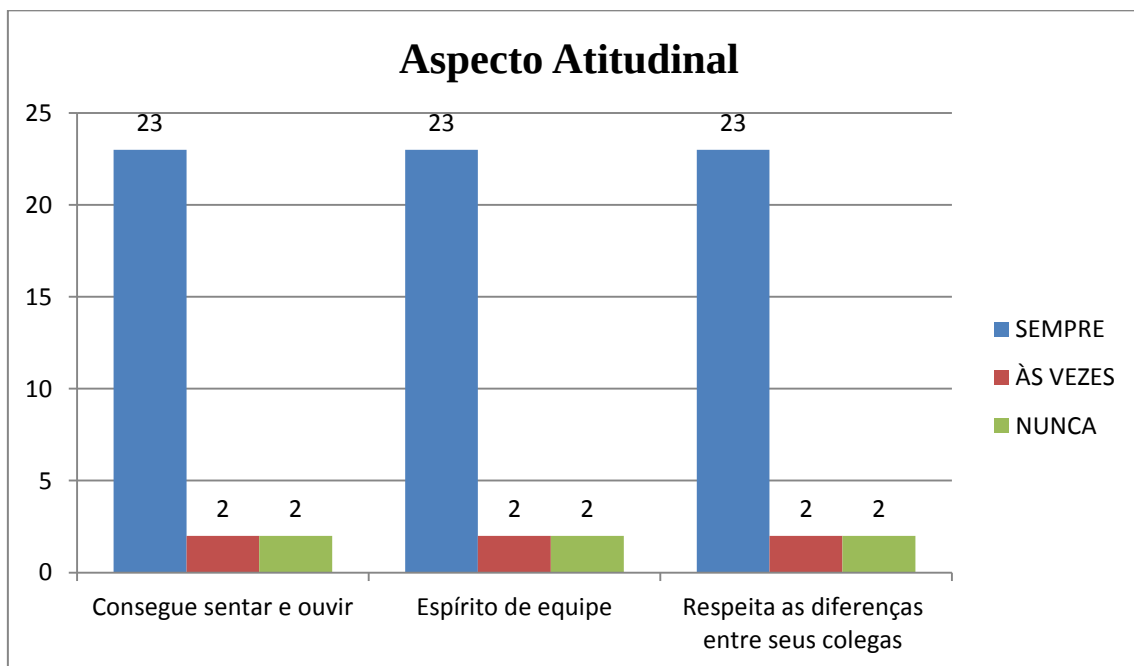
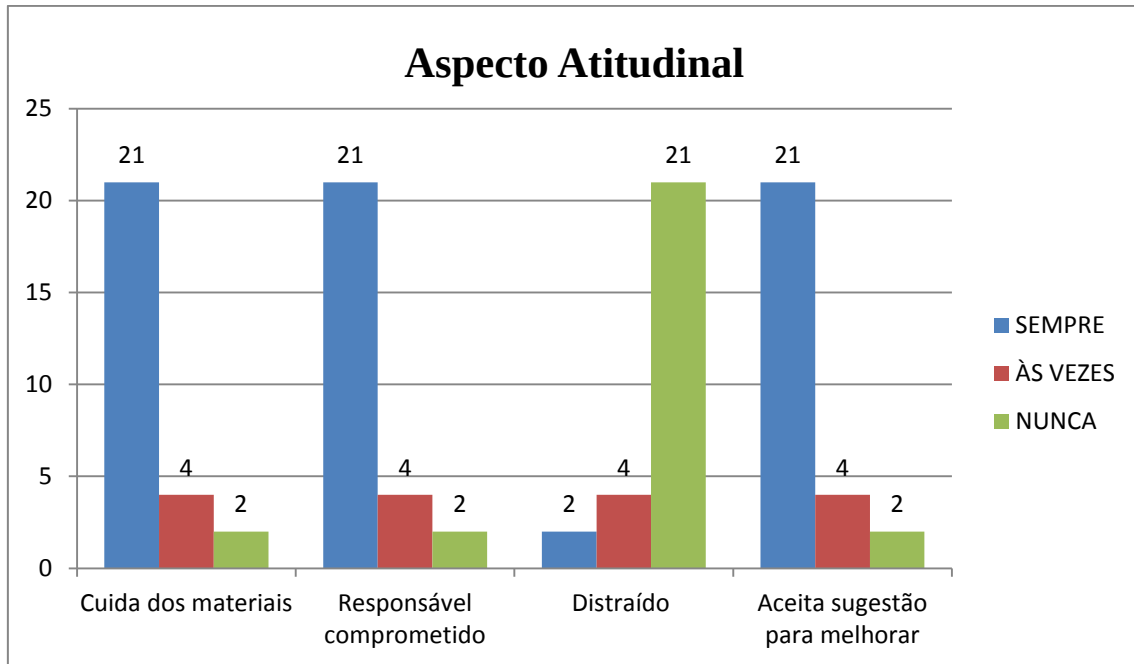


Aspecto Procedimental

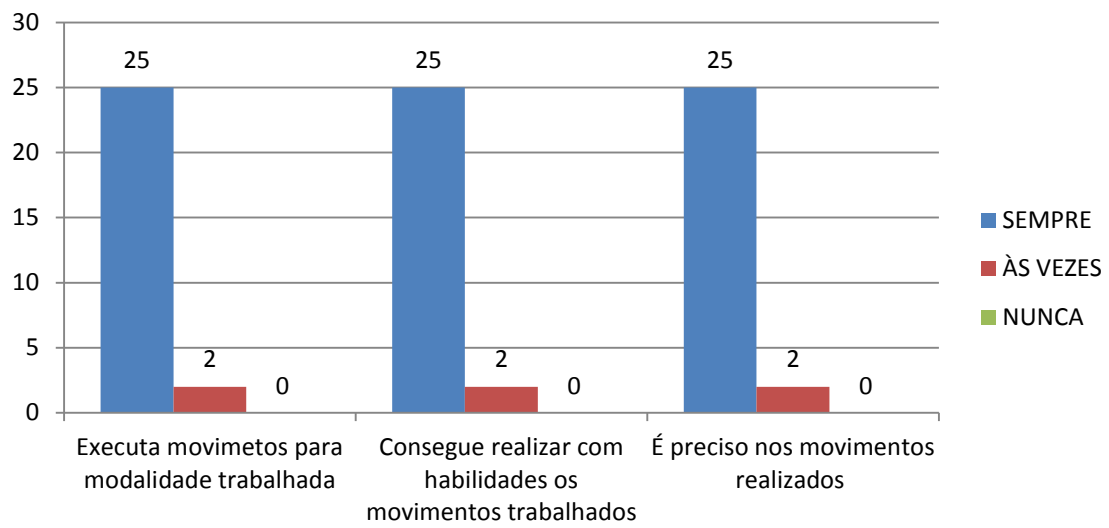


- 5º C

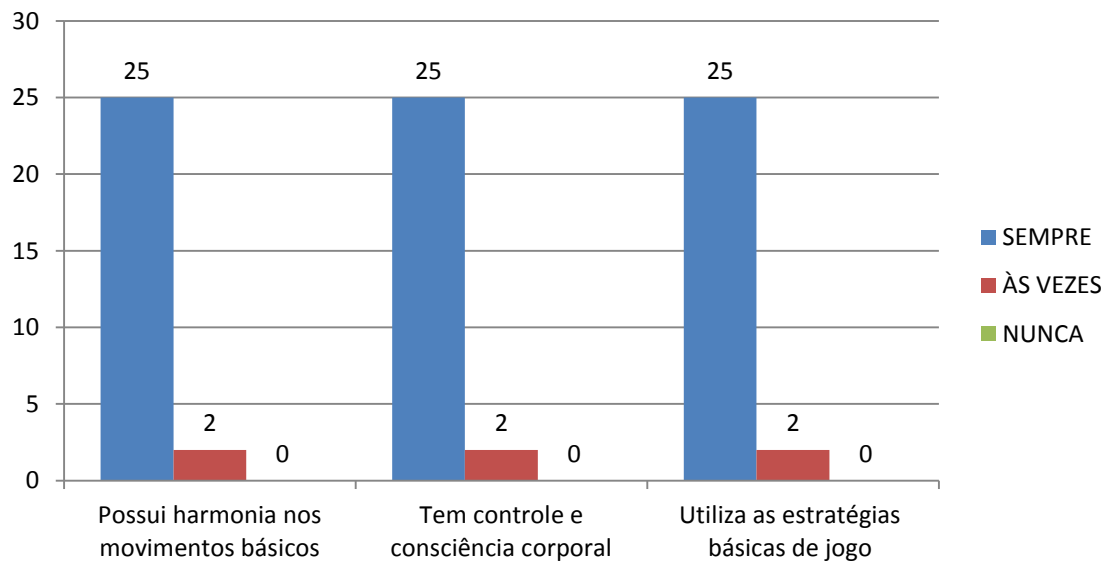




Aspecto Procedimental



Aspecto Procedimental



2.2 AVALIAÇÕES DIAGNÓSTICAS

➤ 5º ano A

- **Aluno 1: Alexia**

Uma menina bastante extrovertida, que está sempre expressando suas opiniões a respeito das situações. Tem um ótimo desempenho nas atividades, tanto nas aulas de Educação Física quanto nas demais disciplinas, em relação a notas e a participação. Gosta muito de desenhar, inclusive mostrou sua coleção de desenhos, e realmente faz isso muito bem. Segundo a professora de português, pode-se dizer que ela é uma aluna nota dez, participa bastante das aulas e demonstra respeitar as diferenças entre seus colegas. Pode-se notar que quando o professor deixa a turma livre para realizar diversas tarefas, ela, algumas vezes, acaba se isolando, brincando de basquete; já quando são determinadas as atividades, ela participa com entusiasmo, sempre buscando ajudar o colega e ter um bom desempenho nas atividades. Ela interage bem com a turma, com os professores e demais funcionários da escola. Está sempre tentando ajudar os professores, até mesmo em carregar a bolsa do professor, onde nota-se que a mesma possui um espírito de solidariedade. Tem uma capacidade linguística muito boa, inclusive gosta sempre de está conversando com os professores, e demonstra ser uma menina carinhosa, alegre e brincalhona. Alexia apresenta um bom desenvolvimento psicomotor, conseguindo demonstrar na prática os conteúdos que são trabalhados teoricamente e utilizá-los em situações problema. Consegue executar com habilidades e precisão os movimentos determinados pelos professores durante as atividades, onde se pode observar bom equilíbrio e boa coordenação motora na realização dos mesmos. Algumas vezes tem preguiça de participar das aulas, mas se o professor determinar algo, ela realiza. Demonstra gostar de competir, mas não em excesso, como outros alunos. Gosta mais da cooperação, onde visa o trabalho em equipe para a realização das atividades, e mostra que o que importa não é apenas ganhar, mas participar em união com os colegas. Portanto, pode-se notar que Alexia é uma aluna que está sempre buscando participar das aulas e ter um bom desempenho, comunicando-se com os professores e colegas, tirando dúvidas e expressando suas opiniões sobre as atividades realizadas e as situações as quais está inserida.

- **Aluno 2: Maria Clara**

É uma aluna que gosta muito de participar das aulas, inclusive é muito competitiva, esquecendo algumas vezes que necessita do auxílio dos colegas para a realização de certas atividades, e que em equipe ela pode até não chegar tão rápido ao fim que almeja em determinada situação, mas pode ir mais longe, como em muitas atividades voltadas a cooperação. Tem um bom desenvolvimento psicomotor, onde se pode notar um bom equilíbrio e uma boa coordenação motora. Ela consegue expressar bem suas opiniões a respeito das situações, gosta muito de conversar tanto com os colegas quanto com os professores, demonstrando sempre sua opinião a respeito dos assuntos em questão. Tem uma altura e um porte bem superior ao de seus colegas, onde em muitas situações e atividades consegue obter vantagens, entretanto em outras, como em atividades que exijam agilidade e velocidade, acaba tendo certas desvantagens. Maria Clara é muito inteligente, tendo um ótimo desempenho nas diversas disciplinas. Nas aulas de Educação Física, é muito participativa, principalmente quando são atividades que envolvam a competição. Devido a esse espírito forte de competir, acaba ficando com raiva quando acredita está sendo injustiçada por outra pessoa que está levando vantagem, quando muitas vezes, ela apenas não aceita perder. O que se torna importante a intervenção do professor, para mostrar que não questão apenas de ganhar, mas de participar das atividades, buscando está atenta as comandos do professor e trabalhar em equipe. Gosta quando o professor realiza atividades específicas, voltadas a um determinado conteúdo, mas prefere quando o professor os deixa ficarem “livres” para realizar atividades esportivas, onde se pode notar que ela gosta muito de vôlei, inclusive pratica a modalidade na escolinha no contra turno da escola, e demonstra realizar bem os movimentos necessários para o vôlei. Demonstra que assimila bem os conteúdos ministrados nas aulas, e consegue usá-los em situações problema. Apresenta ter uma mente bem influenciada pelos adultos, onde fala muito em namoro e situações afins, onde se nota que devido ao seu tamanho ser superior ao de seus colegas, acha que é mais desenvolvida, que já pode fazer coisas de adultos, e não apenas o brincar em si, da infância. Portanto, pode-se constatar que Maria Clara demonstra um bom desempenho nas aulas, mas que deve apenas aprimorar seu espírito de cooperação com os colegas.

- **Aluno 3: Laura**

Uma menina bastante competitiva pode-se dizer que a mais competitiva da turma, que até mesmo em situações onde a competição não esteja inserida ela quer competir, e se estiver levando desvantagem reclama muito, querendo mostrar que ela está certa, e que as atenções devem estar voltadas para a opinião dela. Laura apresenta uma altura bem inferior aos seus colegas de sala, na verdade, em relação às crianças de sua idade (10 anos), mas isso não é um fator limitante para ela deixar de participar das atividades, pelo contrário, está sempre participando e buscando dar o seu melhor. Muitas vezes os outros alunos falam que ela não consegue realizar tão ação ou tal atividade e ela bate de frente e diz que consegue sim, e ela consegue. Como em uma aula, onde uma turma estava brincando de basquete e ela disse que ia participar também, só que ela achava que não conseguia, e alguns alunos começaram a dizer que ela não ia alcançar, então ela decidiu realmente participar e disse que ia conseguir sim alcançar a cesta e efetuar pontos, e ela conseguiu. Todos ficaram entusiasmados e a parabenizaram e ela ficou muito feliz, e mostrou que seu tamanho não a impede de realizar as mesmas atividades que seus colegas, que são maiores que ela. Laura é uma boa aluna em sala em relação aos conteúdos, onde demonstra conseguir usar esses conteúdos em situações problema, e se expor tanto escrito quanto oralmente, dando sempre suas opiniões em determinadas situações. Ela tem espírito de equipe, porém devido ao seu alto grau de competitividade, muitas vezes, acaba esquecendo do colega e querendo realizar as atividades sozinha, não conseguindo entender as diferenças existentes entre os colegas, como em um ser mais lento, mais distraído, ela querendo sempre demonstrar ser superior a eles. Cabe, então, ao professor mostrar que é necessário trabalhar em equipe e entender que todos temos limitações e que devemos respeitá-las, pois um pode ser melhor em determinada atividade e outro em outra, e quando um auxilia o outro o nível de desempenho dos dois, e conseqüentemente de toda a turma, melhora. Portanto, nota-se que Laura é menina esforçada, inteligente, participativa, porém que precisa trabalhar o excesso de competitividade, e entender que ela precisa sim do colega para realizar as atividades, e que isso será determinante ao longo da vida dela, pois a competição é algo intrínseco ao ser humano, mas que é necessário entender que não podemos caminhar sozinhos.

- **Aluno 4: Maria Eduarda**

Uma aluna bastante participativa, que busca sempre interagir durante as atividades, mesmo que não esteja satisfeita com tal. Gosta muito de conversar e compartilhar as novidades com os colegas, sendo bastante adaptada a turma. Às vezes acaba excedendo os limites na conversa, e só para quando é chamada atenção pelo professor. Maria Eduarda demonstra entender os conteúdos aplicados em sala, e consegue usá-los em situações problema e expor suas opiniões tanto escrito quanto oralmente. Ela sempre ressalta que gosta quando o professor de Educação Física traz atividades direcionadas para toda a turma, trazendo brincadeiras abordadas através de um conteúdo específico como jogos cooperativos e jogos populares. Isso porque segundo a mesma, quando é assim todos participam das aulas, já quando o professor deixa os alunos livres para praticar atividades diversas, muitos ficam sem bola, e consequentemente ficam só conversando sem fazer nenhuma atividade, o que ela costuma falar que é muito chato. Porém quando as atividades são esportivas diversas, a aluna costuma optar mais pelo voleibol. Fala ainda que os meninos quando as aulas são livres, porque eles só pensam em “jogar bola”. Portanto, percebe-se a importância de conhecer a turma no geral e depois ir observando as particularidades de cada aluno, para que possa aplicar atividades que venham a englobar toda a turma, cada qual indo de acordo com seus limites, mas sem deixar de participar. A aluna fala que gosta muito das aulas de Educação Física, pois consegue aprender o conteúdo que está sendo trabalhando se divertindo. Como ela usa óculos, às vezes fica receosa de participar de algumas atividades que haja muito contato, com medo de quebra-lo. Mas mesmo que não enxergue tão bem, ela pede para o professor segurá-lo e continua participando das atividades. Em relação à coordenação motora e equilíbrio, Maria Eduarda apresenta alguns deslizes, mas está sempre buscando aperfeiçoar, mesmo que aparente sentir um pouco de preguiça em determinadas situações. Na questão de comportamento em sala, Maria é muito atenciosa às explicações, o que reflete também no bom desempenho das suas notas. Portanto, através da observação, pode-se notar, que a aluna, por mais que às vezes cometa alguns deslizes em relação a questão da conversa, a mesma é uma ótima aluna, que está sempre buscando se superar no seu desenvolvimento escolar.

- **Aluno 5: Maria Ângela**

Uma aluna bastante esforçada, que gosta muito de participar das atividades, porém às vezes tem receio, por achar que não é capaz de realiza-la, o que demonstra algumas barreiras mentais em relação a isso, pois a mesma não possui nenhuma necessidade educacional especial. Acontece também, por a mesma ser um pouco lenta na realização das atividades, de alguns colegas ficarem reclamando, dizendo que a equipe vai perder por causa dela etc., o que vai gerando alguns bloqueios em sua mente. Portanto, faz-se necessário a intervenção do professor nesse caso, para conversar com a turma, explicando que não há diferenças entre a turma, que todos podem e devem participar das atividades, uns auxiliando os outros, mostrando que um pode realizar melhor uma determinada atividade, e o outro, realizar outra, e assim o desempenho de todos será melhor, quando trabalhado em conjunto. O professor necessidade observar as habilidades e limitações de cada aluno, mas buscar sempre trabalhar com um foco no todo, mostrando para os alunos essa importância de trabalharem juntos para um melhor desempenho. Maria Ângela é uma aluna bastante tímida e não é muito adaptada com a turma ainda, até porque a mesma entrou esse ano na escola, então, ainda está no processo de adaptação com o novo ambiente escolar. Entretanto, ela participa das atividades com entusiasmo, e demonstra ficar muito feliz quando consegue realiza-las com êxito. A aluna tem um ótimo desempenho escolar, onde demonstra que gosta muito de estudar, e quando não consegue atingir as notas que almeja fica muito triste, mas está sempre buscando superar seus limites. Ela gosta quando as atividades são direcionadas pelo professor, dinâmicas que trabalhem um determinado conteúdo, principalmente quando envolve o trabalho em equipe, pois ela consegue realizar as atividades, mesmo que dentro dos seus limites, e ainda assim contribuir para o desempenho da sua equipe. Maria Ângela demonstra ser uma menina muito carinhosa e atenciosa. Portanto, pode-se perceber que ela é uma aluna que apresenta um ótimo comportamento, apesar das limitações que acha ter em relação à maneira mais lenta que tem de realizar as coisas, porém com a intervenção do professor esse quadro pode ser mudado, onde o mesmo pode mostrar que ao invés de olhar para suas limitações, ela precisar olhar para as suas habilidades, e assim irá conseguir obter um melhor desempenho tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

- **Aluno 6: Cristóvão**

Um aluno bastante participativo, que gosta tanto das aulas livres quanto das atividades direcionadas. Quando o professor deixa as crianças livres para realizar atividades esportivas diversas, Cristóvão costuma participar um pouco de cada atividade como basquete, futsal, vôlei e pula-corda. Já quando são aplicadas atividades direcionadas a um determinado conteúdo como jogos cooperativos e jogos competitivos, o aluno também participa com bastante entusiasmo, querendo sempre ser escolhido, quando necessário alguém para ser o alvo da brincadeira, o que cabe ao professor explicar que todos devem ter a oportunidade de participar, e quando acontece, ele entende e continua participando das atividades. Cristóvão é bastante competitivo, porém quando há a necessidade do trabalho em equipe, ele respeita as diferenças dos colegas e os auxilia, cooperando para o bom desempenho da equipe. Em relação ao desempenho escolar, ele é um ótimo aluno. Gosta muito de conversar com os colegas, o que às vezes excede os limites, tanto nas aulas em sala de aula, quanto nas extraclases, como as de Educação Física, mas com a intervenção do professor, ele para e obedece. Cristóvão é bastante habilidoso em relação aos esportes, apesar de ele se identificar mais com o futsal, onde apresenta um excelente desempenho, também possui habilidades para o basquete e o vôlei. Entretanto, é notória a prevalência do seu gosto pelo futsal, onde demonstra conseguir executar ainda mais os movimentos voltados a essa modalidade. É um aluno bastante rápido e ágil, conseguindo na maioria das vezes se sobressair nesse quesito em relação aos seus colegas. Cristóvão quando está sozinho parece ser um aluno bem calmo, porém quando junta-se com os colegas ele se agita demais, tornando até um pouco complicado participar das atividades mais calmas. Ele quer sempre ser escolhido para ajudar o professor ou ser o aluno pivô das atividades, quando necessário, o que cabe ao professor explicar, que todos precisam ter a oportunidade de participar das atividades e não apenas ele. Entretanto, mesmo que não seja chamado para tal continua participando das atividades, auxiliando seus colegas, buscando sempre ser o campeão ou seu time ser o campeão da brincadeira, isso devido ao alto nível de competitividade.

- **Aluno 7: Cristian**

Um menino bastante agitado, que está sempre conversando com os colegas, e muitas vezes, acaba desobedecendo ao professor. É um aluno bastante habilidoso, principalmente quando se trata de movimentos voltados ao futsal, modalidade que o mesmo gosta bastante, e quer sempre jogar nas aulas de Educação Física. Então, quando o professor determina que não terá a modalidade na aula do dia, fica um pouco revoltado, mas quando as atividades são impostas pelo professor, ele termina participando, mesmo não sendo do seu agrado. É notório que ele não tem muita responsabilidade nem muito cuidado com seus materiais. Cristian é um aluno muito raivoso, onde muitas vezes se envolve em brigas com os colegas, como uma vez que brigou feio com outro aluno, por conta de algum problema no jogo de futsal durante a aula. Então, o professor separou os dois e os colocou sentados um do lado do outro e disse que só sairiam dali quando se abraçassem ou quando terminasse a aula, e Cristian mesmo chorando, só saiu quando terminou a aula. Entretanto, na outra aula estavam os dois brincando juntos de novo. O que nota-se a importância do professor para apaziguar esses casos. Cristian costuma participar de todas as atividades, sendo sempre muito competitivo, buscando sempre vencê-las, e quando não consegue fica furioso, mas depois compreende que o que realmente vale é participar, brincar e se divertir. É um aluno que possui um bom desempenho escolar, porém devido a esse comportamento desrespeitoso, acaba gerando muitos desentendimentos tanto com os colegas quanto com os professores. Nesse caso, cabe ao professor está conversando com o aluno, buscando entender o motivo de tanta fúria e explicar que ele precisa entender as diferenças entre os alunos, que ele pode ser habilidoso em algumas atividades, mas pode haver outras que ele não possui tanta habilidade, e outro colega possui, e daí a importância de um está sempre auxiliando o outro, mostrando a necessidade de trabalhar em equipe. O professor deve aplicar atividades mais voltadas a cooperação, para que esse tipo de aluno, venha a entender que ele sozinho pode chegar até mais rápido na vez dele, mas é necessário um trabalho em equipe, para que eles possam ir mais longe e obter um melhor resultado. Portanto, ao observar o comportamento de Cristian percebe-se que ele é sim um aluno bastante habilidoso, principalmente quando são atividades relacionadas ao futsal, entretanto, há a necessidade de se trabalhar melhor com ele a questão da importância da cooperação, de aceitar a diferença entre os colegas e do auxílio um ao outro.

- **Aluno 8: Moisés**

Um menino bastante participativo, mas também muito desatento. Daí muitas vezes os meninos reclamarem que ele está atrasando o desempenho da equipe ou da turma em si, por não prestar a atenção na hora da explicação do professor, e na hora de executar a ação fica perguntando o que deve fazer, pois não entendeu a brincadeira. Devido a essa desatenção se torna um pouco lento em relação aos outros alunos durante o desenvolvimento das atividades. O que cabe ao professor ficar sempre o chamando a atenção na hora da explicação, alertando-o de que precisa entender logo o que irá desempenhar na prática posteriormente. Moisés possui habilidades físicas mais voltadas ao futsal, que é o esporte que possui mais afinidade e que mais pratica, cabendo ao professor o tirar da zona de conforto e mostrar que apesar de ele gostar mais desse esporte, ele precisa outras atividades que trabalhem outras habilidades e capacidades físicas. O aluno apresenta um bom desempenho escolar, sendo prejudicado mais pela sua desatenção. Entretanto, apesar disso dessa dificuldade, quando ele consegue entender a brincadeira, ele participa bastante e até consegue ser um pouco mais ágil. Moisés quando está sozinho aparenta ser um menino bem calmo, mas quando junta-se com os colegas se agita bastante, chegando até a ser chamado atenção pelo professor, o que o faz ficar com raiva da situação. Quanto está jogando futsal, Moisés nem parece aquele menino lento e desatento das outras atividades, ele corre, chuta, faz gol, o que intriga com seu comportamento. O que faz entender que ele é um menino normal, porém quando não gosta muito da atividade perde o foco, pensando em outras coisas, o que o faz não entender o que está sendo explicado, já quando está fazendo algo de seu agrado, como jogar futsal, ele é bem ágil, falante e competitivo, querendo sempre vencer. Em relação, ao aspecto conceitual, Moisés demonstra aprender o que é ensinado em sala, porém apresenta dificuldade em se expressar, principalmente oralmente. Em relação às atitudes, participa das aulas, mesmo quando não demonstra tanto interesse, às vezes auxilia os colegas e ajuda do desempenho da equipe, quando realizadas atividades que necessitem do trabalho em grupo. Portanto, nota-se que Moisés é um bom aluno, porém precisa ser trabalhada a questão da atenção nos momentos de realização de atividades, as quais sejam diferentes de seus interesses pessoais, para que possa trabalhar as diversas habilidades motoras e aos poucos aperfeiçoá-las.

- **Aluno 9: João Lucas**

Um aluno que participa das atividades, mas que está sempre reclamando, pois quer fazer tudo à sua maneira, ser sempre escolhido e obter os melhores resultados, o que cabe ao professor chamar a atenção e conversar, mostrando que ele tem que participar de todas as atividades, independente de ganhar ou não. É notório que gosta mais de trabalhar individualmente ou quando pode escolher sua equipe, cabendo ao professor mostrar que ele necessita sim trabalhar em equipe e com todos os alunos da sala, não apenas com os que ele tem mais afinidades. João Lucas apresenta um bom desempenho escolar, onde demonstra conseguir adquirir os conhecimentos aprendidos nas aulas teóricas e aplica-los no cotidiano, além de saber se expressar tanto escrito como oralmente, dando suas opiniões quando necessário. Entretanto tem essa dificuldade em lidar com a turma no geral, focando, na maioria das vezes, apenas em si, no andamento do seu aprendizado individual. Quando o professor deixa as aulas livres, onde eles brincam de atividades esportivas diversas, ele corre pro futsal, onde geralmente é o goleiro, e demonstra habilidades para tal; já quando o professor aplica atividades direcionadas a um determinado conteúdo, ele participa, porém fica reclamando, e sempre pergunta se terá futsal no dia, o que cabe ao professor explicar que a Educação Física não envolve apenas os esportes no geral, mas que estes são apenas uma parte dela, sendo de extrema importância aplicar outras atividades, que trabalhem outros conteúdos dentro dessa disciplina tão ampla, mas que muitas vezes dentro da escola, devido principalmente a monotonia das aulas de determinados professores, termina se restringindo apenas aos esportes, como futsal, vôlei e basquete. Pode-se notar através de algumas expressões e atitudes, que João Lucas é um menino bastante mimado, principalmente quando demonstra querer que ele seja o centro das atenções e que não se mistura com todos alunos durante as brincadeiras. Durante atividades que exijam a presença de um goleiro, sempre pede para realizar tal ação, pois se identifica e costuma dizer que é o goleiro da sala, demonstrando habilidade para tal. Entretanto, há a necessidade do professor mostrar que ele precisa participar das diversas funções dentro das atividades, para que possa desenvolver habilidades desenvolvidas por elas. Portanto, percebe-se que João Lucas é um aluno com um bom desempenho escolar, porém necessita aprender a trabalhar mais em equipe, trabalhando mais a cooperação em detrimento da competição, entendendo as diferenças existentes entre seus colegas.

- **Aluno 10: Arthur**

Um menino que às vezes é bem tranquilo, mas que de repente fica bastante agitado, chegando a se envolver em brigas com colegas, principalmente relacionadas a jogo, no caso futsal. Tem aulas que Arthur participa com bastante entusiasmo, mas há outras onde ele simplesmente diz que não quer participar, cabendo ao professor conversar com o aluno e entender o que está se passando, e caso ele não queira falar o motivo de não querer participar, basta ao professor se impor e discipliná-lo, mostrando que a aula de Educação Física é importante como todas as outras e que ele tem sim que participar e caso ainda haja dificuldade deve-se tomar uma providência junto à coordenação da escola. É notório que quando ele está sendo o centro da brincadeira, ele passa a se empolgar mais, porém quando está no mesmo nível de todos, fica desmotivado, dizendo que não quer brincar, que está sem vontade ou inventa qualquer outra desculpa para não participar das atividades. Entende-se que ele quer ser melhor do que os outros alunos, não entendendo as diferenças existentes entre os colegas, mas que todos têm os mesmos direitos na turma, cabendo ao professor salientar a importância do trabalho em equipe, proporcionando mais atividades voltadas a essa questão, como os jogos cooperativos, que trabalham a cooperação entre os participantes da equipe, quanto a “tão querida” pelas crianças, como Arthur, a competição, entre as equipes envolvidas na atividade. A competição é realmente algo intrínseco do ser humano, porém há crianças que desenvolvem muito mais isso, algumas vezes se tornando até prejudicial, onde não apenas o professor, mas as pessoas que são autoridades na vida da criança devem conversar com ela e alertar do risco que o excesso de competitividade pode trazer, mostrando a importância do trabalho em equipe, de que precisamos uns dos outros para viver em sociedade, onde quer que a gente ande, não apenas na escola. Arthur demonstra ser um menino bastante mimado, o que faz com que ele queira que as atenções estejam sempre voltadas para ele, ficando com raiva quando isso não acontece, o que se subentende que em casa é assim que ele é tratado sendo o centro das atenções do cotidiano familiar. Portanto, vê-se a importância de um diálogo entre pais e professores para que essas questões sejam discutidas e trabalhadas, para um melhor desenvolvimento da criança, e conseqüentemente um melhor desempenho escolar, tanto em relação às notas, quanto ao comportamento, o que trará diversos benefícios para a criança, como principalmente aprender a lidar com as diferenças entre os colegas nas aulas.

➤ 5° B

• **Aluno 1: Cibelly**

É uma aluna que gosta muito de participar das aulas, inclusive é muito competitiva, esquecendo algumas vezes que necessita do auxílio dos colegas para a realização de certas atividades, e que em equipe ela pode até não chegar tão rápido ao fim que almeja em determinada situação, mas pode ir mais longe. Tem um bom desenvolvimento psicomotor, onde se pode notar um bom equilíbrio e uma boa coordenação motora. Ela consegue expressar bem suas opiniões a respeito das situações, gosta muito de conversar tanto com os colegas quanto com os professores, demonstrando sempre sua opinião a respeito dos assuntos em questão. Tem uma altura e um porte bem superior ao de seus colegas, onde em muitas situações e atividades consegue obter vantagens, principalmente em relação a atividades que exigem a força. Cibelly é muito inteligente, tendo um ótimo desempenho nas diversas disciplinas. Devido a esse espírito forte de competir, acaba ficando com raiva quando acredita está sendo injustiçada por outra pessoa que está levando vantagem, quando muitas vezes, ela apenas não aceita perder. O que se torna importante a intervenção do professor, para mostrar que não questão apenas de ganhar, mas de participar das atividades, buscando está atenta as comandos do professor e trabalhar em equipe. Gosta quando o professor realiza atividades específicas, voltadas a um determinado conteúdo, mas quando o professor os deixa ficarem “livres” para realizar atividades esportivas, é notório que ela gosta muito de vôlei, e demonstra realizar bem os movimentos necessários para tal. Apresenta ter uma mente bem influenciada pelos adultos, onde fala muito em namoro e situações afins, onde se nota que devido ao seu tamanho ser superior ao de seus colegas, acha que é mais desenvolvida, que já pode fazer coisas de adultos, e não apenas o brincar em si, da infância. Além disso, quando há atividades de contato costuma chutar os colegas e depois reclama se os outros fizerem o mesmo com ela, sem dar conta que é exatamente isso que ela costuma fazer, cabendo a interferência do professor em explicar que isso não é aceitável e que ela pode ser disciplinada por isso. Portanto, pode-se constatar que Cibelly demonstra um bom desempenho nas aulas, mas que deve apenas aprimorar seu espírito de cooperação com os colegas.

- **Aluno 2: Tereza Vitória**

Uma aluna bastante esforçada, que gosta muito de participar das atividades, porém às vezes tem receio, por achar que não é capaz de realiza-la, o que demonstra algumas barreiras mentais em relação a isso, pois a mesma não possui nenhuma necessidade educacional especial. Acontece também, por a mesma ser um pouco lenta na realização das atividades, de alguns colegas ficarem reclamando, dizendo que a equipe vai perder por causa dela etc., o que vai gerando alguns bloqueios em sua mente. Portanto, faz-se necessário a intervenção do professor nesse caso, para conversar com a turma, explicando que não há diferenças entre a turma, que todos podem e devem participar das atividades, uns auxiliando os outros, mostrando que um pode realizar melhor uma determinada atividade, e o outro, realizar outra, e assim o desempenho de todos será melhor, quando trabalhado em conjunto. O professor necessidade observar as habilidades e limitações de cada aluno, mas buscar sempre trabalhar com um foco no todo, mostrando para os alunos essa importância de trabalharem juntos para um melhor desempenho. Tereza é uma aluna bastante tímida e não é muito adaptada com a turma ainda, até porque a mesma entrou esse ano na escola, então, ainda está no processo de adaptação com o novo ambiente escolar. Entretanto, ela participa das atividades com entusiasmo, e demonstra ficar muito feliz quando consegue realiza-las com êxito. A aluna tem um ótimo desempenho escolar, onde demonstra que gosta muito de estudar, e quando não consegue atingir as notas que almeja fica muito triste, mas está sempre buscando superar seus limites. Ela gosta quando as atividades são direcionadas pelo professor, dinâmicas que trabalhem um determinado conteúdo, principalmente quando envolve o trabalho em equipe, pois ela consegue realizar as atividades, mesmo que dentro dos seus limites, e ainda assim contribuir para o desempenho da sua equipe. Tereza demonstra ser uma menina muito carinhosa e atenciosa. Portanto, pode-se perceber que ela é uma aluna que apresenta um ótimo comportamento, apesar das limitações que acha ter em relação à maneira mais lenta que tem de realizar as coisas, porém com a intervenção do professor esse quadro pode ser mudado, onde o mesmo pode mostrar que ao invés de olhar para suas limitações, ela precisar olhar para as suas habilidades, e assim irá conseguir obter um melhor desempenho tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

- **Aluno 3: Lavínia**

Uma menina bastante extrovertida, que está sempre expressando suas opiniões a respeito das situações. Tem um ótimo desempenho nas atividades, tanto nas aulas de Educação Física quanto nas demais disciplinas, em relação a notas e a participação, inclusive é a líder da sala. Segundo a professora de português, pode-se dizer que ela é uma aluna nota dez, participa bastante das aulas e demonstra respeitar as diferenças entre seus colegas. Lavínia é a líder da turma e demonstra ser uma menina bem centrada durante a realização das atividades, sempre buscando dar o seu melhor. Pode-se notar que quando o professor deixa a turma livre para realizar diversas tarefas, ela, algumas vezes, acaba se isolando, brincando de basquete ou pulando corda; já quando são determinadas as atividades, ela participa com entusiasmo, sempre buscando ajudar o colega e ter um bom desempenho nas atividades. Ela interage bem com a turma, com os professores e demais funcionários da escola. Está sempre tentando ajudar os professores, até mesmo em carregar a bolsa do professor, onde nota-se que a mesma possui um espírito de solidariedade. Tem uma capacidade linguística muito boa, inclusive gosta sempre de está conversando com os professores, e demonstra ser uma menina carinhosa, alegre e brincalhona. Lavínia apresenta um bom desenvolvimento psicomotor, conseguindo demonstrar na prática os conteúdos que são trabalhados teoricamente e utilizá-los em situações problema. Consegue executar com habilidades e precisão os movimentos determinados pelos professores durante as atividades, onde se pode observar bom equilíbrio e boa coordenação motora na realização dos mesmos. Ela participa de todas as atividades, porém demonstra gostar mais de vôlei e handebol, o que se percebe quando são realizadas brincadeiras relacionadas a esse esporte um maior entusiasmo na execução, e ela apresenta habilidades motoras para tais. Algumas vezes tem preguiça de participar das aulas, mas se o professor determinar algo, ela realiza. Demonstra gostar de competir, mas não em excesso, como outros alunos. Gosta mais da cooperação, onde visa o trabalho em equipe para a realização das atividades, e mostra que o que importa não é apenas ganhar, mas participar em união com os colegas. Portanto, pode-se notar que Lavínia é uma aluna que está sempre buscando participar das aulas e ter um bom desempenho, comunicando-se com os professores e colegas, tirando dúvidas e expressando suas opiniões sobre as atividades realizadas e as situações as quais está inserida.

- **Aluno 4: Sâmily**

Uma aluna bastante participativa, que busca sempre interagir durante as atividades, mesmo que não esteja satisfeita com tal. Gosta muito de conversar e compartilhar as novidades com os colegas, sendo bastante adaptada a turma. Às vezes acaba excedendo os limites na conversa, e só para quando é chamada atenção pelo professor. Sâmily demonstra entender os conteúdos aplicados em sala, e consegue usá-los em situações problema e expor suas opiniões tanto escrito quanto oralmente. Ela sempre ressalta que gosta quando o professor de Educação Física traz atividades direcionadas para toda a turma, trazendo brincadeiras abordadas através de um conteúdo específico como jogos cooperativos e jogos populares. Isso porque segundo a mesma, quando é assim todos participam das aulas, já quando o professor deixa os alunos livres para praticar atividades diversas, muitos ficam sem bola, e consequentemente ficam só conversando sem fazer nenhuma atividade, o que ela costuma falar que é muito chato. Porém quando as atividades são esportivas diversas, a aluna costuma optar mais pelo voleibol. Fala ainda que os meninos quando as aulas são livres, porque eles só pensam em “jogar bola”. Portanto, percebe-se a importância de conhecer a turma no geral e depois ir observando as particularidades de cada aluno, para que possa aplicar atividades que venham a englobar toda a turma, cada qual indo de acordo com seus limites, mas sem deixar de participar. A aluna fala que gosta muito das aulas de Educação Física, pois consegue aprender o conteúdo que está sendo trabalhando se divertindo. Em relação à coordenação motora e equilíbrio, Sâmily apresenta alguns deslizos, mas está sempre buscando aperfeiçoar, mesmo que aparente sentir um pouco de preguiça em determinadas situações. Na questão de comportamento em sala, Sâmily é muito atenciosa às explicações, o que reflete também no bom desempenho das suas notas. Gosta de conversar bastante com os professores e com os colegas, onde se percebe que está sempre buscando fazer novas amizades. Portanto, através da observação, pode-se notar, que a aluna, por mais que às vezes cometa alguns deslizos em relação a questão da conversa, a mesma é uma ótima aluna, que está sempre buscando se superar no seu desenvolvimento escolar.

- **Aluno 5: Maria Isabel**

Uma menina bastante competitiva pode-se dizer que a mais competitiva da turma, que até mesmo em situações onde a competição não esteja inserida ela quer competir, e se estiver levando desvantagem reclama muito, querendo mostrar que ela está certa, e que as atenções devem estar voltadas para a opinião dela. Isabel apresenta uma altura bem inferior aos seus colegas de sala, na verdade, em relação às crianças de sua idade (10 anos), mas isso não é um fator limitante para ela deixar de participar das atividades, pelo contrário, está sempre participando e buscando dar o seu melhor. Muitas vezes os outros alunos falam que ela não consegue realizar tal ação ou tal atividade e ela bate de frente e diz que consegue sim, e ela consegue. Como em uma aula, onde uma turma estava brincando de basquete e ela disse que ia participar também, só que ela achava que não conseguia, e alguns alunos começaram a dizer que ela não ia alcançar, então ela decidiu realmente participar e disse que ia conseguir sim alcançar a cesta e efetuar pontos, e ela conseguiu. Todos ficaram entusiasmados e a parabenizaram e ela ficou muito feliz, e mostrou que seu tamanho não a impede de realizar as mesmas atividades que seus colegas, que são maiores que ela. Isabel é uma boa aluna em sala em relação aos conteúdos, onde demonstra conseguir usar esses conteúdos em situações problema, e se expor tanto escrito quanto oralmente, dando sempre suas opiniões em determinadas situações. Ela tem espírito de equipe, porém devido ao seu alto grau de competitividade, muitas vezes, acaba esquecendo do colega e querendo realizar as atividades sozinha, não conseguindo entender as diferenças existentes entre os colegas, como em um ser mais lento, mais distraído, ela querendo sempre demonstrar ser superior a eles. Cabe, então, ao professor mostrar que é necessário trabalhar em equipe e entender que todos temos limitações e que devemos respeitá-las, pois um pode ser melhor em determinada atividade e outro em outra, e quando um auxilia o outro o nível de desempenho dos dois, e consequentemente de toda a turma, melhora. Portanto, nota-se que Isabel é menina esforçada, inteligente, participativa, porém que precisa trabalhar o excesso de competitividade, e entender que ela precisa sim do colega para realizar as atividades, e que isso será determinante ao longo da vida dela, pois a competição é algo intrínseco ao ser humano, mas que é necessário entender que não podemos caminhar sozinhos.

- **Aluno 6: Heitor**

Um aluno bastante participativo, que gosta tanto das aulas livres quanto das atividades direcionadas. Quando o professor deixa as crianças livres realizar atividades esportivas diversas, Heitor costuma participar um pouco de cada atividade como basquete, futsal, vôlei e pula-corda. Já quando são aplicadas atividades direcionadas a um determinado conteúdo como jogos cooperativos e jogos competitivos, o aluno também participa com bastante entusiasmo, querendo sempre ser escolhido, quando necessário alguém para ser o alvo da brincadeira, o que cabe ao professor explicar que todos devem ter a oportunidade de participar, e quando acontece, ele entende e continua participando das atividades. Heitor é bastante competitivo, porém quando há a necessidade do trabalho em equipe, ele respeita as diferenças dos colegas e os auxilia, cooperando para o bom desempenho da equipe. Em relação ao desempenho escolar, ele é um ótimo aluno. Gosta muito de conversar com os colegas, o que às vezes excede os limites, tanto nas aulas em sala de aula, quanto nas extraclases, como as de Educação Física, mas com a intervenção do professor, ele para e obedece. Heitor é bastante habilidoso em relação aos esportes, apesar de ele se identificar mais com o futsal, onde apresenta um excelente desempenho, também possui habilidades para o basquete e o vôlei. Entretanto, é notória a prevalência do seu gosto pelo futsal, onde demonstra conseguir executar ainda mais os movimentos voltados a essa modalidade. É um aluno bastante rápido e ágil, conseguindo na maioria das vezes se sobressair nesse quesito em relação aos seus colegas. Heitor quando está sozinho parece ser um aluno bem calmo, porém quando junta-se com os colegas ele se agita demais, tornando até um pouco complicado participar das atividades mais calmas. Ele quer sempre ser escolhido para ajudar o professor ou ser o aluno pivô das atividades, quando necessário, o que cabe ao professor explicar, que todos precisam ter a oportunidade de participar das atividades e não apenas ele. Entretanto, mesmo que não seja chamado para tal continua participando das atividades, auxiliando seus colegas, buscando sempre ser o campeão ou seu time ser o campeão da brincadeira, isso devido ao alto nível de competitividade.

- **Aluno 7: Nicolás Façanha**

Um aluno que participa das atividades, mas que está sempre reclamando, pois quer fazer tudo à sua maneira, ser sempre escolhido e obter os melhores resultados, o que cabe ao professor chamar a atenção e conversar, mostrando que ele tem que participar de todas as atividades, independente de ganhar ou não. É notório que gosta mais de trabalhar individualmente ou quando pode escolher sua equipe, cabendo ao professor mostrar que ele necessita sim trabalhar em equipe e com todos os alunos da sala, não apenas com os que ele tem mais afinidades. Nicolás apresenta um bom desempenho escolar, onde demonstra conseguir adquirir os conhecimentos aprendidos nas aulas teóricas e aplica-los no cotidiano, além de saber se expressar tanto escrito como oralmente, dando suas opiniões quando necessário. Entretanto tem essa dificuldade em lidar com a turma no geral, focando, na maioria das vezes, apenas em si, no andamento do seu aprendizado individual. Quando o professor deixa as aulas livres, onde eles brincam de atividades esportivas diversas, ele corre pro futsal, onde geralmente é o goleiro, e demonstra habilidades para tal; já quando o professor aplica atividades direcionadas a um determinado conteúdo, ele participa, porém fica reclamando, e sempre pergunta se terá futsal no dia, o que cabe ao professor explicar que a Educação Física não envolve apenas os esportes no geral, mas que estes são apenas uma parte dela, sendo de extrema importância aplicar outras atividades, que trabalhem outros conteúdos dentro dessa disciplina tão ampla, mas que muitas vezes dentro da escola, devido principalmente a monotonia das aulas de determinados professores, termina se restringindo apenas aos esportes, como futsal, vôlei e basquete. Pode-se notar através de algumas expressões e atitudes, que Nicolás é um menino bastante mimado, principalmente quando demonstra querer que ele seja o centro das atenções e que não se mistura com todos alunos durante as brincadeiras. Durante atividades que exijam a presença de um goleiro, sempre pede para realizar tal ação, pois se identifica e costuma dizer que é o goleiro da sala, demonstrando habilidade para tal. Entretanto, há a necessidade do professor mostrar que ele precisa participar das diversas funções dentro das atividades, para que possa desenvolver habilidades desenvolvidas por elas. Portanto, percebe-se que Nicolás é um aluno com um bom desempenho escolar, porém necessita aprender a trabalhar mais em equipe, trabalhando mais a cooperação em detrimento da competição, entendendo as diferenças existentes entre seus colegas.

- **Aluno 8: Maicon**

Um menino que às vezes é bem tranquilo, mas que de repente fica bastante agitado, chegando a se envolver em brigas com colegas, principalmente relacionadas a jogo, no caso futsal. Tem aulas que Maicon participa com bastante entusiasmo, mas há outras onde ele simplesmente diz que não quer participar, cabendo ao professor conversar com o aluno e entender o que está se passando, e caso ele não queira falar o motivo de não querer participar, basta ao professor se impor e discipliná-lo, mostrando que a aula de Educação Física é importante como todas as outras e que ele tem sim que participar e caso ainda haja dificuldade deve-se tomar uma providência junto à coordenação da escola. É notório que quando ele está sendo o centro da brincadeira, ele passa a se empolgar mais, porém quando está no mesmo nível de todos, fica desmotivado, dizendo que não quer brincar, que está sem vontade ou inventa qualquer outra desculpa para não participar das atividades. Entende-se que ele quer ser melhor do que os outros alunos, não entendendo as diferenças existentes entre os colegas, mas que todos têm os mesmos direitos na turma, cabendo ao professor salientar a importância do trabalho em equipe, proporcionando mais atividades voltadas a essa questão, como os jogos cooperativos, que trabalham a cooperação entre os participantes da equipe, quanto a “tão querida” pelas crianças, como Maicon, a competição, entre as equipes envolvidas na atividade. A competição é realmente algo intrínseco do ser humano, porém há crianças que desenvolvem muito mais isso, algumas vezes se tornando até prejudicial, onde não apenas o professor, mas as pessoas que são autoridades na vida da criança devem conversar com ela e alertar do risco que o excesso de competitividade pode trazer, mostrando a importância do trabalho em equipe, de que precisamos uns dos outros para viver em sociedade, onde quer que a gente ande, não apenas na escola. Maicon demonstra ser um menino bastante mimado, o que faz com que ele queira que as atenções estejam sempre voltadas para ele, ficando com raiva quando isso não acontece, o que se subentende que em casa é assim que ele é tratado sendo o centro das atenções do cotidiano familiar. Portanto, vê-se a importância de um diálogo entre pais e professores para que essas questões sejam discutidas e trabalhadas, para um melhor desenvolvimento da criança, e conseqüentemente um melhor desempenho escolar, tanto em relação às notas, quanto ao comportamento, o que trará diversos benefícios para a criança, como principalmente aprender a lidar com as diferenças entre os colegas nas aulas.

- **Aluno 9: Daniel**

Um menino bastante agitado, que está sempre conversando com os colegas, e muitas vezes, acaba desobedecendo ao professor. É um aluno bastante habilidoso, principalmente quando se trata de movimentos voltados ao futsal, modalidade que o mesmo gosta bastante, e quer sempre jogar nas aulas de Educação Física. Então, quando o professor determina que não terá a modalidade na aula do dia, fica um pouco revoltado, mas quando as atividades são impostas pelo professor, ele termina participando, mesmo não sendo do seu agrado. É notório que ele não tem muita responsabilidade nem muito cuidado com seus materiais. Daniel é um aluno muito raivoso, onde muitas vezes se envolve em brigas com os colegas, como uma vez que brigou feio com outro aluno, por conta de algum problema no jogo de futsal durante a aula. Então, o professor separou os dois e os colocou sentados um do lado do outro e disse que só sairiam dali quando se abraçassem ou quando terminasse a aula, e Daniel mesmo chorando, só saiu quando terminou a aula. Entretanto, na outra aula estavam os dois brincando juntos de novo. O que nota-se a importância do professor para apaziguar esses casos. Daniel costuma participar de todas as atividades, sendo sempre muito competitivo, buscando sempre vencê-las, e quando não consegue fica furioso, mas depois compreende que o que realmente vale é participar, brincar e se divertir. É um aluno que possui um bom desempenho escolar, porém devido a esse comportamento desrespeitoso, acaba gerando muitos desentendimentos tanto com os colegas quanto com os professores. Nesse caso, cabe ao professor está conversando com o aluno, buscando entender o motivo de tanta fúria e explicar que ele precisa entender as diferenças entre os alunos, que ele pode ser habilidoso em algumas atividades, mas pode haver outras que ele não possui tanta habilidade, e outro colega possui, e daí a importância de um está sempre auxiliando o outro, mostrando a necessidade de trabalhar em equipe. O professor deve aplicar atividades mais voltadas a cooperação, para que esse tipo de aluno, venha a entender que ele sozinho pode chegar até mais rápido na vez dele, mas é necessário um trabalho em equipe, para que eles possam ir mais longe e obter um melhor resultado. Portanto, ao observar o comportamento de Daniel percebe-se que ele é sim um aluno bastante habilidoso, principalmente quando são atividades relacionadas ao futsal, entretanto, há a necessidade de se trabalhar melhor com ele a questão da importância da cooperação, de aceitar a diferença entre os colegas e do auxílio um ao outro.

- **Aluno 10: Felipe (gêmeo)**

Felipe é irmão gêmeo de Nicolas do 5º ano C da escola. As semelhanças dos irmãos vão além das características físicas, onde são idênticos, passa por todos os aspectos, conceituais, atitudinais e procedimentais. Os dois são bastante agitados, o que foi um dos fatores para que eles fossem separados de turma, onde até o 4º ano estudaram juntos. Felipe é um aluno muito participativo e competitivo, está sempre buscando dar o seu máximo nas atividades, e quando são atividades voltadas a competição, esforça-se para que venha a obter a vitória. Em relação ao aspecto conceitual, ou seja, aquisição e assimilação do conteúdo ministrado em sala, ele tem um ótimo desempenho, conseguindo sempre se expressar e expor suas opiniões de acordo com as situações problema propostas pelo professor. Apesar de ser bastante competitivo, Felipe busca sempre trabalhar em equipe, pois entende com conseguirá ir mais longe com o auxílio de seus colegas. É um aluno responsável tanto com suas tarefas quanto com seus materiais. Felipe sempre participa de todas as atividades propostas pelo professor, mas é notório que gosta mais de futsal, onde possui habilidades motoras para tal, conseguindo executar os movimentos exigidos por essa modalidade com excelência. Portanto, quando o professor deixa os alunos livres para praticarem atividades esportivas diversas, ele sempre tende ir para o futsal, onde se torna ainda mais competitivo, buscando sempre se sobressair em relação aos colegas. Entretanto, quando o professor determina um conteúdo diferente a ser trabalhado na aula, ele participa com entusiasmo, buscando dar sempre o seu melhor para obter um melhor resultado. Felipe é um muito atento às explicações do professor, o que o possibilita um entendimento mais rápido das brincadeiras propostas, porém devido à influência de colegas, às vezes, se dispersa um pouco, mas quando chamado atenção pelo professor, consegue voltar à brincadeira, entender o que é pra ser feito e colocar em prática. Portanto, nota-se que Felipe é um ótimo aluno, quanto nos aspectos relacionados ao conteúdo explicado pelo professor e sua assimilação do mesmo, quanto às suas atitudes tanto individual quanto em equipe, além de ter um desenvolvimento motor excelente, principalmente quando se trata do esporte que tem mais afinidade, que é o futsal, geralmente o mais praticado pelos meninos da turma, onde consegue utilizar estratégias básicas de jogo e executar com excelência os movimentos exigidos pela modalidade.

➤ **5º ano C**

• **Aluno 1: Nayane**

Uma aluna bastante participativa, que busca sempre interagir durante as atividades, mesmo que não esteja satisfeita com tal. Gosta muito de conversar e compartilhar as novidades com os colegas, sendo bastante adaptada a turma. Às vezes acaba excedendo os limites na conversa, e só para quando é chamada atenção pelo professor. Nayane demonstra entender os conteúdos aplicados em sala, e consegue usá-los em situações problema e expor suas opiniões tanto escrito quanto oralmente. Ela sempre ressalta que gosta quando o professor de Educação Física traz atividades direcionadas para toda a turma, trazendo brincadeiras abordadas através de um conteúdo específico como jogos cooperativos e jogos populares. Isso porque segundo a mesma, quando é assim todos participam das aulas, já quando o professor deixa os alunos livres para praticar atividades diversas, muitos ficam sem bola, e consequentemente ficam só conversando sem fazer nenhuma atividade, o que ela costuma falar que é muito chato. Porém quando as atividades são esportivas diversas, a aluna costuma optar mais pelo voleibol. Fala ainda que os meninos quando as aulas são livres, porque eles só pensam em “jogar bola”. Portanto, percebe-se a importância de conhecer a turma no geral e depois ir observando as particularidades de cada aluno, para que possa aplicar atividades que venham a englobar toda a turma, cada qual indo de acordo com seus limites, mas sem deixar de participar. A aluna fala que gosta muito das aulas de Educação Física, pois consegue aprender o conteúdo que está sendo trabalhando se divertindo. Como ela usa óculos, às vezes fica receosa de participar de algumas atividades que haja muito contato, com medo de quebra-lo. Mas mesmo que não enxergue tão bem, ela pede para o professor segurá-lo e continua participando das atividades. Em relação à coordenação motora e equilíbrio, Nayane apresenta alguns deslizes, mas está sempre buscando aperfeiçoar, mesmo que aparente sentir um pouco de preguiça em determinadas situações. Na questão de comportamento em sala, Nayane é muito atenciosa às explicações, o que reflete também no bom desempenho das suas notas. Portanto, através da observação, pode-se notar, que a aluna, por mais que às vezes cometa alguns deslizes em relação à questão da conversa, a mesma é uma ótima aluna, que está sempre buscando se superar no seu desenvolvimento escolar.

- **Aluno 2: Sabrina**

Uma menina bastante extrovertida, que está sempre expressando suas opiniões a respeito das situações. Tem um ótimo desempenho nas atividades, tanto nas aulas de Educação Física quanto nas demais disciplinas, em relação a notas e a participação, inclusive é a líder da sala. Segundo a professora de português, pode-se dizer que ela é uma aluna nota dez, participa bastante das aulas e demonstra respeitar as diferenças entre seus colegas. Sabrina é a líder da turma e demonstra ser uma menina bem centrada durante a realização das atividades, sempre buscando dar o seu melhor. Pode-se notar que quando o professor deixa a turma livre para realizar diversas tarefas, ela costuma ficar pulando corda de diversas maneiras com os colegas, e tem habilidades para tal; já quando são determinadas as atividades, ela participa com entusiasmo, sempre buscando ajudar o colega e ter um bom desempenho nas atividades. Ela interage bem com a turma, com os professores e demais funcionários da escola. Está sempre tentando ajudar os professores, até mesmo em carregar a bolsa do professor, onde nota-se que a mesma possui um espírito de solidariedade. Tem uma capacidade linguística muito boa, inclusive gosta sempre de está conversando com os professores, e demonstra ser uma menina carinhosa, alegre e brincalhona. Sabrina apresenta um bom desenvolvimento psicomotor, conseguindo demonstrar na prática os conteúdos que são trabalhados teoricamente e utilizá-los em situações problema. Consegue executar com habilidades e precisão os movimentos determinados pelos professores durante as atividades, onde se pode observar bom equilíbrio e boa coordenação motora na realização dos mesmos. Ela participa de todas as atividades, porém demonstra gostar mais de futsal e de pular corda, o que se percebe quando são realizadas brincadeiras relacionadas a isso um maior entusiasmo na execução, e ela apresenta habilidades motoras para tais. Algumas vezes tem preguiça de participar das aulas, mas se o professor determinar algo, ela realiza. Demonstra gostar de competir, mas não em excesso, como outros alunos. Gosta mais da cooperação, onde visa o trabalho em equipe para a realização das atividades, e mostra que o que importa não é apenas ganhar, mas participar em união com os colegas. Portanto, pode-se notar que Sabrina é uma aluna que está sempre buscando participar das aulas e ter um bom desempenho, comunicando-se com os professores e colegas, tirando dúvidas e expressando suas opiniões sobre as atividades realizadas e as situações as quais está inserida.

- **Aluno 3: Kaellany**

Uma menina bastante carinhosa, extrovertida e participativa. Kaellany faz acompanhamento no AEE – Atendimento Educacional Especializado, pois apresenta déficit de atenção, o que faz com ela tenha algumas dificuldades cognitivas, não conseguindo se expressar em nenhum momento das aulas de maneira escrita e oralmente dificilmente. Entretanto, apesar da sua limitação, ela é uma aluna muito esforçada, que mesmo que não consiga escrever as tarefas que a professora coloca no quadro por completo, ela tira o caderno e tenta dar o seu máximo, onde na maioria das vezes escrever o seu nome completo já é uma grande conquista. Entretanto, apesar de suas dificuldades em relação aos aspectos conceituais, Kaellany consegue se desenvolver bem durante as aulas de Educação Física, onde participa de todas as atividades com bastante entusiasmo, buscando se superar a cada atividade, a cada aula dando o seu melhor. Quando apresenta alguma dificuldade na execução dos movimentos exigidos por determinada atividade sempre busca tirar a dúvida com o professor e continuar participando das brincadeiras. Ela é muito esperta, o que as vezes mesmo sem entender a brincadeira de início ela utiliza estratégias para se sobressair no jogo, como por exemplo em um jogo de “queimada”, onde ela falou para o professor que não estava entendendo a brincadeira, mas continuava participando do jogo e não era “acertada” pelo oponente que estivesse com a posse de bola, pois ela tentava de toda maneira se refugiar da bola e não deixar tocar nela, e assim foi durante muito tempo da brincadeira. É uma menina muito carinhosa que está sempre abraçando seus colegas e professores, demonstrando sempre seus sentimentos, mas geralmente está sempre sorrindo e conversando com as colegas, o que algumas vezes excede o limite permitido pelo professor e é chamada a atenção, para que volte a focar na aula e possa entender a atividade que será posteriormente executada. Quando as aulas são livres para a realização de atividades esportivas diversas, ela não se identifica com um esporte determinado, gosta mais de ficar pulando corda ou conversando com as colegas, contando histórias de terror, segundo ela não tem medo desse tipo de história. Portanto, Kaellany não se limita às suas dificuldades, mas busca sempre se sobressair em meio a elas, mostrando que é sim capaz e que sabe da necessidade do colega para conseguir alcançar isso, onde nota-se o espírito de solidariedade, o que deve ser sempre incentivado para que ela continue se desenvolvendo cada vez mais dentro e fora do ambiente escolar.

- **Aluno 4: Mariana**

Uma aluna bastante esforçada, que gosta muito de participar das atividades, porém às vezes tem receio, por achar que não é capaz de realiza-la, o que demonstra algumas barreiras mentais em relação a isso, pois a mesma não possui nenhuma necessidade educacional especial. Acontece também, por a mesma ser um pouco lenta na realização das atividades, de alguns colegas ficarem reclamando, dizendo que a equipe vai perder por causa dela etc., o que vai gerando alguns bloqueios em sua mente. Portanto, faz-se necessário a intervenção do professor nesse caso, para conversar com a turma, explicando que não há diferenças entre a turma, que todos podem e devem participar das atividades, uns auxiliando os outros, mostrando que um pode realizar melhor uma determinada atividade, e o outro, realizar outra, e assim o desempenho de todos será melhor, quando trabalhado em conjunto. O professor necessidade observar as habilidades e limitações de cada aluno, mas buscar sempre trabalhar com um foco no todo, mostrando para os alunos essa importância de trabalharem juntos para um melhor desempenho. Mariana é uma aluna bastante tímida e não é muito adaptada com a turma ainda, até porque a mesma entrou esse ano na escola, então, ainda está no processo de adaptação com o novo ambiente escolar. Entretanto, ela participa das atividades com entusiasmo, e demonstra ficar muito feliz quando consegue realiza-las com êxito. A aluna tem um ótimo desempenho escolar, onde demonstra que gosta muito de estudar, e quando não consegue atingir as notas que almeja fica muito triste, mas está sempre buscando superar seus limites. Ela gosta quando as atividades são direcionadas pelo professor, dinâmicas que trabalhem um determinado conteúdo, principalmente quando envolve o trabalho em equipe, pois ela consegue realizar as atividades, mesmo que dentro dos seus limites, e ainda assim contribuir para o desempenho da sua equipe. Mariana demonstra ser uma menina muito carinhosa e atenciosa. Portanto, pode-se perceber que ela é uma aluna que apresenta um ótimo comportamento, apesar das limitações que acha ter em relação à maneira mais lenta que tem de realizar as coisas, porém com a intervenção do professor esse quadro pode ser mudado, onde o mesmo pode mostrar que ao invés de olhar para suas limitações, ela precisar olhar para as suas habilidades, e assim irá conseguir obter um melhor desempenho tanto dentro quanto fora do ambiente escolar.

- **Aluno 5: Letícia**

Um menina bastante participativa, mas também muito desatenta. Daí muitas vezes os meninos reclamarem que ela está atrasando o desempenho da equipe ou da turma em si, por não prestar a atenção na hora da explicação do professor, e na hora de executar a ação fica perguntando o que deve fazer, pois não entendeu a brincadeira. Devido a essa desatenção se torna um pouco lenta em relação aos outros alunos durante o desenvolvimento das atividades. O que cabe ao professor ficar sempre a chamando a atenção na hora da explicação, alertando-a de que precisar entender logo o que irá desempenhar na prática posteriormente. Letícia possui habilidades físicas mais voltadas ao futsal, que é o esporte que possui mais afinidade e que mais pratica, cabendo ao professor o tirar da zona de conforto e mostrar que apesar de ele gostar mais desse esporte, ele precisa outras atividades que trabalhem outras habilidades e capacidades físicas. A aluna apresenta um desempenho escolar razoável, sendo prejudicado principalmente pela sua desatenção. Entretanto, apesar disso dessa dificuldade, quando ela consegue entender a brincadeira e participa bastante e até consegue ser um pouco mais ágil. Letícia quando está sozinha aparenta ser uma menina bem calma, mas quando junta-se com os colegas se agita bastante, chegando até a ser chamada atenção pelo professor. Quanto está jogando futsal, Letícia nem parece aquela menina lenta e desatenta das outras atividades, ela corre, chuta, faz gol, o que intriga com seu comportamento. O que faz entender que ela é uma menina normal, porém quando não gosta muito da atividade perde o foco, pensando em outras coisas, o que a faz não entender o que está sendo explicado, já quando está fazendo algo de seu agrado, como jogar futsal, ela é bem ágil, falante e competitiva, querendo sempre vencer. Em relação, ao aspecto conceitual, Letícia demonstra não assimilar nada do que é ensinado em sala, além de apresentar dificuldade em se expressar, tanto escrito quanto oralmente. Em relação às atitudes, participa das aulas, mesmo quando não demonstra tanto interesse, às vezes auxilia os colegas e ajuda no desempenho da equipe, quando realiza as atividades que necessitem do trabalho em grupo. Portanto, nota-se que Letícia é uma aluna que necessita de uma atenção especial, de uma conversa, para entender o que acontece para que ela não consiga aprender o conteúdo que é ministrado pelo professor, e precisa trabalhar principalmente a questão da atenção nos momentos de realização de atividades, as quais sejam diferentes de seus interesses pessoais, para que possa trabalhar as diversas habilidades motoras e aos poucos aperfeiçoá-las.

- **Aluno 6: Levi**

Um aluno bastante complicado, que apresenta diversas dificuldades cognitivas e não se esforça para se sobressair em meio a elas, acomodando-se durante o andamento das aulas, onde não tira nem o caderno e a caneta ou lápis para escrever o que a professora coloca no quadro. Levi possui acompanhamento no AEE – Atendimento Educacional Especializado, pois apresenta diversas dificuldades cognitivas, o que faz com que ele não consiga prestar atenção às aulas, demonstrando total desinteresse. Entretanto, durante as aulas de Educação Física se percebe que ele consegue se expressar um pouco e expor suas opiniões de acordo com determinado conteúdo. Levi geralmente participa de todas as atividades, mesmo que ele tenha algumas dificuldades. Entretanto, nota-se que seu desenvolvimento motor prevalece em relação ao cognitivo. Quando o professor realiza atividades esportivas diversas, ele costuma mais se envolver no futsal, onde demonstra certa habilidade motora para tal, conseguindo executar os movimentos exigidos pela modalidade; e quando as atividades são direcionadas a um determinado conteúdo, ele sempre participa das atividades, por mais que às vezes fique um pouco disperso, ele consegue realizar as atividades. Quando está sozinho, Levi aparenta ser um menino bastante tímido, que apresenta muita dificuldade em se expressar e expor suas opiniões nas aulas, porém quando junta-se com outros alunos fica bastante agitado, se dispersando bastante, chegando a ter um comportamento bastante diferente de quando está sozinho, bem agitado. Além de ser muito desatento e disperso, muitas vezes, é bastante desobediente, ignorando muitas vezes o que é direcionado pelo professor, fingindo que não está escutando. No entanto, Levi aparenta ser uma criança bastante alegre, está sempre sorrindo, independente das situações, às vezes para e do nada começa a rir. Gosta muito de trabalhar em equipe também, buscando sempre dar o seu melhor nas atividades, apesar de suas limitações cognitivas, para melhorar o desempenho da sua equipe. É um menino que precisa de um acompanhamento diário não apenas na escola, mas em todo seu cotidiano, necessitando mostrar-lhe a importância de adquirir conhecimento e de expor sua opinião sobre determinado assunto. Levi necessita também ser alertado em relação a necessidade de ter responsabilidade com as tarefas e com seu material escolar, o que irá auxiliá-lo em todas as outras áreas ao longo de sua vida. Portanto, percebe-se que Levi é um menino que necessita bastante ajuda para se desenvolver cada vez mais em todos os aspectos, mas principalmente no conceitual, na aquisição e assimilação dos conteúdos.

- **Aluno 7: Carlos**

Um aluno que participa das atividades, mas que está sempre reclamando, pois quer fazer tudo à sua maneira, ser sempre escolhido e obter os melhores resultados, o que cabe ao professor chamar a atenção e conversar, mostrando que ele tem que participar de todas as atividades, independente de ganhar ou não. É notório que gosta mais de trabalhar individualmente ou quando pode escolher sua equipe, cabendo ao professor mostrar que ele necessita sim trabalhar em equipe e com todos os alunos da sala, não apenas com os que ele tem mais afinidades. Carlos apresenta um bom desempenho escolar, onde demonstra conseguir adquirir os conhecimentos aprendidos nas aulas teóricas e aplica-los no cotidiano, além de saber se expressar tanto escrito como oralmente, dando suas opiniões quando necessário. Entretanto tem essa dificuldade em lidar com a turma no geral, focando, na maioria das vezes, apenas em si, no andamento do seu aprendizado individual. Quando o professor deixa as aulas livres, onde eles brincam de atividades esportivas diversas, ele corre pro futsal, onde geralmente é o goleiro, e demonstra habilidades para tal; já quando o professor aplica atividades direcionadas a um determinado conteúdo, ele participa, porém fica reclamando, e sempre pergunta se terá futsal no dia, o que cabe ao professor explicar que a Educação Física não envolve apenas os esportes no geral, mas que estes são apenas uma parte dela, sendo de extrema importância aplicar outras atividades, que trabalhem outros conteúdos dentro dessa disciplina tão ampla, mas que muitas vezes dentro da escola, devido principalmente a monotonia das aulas de determinados professores, termina se restringindo apenas aos esportes, como futsal, vôlei e basquete. Pode-se notar através de algumas expressões e atitudes, que Carlos é um menino bastante mimado, principalmente quando demonstra querer que ele seja o centro das atenções e que não se mistura com todos alunos durante as brincadeiras. Durante atividades que exijam a presença de um goleiro, sempre pede para realizar tal ação, pois se identifica e costuma dizer que é o goleiro da sala, demonstrando habilidade para tal. Entretanto, há a necessidade do professor mostrar que ele precisa participar das diversas funções dentro das atividades, para que possa desenvolver habilidades desenvolvidas por elas. Portanto, percebe-se que Carlos é um aluno com um bom desempenho escolar, porém necessita aprender a trabalhar mais em equipe, trabalhando mais a cooperação em detrimento da competição, entendendo as diferenças existentes entre seus colegas.

- **Aluno 8: Lourenço**

Um aluno bastante participativo, que gosta tanto das aulas livres quanto das atividades direcionadas. Quando o professor deixa as crianças livres realizar atividades esportivas diversas, Lourenço costuma participar um pouco de cada atividade como basquete, futsal, vôlei e pula-corda. Já quando são aplicadas atividades direcionadas a um determinado conteúdo como jogos cooperativos e jogos competitivos, o aluno também participa com bastante entusiasmo, querendo sempre ser escolhido, quando necessário alguém para ser o alvo da brincadeira, o que cabe ao professor explicar que todos devem ter a oportunidade de participar, e quando acontece, ele entende e continua participando das atividades. Lourenço é bastante competitivo, porém quando há a necessidade do trabalho em equipe, ele respeita as diferenças dos colegas e os auxilia, cooperando para o bom desempenho da equipe. Em relação ao desempenho escolar, ele é um ótimo aluno. Gosta muito de conversar com os colegas, o que às vezes excede os limites, tanto nas aulas em sala de aula, quanto nas extraclases, como as de Educação Física, mas com a intervenção do professor, ele para e obedece. Lourenço é bastante habilidoso em relação aos esportes, apesar de ele se identificar mais com o futsal, onde apresenta um excelente desempenho, também possui habilidades para o basquete e o vôlei. Entretanto, é notória a prevalência do seu gosto pelo futsal, onde demonstra conseguir executar ainda mais os movimentos voltados a essa modalidade. É um aluno bastante rápido e ágil, conseguindo na maioria das vezes se sobressair nesse quesito em relação aos seus colegas. Lourenço quando está sozinho parece ser um aluno bem calmo, porém quando junta-se com os colegas ele se agita demais, tornando até um pouco complicado participar das atividades mais calmas. Ele quer sempre ser escolhido para ajudar o professor ou ser o aluno pivô das atividades, quando necessário, o que cabe ao professor explicar, que todos precisam ter a oportunidade de participar das atividades e não apenas ele. Entretanto, mesmo que não seja chamado para tal continua participando das atividades, auxiliando seus colegas, buscando sempre ser o campeão ou seu time ser o campeão da brincadeira, isso devido ao alto nível de competitividade.

- **Aluno 9: Samuel**

Um menino que às vezes é bem tranquilo, mas que de repente fica bastante agitado, chegando a se envolver em brigas com colegas, principalmente relacionadas a jogo, no caso futsal. Tem aulas que Samuel participa com bastante entusiasmo, mas há outras onde ele simplesmente diz que não quer participar, cabendo ao professor conversar com o aluno e entender o que está se passando, e caso ele não queira falar o motivo de não querer participar, basta ao professor se impor e discipliná-lo, mostrando que a aula de Educação Física é importante como todas as outras e que ele tem sim que participar e caso ainda haja dificuldade deve-se tomar uma providência junto à coordenação da escola. É notório que quando ele está sendo o centro da brincadeira, ele passa a se empolgar mais, porém quando está no mesmo nível de todos, fica desmotivado, dizendo que não quer brincar, que está sem vontade ou inventa qualquer outra desculpa para não participar das atividades. Entende-se que ele quer ser melhor do que os outros alunos, não entendendo as diferenças existentes entre os colegas, mas que todos têm os mesmos direitos na turma, cabendo ao professor salientar a importância do trabalho em equipe, proporcionando mais atividades voltadas a essa questão, como os jogos cooperativos, que trabalham a cooperação entre os participantes da equipe, quanto a “tão querida” pelas crianças, como Samuel, a competição, entre as equipes envolvidas na atividade. A competição é realmente algo intrínseco do ser humano, porém há crianças que desenvolvem muito mais isso, algumas vezes se tornando até prejudicial, onde não apenas o professor, mas as pessoas que são autoridades na vida da criança devem conversar com ela e alertar do risco que o excesso de competitividade pode trazer, mostrando a importância do trabalho em equipe, de que precisamos uns dos outros para viver em sociedade, onde quer que a gente ande, não apenas na escola. Samuel demonstra ser um menino bastante mimado, o que faz com que ele queira que as atenções estejam sempre voltadas para ele, ficando com raiva quando isso não acontece, o que se subentende que em casa é assim que ele é tratado sendo o centro das atenções do cotidiano familiar. Portanto, vê-se a importância de um diálogo entre pais e professores para que essas questões sejam discutidas e trabalhadas, para um melhor desenvolvimento da criança, e conseqüentemente um melhor desempenho escolar, tanto em relação às notas, quanto ao comportamento, o que trará diversos benefícios para a criança, como principalmente aprender a lidar com as diferenças entre os colegas nas aulas.

- **Aluno 10: Nicolas (gêmeo)**

Nicolas é irmão gêmeo de Felipe do 5º ano B da escola. As semelhanças dos irmãos vão além das características físicas, onde são idênticos, passa por todos os aspectos, conceituais, atitudinais e procedimentais. Os dois são bastante agitados, o que foi um dos fatores para que eles fossem separados de turma, onde até o 4º ano estudaram juntos. Nicolas é um aluno muito participativo e competitivo, está sempre buscando dar o seu máximo nas atividades, e quando são atividades voltadas a competição, esforça-se para que venha a obter a vitória. Em relação ao aspecto conceitual, ou seja, aquisição e assimilação do conteúdo ministrado em sala, ele tem um ótimo desempenho, conseguindo sempre se expressar e expor suas opiniões de acordo com as situações problema propostas pelo professor. Apesar de ser bastante competitivo, Nicolas busca sempre trabalhar em equipe, pois entende com conseguirá ir mais longe com o auxílio de seus colegas. É um aluno responsável tanto com suas tarefas quanto com seus materiais. Ele sempre participa de todas as atividades propostas pelo professor, mas é notório que gosta mais de futsal, onde possui habilidades motoras para tal, conseguindo executar os movimentos exigidos por essa modalidade com excelência. Portanto, quando o professor deixa os alunos livres para praticarem atividades esportivas diversas, ele sempre tende ir para o futsal, onde se torna ainda mais competitivo, buscando sempre se sobressair em relação aos colegas. Entretanto, quando o professor determina um conteúdo diferente a ser trabalhado na aula, ele participa com entusiasmo, buscando dar sempre o seu melhor para obter um melhor resultado. Nicolas é um muito atento às explicações do professor, o que o possibilita um entendimento mais rápido das brincadeiras propostas, porém devido à influência de colegas, às vezes, se dispersa um pouco, mas quando chamado atenção pelo professor, consegue voltar à brincadeira, entender o que é pra ser feito e colocar em prática. Portanto, nota-se que Nicolas é um ótimo aluno, quanto nos aspectos relacionados ao conteúdo explicado pelo professor e sua assimilação do mesmo, quanto às suas atitudes tanto individual quanto em equipe, além de ter um desenvolvimento motor excelente, principalmente quando se trata do esporte que tem mais afinidade, que é o futsal, geralmente o mais praticado pelos meninos da turma, onde consegue utilizar estratégias básicas de jogo e executar com excelência os movimentos exigidos pela modalidade.

2.2. AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICO DAS TURMAS

• 5º ANO A

PONTOS FORTES OBSERVADOS NA TURMA	
- São bastante participativos, apesar das limitações individuais; - Conseguem interagir uns com os outros de acordo com as atividades propostas; - Demonstram assimilar o conteúdo explicado pelo professor e coloca-lo em prática nas aulas; - Apresentam um nível acentuado de competitividade, o que gera entusiasmo nas atividades; - Manifestam sentimentos uns pelos outros e pelos professores; - Em maioria, sabem trabalhar em equipe, porém necessário salientar a importância da cooperação; - Conseguem realizar com habilidades os movimentos trabalhados; - Possui harmonia nos movimentos básicos; - Têm controle e consciência corporal.	
PONTOS FRACOS – PRINCIPAIS NECESSIDADES DA TURMA	ESTRATÉGIAS SUGERIDAS
- Desatenção; - Dispersão; - Desobediência;	- Possibilitar recreação variada; - Elaborar atividades voltadas à cooperação; - Orientar quanto à competição, mostrando seus riscos e benefícios;
Dificuldade em escutar o professor;	Dar oportunidade para dar opiniões e organizar atividades;
- Preguiça; - Indisciplina;	- Avaliar o desenvolvimento de cada um; - Conversar, discutir suas opiniões, trocando ideias e sugestões;
Desonestidade;	Incentivar o diálogo com os colegas e outras pessoas de seu convívio;
Expressão de raiva;	Orientar e apoiar as iniciativas de cada um, deixando-os assumir suas responsabilidades;
- Agressão física; - Autoritarismo; - Violação de regras; - Provocações; - Intrigas;	- Trabalhar mais a atenção; - Mostrar a importância de obedecer; - Aulas dialogadas; - Incentivar à criatividade; - Proporcionar resolução de problemas;
Mudança negativa de comportamento por influência de colegas;	Estimular questionamentos;
- Conversas fora de hora; - Agressão verbal; - Necessidade de ser o centro das atenções; - Estresse repentino;	- Desenvolver espírito de solidariedade; - Utilizar um tom de voz mais baixo; - Trabalhar a resiliência; - Enfatizar que todos são diferentes, mas que tem os mesmos direitos e deveres;
Excesso de ansiedade.	Aumentar o vínculo escola-aluno-família.

PROFESSOR DA FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE

ASSINATURA DO SUPERVISOR DE
ESTÁGIO NA ESCOLA

ASSINATURA DO ESTAGIÁRIO

• 5º ANO B

PONTOS FORTES OBSERVADOS NA TURMA	
• São bastante participativos, apesar das limitações individuais; • Conseguem interagir uns com os outros de acordo com as atividades propostas; • Demonstram assimilar o conteúdo explicado pelo professor e coloca-lo em prática nas aulas; • Apresentam um nível acentuado de competitividade, o que gera entusiasmo nas atividades; • Manifestam sentimentos uns pelos outros e pelos professores; • Em maioria, sabem trabalhar em equipe, porém necessário salientar a importância da cooperação; • Conseguem realizar com habilidades os movimentos trabalhados; • Possui harmonia nos movimentos básicos; • Têm controle e consciência corporal.	
PONTOS FRACOS – PRINCIPAIS NECESSIDADES DA TURMA	ESTRATÉGIAS SUGERIDAS
• Desatenção; • Dispersão; • Desobediência;	• Possibilitar recreação variada; • Elaborar atividades voltadas à cooperação; • Orientar quanto à competição, mostrando seus riscos e benefícios;
• Dificuldade em escutar o professor;	• Dar oportunidade para dar opiniões e organizar atividades;
• Preguiça; • Indisciplina;	• Avaliar o desenvolvimento de cada um; • Conversar, discutir suas opiniões, trocando ideias e sugestões;
• Desonestidade;	• Incentivar o diálogo com os colegas e outras pessoas de seu convívio;
• Expressão de raiva;	• Orientar e apoiar as iniciativas de cada um, deixando-os assumir suas responsabilidades;
• Agressão física; • Autoritarismo; • Violação de regras; • Provocações; • Intrigas;	• Trabalhar mais a atenção; • Mostrar a importância de obedecer; • Aulas dialogadas; • Incentivar à criatividade; • Proporcionar resolução de problemas;
• Mudança negativa de comportamento por influência de colegas;	• Estimular questionamentos;
• Conversas fora de hora; • Agressão verbal;	• Desenvolver espírito de solidariedade; • Utilizar um tom de voz mais baixo;
• Necessidade de ser o centro das atenções;	• Trabalhar a resiliência;
• Estresse repentino;	• Enfatizar que todos são diferentes, mas que tem os mesmos direitos e deveres;
• Excesso de ansiedade.	• Aumentar o vínculo escola-aluno-família.

PROFESSOR DA FACULDADE DO VALE DO
JAGUARIBE

ASSINATURA DO SUPERVISOR DE
ESTÁGIO NA ESCOLA

ASSINATURA DO ESTAGIÁRIO

• 5º ANO C

PONTOS FORTES OBSERVADOS NA TURMA	
• São bastante participativos, apesar das limitações individuais; • Conseguem interagir uns com os outros de acordo com as atividades propostas; • Demonstram assimilar o conteúdo explicado pelo professor e coloca-lo em prática nas aulas; • Apresentam um nível acentuado de competitividade, o que gera entusiasmo nas atividades; • Manifestam sentimentos uns pelos outros e pelos professores; • Em maioria, sabem trabalhar em equipe, porém necessário salientar a importância da cooperação; • Conseguem realizar com habilidades os movimentos trabalhados; • Possui harmonia nos movimentos básicos; • Têm controle e consciência corporal.	
PONTOS FRACOS – PRINCIPAIS NECESSIDADES DA TURMA	ESTRATÉGIAS SUGERIDAS
• Desatenção; • Dispersão; • Desobediência;	• Possibilitar recreação variada; • Elaborar atividades voltadas à cooperação; • Orientar quanto à competição, mostrando seus riscos e benefícios;
• Dificuldade em escutar o professor;	• Dar oportunidade para dar opiniões e organizar atividades;
• Preguiça; • Indisciplina;	• Avaliar o desenvolvimento de cada um; • Conversar, discutir suas opiniões, trocando ideias e sugestões;
• Desonestidade;	• Incentivar o diálogo com os colegas e outras pessoas de seu convívio;
• Expressão de raiva;	• Orientar e apoiar as iniciativas de cada um, deixando-os assumir suas responsabilidades;
• Agressão física; • Autoritarismo; • Violação de regras; • Provocações; • Intrigas;	• Trabalhar mais a atenção; • Mostrar a importância de obedecer; • Aulas dialogadas; • Incentivar à criatividade; • Proporcionar resolução de problemas; • Estimular questionamentos;
• Mudança negativa de comportamento por influência de colegas;	
• Conversas fora de hora; • Agressão verbal; • Necessidade de ser o centro das atenções;	• Desenvolver espírito de solidariedade; • Utilizar um tom de voz mais baixo; • Trabalhar a resiliência;
• Estresse repentino;	• Enfatizar que todos são diferentes, mas que tem os mesmos direitos e deveres;
• Excesso de ansiedade.	• Aumentar o vínculo escola-aluno-família.

PROFESSOR DA FACULDADE DO VALE DO
JAGUARIBE

ASSINATURA DO SUPERVISOR DE
ESTÁGIO NA ESCOLA

ASSINATURA DO ESTAGIÁRIO

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Parâmetros Curriculares Nacionais, 1998.

Projeto Político Pedagógico da EEF São Marcelino Champagnat, 2017.

Regimento Escolar da EEF São Marcelino Champagnat, 2017.



FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE – FVJ
CURSO DE LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

AURICÉLIA BARBOSA DOS SANTOS
DAYSE ROGÉRIA FERREIRA VALENTE
EVA MARIA DOS SANTOS SILVA
FRANCISCA JÉSSICA DO NASCIMENTO SILVA
FRANCISCA LUCIANA COSTA DA SILVA
GEYSE CLECIA ALEXANDRE MENEZES
JAYANE MARA LIMA SOUSA
JULIANA LIMA DA COSTA
LILIANA GOMES DE OLIVEIRA

PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: ENTENDENDO O PROCESSO
EVOLUTIVO DA ESCRITA

ARACATI-CE
2018

AURICÉLIA BARBOSA DOS SANTOS
DAYSE ROGÉRIA FERREIRA VALENTE
EVA MARIA DOS SANTOS SILVA
FRANCISCA JÉSSICA NASCIMENTO
FRANCISCA LUCIANA COSTA DA SILVA
GEYSE CLECIA ALEXANDRE MENEZES
JAYANE MARA LIMA SOUSA
JULIANA LIMA DA COSTA
LILIANA GOMES DE OLIVEIRA

**PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: ENTENDENDO O PROCESSO
EVOLUTIVO DA ESCRITA**

Artigo apresentado como requisito parcial de
aprovação na disciplina de Alfabetização e
Letramento, no Curso de Licenciatura em
Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe
– FVJ.

Orientador: Prof. Maria Lucas da Silva

ARACATI-CE

2018

PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: ENTENDENDO O PROCESSO EVOLUTIVO DA ESCRITA

AURICÉLIA BARBOSA DOS SANTOS
DAYSE ROGÉRIA FERREIRA VALENTE
EVA MARIA DOS SANTOS SILVA
FRANCISCA JÉSSICA DO NASCIMENTO SILVA
FRANCISCA LUCIANA COSTA DA SILVA
GEYSE CLECIA ALEXANDRE MENEZES
JAYANE MARA LIMA SOUSA
JULIANA LIMA DA COSTA
LILIANA GOMES DE OLIVEIRA

RESUMO

O presente artigo tem como tema a Psicogênese da Língua Escrita, teoria que aborda os níveis de escrita dos educandos durante o processo de aquisição da linguagem escrita, ressaltando que todas as crianças apresentam seus conhecimentos prévios a respeito deste conceito e apresentam as hipóteses de escrita durante a produção espontânea. Este estudo tem por objetivo analisar as produções escrita realizadas espontaneamente pelos alunos matriculados no 1º ano do Ensino Fundamental I, nas escolas de Ensino Fundamental da rede pública e privada das cidades de Aracati e Itaiçaba- CE. Estes com faixa etária entre 6 (seis) e 8 (oito) anos. Para tanto, contou com a participação de 10 (dez) alunos, a fim de compreender os níveis de evolução da escrita em que cada um dos discentes se encontram. Sendo assim cada um dos integrantes da equipe de pesquisa realizou análises com educandos para que ocorresse posteriormente a análise coletiva e debates sobre cada hipótese de escrita. Este trabalho caracteriza-se como um estudo de campo, visando assim o melhor desenvolvimento deste, buscou-se embasamento nos estudos de Ferreiro e Teberosky além de outros autores que tem suas pesquisas voltadas para o estudo da língua e escrita e todos os processos referentes á alfabetização e letramento, buscando então relacionar as teorias apreendidas no âmbito

acadêmico e as práticas de análise das hipóteses de escrita realizadas no espaço escolar para que haja o melhor reconhecimento e aprendizagem das técnicas de análise deste processo, além de colaborar para as posteriores práticas educacionais que serão desenvolvidas durante o processo de alfabetização das crianças em processo de aquisição da língua escrita.

PALAVRAS- CHAVE: Psicogênese da língua escrita. Alfabetização. Práticas educacionais. Aprendizagem.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata do tema Psicogênese da Língua Escrita, uma teoria do conhecimento desenvolvida por Ferreiro e Teberosky a partir dos anos 1980. Tal teoria considera que os aprendizes pensam sobre o processo de escrita, criam hipóteses e apresentam espontaneamente, ressalta também que durante o processo de aquisição da escrita ocorre uma evolução conceitual que percorre 4 (quatro) níveis, sendo estes: pré-silábico; silábico; silábico-alfabético e alfabético.

A pesquisa foi desenvolvida pela necessidade da compreensão do processo de aquisição da linguagem escrita e os processos de evolução que cada aluno perpassa durante o seu desenvolvimento de alfabetização. Para tanto, utilizou-se da análise de 10 (dez) produções escritas de crianças matriculadas regularmente nas escolas da rede pública e privada das cidades de Aracati e Itaiçaba- CE, com faixa etária entre 6 (seis) e 8 (oito) anos, pertencentes ao 1º ano do Ensino Fundamental I.

Objetivou-se analisar as produções escritas a fim de identificar os níveis pré-silábico; silábico; silábico-alfabético e alfabético, das 10 (dez) crianças que participaram da pesquisa. A metodologia consistiu em ditar 4 palavras, seguindo a ordem decrescente, da polissílaba para a monossílaba, ao final ditar uma frase para verificar a conservação da escrita.

Deste modo, a pesquisa se faz necessária para o melhor desenvolvimento das práticas educacionais de alfabetização e letramento das crianças em processo de aquisição da linguagem escrita, uma vez que possibilita a realização de intervenções, visando o melhoramento ou aperfeiçoamento do aluno, além de possibilitar aos acadêmicos do curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe- FVJ, a apreensão dos conhecimentos teórico-metodológicos do processo de análise e compreensão das hipóteses de escrita dos alunos.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

O trabalho Psicogênese da língua escrita é compreendido como origem da aquisição de conhecimentos e funções psicológicas de cada pessoa, ou seja, é o processo que ocorre desde quando se é criança. No campo da aprendizagem da escrita se associa aos estudos psicogenéticos de Emília Ferreiro, Ana Teberosky e outros colaboradores importantes na alfabetização.

Emília Ferreiro e Ana Teberosky partiram do propósito da teoria de Piaget, de que todo conhecimento possui sua origem, e pelo seu método, as duas mulheres observaram 108 crianças, buscando entender como as crianças se apropriam da cultura da escrita, fazendo assim, a obra *Psicogênese da Língua Escrita*, que foi introduzida no Brasil, na década de 80.

Para Ferreiro e Teberosky uma criança de seis anos já sabe distinguir desenhos de letras, então, se uma criança de seis anos não souber distinguir, é porque não tem contato com a escrita em seus diversos materiais. Por isso, a criança desde os anos iniciais precisa ter contato com a escrita e com a leitura. A autora destaca que:

Há crianças que chegam à escola sabendo que a escrita serve para escrever coisas inteligentes, divertidas ou importantes. Essas são as que terminam de alfabetizar-se na escola, mas começaram a alfabetizar muito antes, através da possibilidade de entrar em contato, de interagir com a língua escrita. Há outras crianças que necessitam da escola para apropriar-se da escrita. (FERREIRO) 1999, p. 23)

É importante que as crianças, antes mesmo de irem à escola, tenham contato com a escrita, por mais que elas ainda não saibam escrever. Os pais precisam incentivar isso para a criança. A psicogênese tem quatro níveis, que são o pré-silábico, o silábico, silábico-alfabético e o alfabético, e cada um com sua característica. O nível pré-silábico é quando a criança pega no lápis pela primeira vez e começa a fazer garatujas ou de forma semelhantes a “emes” de letra cursiva e somente ela vai entender o que escreveu, pois se um adulto pedir para que ela escreva boi, vai escrever de forma gigante, e se pedir para que ela escreva formiga, vai escrever bem pequena.

O nível silábico é quando a criança já tem alguma noção do valor sonoro, ou seja, a criança vai entender que cada letra é uma sílaba. Se uma pessoa pedir para que ela escreva a palavra borboleta, a criança vai escrever uma letra para cada sílaba, por exemplo, “OOTA”.

O nível silábico-alfabético o momento em que o indivíduo já começa a entender que as sílabas têm mais que uma letra, como por exemplo, se alguém pedir para que ela escreva a palavra cavalo, a criança vai escrever “CAVALU” ou também “KAVLU”.

E o nível alfabético é quando a criança já aprendeu a ler, já consegue reproduzir adequadamente os fonemas de uma palavra, domina o valor das letras e sílabas. Isso não significa dizer que a criança já resolveu todas as questões referentes à alfabetização mas certamente já deu um grande passo para entender como se constitui o sistema de escrita alfabética.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho de pesquisa foi realizado através da disciplina de Alfabetização e Letramento, ministrada pela Professora Maria Lucas na Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, que nos faz analisar e pensar sobre as diversas maneiras que as crianças escrevem o que ouvem e pensam sobre tudo a sua volta. Este foi feito em equipes com 8 (oito) integrantes com o desejo de aprender na prática mais sobre alfabetização e Letramento.

A pesquisa de campo baseou-se nos estudos de Emília Ferreiro e Ana Teberosky, sobre os processos psicogenéticos. Ferreiro e Teberosky compartilham do pensamento de que todo conhecimento possui sua origem, elas procuravam compreender como as crianças se apropriam da escrita.

A partir do estudo teórico, foram realizados os testes de escritas com as crianças, a fim de identificar os níveis de escrita, quais sejam: pré-silábico; silábico; silábico-alfabético e alfabético, os quais foram aplicados em escolas diferenciadas, totalizando 10 (dez) crianças investigadas.

A metodologia consistiu em ditar 4 palavras, seguindo a ordem decrescente, as quais foram escolhidas para serem rabalhadas (Brigadeiro, refrigerante, coxinha, beijinho e bolo) com a frase (O bolo estava gostoso) no final para verificar a conservação da escrita. Logo após, tivemos a oportunidade de observar e avaliar o nível de cada aluno.

Após o teste a equipe analisou criteriosamente cada um dos testes realizados com as crianças e em seguida diagnosticou.

4 ANÁLISE DAS PRODUÇÕES ESCRITAS

As análises a seguir foram feitas com 10 crianças, todas da primeira série do Ensino Fundamental, com idade entre 6(seis) a 8 (oito) anos, fazendo o uso de um teste psicogenético para identificar os níveis de escrita. Através das palavras dos campos semânticos: Refrigerante; Coxinha; Bolo e Bis. Em seguida, era proposto a criação de uma frase com uma das palavras mencionadas. A partir disso, era observado os níveis de aquisição da língua escrita das crianças em: Pré-Silábica; Silábica; Silábico-Alfabético e Alfabético. Sendo assim, através do processo dos níveis da escrita, a criança passa a ser alfabetizada.

Para Ferreiro (1996), a leitura e escrita são sistemas construídos gradativamente. As primeiras escritas feitas pelos educandos no início do procedimento de aprendizagem devem ser consideradas como produções de grande valor, porque de alguma forma os seus esforços expostos nos papéis apresentam algum significado.

Sendo assim, ressalta que a construção da escrita acontece como uma metodologia de representação, e, em seguida, a codificação da língua materna. Com isso, o professor passa a ser mediador nesse processo, utilizando-se de técnicas e métodos para contribuir no desenvolvimento da aprendizagem.

Analisando os alunos 1(um); 2(dois); 3(três) e 4(quatro), foi possível observar que todas essas crianças são consideradas alfabéticas, pois já possuem o domínio da fonetização, interpretam e escrevem as palavras. O nível Alfabético é aquele em que o aluno finalmente começa a compreender as relações entre o som e a escrita das palavras, ou seja, já consegue reproduzir adequadamente todos os fonemas de uma palavra. Já apresenta o domínio das letras e sílabas. Os alunos supracitados escrevem com letras cursivas e usam o espaçamento das palavras. Ao fazermos a pesquisa com os alunos, era possível ver a segurança na prática, fazendo com êxito o que era proposto.

Vejam a seguir, as escritas das crianças:

Figura 1: Aluno 1

The image shows a handwritten sample from a child, identified as Aluno 1. The text is written in cursive on a lined background. At the top, it says 'PESQUISA PSICOGENÉTICA/DIAGNÓSTICO DA ESCRITA - DATA: 28 / 09 / 18'. Below this, the child's name 'Deyvid Emanuel Silva Lima' and age '06' are written. The sample includes four numbered lines: 1. 'briga', 2. 'refrigerante', 3. 'corrinha', and 4. 'vela'. At the bottom, there is a sentence: 'O bolo estava gostoso.' The word 'Alfabético' is written in the background of the sample.

Fonte: acervo pessoal 2018

Na análise 2(dois), a criança ao escrever a palavra REFRIGERANTE, grafa da seguinte forma REVRIGERANTE, observamos que há uma troca entre o fonema /f/ pelo

fonema /v/. Compreendemos que a dificuldade apresentada, ocorre por causa do ponto de criação do fonema /v/f/ ou seja, ao fonetizar o som apresenta sons semelhantes.

Figura 2: Aluno 2

PESQUISA PSICOGENÉTICA/DIAGNÓSTICO DA ESCRITA - DATA: 28/09/18
 NOME: Ana Vitória Pereira Ribeiro IDADE: 6
 1. Refrigerante
 2. Refrigerante
 3. Refrigerante
 4. Bab
 O Bab estava gostoso.

Alfabético

Fonte: acervo pessoal 2018

Podemos perceber que a aluna 3 (três) na palavra coxinha, troca o fonema /X/ pelo fonema /CH/, considerado normal nessa idade devido ao som dos fonemas. Mas que precisa ser trabalhado. Veja a seguir:

Figura 3: Aluno 3

PESQUISA PSICOGENÉTICA/DIAGNÓSTICO DA ESCRITA - DATA: 28/08/18
 NOME: Ana Carolina Mendes de Freitas IDADE: 7
 1. Refrigerante
 2. Coxinha
 3. Volo
 4. luz
 eu gosto de volo

Alfabético
(Coxinha = coxinha)

Fonte: acervo pessoal 2018

O aluno 4(quatro), ler e compreende tudo rápido, exercendo com rapidez o que lhes era proposto. O que chama atenção mais uma vez para a troca do fonema na palavra coxinha utilizando o fonema /CH/ ao invés do /X/.

Figura 4: Aluno 4

PESQUISA PSICOGENÉTICA/DIAGNÓSTICO DA ESCRITA - DATA: 28/08/12

NOME: Luís Carlos da Silva IDADE: 7

1 Brigadeiro

2 Coxinha

3 Bolo

4 Bis

O Bolo estava gostoso

Fonte: acervo pessoal 2018

A análise 5(cinco), a criança é alfabética, escreveu todas as palavras corretamente e estabelece um vínculo de leitura e escrita coerente, ou seja, escreve do jeito que fala. Percebe-se que o mesmo familiariza apenas com a letra bastão.

Figura 5: aluno 5

PESQUISA PSICOGENÉTICA/DIAGNÓSTICO DA ESCRITA - DATA: / /

NOME: GABRIEL DA SILVA DEREIRA IDADE: 7

1 BRIGADEIRO

2 COXINHA

3 BOLO

4 BIS

O Bolo estava gostoso

Fonte: acervo pessoal 2018

Vejamos, agora, o nível Silábico-alfabético, a fase em que a criança começa a compreender que as sílabas possuem mais que uma letra. Escrevem ora silabicamente ora alfabeticamente, acontecendo a transição de um nível para o outro. Os alunos 6 (seis) e 7 (sete) apresentam este nível, chamando atenção para o aluno 8(oito) que faz uma mistura entre as letras cursiva e bastão. Eles apresentam-se em fase de transição do nível silábico para alfabético, sendo o intermédio entre duas fases necessitando do estímulo para a evolução. Vejam os exemplos:

Figura 6: Aluno 6

PESQUISA PSICOGENÉTICA/DIAGNÓSTICO DA ESCRITA – DATA: 26/09/2018

NOME: VITORIA MONICA PEROSA IDADE: 6

1. REFIRERANTE

2. COCHINA

3. BOLO

4. BIS

O BOLO ES TAA GOSTOSO O bolo estava gostoso.

Gratidão Alf

Fonte: acervo pessoal 2018

Figura 7: Aluno 7

Kellen Vitoria Santos Ribeiro

Alimentação: ☐ De casa ☐ Da escola

Alimentou-se: ☐ Muito bem ☐ Bem ☐ Recusou

Atividades diárias

1. Vela

2. Bolo

3. FERRIGEMINTE

4. Bolo

xubolo, lava goloso

MAIO

Fonte: acervo pessoal 2018

Partindo para o Nível Silábico, a criança começa a perceber uma relação lógica entre a fala, verificando que cada unidade menor tem a sua sonoridade, usa então uma letra para cada sílaba, não seguindo o padrão ainda. Ao analisar a escrita desta criança, pode-se verificar que ela começa muito insegura, dizendo constantemente que não sabe como representar a palavra, nota-se também a escrita espelhada, como a sua idade, sendo esta uma dificuldade muito comum durante o processo de alfabetização.

A criança apresenta-se em uma fase de oscilação hora apresenta mais letras do que sílaba hora representa adequadamente sílabas, estando mais próximo ao nível silábico alfabético.

Figura 8. Aluno 8

PESQUISA PSICOGENÉTICA/DIAGNÓSTICO DA ESCRITA - DATA: ____/____/____

NOME: ALUNO 8 IDADE: 8

1 RAIA DA RUA

2 DA RUA

3 80 L

4 80

BOLA DE TÁLETO 50

Fonte: acervo pessoal 2018

Apresentamos agora o Nível Pré- silábico, neste nível, a criança não apresenta relações entre a escrita e a pronúncia. Ela expõe a escrita por meio de desenhos, rabiscos e letras usadas aleatoriamente. Nesta fase, a criança não estabelece ligação com o som da fala.

Pode-se apresentar ainda neste nível, o Realismo Nominal, que é a representação que a criança faz, associando o tamanho da palavra com o objeto.

O aluno 9 (nove), está incluso no nível citado, ele tem oito anos de idade, fez seu nome completo, mas não corretamente. Através dos comandos solicitados, observou-se que ele não estabeleceu relações entre o som e a escrita, fazendo as trocas dos fonemas na escrita.

O mesmo escreve com letra bastão e compreende os espaçamentos entre as palavras. Vejamos que ele está se preparando para o nível silábico-alfabético. Veja sua escrita:

Figura 9: Aluno 9

PESQUISA PSICOGENÉTICA/DIAGNÓSTICO DA ESCRITA – DATA: ____/____/____		
NOME: <u>DEIVIS NORTEIRA DA COSTA</u> IDADE: <u>8</u>		
1 <u>EDITA</u>	<i>Requigante</i>	<i>Requigante</i>
2 <u>AAU</u>	<i>Corinha</i>	<i>Corinha</i>
3 <u>BLOLO</u>	<i>Bolo</i>	<i>Bolo</i>
4 <u>BIO</u>	<i>Bio</i>	<i>Bio</i>
<u>UTEUTUR</u> <i>O bolo estava gostoso</i>		

Fonte: acervo pessoal 2018

Ainda no nível Pré-silábico, o aluno10 (dez), (figura 10), escreve seu nome corretamente fazendo o uso da letra bastão e apresentando relação correta com os espaçamentos entre as palavras.

Assim, a alfabetização é um processo em constante evolução que se dá de maneira diferente em cada criança, sendo relacionada a fatores externos (meio social) e internos (desenvolvimento cognitivo). Deste modo, o conhecimento é construído ao longo de todo o processo de alfabetização.

Figura 10. Aluno 10

PESQUISA PSICOGENÉTICA/DIAGNÓSTICO DA ESCRITA – DATA: <u>21/07/2018</u>		
NOME: <u>TAINANA DA SILVA DE SOUZA</u> IDADE: <u>7</u>		
1 <u>REN</u>	<i>Requigante</i>	<i>Requigante</i>
2 <u>CAVSDL</u>	<i>Corinha</i>	<i>Corinha</i>
3 <u>BOL</u>	<i>Bolo</i>	<i>Bolo</i>
4 <u>BIGLALNC</u>	<i>Bio</i>	<i>Bio</i>
<u>UL ONCOL</u> <i>O bolo estava gostoso</i>		
<u>VAN CASIVI</u>		

Fonte: acervo pessoal 2018

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado nos permitiu entender que a teoria de Ferreiro compreende a leitura e escrita como construção original e inteligente, representada e construída pela criança que se alfabetiza. A realização dos testes de psicogênese nos permitiu enxergar que os alunos participantes destes testes, mesmo estando todos no 1º ano do Ensino Fundamental e quase a mesma idade, não estão no mesmo nível de ensino, pois conseguimos identificar que temos alunos: pré silábicos, silábicos alfabéticos e alfabéticos.

Por tanto, os estudos sobre psicogênese de língua escrita nos mostram como a criança é capaz de aprender e construir seu conhecimento, é como um processo de evolução e cabe a nós, como professores, entender que as crianças não são apenas receptoras e sim indivíduos inteligentes, criativos e pensantes. É bom ressaltar uma fala muito importante, no qual os PCN de língua portuguesa diz que, “a alfabetização não é um processo baseado em perceber e memorizar, [...] ele precisa compreender não só o que a escrita representa, mas também de que forma ela representa graficamente a linguagem.” (BRASIL, 1997, p. 21)

Assim como afirma os pcns, a alfabetização é um processo contínuo e a análise desse processo permite compreender o processo evolutivo que ocorre durante a aquisição da escrita.

Por fim, é fundamental a colaboração desses testes de níveis da escrita das crianças, em conjunto com o professor, para que o discente, nessa fase do processo, tenha um avanço na aprendizagem. A partir de um diagnóstico preciso, de cada criança, é possível elaborar e propor um tratamento didático mais adequado, fazendo as intervenções necessárias que possibilitem os alunos avançarem na aprendizagem da leitura e escrita.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Introdução aos Parâmetros Curriculares Nacionais**. Secretaria de Educação Fundamental – Brasília: MEC/SEF, 1997.

FERREIRO, Emilia. **Alfabetização em Processo**. São Paulo: Cortez, 1996. 144p.

FERREIRO, Emília. **Com todas as Letras**. São Paulo: Cortez, 199, p. 102. V. 2.

CURSO: Licenciatura em Educação Física

ÁREA: Educação

ORIENTAÇÃO SEXUAL EM QUESTÃO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA NO ENSINO FUNDAMENTAL

SEXUAL ORIENTATION IN QUESTION IN THE LESSONS OF PHYSICAL EDUCATION IN FUNDAMENTAL EDUCATION

José Alef dos Santos Teixeira Freire; Hermanno Hércules dos Santos; Ingrid Maria Gonçalves do Nascimento; Márcia Jéssica Rodrigues de Almeida; Antônio Viana de Moura Neto; Emanuelle Sampaio Almeida Pinto.

Informações do autor

Curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati- CE, 2018.
E-mail: aleffreire@269gmail.com. Professora Emanuelle Sampaio da Faculdade Vale do Jaguaribe – FVJ.
Orientadora da Pesquisa. E-mail: emanuelleprof@fvj.br

RESUMO

O presente resumo tem por objetivo analisar como o tema abordado é trabalhado nas escolas, pelos profissionais de educação física. Apesar de ser um assunto delicado para ser tratado nessa fase, é necessário que seja exposto aos alunos, e que os professores sejam capacitados para trabalhá-lo nas aulas. O objetivo do estudo, é mostrar como os conteúdos sobre sexualidade dessa disciplina devem ser abordados, transmitindo-os de maneira específica para cada faixa etária do ensino fundamental. Utilizou-se o método da análise bibliográfica, incluindo um conjunto de artigos científicos. Foi constatado que há esforço em privilegiar conteúdos relativos à sexualidade na escola, porém as maneiras como esses conteúdos serão debatidos em sala de aula exigem um certo cuidado e um bom planejamento, de forma que o incentivo seja de profundo caráter informativo e subjetivo. As informações devem ser direcionadas com muita cautela aos alunos, para não passar dos limites preventivos e higiênicos, incorporando metodologias reflexivas, que reconheçam os direitos humanos e sociais, onde o corpo apareça como elemento central na articulação de projetos disciplinares, onde veja a necessidade dos professores sobre o conhecimento dos mecanismos corporais que resultam em bloqueios e dificuldades emocionais ligados à sexualidade.

Palavras-chave: Escolar. Sexualidade. Educação.

1 INTRODUÇÃO

Sexualidade ou algo relacionado a orientação sexual, sempre foi um tema muito delicado, principalmente quando direcionado para crianças e adolescentes. No ambiente escolar esse assunto vira conteúdo estudantil e é aplicado da maneira mais adequada e coerente possível, sempre com intenção de informar e alertar sobre certos cuidados, mas nunca com intuito de induzir ou influenciar algo.

De acordo com Nunes e Silva (2000), o conceito de sexualidade não se reduz às características biológicas do sexo, mas comporta também os aspectos psicológicos, culturais, sociais e afetivos. A sexualidade é uma marca única do homem, desenvolvida a partir de sua condição cultural e histórica. Assim, tudo o que faz ou realiza envolve esta sua dimensão de ser sexuado.

A educação física é uma disciplina que trabalha o corpo como um todo, e para isso, aborda todos os aspectos citados acima no decorrer da formação do indivíduo, por este motivo, o educador físico tem papel fundamental na hora de fazer um aluno compreender tal tema. Com o decorrer dos anos, esse assunto se torna mais pertinente na sociedade e de mais fácil compreensão de todos, porém, os professores devem estar preparados para várias situações, pois cada

aluno expressa seus valores e princípios, até então aprendidos como exclusivamente corretos e imutáveis, e cabe ao professor abordá-los e reconstruí-los, a fim de se tornar possível uma convivência mais compreensiva.

Rodrigues e Galvão (2005) entendem que a Educação Física se aproxima do tema transversal Orientação Sexual, uma vez que privilegia o uso do corpo, ou a construção de uma cultura corporal cujos valores sobre beleza, estética corporal e gestual, assim como as questões de gênero e de coeducação, aparecem frequentemente.

O estudo teve como objetivo mostrar como os conteúdos sobre sexualidade nas aulas de educação física devem ser abordados, transmitindo-os da maneira mais adequada para cada faixa etária do ensino fundamental.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Utilizou-se o método da análise de conteúdo, que vem com um conjunto de artigos científicos, como base para fundamentação com o tema abordado em questão, tema transversal e de fácil leitura e entendimento para se chegar a uma conclusão plausível.

Nessa perspectiva de análise e conjuntamente à revisão bibliográfica acerca

dos estudos sobre orientação sexual, na base para interpretação e inferência dos dados da pesquisa, buscou-se analisar os textos por meio de leituras e revisão, sempre na busca da melhor finalidade do assunto em relação à educação física e na faixa etária do ensino fundamental.

Destacando a finalidade desse trabalho para averiguação do assunto ser introduzido nas aulas de educação física, por se tratar de um assunto do cotidiano real do ser humano, mas sua modernidade deixa a ser reprimida, e foi contestar nas bibliografias uma resolução clara, ética e humana.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente trabalho apresenta resultados significativos, baseados em leituras de artigos e manuais de apoio para educação escolar, que reforçam a importância do assunto abordado com alunos de ensino fundamental em relação à educação física. Logo, muitos foram os resultados evidenciados através desse trabalho, como: maior integração entre os alunos, entre professor e aluno e uma coletividade maior nas ações, uma vez que a relação desse assunto, primavam pelo combate à discriminação e na questão dos estereótipos associados ao gênero, havendo assim a participação de todos.

Segundo os PCN's (1997), a finalidade do trabalho de Orientação Sexual é contribuir para que os alunos possam desenvolver e exercer sua sexualidade com prazer e responsabilidade, fazendo assim uso dos conteúdos desenvolvidos em suas aulas.

Além disso, deve existir jogos que estimulem a turma, e deem ênfase ao conhecimento corporal e propor o retorno à realidade sobre as doenças sexuais, através, por exemplo, da observação de regras, de limites, etc. Pode-se perceber que este trabalho nos remete à busca pela diversidade de saberes, contextualização, uso de material concreto, uso contínuo do lúdico e pelo estímulo do autoconhecimento dos jovens em detrimento da criação do seu próprio ser, na formação de seres críticos e sem nenhum tipo de preconceito.

Ainda que o termo sexualidade esteja presente durante toda a vida do ser humano, direta ou indiretamente, é na adolescência onde a orientação sexual se torna mais necessária, por vários motivos, pois nessa fase muitas mudanças fisiológicas e anatômicas acontecem ao mesmo tempo, podendo deixar o indivíduo assustado ou confuso, além de ser nesse período onde a compreensão sobre sexualidade aumenta, necessitando de orientação adequada pra ficar ciente de certos conteúdos.

Segundo Justo (2006), este é o momento de representação e expressão máxima da juventude, caracterizado pela potencialização da beleza, da liberdade, do gozo, do espírito crítico e contestador.

PCN (1997), a escola deve informar e discutir os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes da sociedade, buscando algo impossível de se conseguir, uma condição de maior distanciamento pessoal por parte dos professores para empreender essa tarefa.

4 CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Por fim, pode-se chegar à conclusão que o tema abordado em questão se trata de um grande paradigma, e que apesar de ser tratado como comum atualmente, ainda assim precisa ser tratado de forma subjetiva, dentro da ética moral e sem nenhum tipo de discriminação. Para se realizar um bom trabalho escolar com ênfase no ensino fundamental é necessária uma boa relação de professor e aluno, onde o mesmo seja disponível e prestativo para que seus alunos tenham confiança e conforto suficiente para abordarem esse assunto sem nenhum constrangimento. Onde se tenha base fundamentada e científica para estar apto a responder e trabalhar de forma segura e com clareza as questões trazidas por seus alunos, além disso, deve ser fundamentada

uma melhor condição de prevenção ao tema orientação sexual e suas questões, quando se tratar de adolescentes, pois é justamente nessa faixa etária onde eles vão criando suas opiniões mais concretas e passam pelas transformações corporais mais evidentes, desta forma se deduz que já são capazes de tomarem decisões com mais facilidade e clareza.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus colegas universitários e nossa orientadora que me auxiliaram na construção do presente trabalho, à Faculdade Vale do Jaguaribe pela oportunidade de participar do evento EXPO FVJ, e a DEUS pela vida.

5 REFERÊNCIAS

- DARIDO, S. C.; RANGEL, I. C. A. *Educação Física na escola: implicações para a prática pedagógica*. Rio de Janeiro, 2005.
- FIGUEIRÓ, M. N. D.; RIBEIRO, P. R. M. *Adolescência em questão: estudos sobre a sexualidade*. Araraquara: Cultura Acadêmica, 2006.
- JUSTO, J. S. O. *“ficar” na adolescência e paradigmas de relacionamento amoroso da contemporaneidade*. Araraquara, 2006.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Educação Física, 3º e 4º ciclos*. Brasília: 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996: estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília: 1996.

NUNES, C.A.; SILVA, E. **A educação sexual da criança: subsídios teóricos e pressupostos práticos para uma abordagem da sexualidade para além da transversalidade.** Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

RODRIGUES, L. H.; GALVÃO, Z. ***Novas formas de organização dos conteúdos.*** Rio de Janeiro, 2005

CURSO: ADMINISTRAÇÃO

ÁREA: INTELIGÊNCIA EMPRESARIAL

O USO DE APLICATIVOS MÓVEIS PARA PEQUENAS EMPRESAS

Têmily Vanessa Monteiro Aire¹; Matheus Florêncio da Silva¹; Miguel Erigildo Carvalho Filho¹; Rene Deyvisson Ramalho Porto¹; Eliezio Gomes de Queiroz Neto²

[1] Aluno de Graduação da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

[2] Professor da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

[1] {temilyaires.ep, matheusflorencio670, miguelfilho1996}@gmail.com; [2] eliezio.neto@fvj.br

RESUMO

Visando a existência de poucas ferramentas digitais, gratuitas e disponíveis para todos os MEI's (micro empreendedor individual), a Caderneta Digital, aplicativo móvel desenvolvido pela equipe do *DIGITAL ARCH VALE INNOVATION DEVELOPMENT* (DAVID), foi criada, no intuito de solucionar esse problema. Durante o ano, na cidade de Aracati, a prefeitura promove eventos, onde há investimentos, os quais precisa-se saber o retorno, sendo positivo ou negativo. Neste contexto, a feira gastronômica, a qual foi dado início em 2017, com espaços para Food Trucks.s MEI's, cafeterias etc., conta como uma renda financeira extra para a Aracati, bem como a região do vale do Jaguaribe. Desta maneira, o evento do ano de 2017, mostrou uma grande dificuldade de contabilizar o impacto econômico para o município. Visando resolver a falta de ferramentas que existem para a computação desses valores, foi lançado o desafio da construção de uma solução simples e de baixo custo, a Caderneta Digital. O protótipo foi pensado através das equipes do CEMPRE - Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ), DAVID - Instituto do Vale do Jaguaribe (IVJ) e do SEBRAE-Aracati. Sabendo a dificuldade do micro empreendedor em relação ao quanto foi retornado de suas vendas, agora, ressalta-se que, a Caderneta Digital veio para suprir essa necessidade. O projeto será testado na feira gastronômica de aracati, com isso, serão coletados os dados e analisado as dificuldades dos microempreendedores na parte econômica. Desta forma, ajudando-os a facilitar na gestão do seu negócio. Para concluir todo o pensamento desta proposta, é importante destacar o entendimento da ferramenta e o uso dela de forma contínua. Pois trata-se de um trabalho de acompanhamento, onde serão feitas diversas comparações e tomadas de decisão com base nos resultados registrados. Em outras palavras, trata-se de um repetido processo de Coletar dados, formatar dados, gerar relatórios, analisar os resultados e tomar decisão.

Palavras-chave: Aplicativos, microempreendedor, economia, dados, investimento.

CURSO: Direito

ÁREA: Humanidades

O TOMBAMENTO ADMINISTRATIVO E A PROTEÇÃO CONSTITUCIONAL DO PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

THE MONUMENT PROTECTION DECREES AND THE CONSTITUTIONAL PROTECTION OF THE BRAZILIAN CULTURAL HERITAGE

Daniel Antônio Mello de Assis¹ (Graduando em Direito pela Faculdade Vale do Jaguaribe.

Email: daniel_mello03@yahoo.com.br);

Raiane de Souza Nobre² (Graduanda em Direito pela Faculdade Vale do Jaguaribe);

Emerson de Campos Medeiros³ (Graduando em Direito pela Faculdade Vale do Jaguaribe);

Romana Missiane Diógenes Lima⁴ (Professora Me. da Faculdade Vale do Jaguaribe. Email:

romana_dl@hotmail.com)

RESUMO

O presente trabalho busca realizar uma análise da importância do patrimônio cultural brasileiro para a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e o instituto do tombamento como uma das formas de proteger esse patrimônio, observando a conservação do patrimônio cultural como um direito fundamental de terceira geração, mostrando de forma clara e precisa os conceitos e fundamentos jurídicos do tombamento. A discussão acerca do instituto é sempre atual e premente, tendo em vista a sua utilização cada vez mais amplificada pela Administração Pública brasileira, gerando-se questionamentos diversos, principalmente no que diz respeito à sobreposição do interesse coletivo sobre a vontade do proprietário do imóvel tombado. A pesquisa realizada é de cunho bibliográfico e documental, de caráter exploratório, com supedâneo na doutrina brasileira e no arcabouço legislativo existente.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Direito fundamental. Tombamento administrativo.

1 INTRODUÇÃO

O Patrimônio histórico de uma determinada comunidade está ligado a acontecimentos de relevante importância que compoem a sua memória, permitindo o desenvolvimento e melhor compreensão das presentes e futuras gerações. Assim, é o intento de se preservar a memória cultural e histórica de um povo e lugar que embasa a

busca pela criação de instrumentos protetivos desses objetos jurídicos.

De acordo com a doutrina constitucionalista, a conservação do patrimônio cultural é um direito fundamental de terceira geração. Seguindo essa linha, o poder constituinte originário brasileiro reconheceu a importância desse patrimônio, preconizando a sua proteção.

O presente trabalho tem por escopo enfatizar a compreensão da importância do patrimônio cultural para a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, abordando-se os principais conceitos e fundamentos jurídicos do tombamento, conforme previsão doutrinária e legal pertinentes.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O método utilizado para este estudo foi o de investigação bibliográfica e documental, analisando-se a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, o Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, além de obras doutrinárias nas áreas de Direito Constitucional e Direito Administrativo, especificamente as de Gilmar Ferreira Mendes (2017); Alexandre de Moraes (2016); Matheus Carvalho (2017); e José dos Santos Carvalho Filho (2017).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A conservação do patrimônio cultural brasileiro é um direito fundamental de terceira geração, visto ser um interesse da sociedade valorizar e usufruir esse patrimônio. De acordo com Mendes (2017), os direitos fundamentais de terceira geração peculiarizam-se pela titularidade difusa ou coletiva, como o direito à conservação do patrimônio histórico e cultural.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu artigo 216, *caput*, define como patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira.

Como afirma Moraes (2016, p. 1323), em sua fiel interpretação da Lei Maior, o Estado deve garantir “a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional”, conforme se depreende dos artigos 215 e 216 da Carta Magna.

Assim, deve o Estado assegurar o livre acesso a todas as manifestações culturais do país, apoiando e incentivando a sua plena valorização e difusão. Nesse intento, se estabelece como competência do Poder Público a proteção cultural, através de inventários, registros, vigilância, tombamento, desapropriação e outros meios legalmente permitidos.

Dentre os instrumentos protetivos do patrimônio cultural, o tombamento tem se mostrado um dos mais efetivos.

Previsto no artigo 216, §1º, da Constituição Federal de 1988, “o tombamento é ato tipicamente administrativo, através do qual o Poder Público, depois de concluir formalmente no sentido de que o bem integra o patrimônio público nacional, intervém na propriedade para protegê-lo de mutilações e destruições” (CARVALHO FILHO, 2017, p. 445).

Dessa forma, com reflexo direto na Constituição, o tombamento impõe uma intervenção restritiva na propriedade, afetando seu caráter absoluto, pois condiciona o uso do bem às determinações legais.

Há um verdadeiro objetivo constitucional de aparelhar o Estado para a proteção do patrimônio histórico, paisagístico, artístico e cultural, preservando-se a memória nacional, regional e local, já

que todos os entes federativos detém competência para tomar bens.

Reitera Carvalho (2017, p. 1.047) que “mediante este instituto, o poder público visa à proteção ao meio ambiente, no que tange à conservação dos aspectos da história, arte e cultura de um povo”.

A análise dos artigos 5º a 10 do Decreto-lei nº 25/37 nos permite concluir que o tombamento pode se dar de diversas formas, operando-se de ofício quando os bens a serem tombados pertencerem à União, aos Estados ou aos Municípios, por ordem do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, devendo ser apenas notificado à entidade titular do bem, ou sob cuja guarda se encontrar a coisa tombada, a fim de produzir os efeitos necessários.

Já o tombamento dos bens das pessoas naturais ou jurídicas de direito privado podem se dar de forma voluntária ou compulsória. O tombamento é voluntário quando o proprietário o solicita ou quando, ao ser notificado pelo Poder Público, concorda com a restrição que lhe é dirigida. Por outro lado, é compulsório quando o proprietário resiste ao tombamento, tramitando-se o procedimento administrativo legal para inscrição do bem determinado no livro do tomo.

Quanto à eficácia do tombamento, pode ser ele provisório, quando está em curso o processo administrativo; ou definitivo, quando, após concluído o processo, a Administração Pública procede à inscrição do bem no respectivo Livro do Tombo. De todo modo, a eficácia restritiva, em ambos os casos, é a mesma, impondo-se ao proprietário

obrigações positivas, negativas e permissivas, no fito de melhor proteger o bem tombado.

Mesmo contrário aos interesses do particular, o tombamento se faz premente, tendo em vista a superioridade do interesse público sobre o privado, que é princípio basilar do Direito Administrativo. De fato, a proteção do patrimônio cultural é direito fundamental, a que faz jus toda a coletividade.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta evidente que o patrimônio histórico, artístico, cultural, paisagístico, arquitetônico, etc, deve ser preservado tanto pelo Estado quanto pela população, permitindo que as novas gerações se reencontrem com sua ascendência, seja por meio de expressões, criações científicas, artísticas, tecnológicas, obras, documentos ou qualquer outra demonstração cultural.

Nesse interim, uma das medidas cabíveis mais eficientes é de previsão constitucional, e se chama tombamento, instrumento que busca preservar as raízes culturais e históricas, para que outras gerações tenham acesso à produção artística de seus antepassados.

Dessa forma, pode-se compreender a importância desse meio de intervenção estatal, que usa do seu poder discricionário para decidir sobre a carga valorativa do bem, e proceder ao seu tombamento, cumprindo seu dever de conservação do patrimônio cultural brasileiro, garantindo a efetividade de um direito fundamental de terceira geração, e satisfazendo um interesse coletivo,

de preservação da memória dos diferentes grupos sociais brasileiros, evitando a perda, parcial ou total, de um patrimônio tão valioso.

AGRADECIMENTOS

A Faculdade do Vale do Jaguaribe, direção e administração que nos oportunizaram e estimularam essa pesquisa.

A professora Me. Romana Diógenes, por dispor do seu tempo para nos ajudar, por todo apoio e incentivo, pela partilha de conhecimento e pelos ensinamentos para a vida.

E a todos que direta ou indiretamente fizeram parte desse momento.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

_____. **Decreto-Lei n. 25, de 30 de novembro de 1937**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del0025.htm>. Acesso em: 22 de outubro de 2018.

CARVALHO, Matheus. **Manual de direito administrativo**. 4 ed. rev. ampl. e atual. Salvador: JusPODIVM, 2017.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de direito administrativo**. 31. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2017.

MENDES, Gilmar Ferreira. **Curso de direito constitucional**. 12 ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2017.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 32 ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2016.

CURSO: Educação Física (Bacharelado) ÁREA:Saúde

NEUROPATIA DIABÉTICA: EFEITOS PREVENTIVOS DO EXERCÍCIO FÍSICO.

DIABETIC NEUROPATHY: PREVENTIVE EFFECTS OF PHYSICAL EXERCISE.

MaykRonnyele de Souza Oliveira¹

Ery Johnson da Silva Ferreira de Sousa²

Aida Medeiros de Queiroz³

Tiago dos Santos Nascimento⁴

Informações do autor

SOUZA-OLIVEIRA, M.R. mayk.oliveira@fvj.br

SANTOS-NASCIMENTO, T. tiagonascimento@fvj.br

RESUMO

Neuropatia diabética é a complicação mais comum do diabetes, com prevalência estimada de 40-50%, caracterizada por sinais e sintomas de disfunção dos nervos periféricos em pacientes com diabetes mellitus decorrentes da degeneração progressiva dos axônios. O exercício físico já é, há um bom tempo, uma das estratégias utilizadas para o controle da diabetes. O estudo em questão tem objetivo descrever a neuropatia diabética, bem como, de acordo com a literatura, verificar os efeitos preventivos do exercício físico sobre tal patologia. O estudo se apresenta como uma revisão bibliográfica, onde foram utilizados 20 artigos entre os anos de 1993 – 2018. Os critérios de exclusão foram artigos que tinham objetivos e metodologias divergentes dos propostos pelo presente estudo, como também estudos bastante antigos e desatualizados, já os critérios de inclusão foram artigos com pesquisa de campo relacionada aos efeitos do exercício sobre a neuropatia diabética, bem como estudos mais atualizados sobre o tema proposto. Por ser um tema bastante relevante e debatido, este trabalho tornou-se importante por conseguir compilar as ideias de inúmeros trabalhos publicados de forma a compreender os conceitos sobre a doença, bem como os benefícios da prática de exercícios físicos, possibilitando elucidar os efeitos dos mesmos sobre a neuropatia diabética.

Palavras-chave: Neuropatia Diabética. Patologia. Exercício Físico.

ABSTRACT

Diabetic neuropathy is the most common complication of diabetes, with estimated prevalence of 40-50%, characterized by signs and symptoms of peripheral nerve dysfunction in patients with diabetes mellitus arising from progressive degeneration of axons. The exercise is already, for a long time, one of the strategies used for the control of diabetes. The study in question has objective to describe the diabetic neuropathic pain as well, according to the literature, verify the preventive effects of physical exercise on such pathology. The study presents a literature review, where 20 articles were used between the years of 1993-2018. Exclusion criteria were articles that had goals and differing methodologies proposed by this study, but also quite old and outdated studies, since the criteria for inclusion were articles with field research related to effects of exercise on diabetic neuropathy, as well as most studies on the subject proposed. Because it is a very relevant theme and debated, this work has become important to compile the ideas of numerous published works in order to understand the concepts about the disease, as well as the benefits of the practice of physical exercises, making it possible to elucidate the effects of same on diabetic neuropathy.

Keywords: Diabetic Neuropathy. Pathology. Physical Exercise.

1 INTRODUÇÃO

Uma epidemia de diabetes mellitus tipo 2 (DM2) está em curso. Atualmente, estima-se que a população mundial com diabetes é de 382 milhões de pessoas e que deverá atingir 471 milhões em 2035 (GUARIGUATA et al, 2014). Esse número está aumentando em virtude do crescimento e envelhecimento populacional, da maior urbanização, da crescente prevalência da obesidade e do sedentarismo. Devido à sua alta incidência e prevalência na população brasileira, o DM2 representa um problema de grande importância social e para a saúde pública (MORAES, 2010).

A Neuropatia é definida por sinais e sintomas de disfunção dos nervos periféricos em pacientes com DM não tratado corretamente, nos quais outras causas foram excluídas (BANSAL et al, 2006). É a complicação crônica mais frequente entre os pacientes diabéticos com prevalência estimada de 40-50% comparada com 25-

30% da retinopatia e 20% da nefropatia. As neuropatias diabéticas incluem formas generalizadas simétricas que podem ser de origem sensitivomotora, autonômica e, mais raramente, sensorial aguda, enquanto a formas focais e multifocais são menos frequentes (DYCK et al, 1993). O estudo em questão tem objetivo descrever a neuropatia diabética, bem como, de acordo com a literatura, verificar os efeitos preventivos do exercício físico sobre tal patologia.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo se apresenta como uma revisão bibliográfica, na qual, foram pesquisados 30 artigos nos indexadores PubMed e Scielo. Foram utilizadas as palavras chave: “neuropatia diabética”, “diabetes” e “exercícios físicos relacionados à neuropatia diabética”. Dos 30 artigos pesquisados, foram utilizados 20, entre os anos de 1993 – 2018 para o aprofundamento e construção do referencial teórico do

estudo, onde os critérios de exclusão foram os artigos que tinham objetivos e metodologias divergentes dos propostos pelo presente estudo, como também estudos bastante antigos e desatualizados, já os critérios de inclusão foram artigos com pesquisa de campo relacionada aos efeitos do exercício sobre a neuropatia diabética, bem como estudos mais atualizados sobre o tema proposto.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Brasil está 4º lugar entre os países com mais casos de pessoas com diabetes mellitus, de acordo com o IDF (International Diabetes Federation) (2017). Os dados da PNS (pesquisa nacional de saúde), que foi realizado em parceria entre o Ministério da Saúde e IBGE no ano de 2013, mostrou que a diabetes já atinge 9 milhões de brasileiros que vem a ser 6,2% da população em idade adulta. Nas mulheres há mais prevalência sendo 5,4 milhões dos casos são mulheres enquanto que 3,6 milhões são homens. (BRASIL, 2013), segundo O IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) (2017) e a SBD (Sociedade Brasileira do Diabetes) (2017) a grande incidência do público feminino se dá pelo fato que as brasileiras trabalham em média sete horas e meia a mais do que os homens por semana, devido à dupla jornada à qual são submetidas, além dos fatores gestação e menopausa. O IDF (2017) também alerta que o diabetes já está entre as dez principais causas de morte entre mulheres do mundo inteiro.

Apesar de a diabetes ser uma das patologias mais lembradas e um grande problema de saúde pública, estudos como o de Bertazzone (2015), comprovam que ainda

existe desconhecimento por parte de profissionais da saúde sobre conceitos e sintomas dessa doença. A diabetes é conceituada como um distúrbio endócrino-metabólico caracterizado pela falta parcial ou total de insulina por etimologia múltipla. Outra característica é a hiperglicemia e desordem na metabolização de macronutrientes decorrente de defeito na secreção e ação da insulina (CANDIDO, 2017; BARRILE, 2013).

Por mecanismos ainda não bem elucidados, a hiperglicemia, presente especialmente em pacientes diabéticos não controlados, levaria a um aumento de diacilglicerol (produzido pela ativação da proteína cinase C), aumento da lipoproteína de baixa densidade, e afetaria a via dos polióis, a autooxidação do açúcar e os produtos finais da glicação avançada, causaria também depleção de mioinositol nos nervos por um mecanismo de captação. Tudo isso corroboraria para o estresse oxidativo, o que geraria uma disfunção endotelial, diminuindo o fluxo sanguíneo dos capilares, o que gera hipóxia endoneural. Todo esse contexto propicia um aumento do dano ou disfunção dos nervos, e concomitantemente leva a uma diminuição da capacidade de regeneração ou reparo desses nervos (MOREIRA; BARRETO; DEMPSTER, 2015).

Além de envolver fibras aferentes, a progressão da neuropatia pode desencadear um comprometimento de fibras nervosas motoras. Isso pode levar ao atraso de ativação de alguns músculos durante a marcha, o que, juntamente com o aparecimento de áreas anômalas de pressão na planta dos pés, causa uma perda gradual da estabilidade e do equilíbrio (CAMARGO et al, 2015). A neuropatia diabética pode

levar a transtornos tróficos da pele e da estrutura osteoarticular do pé, levando ao chamado “pé diabético”. Pacientes diabéticos que apresentam insensibilidade fraqueza muscular e diminuição de amplitude de movimento têm maior risco para o desenvolvimento de ulcerações nos pés (CAVANAGH, 1993).

O exercício físico já é, há um bom tempo, uma das estratégias utilizadas para o controle da diabetes (BERTAZONE, 2015).

A perda da sensibilidade é um dos principais fatores que contribuem para a diminuição das aferências para o sistema de controle motor e, portanto, para a diminuição do equilíbrio, gerando alterações na marcha e na postura, como menor cadência, passos mais curtos e menor aceleração, assim como lentidão na correção de erros motores ou quando é necessário transpor obstáculos (MENZ et al, 2004). Dessa forma, pode-se inferir que esses pacientes neuropatas estão mais propensos a sofrer episódios de quedas, que tenham dificuldade em subir escadas e mesmo deambular por ruas movimentadas e acidentadas (SACCO et al, 2007).

Os efeitos agudos e crônicos da prática de atividades se relacionam com a ação da insulina no organismo, seja nos exercícios dinâmicos, estáticos ou resistidos. Assim, além de às vezes contribuir com a redução das dosagens de medicação para tratamento da doença. Há também auxílio na prevenção de complicações associadas como, por exemplo, problemas cardíacos, prejuízos de visão, insuficiências renais etc (SBD, 2015).

Existem evidências comprovando que a inatividade física gera por consequência acúmulo de gordura visceral e que esta é responsável pela produção de

substâncias inflamatórias que comprometem a ação normal da insulina no organismo (TUOMILEHTO, 2001). Desse modo, pode-se compreender que o exercício passa a exercer um papel anti-inflamatório, pois reduz a gordura corporal e, por consequência, a produção de citocinas pró-inflamatórias (PAULI et al, 2009). Sendo assim, uma vez diagnosticada a doença, torna-se fundamental para o manejo terapêutico do paciente a inserção da prática de exercícios físicos no protocolo, tendo em vista todos os benefícios já apresentados neste texto. Todavia, faz-se estritamente necessário uma análise minuciosa do perfil do paciente, assim como suas limitações e potencialidades (SANTOS, 2017).

Recomenda-se para pessoas com neuropatia diabética (ND) periférica a combinação de exercícios aeróbios e resistidos (WHITE; PRITCHAR; TURNER, 2011). Atividade física regular está associada a benefícios significativos na saúde desses pacientes. Essa prática aumenta aptidão cardiorrespiratória, diminui necessidade de insulina, melhora função endotelial, diminui colesterol sérico e aumenta saúde vascular, juntamente com melhorias na composição corporal e qualidade de vida (CHIMENet al, 2012).

A SBD em suas diretrizes atuais (2014-2015) aconselha, em casos mais graves de neuropatia diabética, exercícios sem sobrecarga de membros inferiores como a natação, hidroginástica, bicicleta estacionária e os exercícios de membros superiores, com intuito de poupar a região periférica comprometida. Em casos de pacientes que já apresentam lesões nos pés, aconselha-se incentivar os exercícios de membros superiores ou aqueles sem efeito da gravidade, como a bicicleta

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

No decorrer do presente estudo, foi possível observar a concordância dos autores dispostos na literatura científica quanto aos benefícios da prática de exercícios físicos sobre indivíduos com a patologia em questão. No entanto, também foi observada a necessidade de estudos que forneçam de forma mais clara os mecanismos pelos quais ocorrem tais benefícios. Por ser um tema bastante relevante e debatido, este trabalho tornou-se importante por conseguir compilar as ideias de inúmeros trabalhos publicados de forma a compreender os conceitos sobre a doença, bem como os benefícios da prática de exercícios físicos, possibilitando elucidar os efeitos dos mesmos sobre a neuropatia diabética.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao orientador da pesquisa e professor da disciplina de Fisiologia do Exercício II, o Dr. Tiago dos Santos Nascimento, bem como a IES FVJ pelo suporte.

5 REFERÊNCIAS

ACSM. **Diretrizes do ACSM para os testes de esforço e sua prescrição/ American College of Sports Medicine**; tradução Dilza Balteiro Pereira de Campos; 9ª edição, Rio de Janeiro, Guanabara, 2014.

BANSAL V, KALITA J, MISRA UK. Diabetic neuropathy. **Postgrad Med J** 2006 Feb;82(964):95-100.

BARRILE SR. et al. Comprometimento sensório-motor dos membros inferiores em diabéticos do tipo 2. **Fisioterapia em Movimento**. jul/set;26(3): 537-48. 2013.

BERTAZONE T M A. et al. Conhecimento dos alunos de graduação em educação física sobre exercício físico para indivíduos com diabetes mellitus. **REME- Revista Mineira de Enfermagem**. abr/jun; 19(2): 14-20. 2015.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Portal brasil. Diabetes atinge 9 milhões de brasileiros. 2017. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/noticias/saude/2015/07/diabetes-atinge-9-milhoes-de-brasileiros>> acesso em: 26/09/2018.

CAMARGO MR, BARELA JA, NOZABIELI AJ, MANTOVANI AM, MARTINELLI AR, FREGONESI CE. Balance and ankle muscle strength predict spatiotemporal gait parameters in individuals with diabetic peripheral neuropathy. **Diabetes Metab Syndr** 2015 AprJun;9(2):79-84.

CÂNDIDO JAB, et al. Findrisk: estratificação do risco para diabetes mellitus na saúde coletiva. **Revista Brasileira de Promoção à Saúde**, Fortaleza, 30(3): 1-8, jul./set., 2017.

CAVANAGH PR, SIMONEAU GG, ULBRECHT JS. Ulceration, unsteadiness, and uncertainty: the biomechanical consequences of Diabetes mellitus. **J Biomech**. 1993;26(1):23-40.

CHIMEN M, KENNEDY A, NIRANTHARAKUMAR K, PANG TT, ANDREWS MC, NARENDHAN P. What are the health benefits of physical activity in

type 1 diabetes mellitus? A literature review. *Diabetologia* 2012;55(3):542-51. DOI: 10.1007/s00125-011-2403-2.

DIRETRIZES DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES: 2014-2015/**Sociedade Brasileira de Diabetes**; [organização José Egidio Paulo de Oliveira, Sérgio Vencio]. – São Paulo: AC Farmacêutica, 2015.

DYCK PJ, KRATZ KM, KARNES JL, LITCHY WJ, KLEIN R, PACH JM, et al. The prevalence by staged severity of various types of diabetic neuropathy, retinopathy, and nephropathy in a population-based cohort: the Rochester Diabetic Neuropathy Study. **Neurology** 1993 Apr;43(4):817-24.

GUARIGUATA L, WHITING DR, HAMBLETON I, BEAGLEY J, LINNENKAMP U, SHAW JE. Global estimates of diabetes prevalence for 2013 and projections for 2035. **Diabetes Res Clin Pract** 2014 Feb;103(2):137-49.

IDF-**International Diabetes Federation**. Diabetes atlas - 8th edition. 2017. Disponível em: <<http://diabetesatlas.org/resources/2017-atlas.html>> acesso em: 26/09/2018.

MENZ HB, LORD SR, ST GEORGE R, FITZPATRICK RC. Walking stability and sensorimotor function in older people with diabetic peripheral neuropathy. **Arch Phys Med Rehabil**. 2004;85(2): 245-52.

MORAES SA, FREITAS IC, GIMENO SG, MONDINI L. [Diabetes mellitus prevalence and associated factors in adults in Ribeirão Preto, São Paulo, Brazil, 2006: OBEDIARP Project]. **Cad Saude Publica** 2010 May;26(5):929-41.

MOREIRA CA, BARRETO FC, DEMPSTER DW. New insights on diabetes and bone metabolism. **J Bras Nefrol** 2015 Oct-Dec;37(4):490-5.

PAULI, J. R.; CINTRA, D. E.; SOUZA, C. T., et al. Novos mecanismos pelos quais o exercício físico melhora a resistência à insulina no músculo esquelético. **Arq Bras Endocrinol Metab**. 2009;53/4

SACCO ICN, SARTOR CD, GOMES AA, JOÃO SMA, CRONFLI R. Avaliação das perdas sensório-motoras do pé e tornozelo decorrentes da neuropatia diabética. **Rev. bras. fisioter.**, São Carlos, v. 11, n. 1, p. 27-33, jan./fev. 2007

SANTOS, D.C. N. As repercussões da prática de Exercício Físico sobre o Diabetes Mellitus tipo II: Um estudo de revisão. **UFOP**. 2017. <<http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/1002>> acesso em: 26/09/2018.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. **O que é diabetes?** 2015. Disponível em: <<http://www.diabetes.org.br/para-o-publico/>>. Acesso em: 19/10/2018.

TUOMILEHTO, J.; LINDSTROM, J.; ERIKSSON, J. G. et al. Prevention of type 2 diabetes mellitus by changes in lifestyle among subjects with impaired glucose tolerance. **New England Journal Medicine**, v.344, n.18, p.1343–1350, 2001.

WHITE CM, PRITCHARD J, TURNER-STOKES L. Exercise for people with peripheral neuropathy. **Cochrane Database Syst Rev**. 2011;6:1-43.

CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA

ÁREA: LICENCIATURA

MENSURAÇÃO DO TRABALHO, POTÊNCIA E GASTO ENERGÉTICO

MEASUREMENT OF WORK, ENERGY POTENTIAL AND EXPENDITURE

Thaysmênia da Silva Oliveira , Antônio Gleison Da Silva Moura, Carlos Alberto Nunes Barbosa, Denílson Mateus Rebouças Da Silva, Jailton dos Santos Ferreira, Roniele Barbosa de Freitas, Tiago dos Santos Nascimento

Informações do autor

Graduandos em Licenciatura em Educação Física da Faculdade do Vale do Jaguaribe da Turma 2016.1 no 6º Período letivo em 2018.2, thaysmeniaoliveira12@gmail.com. Professor orientador da disciplina de Fisiologia do Exercício, no Curso de Licenciatura em Educação Física na Faculdade do Vale do Jaguaribe, possui graduação em Ciências Biológicas - Licenciatura Plena e Bacharelado pela Universidade Estadual do Ceará, Mestrado Acadêmico em Ciências Fisiológicas e doutorado em Biotecnologia pela mesma Universidade. Tem experiência na área de Fisiologia, com ênfase em: Produtos Naturais, Neuropatias Metabólicas, Canais Iônicos, Eletrofisiologia e Ensino, professor titular na Faculdade do Vale do Jaguaribe. <tiagonascimento@fvj.br>

RESUMO

Este artigo é uma Revisão Bibliográfica com objetivo o estudo no campo das Mensuração do Trabalho, Potencia e Gasto Energético, suas definições, aplicações e fatores que influenciam no desempenho, além de formas de mensurações avaliativas. Tal revisão utilizou artigos/ publicações datadas dos últimos 5 anos, livros e motor de busca do Google Scholar. O processo deteve-se em uma escolha de 25 artigos, com vista prévia 15 artigos lidos o resumo, onde foram retirados 10 e lidos por completo como base de informação, 10 livros lidos prefácios e resumos de capítulos, 9 foram selecionados servir como base para a construção e como banco de imagens. Como resultados obtivemos uma abordagem descritiva completa de mostrar quais as formas de quantificar os valores energéticos, quais as formas de medir VO_2 , testes e protocolos a serem, formas de calcular o dispêndio de energia de um indivíduo e de como aproveitar melhor as bases energéticas para determinadas atividades em que o ponto de execução não seja interferido pelos fatores de interrupção de eficiência da menor forma possível. Objetivando fomentar a discussão para os profissionais de Educação física utilizem dos métodos como diferencial com seus alunos e atletas nas suas avaliações e desenvolvimento de objetivos.

Palavras-chave: Desempenho. Eficiência. Trabalho. Potencia. Energia.

ABSTRACT

This article is a Bibliographic Review aiming the study in the field of Work Measurement, Power and Energy Expenditure, its definitions, applications and factors that influence performance, as well as forms of evaluative measurements. Such a review used articles / publications dating from the last 5 years, books and Google Scholar search engine. The trial was held in a choice of 25 articles, with a preview of 15 articles read the abstract, where 10 were deleted and read in full as information base, 10 books read prefaces and chapter summaries, 9 were selected serve as a basis for the construction and as image bank. As a result, we have obtained a descriptive and complete approach to show the ways in which energy values can be quantified, how to measure vol2, tests and protocols to be used, ways of calculating an individual's energy expenditure, and how to better utilize the energy bases for certain activities in which the execution point is not interfered with by the least efficient efficiency factors. Aiming to foment the discussion for Physical Education professionals use the methods as differential with their students and athletes in their evaluations and development of objectives..

Key words: Great Point. Efficiency. Job. Power. Energy.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo trata-se de uma Revisão Bibliográfica apresentada a partir de seminário na disciplina de Fisiologia do Exercício ministrada no Curso de Licenciatura em de Educação Física, proposto pelo professor Dr. Tiago Santo Nascimento, tendo como objetivo um profundo estudo no campo das Reservas Energéticas, pontos de medição de desempenho de atletas e fatores que afetam o desempenho. Tal revisão se deu a partir de artigos, livros e publicações em revistas publicados datados dos últimos 5 anos tendo como motor de busca o Google Scholar. Parte da pesquisa é descritiva quanto aos termos e assuntos abordados. Esse processo deteve-se em uma escolha de 25 artigos, com vista prévia de 15 artigos lidos apenas o resumo, onde foram retirados 10 e lidos por completo para servir de base de informação, 10 livros foram lidos prefácios e resumos de capítulos aonde 9 foram selecionados servir de informação para a construção deste artigo como banco de imagens. Tendo como

problemática uma abordagem completa no que diz respeito ao tema, e mostrar quais concepções hoje quanto aos métodos e formulas de avaliação e aferição de desempenho de atletas e pessoas ditas normais, e como são feitos tais processos com base nos dados energéticos, de temperatura e desempenho. Objetivando fomentar a discussão e a análise de como esses dados e métodos podem ser utilizados pelos profissionais de educação física para melhoria de desempenho, melhoria de performance e aplicação em treinos de indivíduos treinados e não treinados.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A partir da Revisão Bibliográfica, apresentada o seminário na disciplina de Fisiologia do Exercício do Curso Licenciatura em de Educação Física, proposto pelo professor Dr. Tiago Santo Nascimento, tendo como objetivo um profundo estudo no campo da Mensuração do Trabalho, Potência e Gasto Energético. Tal revisão se deu a partir de artigos, livros e

publicações em revistas publicados datados dos últimos 5 anos, nos quais sítios digitais para coleta de informações foram CAPES, Scielo, Biblioteca Digital de Teses e Dissertações do IBICT, BIREME, Pubmed, Biblioteca Virtual em Saúde – Ministério Da Saúde, Directory of Open Access Journals, Scopus, Google Scholar, dentre outras bases de artigos de universidades, tendo como base para busca os termos: Mensuração do Trabalho, Gasto Energético, Vias Metabólicas do exercício, Unidades de Medida, Sistema Métrico, Unidades SI, Definição de Trabalho e Potencia, Deslocamento Vertical Exato do Peso X Trabalho, Potencia, Potencias no exercício, Mensuração do Trabalho e da Potência, Mensuração do Gasto Energético, Estimativa do Gasto Energético, Cálculo da Eficiência do Exercício, Economia de Corrida, além dos mesmos termos em inglês e espanhol, tendo como motor de busca o sítio o Google Scholar. Parte da pesquisa descrita foi realizada em diversos livros como base para imagens e ilustrações. Esse processo teve-se em uma escolha de 25 artigos, com vista prévia de 30 artigos lidos apenas o resumo, onde foram retirados 15 e lidos por completo para servir de base de informação, 10 livros foram lidos prefácios e resumos de capítulos aonde 9 foram selecionados servir de informação para a construção deste artigo como banco de imagens.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Unidades de Medida- Sistema Métrico e Unidade SI A forma de Mensuração de Trabalho, Potência e gasto energético são Unidades de medidas Sistema métrico é o sistema de mensuração usado

pelos cientistas para expressar massa, comprimento e volume. Em uma tentativa de padronizar termos para mensuração de energia, força, trabalho e potência, os cientistas desenvolveram um sistema comum de terminologia denominado Sistema Internacional. Trabalho, Trabalho é definido como o produto da força pela distância em que a força atua $TRABALHO = FORÇA (FORÇA = MASSA \times ACERERAÇÃO) \times DISTÂNCIA$, EX.: carregar um peso de 10kg percorrendo uma distância de 2 metros: Converter Kg em N, onde $1kg = 9,81N$, então $10kg = 98,1N$, $Trabalho = 98,1N \times 2m = 196,2$ newtons-m (n.m) ou = 196,2 joules (J), Potencia É o termo usado para descrever quanto trabalho é realizado por unidade de tempo. A unidade do SI para potência é watt (W), que é definida como 1 joule por segundo, $POTÊNCIA = TRABALHO/TEMPO$, $POTÊNCIA = 20.000 J/60 s = 333,3W$. Assim, pegando o exemplo acima para calcular, ficaria expresso exatamente da seguinte forma: $potência = 2.000 Kpm \div 60s = 33,33 Kpm$. S-1 se representado em unidade SI a produção de potência em questão, passa a ser 326,8 W (1 W=0,102 Kpm. S-21). Essas são as maneiras mais utilizadas de se calcular a potência. Definição De Trabalho e Potência-Deslocamento Vertical Exato do Peso X Trabalho Trabalho e Potencia podemos considerar, segundo (MCARDLE; KATCH; KATCH em 2003) Trabalho é o produto gerado por um deslocamento de qualquer objeto que possua massa e nesse caso especificamente, executado durante alguma atividade física. Para poder calcular o trabalho, é necessário pegar a força aplicada, e multiplicar pela distância percorrida. No caso de um supino reto na sala de musculação por exemplo, se durante uma repetição, o

aluno levanta 50kg, a 1m de seu corpo, o cálculo será $50\text{kp} \times 1 = 50\text{kp}$. Para executar esse processo corretamente, é preciso converter a é claro, em tempos diferentes devido ao condicionamento de cada um. Mas somente atletas muito bem condicionados, conseguem essa quantidade de trabalho, em 60 segundos. Mensuração do Gasto Energético Uma das formas de monitorar a quantidade de calor expelida por indivíduo e assim saber o quanto de energia que ele perde em estado basal e em atividade, é medida por meios em que a energia é transformada e o quanto dela é despedida em forma de calor, já que nenhuma máquina é perfeita, e mesmo um veículo automotor de combustão interna utiliza cerca de 20 a 25% da energia de seu combustível para propulsão o resto se dissipa em forma de calor. Assim Mensuração do Gasto Energético se dá partir de Calorimetria Direta ou Calorimetria Indireta. A calorimetria direta requer a monitoração da quantidade de calor produzida por um indivíduo localizado dentro de uma estrutura grande o suficiente para permitir quantidades moderadas de atividade. Este método fornece uma medida da energia gasta na forma de calor, mas não fornece nenhuma informação sobre o tipo de combustível que está sofrendo oxidação. O seu uso também é limitado por ser oneroso e não se encontrar facilmente disponível. Já a calorimetria indireta surgiu desde que Lavoisier e Laplace no século XVI chegaram à conclusão de que a quantidade de calor desprendida por um organismo, tinha relação com a respiração, que se apresentava como uma combustão, bastante lenta, mas perfeitamente semelhante à do carbono. Existe uma relação direta entre o O_2 consumido e a quantidade de calor produzido no corpo, a mensuração do consumo de O_2 fornece uma estimativa da taxa metabólica.

Para converter a quantidade de O_2 consumido em equivalentes de calor, é necessário conhecer o tipo de nutriente que foi metabolizado. Quando a gordura é o único nutriente metabolizado, a energia liberada é de 4,7 kcal (ou 19,7 kJ), enquanto quando somente carboidratos são utilizados, ela é de 5,05 kcal. Embora não seja exato, o gasto calórico do exercício com frequência é estimado em aproximadamente 5 kcal por litro de O_2 consumido. Logo um indivíduo que se exercita em um consumo de oxigênio 2,0 l min deveria gastar aproximadamente 10 kcal de energia por minuto. O método indireto mede a taxa metabólica pela determinação do consumo de oxigênio com uma espirometria e a produção de dióxido de carbono do organismo durante um período de tempo. Na prática, é utilizado um valor estimado para a produção de CO_2 , sendo medida apenas a entrada de oxigênio. Este procedimento tem a vantagem da mobilidade e baixo custo do equipamento e pode ser aplicado quando o indivíduo está deitado em repouso ou engajado em várias atividades. Os mapas metabólicos são utilizados ao lado dos leitos de hospitais para avaliar as necessidades energéticas do paciente. São várias as metodologias desenvolvidas para medir a produção de CO_2 e o consumo de O_2 , tais como bolsa de Douglas, respirômetro de Max Planck, Oxido e Monitor com capuz ventilado. O cálculo do metabolismo basal (TMB), quando não se dispõe de equipamento apropriado (respirômetro) para sua avaliação direta, pode ser feito através de diferentes equações. Para indivíduos saudáveis, pode ser encontrada através das equações sugeridas pelo comitê da FAO/OMS (1985) que considera idade e sexo. Em estados patológicos, principalmente aqueles em que há hipermetabolismo acentuado, pode ser

aplicada a fórmula de Harris-Benedict (1919) para os sexos masculino e feminino e crianças. Estimativa do Gasto Energético Formas de Medição De Gastos Enérgico são Estimativa Do Gasto Energético Que determinam do gasto energético é de extrema importância na área da saúde, uma vez que o controle do balanço energético é considerado como um fator importante na prevenção de muitas doenças crônicas, como a obesidade. De forma geral, os elementos que compõem o gasto energético total são representados pela taxa metabólica de basal/repouso, efeito térmico dos alimentos (ETA) e o gasto energético provenientes das atividades físicas voluntárias (CRISP; VERLENGIA & OLIVEIRA, 2014). A atividade física é entendida como todo e qualquer movimento corporal que resulta num gasto energético acima dos níveis de repouso. Desta forma, a atividade física seja no trabalho, no lazer e nas demais atividades diárias é apontada como importante aliada quando se refere à manutenção corporal e prevenção de doenças crônicas degenerativas (GLANER, 2002). Em indivíduos sedentários, estima-se que aproximadamente 60-70% do gasto energético total diário é proveniente da taxa metabólica de repouso e 20-30% são das atividades físicas realizadas. Por outro lado, em indivíduos extremamente ativos, o gasto energético em atividades físicas pode ser maior do que a taxa metabólica em repouso (CRISP; VERLENGIA & OLIVEIRA, 2014). O método simples e de baixo custo para estimar o gasto energético das atividades físicas voluntárias é por meio dos registros de atividades físicas. Para isso, o gasto energético é baseado no valor do equivalente metabólico (MET), preestabelecido para cada atividade física. O MET é um termo comumente utilizado por educadores físicos,

nutricionistas e pela comunidade médica para expressar a elevação do metabolismo em repouso. Dessa forma, o método estima o gasto energético de atividades físicas a partir do número de vezes em que foi aumentado (múltiplo) o consumo de oxigênio em comparação ao repouso. O valor de 1 MET representa a taxa média do consumo de oxigênio em repouso, o qual é expresso pelo valor relativo de 3,5 mL de oxigênio por quilograma de massa corporal por minuto (3,5 mL/kg/min) ou pelo valor aproximado de 1 kcal/kg/h (CRISP; VERLENGIA & OLIVEIRA, 2014). Farinatti em seu estudo, que tinha por objetivo elaborar uma versão integral do Compêndio de Atividades Físicas, baseado nos valores contidos nos compêndios elaborados por Ainsworth et al., determina que para atividades de condicionamento como circuito geral ou exercícios em academias e/ou outros centros de saúde, sejam despendidos aproximadamente 8,0 e 5,5 METs, respectivamente, valores próximos aos encontrados por nós durante a atividade de RML (4,8 METs). Esse mesmo autor propõe valores de 2,5 METs para atividades de alongamento leve e valores de caminhada em terreno plano de 3,3 (caminhada moderada) a 5,0 (caminhada muito rápida) METs, valores estes também muito semelhantes aos obtidos por nós no presente estudo, em ambas as variáveis. Segundo Fletcher et al., a intensidade da atividade física necessária para melhorar o condicionamento varia entre os indivíduos. Entretanto, a relação da intensidade do exercício com a duração sugere que exercício de menor intensidade exige mais tempo para aumentar capacidade funcional, porém, com menor probabilidade de complicações em relação ao exercício de maior intensidade. Deste modo, a classificação da intensidade

das atividades físicas e a estimativa do gasto calórico a ela associado são aspectos importantes da prescrição do exercício e da fisiologia do exercício, devido à necessidade de adequar as atividades propostas à capacidade de execução do praticante (RAVAGNANI ET AL., 2013). Apesar equivalente metabólico ser considerado simples e prático para a estimativa do gasto energético em atividades físicas. O método tradicional preconiza a utilização de um valor universal ($1 \text{ MET} = 3,5 \text{ mL/kg/min}$) como referência para toda a população, no qual resulta em estimativas inadequadas do gasto energético em atividades físicas. Recentes estudos sugerem que a correção do valor de 1 MET por meio da equação de Harris-Benedict ($3,5 \div \text{Taxa metabólica de repouso estimada} [\text{mL/kg/min}]$) fornece uma estimativa mais individualizada e próxima do gasto energético mensurado diretamente. Fator que pode favorecer um melhor monitoramento do gasto energético em atividades físicas voluntárias e planejamento das intervenções comportamentais (dieta e treinamento físico). Por outro lado, faz-se necessária a realização de novos estudos para que fatores de correção possam ser propostos em populações específicas, uma vez que também existem controvérsias entre as equações preditivas da taxa metabólica de repouso (CRISP; VERLENGIA & OLIVEIRA, 2014). Formas de medição de gastos energéticos são exemplos de Expressões Comuns do Gasto Energético o VO_2 (L/min) o consumo de oxigênio (VO_2) pode ser calculado em litros de oxigênio usado por minuto. Kcal/min A captação de oxigênio pode ser expressa em quilocalorias usadas por minuto. O gasto energético total é calculado multiplicando-se as quilocalorias gastas por minuto. Se a mulher de 60kg

corresse na esteira por 30min a um $\text{VO}_2 = 2,4\text{L}$, seu gasto energético total poderia se calculado assim: $2,4\text{L} \times 5\text{Kcal de O}_2 = 12 \text{ kcal}$ $12 \text{ kcal} \times 30\text{min} = 360 \text{ kcal}$ VO_2 (mL/kg/min) quando a captação de oxigênio mensurada, seu valor é multiplicado por 1000 para ser expresso em mL e em seguida dividido pelo peso corporal do indivíduo expresso em kg. Para a mulher de 60kg com $\text{VO}_2 = 2,4\text{L}$: $2,4\text{L} \times 1000\text{mL}/60\text{kg} = 40\text{mL}$. Expressões comum do Gasto Energético, MET a taxa metabólica em repouso é mensurada em repouso com o indivíduo em decúbito dorsal, após um período de jejum e sem praticar exercício. O MET é considerado igual a $3,5 \text{ mL/kg/min}$. Esse valor é denominado 1 MET. $40\text{mL/kg/min} / 3,5\text{mL/kg/min} = 11,4\text{MET}$ Kcal/kg/h MET também pode ser usado para exprimir o número de calorias usado pelo indivíduo por kg de peso corporal por hora. No exemplo anterior, o indivíduo trabalha a 11,4 MET (ou 40mL/kg/min). Ao ser multiplicado por 60min/h, este valor passa a ser igual a 2.400mL/kg/h (ou $2,4 \text{ L/kg/h}$). Se o indivíduo usa uma mistura de carboidratos e gorduras como combustível o VO_2 é multiplicado por $4,85 \text{ kcal/L de O}_2$ (média entre 4,7 e $5,05 \text{ kcal/L}$) para resultar em $11,6 \text{ kcal/kg/h}$. $11,4 \text{ MET} \times 3,5\text{mL/k/min} = 40\text{mL/kg/min}$ $40\text{mL/kg/min} \times 60\text{min/h}$ $2,4\text{L/kg/h} \times 4,85 \text{ kcal/L de O}_2 = 11,6\text{kcal/kg/h}$. Cálculo da Eficiência do Exercício Na transição do repouso ao exercício leve a moderado, o consumo de O_2 aumenta rapidamente e atinge um estado estável dentro de 1 a 4 minutos. Este consumo de O_2 não aumenta instantaneamente até um valor de estado estável, o que sugere que fontes anaeróbias de energia contribuem para a produção global de ATP no início do exercício. Para calcular fatores da eficiência de um exercício,

inicialmente devemos ver qual forma de armazenamento de energia e qual via energética será utilizada na atividade, além de ter em mente quais condições climáticas, bases quanti-qualitativas de repetições e duração da atividade, além da potência de exercício, quais fibra restam sendo recrutadas de contração rápida com maior gasto energético ou lenta com menor consumo energético, quais vias metabólicas serão mais utilizadas para manter o ponto ótimo de taxa de trabalho/ tempo. Fatores como esses fazem com que os treinadores busquem ponte ótimos em um ritmo que deva gastar o mínimo de energia, manter um ritmo eficiente, um equilíbrio energético nem positivo nem negativo, mas sim isoenergetico, a partir daí podemos ver fatores que Influenciam a Eficiência do Exercício: Taxa de trabalho do exercício, Velocidade do movimento, Composição das fibras dos músculos que realizam o exercício. Tudo em busca da eficiência real, que é definida pela razão matemática do trabalho realizado dividido pelo gasto energético acima do repouso, e expressa em percentual $\% \text{ eficiência real} = \text{débito de trabalho} \times 100$, com o gasto energético a eficiência do exercício diminui à medida que a taxa de trabalho do exercício aumenta. Isso ocorre porque a relação existente entre taxa de trabalho e o gasto energético é curvilínea. Para alcançar a eficiência máxima a qualquer taxa de trabalho, existe uma velocidade de movimento ideal. A eficiência do exercício é maior em indivíduos que possuem um alto percentual de fibras musculares lentas são mais eficientes do que as fibras musculares rápidas.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Apesar de uma grande quantidade de informações disponíveis sobre o treinamento do organismo humano, a falta de padronização dos protocolos e procedimentos de testes, da metodologia em relação aos procedimentos de treinamentos e o desenho do experimento, e de uma precisão da documentação e no relato da quantidade e da quantidade de treinamento prescrito fazem com que a interpretação seja difícil. A interpretação e a comparação dos resultados também são dependentes do nível inicial de aptidão do profissional que os afere, levando em conta a duração do período de treinamento dos testes e da especificidade do teste e do treinamento. A melhor prescrição de exercícios se faz necessário como fundamentos a frequência, intensidade, duração e o tipo de atividade além do nível inicial de aptidão do indivíduo, assim saber e aplicar tais formulas se faz necessário para a formação completa dos profissionais de educação física.

5 REFERÊNCIAS

1. BERNE, R.M.; LEVY, M.N. Fisiologia. 4ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 20 00.
2. GUYTON, A. C.; HALL, J. E. Tratado de Fisiologia Médica. 11ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2006.
3. SILVERTHORN, Dee Unglaub. Fisiologia humana: uma abordagem integrada. Artmed Editora, 2009. APA.
4. TORTORA, G. J.; GRABOWSKI, S. R. Princípios de Anatomia e Fisiologia. 9ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2002.

5. POWERS, Scott K; HOWLEY, Edward T. FISILOGIA DO EXERCÍCIO: TEORIA E APLICAÇÃO AO CONDICIONAMENTO E AO DESEMPENHO. Ed. 6. Barueri, Manole, 2009.

6. MCARDLE, W. D.; KATCH, F. I.; KATCH, V. L. Diferenças individuais e mensuração das capacidades energéticas. Fisiologia do exercício: energia, nutrição e desempenho humano. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, p. 228-9, 2003

7. KENNEY, W. Larry; WILMORE, Jack H.; COSTILL, David L. Fisiología del deporte y el ejercicio. Editorial Médica Panamericana, SA, 2014.

8. TORTORA, Gerard J.; DERRICKSON, Bryan. Principios de anatomía y fisiología. Médica Panamericana, 14ª Ed., 2013.

9. VIANNA, Ms. Jeferson . Fisiologia do Exercício - Mensuração das Capacidades Energéticas. Revista Saúde em Movimento. Publicado em 07 de Maio de 2012. Disponível em: http://www.saudeemmovimento.com.br/conteudos/conteudo_frame.asp?cod_noticia=543

10. CRISP, Alex Harley; VERLENGIA, Rozangela; OLIVEIRA, Maria Rita Marques. LIMITAÇÕES DA UTILIZAÇÃO DO EQUIVALENTE METABÓLICO (MET) PARA ESTIMATIVA DO GASTO ENERGÉTICO EM ATIVIDADES FÍSICAS DOI: <http://dx.doi.org/10.18511/0103-1716/rbcm.v22n3p148-153>. Revista Brasileira de Ciência e Movimento, v. 22, n. 3, p. 148-153, 2014.

11. GLANER, Maria Fátima. Nível de atividade física e aptidão física relacionada à saúde em rapazes rurais e urbanos. Rev Paul Educ Fís, v. 16, n. 1, p. 76-85, 2002.

CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA

ÁREA: EDUCAÇÃO

MEIO AMBIENTE: tema transversal para o ensino fundamental I

LIMA, Francimeire Ribeiro¹; SILVA, Lairis Pereira¹; MOURA, Fernando da Silva¹;
MOURA, Luana Carla Lopes¹; CONCEIÇÃO, Matheus Pereira¹; PINTO,
Emanuelle Sampaio Almeida²

¹francimeireribeirodelima@gmail.com

² Orientadora. emanuelleprof@fvj.br

RESUMO

O Meio Ambiente é um tema bastante presente no cotidiano e que se deve ser trabalhado na escola. O intuito deste trabalho é abordar como o tema transversal Meio Ambiente, que está inserido nos PCNs juntamente com seus critérios pode ser trabalhado na prática. A pesquisa trata-se de uma revisão de literatura, realizada através de busca no banco de dados SCIELO e Periódico CAPES. Os critérios de inclusão foram: artigo completo e brasileiro que abordasse o tema. Concluiu-se que o tema transversal Meio Ambiente é de suma importância para a vida do ser humano e que a sua função é contribuir para a formação de cidadãos conscientes da realidade do mundo em que vivem, e para que assim todos possam ter o comprometimento com a sua vida, com a do outro e com a sociedade em geral.

Palavras-chave: Meio Ambiente. PCNs. Ensino Fundamental I.

¹ Discentes do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ em Aracati-CE.

² Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ em Aracati-CE - Orientador

1 INTRODUÇÃO

O termo meio ambiente tem sido utilizado para indicar um “espaço” (com seus componentes bióticos e abióticos e suas interações) em que um ser vive e se desenvolve, trocando energia e interagindo com ele, sendo transformado e transformando-o (BRASIL, 1997). A importância de trabalhar o tema Meio ambiente no ensino fundamental I se dá porque é um tema em que está sendo intensamente vivido pela sociedade, pelas comunidades, pelas famílias, pelos alunos e educadores em seu cotidiano.

Os temas transversais foram criados com o objetivo de incluir questões sociais no currículo escolar para que os alunos tenham uma educação para a cidadania, onde eles possam ter uma aprendizagem e uma reflexão a partir de temas presentes na realidade global, regional e local.

O objetivo do presente trabalho é apresentar como o tema transversal Meio Ambiente que está inserido dentro dos PCNs juntamente com seus critérios e como trabalhar este tema na prática.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa trata-se de uma revisão de literatura, realizada através de busca no banco de dados SCIELO e Periódico CAPES.

Os critérios de inclusão foram: artigo completo e brasileiro que abordasse o tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os conteúdos de Meio Ambiente foram integrados às áreas, numa relação de transversalidade, de modo que introduza na prática educativa e, ao mesmo tempo, valorize a questão ambiental, visualizando os seus aspectos físicos e sociais.

Trabalhar de forma transversal significa buscar a transformação dos conceitos, a explicitação de valores e a inclusão de procedimentos, sempre vinculados à realidade cotidiana da sociedade, de modo que obtenha cidadãos mais participantes (BRASIL, 1997).

Na elaboração dos Parâmetros Curriculares Nacionais, essas áreas apontaram a relação de seus conteúdos com o tema Meio Ambiente e algumas destacaram um bloco de conteúdos ou eixo temático que trata diretamente da relação sociedade/natureza ou vida e ambiente. Isso retrata a dimensão do trabalho que se deseja com essa questão, diante das necessidades impostas pela realidade socioambiental (BRASIL, 1997).

Todas as áreas como Ciências Naturais, História, Geografia, Língua Portuguesa, Educação Física, Arte,

Matemática são fundamentais para o processo de construção do conhecimento sobre meio ambiente, também como forma de manifestação de pensamento e sensações. Elas ajudam os alunos a trabalhar seus vínculos com o ambiente, permitindo-lhes expressá-los.

Cada professor, dentro da especificidade de sua área, deve adequar o tratamento dos conteúdos para contemplar o Tema Meio Ambiente, assim como os demais Temas Transversais.

O tema Meio Ambiente propõe que se garanta aos alunos aprendizagem que lhes possibilite posicionar-se em relação às questões ambientais nas suas diferentes realidades e atuar na melhoria de sua qualidade.

Assim sendo, a seleção dos conteúdos foi realizada com a preocupação de incluir questões amplas e também de possibilitar a valorização e a atenção às especificidades regionais (BRASIL, 1997).

De acordo com Brasil (1997, págs. 202 e 203) foram selecionados os conteúdos que

contribuam com a conscientização de que os problemas ambientais dizem respeito a todos os cidadãos e só podem ser solucionados mediante uma postura participativa; possibilitem o desenvolvimento de atitudes e a aprendizagem de procedimentos e valores fundamentais para o exercício pleno da cidadania, ressaltando-se a participação no gerenciamento do ambiente; contribuam para uma visão

integrada da realidade, desvendando as interdependências entre a dinâmica ambiental local e a planetária, desnudando as implicações e causas dos problemas ambientais; sejam relevantes na problemática ambiental do Brasil; sejam compatíveis com os conteúdos trabalhados pelas áreas nesses ciclos, possibilitando a transversalização;

A partir desses critérios, os conteúdos possibilitam aos professores trabalhá-los de acordo com a especificidade local, sem perder a questão global.

A realidade de uma escola em região metropolitana, por exemplo, implica exigências diferentes daquelas de uma escola da zona rural. Também a cultura, a história e os costumes irão determinar diferenças no trabalho com o tema Meio Ambiente em cada escola (BRASIL, 1997). Os conteúdos foram reunidos em três blocos: A natureza “cíclica” da natureza; sociedade e meio ambiente e manejo e conservação ambiental.

Garrido e Meirelles (2014) desenvolveram um trabalho sobre a percepção de meio ambiente por alunos dos 1º e 5º anos do Ensino Fundamental. A pesquisa foi desenvolvida em uma escola municipal situada no município de Duque de Caxias, estado do Rio de Janeiro. Os instrumentos de coleta de dados utilizados no estudo foram à elaboração de desenhos, entrevistas e análise de gravuras.

Os resultados obtidos do trabalho permitiram apontar que as percepções sobre o meio ambiente, de alunos de 1º e 5º anos do

Ensino Fundamental, retratadas por meio de desenhos e de falas nas entrevistas sobre os desenhos, apontam, na sua grande maioria, para uma percepção naturalista, ou seja, meio ambiente como sinônimo de natureza, desligada dos contextos social, econômico, político e cultural nos quais se insere o ser humano. Garrido e Meirelles (2014) apontam no seu trabalho sobre quando os alunos percebem problemas relacionados ao seu cotidiano, são capazes de verbalizar soluções e revelam disposição para interferir e agir em prol do seu bem-estar e de outros.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dessa forma, o propósito dos PCNs e seus temas transversais seriam, então, uma educação para a cidadania que pudesse oferecer compreensão e acesso a direitos e deveres sociais. O professor poderá sugerir temas numa sequência que vá do local ao global e vice-versa, mostrando todos os tipos de realidade, apontando desde o que é saudável ao que é nocivo, com o intuito de transformar alunos em futuros cidadãos conscientes, preparados para lidar com a realidade e repassar seus valores formados a partir do que lhe foi passado através do tema transversal.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento a FVJ, a nossa orientadora Emanuelle Sampaio Almeida Pinto por todo suporte e

apoio para a elaboração deste trabalho. Aos meus colegas de grupo por todo empenho e paciência.

5 REFERÊNCIAS

BOMFIM, Alexandre Maia et al. **Parâmetros curriculares nacionais: uma revisita aos temas transversais meio ambiente e saúde.** Rio de Janeiro: Trab. Educ. Saúde, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: meio ambiente saúde / Secretaria de Educação Fundamental.** – Brasília: 128p.

GARRIDO, Luciana dos Santos; MEIRELLES, Rosane Moreira Silva de. **Percepção sobre meio ambiente por alunos das séries iniciais do Ensino Fundamental: considerações à luz de Marx e de Paulo Freire.** Bauru: Ciênc. Educ., 2014.

MATTHES, Priscila Maria da Maia; CASTELEINS, Vera Lúcia. **A educação ambiental: abrindo espaço para a cidadania.** Paraná: PUCPR, 2009.

SILVA, Heloína Oliveira da; BEZERRA, Renilton Delmundes. A importância da educação ambiental no âmbito escolar. Tocantins: **Revista Interface**, 2016.

CURSO: FISIOTERAPIA

ÁREA: SAÚDE

INTERVENÇÃO FISIOTERAPEUTICA NA PARALISIA FACIAL DE BELL: UMA REVISAO DE LITERATURA

PHYSICAL THERAPY INTERVENTION IN BELL FACIAL PARALYSIS

Ana Claudia Lima Maia¹, Daniele Oliveira de Sousa¹, Emily de Brito Carneiro¹, Karine
Soares Araújo¹, Laís Leite Uchôa¹, Thais Muratori Holanda².

1anaclaudialima252@gmail.com

2thamuratori@gmail.com

RESUMO

A paralisia facial periférica também conhecida por paralisia de Bell, é de origem idiopática, que ocorre pelo comprometimento do nervo facial, provocando a perda das expressões da face ou parte dela, necessitando de tratamento especializado. A fisioterapia possui vários recursos de tratamento visando a reabilitação e recuperação desses pacientes e seu principal objetivo é reconstituir a mímica facial. O presente estudo teve como finalidade o efeito da fisioterapia em pacientes com paralisia facial de Bell. Trata-se de estudo de revisão. Realizou-se uma busca nas bases de dados LILACS, SciELO, PEDro utilizando os seguintes descritores: fisioterapia, paralisia de Bell, reabilitação, tratamento. A busca foi realizada em vinte artigos onde foram analisados e estudados os principais objetivos da atuação e das condutas do fisioterapeuta no tratamento da paralisia facial de Bell. Em conclusão a fisioterapia mostrou ser de fundamental importância e indispensável para o tratamento dessa patologia.

Palavras-chave: paralisia facial de Bell, intervenção. Fisioterapia

ABSTRACT

Peripheral facial paralysis, also known as Bell's palsy, is of idiopathic origin, which occurs due to facial nerve involvement, causing loss of facial expressions or part of it, requiring specialized treatment. Physiotherapy has several treatment resources aimed at the rehabilitation and recovery of these patients and its main objective is to reconstitute facial mimics. The present study had as purpose the effect of physical therapy in patients with Bell's facial paralysis. This is a review study. A search was made in the databases lilacs, SciELO, PEDro using the following descriptors: physiotherapy, Bell's palsy, rehabilitation, treatment. The search was carried out in twenty articles where the main objectives of the physical therapist's performance and conduct in the treatment of Bell's facial paralysis were analyzed and studied. In conclusion, physical therapy proved to be of fundamental importance and indispensable for the treatment of this pathology.

Key words: Bell's facial palsy, intervention. Physiotherapy

1 INTRODUÇÃO

face é um elemento muito importante quando se refere à autoestima e expressões das emoções. A musculatura dessa região é caracterizada por se conectar diretamente com a pele. Quando a inervação de um músculo dessa região é prejudicada, os músculos atrofiam, causando uma diminuição no volume anatômico e uma substituição pelo tecido fibrosos, ao longo prazo (SILVA., et al 2015).

A vários tipos de tratamento da PFP, sendo farmacológico, com usos de corticoides, medicamentoso, antivirais e a intervenção fisioterapêutica, que são utilizados como tratamento essencial para paralisia de Bell (MERABET, 2018)

As condutas fisioterapêuticas utilizadas no tratamento da paralisia facial, visam organizar padrões simétricos e harmonia de face em grupo musculares, buscando também a satisfação do paciente em relação a estética. Partindo dessa intenção, existe umas variedades de recursos utilizados no tratamento da paralisia, encaixando sempre as evidencias científicas no processo de reabilitação/recuperação. Nesse caso destaca-se os recursos terapêuticos manuais, cinesioterapêuticos, eletrofototerapêutico, exercício de mimica facial e reeducação neuromuscular proprioceptiva (TAVARES; SOUZA; JESUS, 2018)

O laser de baixa intensidade (LBI) é constantemente utilizado nos tratamentos médicos, odontológicos e fisioterapêuticos, pois eles possuem uma ação analgésica, anti-inflamatória e anti-cicatrizante, promovendo uma intervenção terapêutica o, mas antecipado possível, obtendo um ótimo resultado no prognóstico do paciente (GOMES; SCHAPOCHNIK, 2017)

A functional electrical stimulation (FES) é um tipo de eletroterapia capaz de promover contração muscular e tem sua principal função restabelecer a capacidade neuromuscular prejudicada ou perdida, gerado por impulso elétrico, que usado corretamente, retarda o processo de fibrose e estimula o processo de reinervação (SOUZA et al., 2015).

Os recursos invasivos e farmacológicos podem apresentar efeitos colaterais prejudiciais à saúde desses pacientes com paralisia de Bell. Após a análise dessas condutas podemos ver como a fisioterapia pode surgir de efeito na paralisia de Bell. O principal objetivo desse estudo é analisar o efeito da fisioterapia em pacientes com paralisia facial de Bell.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Esse trabalho é uma revisão bibliográfica de literatura que foi realizada nos portais Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciência da Saúde (Lilacs), (SciELO), Physiotherapy Evidence Database (PEDro), no mês de agosto e setembro de 2018.

Nos portais de dados Lilacs, SciELO e PEDro, a busca dos artigos foi realizada utilizando os seguintes descritores: fisioterapia, paralisia de Bell, reabilitação, tratamento, os descritores foram utilizados em inglês e português.

Foram selecionados nos três portais os artigos que preencheram os seguintes critérios de inclusão: estudos que abordaram condutas de intervenção fisioterapêutica em pacientes com paralisia facial de Bell, artigos publicados nos anos de 2014 a 2018. Foram excluídos os estudos que: relataram o tratamento de outras patologias, e outras áreas da atuação.

Após a análise dos vinte artigos escolhidos a fisioterapia mostrou-se com um grande leque de intervenções fisioterápicas e

com grande eficácia na reabilitação e recuperação de pacientes com paralisia facial de Bell.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Tabela 1. Resumo de artigos de 2015 a 2018

ano	autores	objetivos	metodologias	Conclusões
2018	Merabet Mehdi; Clarinda Festas	Analisar as diferentes intervenções terapêuticas na reabilitação de pacientes com PFP	Foi realizada uma pesquisa nas bases de dados, Pubmed e PEDro, com as palavras de pesquisa paralisia facial, paralisia de Bell e fisioterapia cumprindo os critérios de seleção.	Concluiu-se que os diferentes programas de intervenção terapêutica em pacientes com PFP foram eficazes, sendo que o laser de alta intensidade, a electroacupuntura/acupuntura e exercícios neuromuscular mostraram os resultados mais significativos.

2018	Malena Barros Alves Silva; Taynã Caroline Matos Vieira; Elaine Andrade de Jesus; Alex Douglas Conceição Tavares; Wesley Pereira de Souza.	Analisar a eficácia da cinesioterapia e eletroestimulação no tratamento da paralisia facial.	Trata-se de um estudo de caso, com indivíduo foi submetido a protocolo com 25 atendimentos, duas vezes por semana. A ferramenta utilizada para averiguar os resultados do protocolo foi o sistema de classificação da paralisia facial segundo a escala de House– Brackmann.	A combinação das técnicas fisioterapêuticas utilizadas no tratamento da paralisia facial periférica foi benéfica, com evidências de redução da incapacidade funcional dos músculos faciais, posteriormente favorecendo a ação dos músculos da mímica facial.
------	--	---	---	--

2016	Fátima Goulart; Karina Simone de Souza Vasconcelos; Margareth Rosy Vilasboas de Souza; Patricia Barcelos Pontes.	Verificar a utilização do biofeedback no tratamento da PFP, ressaltando suas indicações, técnicas de aplicação e efeitos como recurso terapêutico em fisioterapia.	Foi realizada uma revisão bibliográfica utilizando as bases de dados Medline e Lilacs, nos idiomas ingleses, espanhol e português.	Inúmeras vantagens são apontadas para a utilização do biofeedback no tratamento da PFP e desvantagens para essa utilização praticamente não foram encontradas. Entretanto, não há estudos que comparem os efeitos do biofeedback com outros recursos fisioterápicos disponíveis.
2016	Carlos Dornels Freire de Souza; Lucas Carvalho de Macedo; Victor Lucas Batista Nascimento; Marcus Armando Fernandes da Silva;	Relatar a intervenção fisioterapêutica associada a acupuntura em indivíduo com paralisia facial periférica, atendido no Laboratório	Trata-se de um relato de caso. Inicialmente, realizou-se a anamnese e o exame físico do paciente, usando o sistema de classificação	A abordagem fisioterapêutica proposta associada a acupuntura mostrou-se eficaz na recuperação neuromotora do paciente com paralisia facial periférica.

	Denilson José de Oliveira. Bruna Ângela Antonelli.	Multifuncional da Faculdade São Francisco de Juazeiro, no período entre março e junho de 2016.	de House-Brackmann. Após a avaliação, foi traçado um plano terapêutico composto por 50 sessões de fisioterapia, realizadas diariamente, exceto em finais de semanas e feriados. O programa foi composto por eletroterapia com corrente Aussie, massoterapia, cinesioterapia, Facilitação Neuromuscular Proprioceptiva e acupuntura.	
2016	Francieli dos Santos Lima; Diego Santos Fagundes;	Melhorar a funcionalidade da musculatura inervada pelo nervo facial	Trata-se de um estudo de caso, com uma abordagem qualitativa	Após 20 sessões foi possível observar melhora no fechamento ocular com ausência do

	Regiane Rossi Oliveira Lima.	oportunizando os movimentos dos músculos da mímica facial.	através da técnica de facilitação neuromuscular proprioceptiva (FNP) em uma voluntária do sexo feminino, 54 anos, residente na cidade de Ariquemes – RO no ano de 2015, com diagnóstico clínico de paralisia facial periférica	fenômeno de Bell, abolição da perda de líquido através da comissura labial, além de modulação do tônus e força muscular.
2015	Idaliana Fagundes de Souza; Adrilana Nathália Mranhão Dias; Fabieli Pereira Fontes; Luciana Protásio de Melo	Descrever os métodos e recursos fisioterapêuticos utilizados na Paralisia Facial Periférica, e verificar de que forma a paralisia facial periférica (PFP) vem sendo considerada	Revisão de literatura através de busca em publicações científicas indexadas nas bases de dados Scielo, PubMed e Science Direct, que	Conclui-se que existem vários métodos de tratamento para a PFP e que se utilizam de diferentes recursos e técnicas. Os estudos incluem estimulação elétrica, massagens, exercícios faciais e reeducação

		no processo de reabilitação.	permitem o uso da terminologia comum em português, inglês, francês e espanhol.	neuromuscular isolados, ou combinações desses e, ainda, variação de parâmetros para um mesmo recurso.
2015	Lais Garcia Capel Wenceslau; Fernanda Chiarion Sassi; Dicarla Motta Magnani; Claudia Regina de Furquim Andrade.	Avaliar, por meio da eletromiografia de superfície (EMGs), a atividade dos músculos risório e zigomático, durante a produção do sorriso voluntário, comparando os dados em dois grupos de indivíduos com tempos diferentes de início da paralisia facial periférica (PFP)	Foram avaliados 140 adultos distribuídos em três grupos: G1 (35 indivíduos com início da PFP entre 0 e 3 meses); G2 (35 indivíduos com início da PFP entre 3 e 6 meses); GC (70 controles saudáveis). Todos os participantes foram submetidos à avaliação que consistiu na aplicação de uma escala clínica para avaliação da	Os resultados da EMGs não evidenciaram diferenças entre os grupos de acordo com o tempo de início da doença.

			mímica facial e na realização da EMGs em região de músculos risório e zigomático.	
--	--	--	---	--

A paralisia facial pode ser classificada em Central, que é uma lesão acima do núcleo do nervo facial, a parte afetada será do lado contralateral à lesão na parte inferior da face, e a Periférica, se manifesta no mesmo lado da lesão. (Micheli et al, 2017)

Estudos apontam que a fisioterapia tem um papel importante no tratamento da paralisia facial, pois recupera a função facial, estimula a circulação sanguínea periférica, modula tônus e melhora as discinesias patológicas. (Milena et al; 2018).

As coletas apontam que, a fisioterapia na paralisia facial tem uma gama de recursos e benefícios com eficácia comprovadas em vários casos, melhorando autoestima, desenvolvendo independência e apresentando diversas formas e opções de tratamentos (SOUZA et al., 2015)

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Este estudo demonstrou que a intervenção fisioterapêutica é eficaz no tratamento da paralisia facial de Bel. Os diversos recursos que foram utilizados na

terapia ao indivíduo com paralisia facial proporcionam recuperações. Os mesmos apresentaram melhora do quadro inicial e da qualidade de vida a partir do tratamento com recursos de cinesioterapia, terapia manuais, exercícios cinesioterapêuticos, acupuntura, ventosaterapia e recursos eletroterapêuticos. portanto novos estudos devem ser utilizados para comparar quais técnicas são mais eficazes no tratamento da paralisia facial de Bell.

5 REFERÊNCIAS

ANDRADE, C.R.F et al, Paralisia facial periférica: atividade muscular em diferentes momentos da doença, **CoDAS** v.28n.1, p.3-9, 2016

BRITO, A.F. et al, Atendimento multiprofissional da Paralisia Periférica facial: Estudo de caso clínico, **Perturbar Comun**, São Paulo, v. 27, n.2 p.xxx-yyy, junho de 2015

CAPELLI, A.M.G et al, Fisioterapia na paralisia facial periférica: estudo retrospectivo, **revista brasileira de**

otorrinolaringologia, v.73, n. 1, janeiro/fevereiro 2007

DIAS, A.N.M, Métodos Fisioterapêuticos utilizados no Tratamento da Paralisia Facial Periférica: Uma Revisão, **Revista Brasileira De Ciências da saúde**. V.19, n. 4 P. 315-320, 2015

GOULART, F. et al, A utilização do biofeedback no tratamento fisioterápico da paralisia facial periférica, **Acta Fisiátrica** v.9, n.3, p. 134-140, 2002

GROSSI, I, MOREIRA, S.M, GUIMAROES, S.M, A importância da Estimulação Sensorial na Paralisia Facial de Bell, Campo Grande (MS) 2016

LIMA, F. S.; FAGUNDES, D. S, LIMA R. R. O, Facilitação neuromuscular proprioceptiva na reabilitação da paralisia facial periférica: um estudo de caso. **Revista Científica da Faculdade de Educação e Meio Ambiente**. v. 1, n.7, p. 27-40, jan-jun. 2016

TAVARES, A.D.C, et al, Intervenção fisioterapêutica no paciente com paralisia Facial após guillain barré, **Journal of Health Connections**, v. 3, n. 2. p.14-26. 2018

TAVARES, A.D.C, JESUS, E.A, SOUZA, W.P, Intervenção fisioterapêutica no tratamento de paciente com paralisia facial periférica: estudo de caso, **Revista Saúde e Pesquisa**, v. 11, n. 1, p. 179-189, janeiro/abril 2018

SOUZA IF, Dias N.A.M, Fontes.P, Melo LP. Métodos Fisioterapêuticos utilizados no tratamento da Paralisia Facial

Periférica: uma revisão. **Rev Bras de Ciências da Saúde**, 2015;19(4):315-20. DOI:10.4034/RBCS.2015.19.04.10

GOMES, C. F, SCHAPOCHNIK. A, O uso terapêutico do LASER de Baixa Intensidade (LBI) em algumas patologias e sua relação com a atuação na Fonoaudiologia. **Distúrbios da Comunicação**, v. 29, n. 3, p. 570-578, 2017.

SILVA, M.F.F et al., Multidisciplinary care of peripheral facial palsy: clinical case stud. **Distúrb comum**, v. 27, n. 2, São Paulo, 2015.

OLIVEIRA, L.H.S et al, Fisioterapia na Paralisia facial periférica: estudo de caso, **Revista científica da Universidade do Vale do Sapucaí (Univás) - Departamento de Fisioterapia**, junho, 2015.

MEHDI, Merabet, Abordagem terapêutica em reabilitação da paralisia facial periférica Revisão da literatura, **Revista científica da Universidade do Vale do Paraíba**, Porto, fevereiro, 2018.

BITTAR, Renato Fortes et al. Facial paralysis after superficial parotidectomy: analysis of possible predictors of this complication. **Brazilian journal of otorhinolaryngology**, v. 82, n. 4, p. 447-451, 2016.

DE SOUZA, C.D.F et al. Intervenção fisioterapêutica associada a acupuntura na paralisia facial periférica: um relato de caso. **Revista da Universidade Vale do Rio Verde**, v. 14, n. 2, p. 1175-1183, 2016.

WENCESLAU, L.G.C et al. Paralisia facial periférica: atividade muscular em diferentes momentos da doença. In: **CoDAS**. Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia, 2016. p. 3-9.

MOREIRA, M.S, RAYNÉ, C.I, Brasília Maria; CALDEIRA FERREIRA GUEDES, Zelita. Paralisia facial e qualidade de vida: revisão crítica de literatura no âmbito do trabalho interprofissional. **Revista CEFAC**, v. 18, n. 5, 2016.

MOHAMED, Aboshanif et al. Outcome of different facial nerve

reconstruction techniques. **Brazilian journal of otorhinolaryngology**, v. 82, n. 6, p. 702-709, 2016.

MARANHÃO-FILHO, P et al. Paralisia facial: quantos tipos clínicos você conhece? Parte I. **Rev Bras Neurol**, v. 49, n. 2, p. 85-92, 2013.

BATISTA, K.T. Paralisia facial: análise epidemiológica em hospital de reabilitação. **Rev. bras. cir. plást**, p. 591-595, 2011.

CURSO: Enfermagem

ÁREA: Saúde

IMPORTÂNCIA DA ANATOMIA HUMANA E DA MONITORIA ACADEMICA PARA ESTUDANTES DE ENFERMAGEM.

IMPORTANCE OF HUMAN ANATOMY AND ACADEMIC MONITORING FOR NURSING STUDENTS.

Joquebede Costa de Oliveira Souza

Graduanda em Enfermagem - FVJ; jokebede23oliveira@gmail.com

Maria Naiane Aquino de Souza

Graduanda em Enfermagem-FVJ; aquinonaiane@gmail.com

Nataly Rocha de Lima

Graduanda em Enfermagem-FVJ; natalylima20@outlook.com

Nataly Rocha de Lima

Graduanda em Enfermagem-FVJ; natalinerocha93@hotmail.com

Aldízio Júnior Gomes de Lima

Graduando em Enfermagem-FVJ; j-hulima@hotmail.com

José Ossian Almeida Souza Filho

Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) - orientador; ossian@fvj.br

RESUMO

A Anatomia Humana é uma ciência primordial para a formação do profissional de Enfermagem, visto que se trata de um arcabouço para compreensão de diversas disciplinas subsequentes. Objetivou-se avaliar a relevância e contribuições da disciplina de Anatomia Humana e sua respectiva monitoria acadêmica para a formação dos discentes do curso de Enfermagem. Estudo

descritivo com análise quantitativa, realizado com os discentes do curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, na cidade de Aracati-Ce. Foi utilizado um instrumento estruturado, composto por dez perguntas sobre a disciplina de Anatomia Humana e sua monitoria acadêmica. Participaram da pesquisa sessenta e três alunos, de ambos os sexos, na faixa etária entre 19 e 42 anos. Pode-se afirmar que é unânime a concepção de que a Anatomia Humana é uma disciplina primordial para a formação do enfermeiro. De acordo com os resultados obtidos pode-se afirmar que os alunos do curso de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe consideram a Anatomia.

1 INTRODUÇÃO

Anatomia, é uma palavra de origem grega, que significa cortar em partes (*ana*=em partes; *tomein*=cortar), consiste na ciência que estuda as estruturas do corpo e as relações entre elas, permitindo a identificação e o estabelecimento conceitual dos sistemas orgânicos. Por ser antiga, é considerada uma ciência-mãe, uma vez que dá suporte para as demais ciências biológicas (DANGELO; FATTINI, 2011). A Anatomia foi estudada inicialmente por dissecação, a secção cuidadosa das estruturas do corpo para o estudo de suas relações. Atualmente, inúmeras técnicas de imagem contribuem para o avanço do conhecimento anatômico (TORTORA; DERRICKSON, 2016).

Para Filho, Leitão e Bruno (2009), o estudo da Anatomia Humana se faz através da teoria e da prática. A observação direta das peças e dos cortes anatômicos se faz necessário, pois possibilita um entendimento completo das estruturas orgânicas e de sua relação espacial, levando assim a uma melhor

compreensão teórica. Essa relação é de suma importância para a formação acadêmica de Enfermagem, que irá refletir na futura formação profissional, tendo em vista a importância da Anatomia para a compreensão dos temas abordados subsequentemente ao longo da graduação.

A Anatomia Humana é uma disciplina de base, para a formação do profissional de Enfermagem, pois fornece os conhecimentos necessários para o aprendizado, e a compreensão para outras disciplinas. Segundo COCCE et al (2017), o ensino da anatomia evoluiu a fim de melhor servir e apoiar, o desenvolvimento profissional de seus alunos, com objetivo de aliar o ensino à prática clínica. Assim como outras disciplinas, a Anatomia é ensinada como uma disciplina isolada ou integrada a outras, muitas vezes clínicas. A expectativa é que a Anatomia e outras disciplinas que compõem o “eixo básico”, atuem como alicerce para compreensão da fisiopatologia, avaliação clínica dos pacientes e realização de muitos

procedimentos de enfermagem. A monitoria surge como uma ferramenta importante no processo de aquisição de conhecimentos. O programa de monitoria através da interação entre professor e alunos poderá ajudar de forma mais efetiva na produção de conhecimento através da metodologia ensino/aprendizagem (FERNANDES et al., 2017).

O objetivo do presente trabalho foi avaliar a relevância e contribuições da disciplina de Anatomia Humana e sua respectiva monitoria acadêmica para a formação dos discentes do curso de Enfermagem.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um estudo descritivo com abordagem quantitativa, através da monitoria acadêmica de Anatomia Humana. Este foi realizado na instituição Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, na cidade de Aracati-Ce, durante o mês de março de 2018.

Foi utilizado um instrumento estruturado, composto por dez perguntas sendo nove objetivas, onde os participantes marcavam “sim ou “não”, e uma subjetiva. Participaram dessa pesquisa sessenta e três (63) discentes do curso de Enfermagem, entre o 4º ao 8º período, na faixa etária de 19 a 42

anos, de ambos sexos, dos turnos matutino e noturno.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O quadro 1 mostra o questionário aplicado aos discentes.

Quadro 1

Questionário: A importância da Anatomia Humana para estudantes de Enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe.

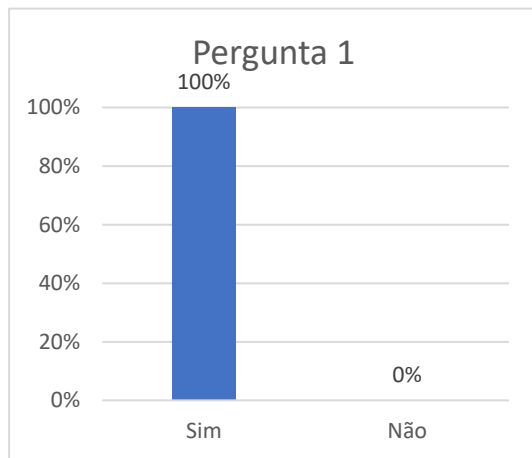
Nome: _____

Sexo: _____ Idade: _____

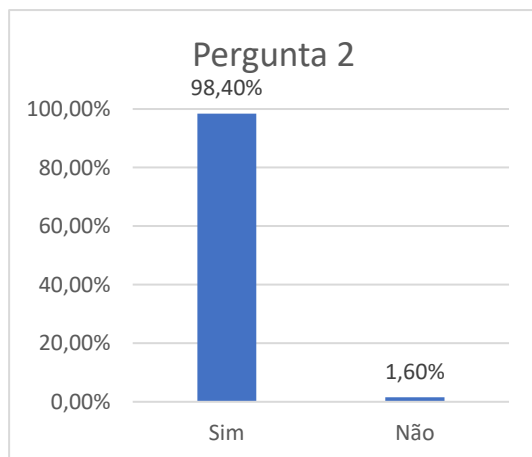
01. A disciplina de Anatomia Humana é importante para sua formação acadêmica?
() Sim () Não
02. O professor de Anatomia Humana contribuiu para o seu aprendizado?
() Sim () Não
03. A monitoria acadêmica de Anatomia Humana contribuiu para o seu aprendizado?
() Sim () Não
04. O estudo em peças anatômicas artificiais é importante para o aprendizado na disciplina?
() Sim () Não
05. Sem um bom conhecimento anatômico é possível que o Enfermeiro exerça um trabalho teórico-prático de qualidade?
() Sim () Não
06. Qual o livro que você mais utilizou para obter conhecimento sobre a disciplina de Anatomia Humana?

07. Você participou das aulas práticas e teóricas de Anatomia Humana?
() Sim () Não
08. As aulas em laboratórios de Anatomia eram frequentes?
() Sim () Não
09. A Anatomia Humana passa a ser uma disciplina básica e fundamental para qualquer profissional da saúde?
() Sim () Não
10. A Faculdade disponibilizou o acesso de material didático em livros, atlas, slides para seu aprendizado em Anatomia Humana?
() Sim () Não

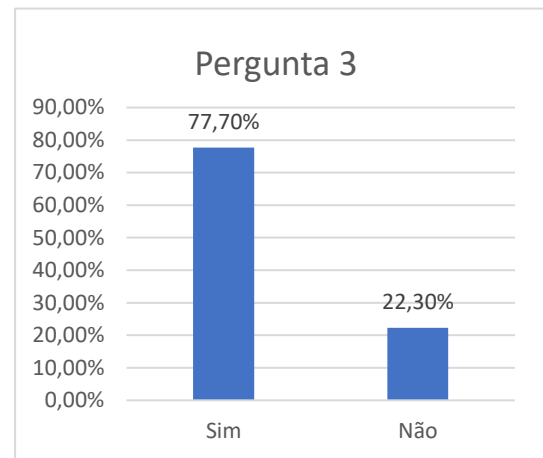
Mediante ao questionário, os gráficos a seguir apresentam os resultados em porcentagem.



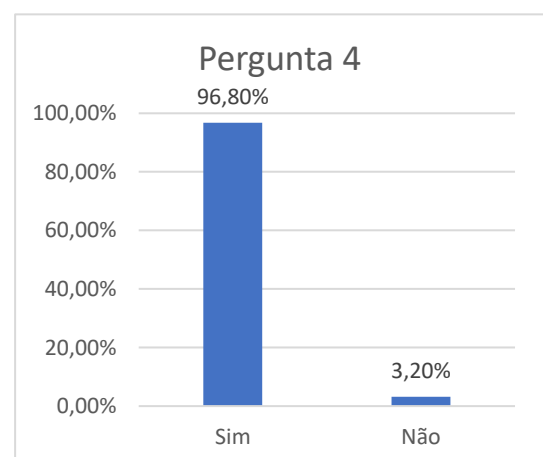
100% dos alunos responderam que a Anatomia Humana é importante para sua formação. Este resultado coincide com o estudo de Vavruk (2012) realizado com 1006 alunos, onde 99% (996) consideraram a Anatomia importante para as formações em ciências de saúde.



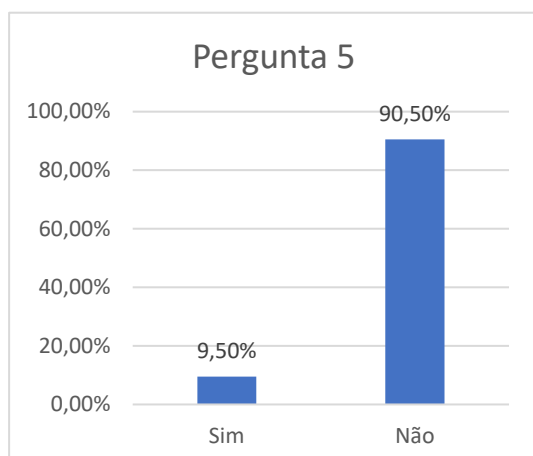
61 alunos afirmaram que o professor de anatomia contribuiu para o seu aprendizado e 2 alunos não.



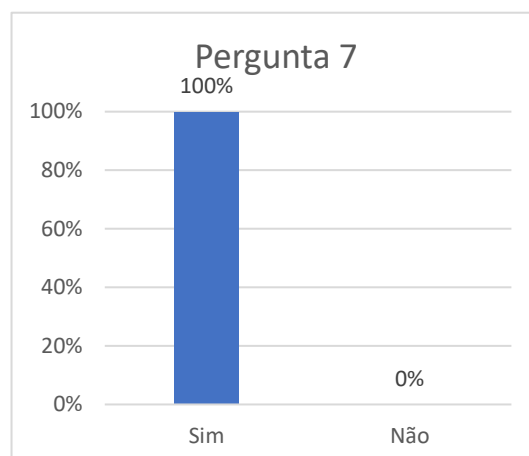
48 discentes responderam que a monitoria acadêmica é importante para o seu aprendizado e 15 afirmaram que não. Segundo Batista e Souza Filho (2017) a monitoria acadêmica de Anatomia tem uma boa aceitação por parte dos alunos, sendo uma importante ferramenta pedagógica, a qual auxilia os docentes e melhora o rendimento acadêmico dos discentes



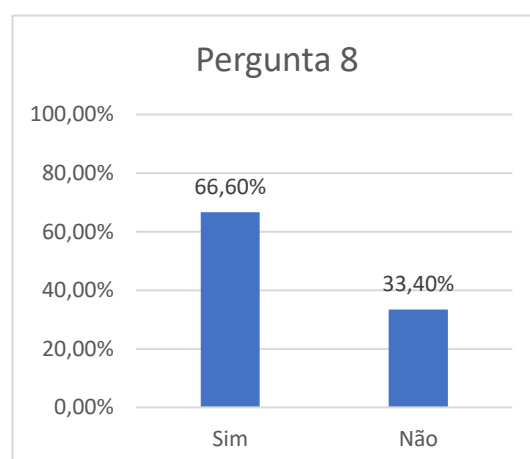
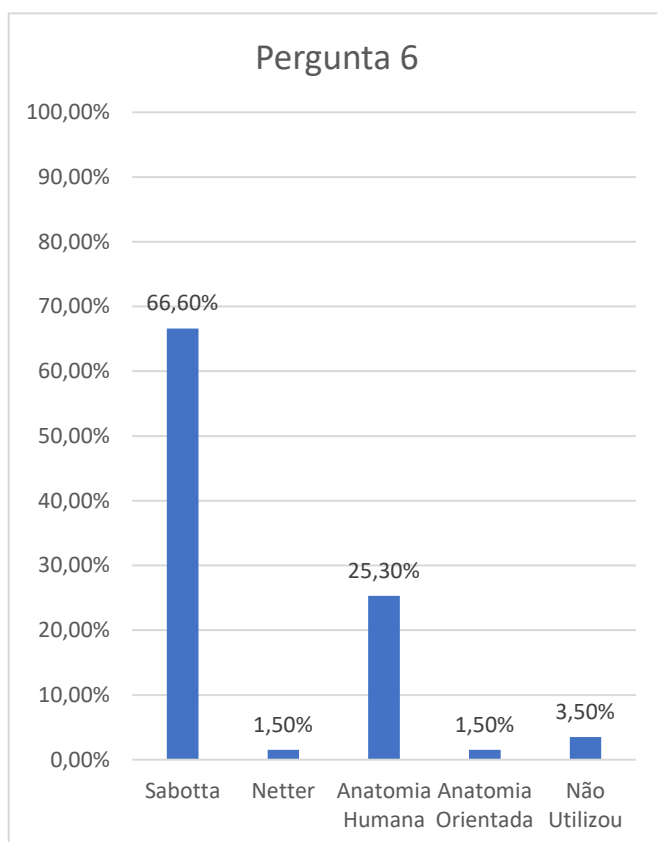
60 entrevistados responderam que o estudo em peças anatômicas é importante para seu aprendizado e 3 responderam que não.



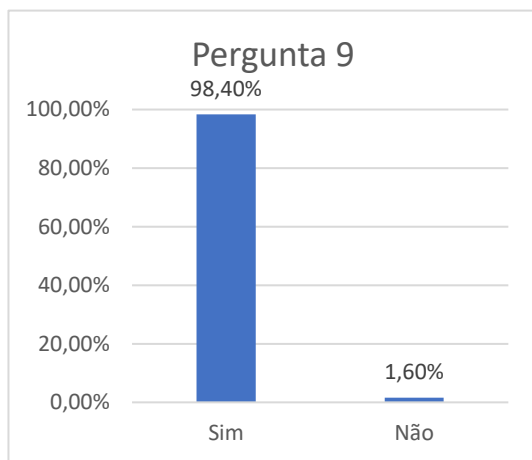
59 alunos afirmaram que sem um bom conhecimento anatômico não é possível que o Enfermeiro exerça um trabalho teórico-prático de qualidade. E apenas 3 discentes disseram que há possibilidade.



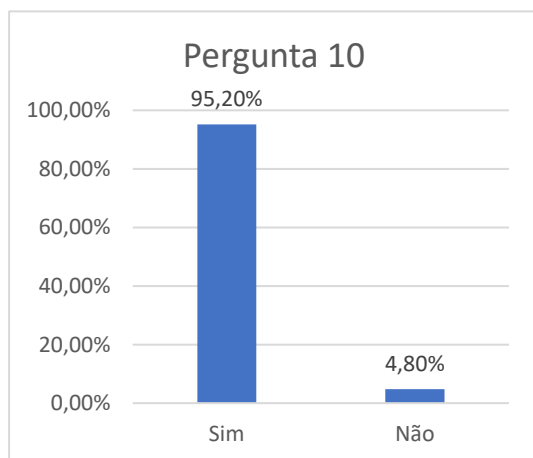
100% dos alunos relataram que frequentavam as aulas teóricas e práticas da disciplina. Alguns resultados similares foram encontrados na pesquisa de Cardinot et al (2014) realizada com 110 alunos dos cursos de Enfermagem e Farmácia, onde 83,3 % dos entrevistados frequentavam as aulas práticas e 83,3 %, frequentavam as aulas teóricas.



41 alunos responderam que as aulas no laboratório eram frequentes, enquanto 22 afirmaram que não.



61 discentes consideram a Anatomia uma disciplina básica e fundamental para qualquer profissional da saúde, 2 responderam que não.



59 alunos afirmaram que a faculdade disponibilizou o acesso de material didático em livros, atlas, slides, entre outros recursos e 4 disseram que não tiveram acesso a estes materiais.

Na instituição privada, Faculdade do Vale do Jaguaribe, esta disciplina faz parte do componente curricular visto no primeiro ano do curso de bacharelado de Enfermagem. É

dividida em dois módulos, Anatomia I e II, ofertados em períodos distintos e consecutivos. Na Anatomia I são abordados os sistemas esquelético, muscular, articular, respiratório, circulatório, digestório, urinário e genital masculino e feminino; já na Anatomia II são abordados os sistemas endócrino, sensorial, tegumentar e nervoso, além das correlações anatomoclínicas relacionadas a todos os sistemas estudados.

Por apresentar grande quantidade de nomenclaturas, conceitos e estruturas novas a serem estudadas, é uma disciplina que demanda intensivo estudo, e com isso faz-se necessário ter uma grande carga horária. Mediante isso, o processo de aprendizado torna-se complexo. Contudo, para facilitar e aprimorar este processo, o docente da disciplina utiliza várias estratégias metodológicas, tais como aulas expositivas, diferentes recursos audiovisuais, metodologias ativas de aprendizado, além de aulas práticas, no laboratório, com peças anatômicas sintéticas (modelos anatômicos).

Para reforço do aprendizado em Anatomia Humana a Faculdade do Vale do Jaguaribe disponibiliza aos discentes a monitoria acadêmica. Essa metodologia proporciona aos estudantes o auxílio dos monitores, discentes de graduação previamente selecionados, que apresentam as competências e habilidades necessárias à

transmissão do conhecimento, proporcionando subsídio tanto aos docentes quanto aos discentes, nas atividades teóricas e práticas da disciplina.

Os dados coletados afirmam que de fato a disciplina de Anatomia Humana é de suma importância para a formação acadêmica, já que esta confere uma base para diversas disciplinas, e que o estudo dessa ciência é primordial para a construção do profissional de Enfermagem. Ver-se também que os discentes reconhecem o docente como peça chave na transmissão do conhecimento, tornando-o assim um facilitador do aprendizado.

Contudo, houveram alguns dados negativos, pois 22,2% dos alunos não consideram a monitoria acadêmica um instrumento eficaz para o aprendizado, 33,3% afirma que as aulas no laboratório de anatomia não eram frequentes, 3,7% não utilizou nenhum livro ou atlas como recurso para subsidiar o aprendizado e 3,1% afirmou que o estudo em peças anatômicas artificiais sintéticas não é relevante.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

A Anatomia Humana é uma disciplina complexa, que demanda grande dedicação aos estudos para que o processo de aprendizado ocorra com êxito, visto que é

uma ciência que estuda o corpo humano, tão complexo e dinâmico. O seu estudo pelos discentes de Enfermagem é crucial, pois o foco a qual esses profissionais trabalham é o corpo humano, e sem conhecê-lo não é possível executar esse trabalho.

Cabe ao discente de Enfermagem buscar cada vez mais o conhecimento sobre essa ciência, utilizando os recursos didáticos que a faculdade oferece, como aulas teóricas e práticas, slides, livros, atlas, peças anatômicas e a monitoria acadêmica, visando assim, a aquisição dos conhecimentos necessários para as boas práticas no campo da Enfermagem.

Diante do exposto pode-se concluir que os discentes do curso de Enfermagem acreditam que a Anatomia Humana é relevante para a formação acadêmica dos enfermeiros, sendo esta uma disciplina de base e fundamental para o desenvolvimento das competências e habilidades profissionais.

5 REFERÊNCIA

BATISTA, M. L. B.; SOUZA FILHO, J.O.A. . Avaliação da monitoria da disciplina de Anatomia Humana da Faculdade Ateneu. **Revista Saúde e Ciência online**. Campina Grande - PB.: Editora da Universidade Federal de Campina Grande. v. 6. p. 273-449. 2017.

CARDINOT, T.M.; JÚNIOR, O.V.P.; RANGEL-DE-OLIVEIRA, J.; MACHADO,

M.A.; MACEDO, M.A. de; MONIZ-DE-ARAGÃO, A.H.B. Importância da disciplina de anatomia humana para os discentes de enfermagem e farmácia da Abeu Centro Universitário de Belford Roxo/RJ. **Coleção Pesquisa em Educação Física**, Várzea Paulista, v. 13, n. 2, p. 99-106, 2014.

COCCE R.L.A; SILVEIRA, M. L; GÓE, N. S.F; SOUZA, T. L. A; STABILE, M.A. O ensino da anatomia nas escolas de enfermagem: estudo descritivo. **Revista ISSN**. São Paulo.: 8Arq. Ciênc. Saúde. v.24, n.4, p. 08-13, 2017.

DANGELO, G.J; FATTINI, A.C. **Anatomia Humana sistêmica e tegumentar**. 3ª ed. São Paulo: Atheneu, 2011. P.

DERRICKSON, B; TORTORA, J.G. **Princípios de Anatomia e Fisiologia**. 14ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2016.

FERNANDES, J; ABREU, A.T; DANTAS, L.J.A; SILVA. Influência da monitoria acadêmica no processo de Ensino Aprendizagem da Psicologia. **Revista clínica de saúde**. Fortaleza -CE.: Editora Centro Universitário Estácio do Ceará v.2, n.1, jul-dez, 2016, 36-43.

FILHO. R.A; LEITÃO, F.M.A; BRUNO, A.J. **Atlas de texto de Anatomia Humana**

aplicada. Fortaleza: gráfica LCR, 2009.317p.

VAVRUK, J.W. A importância do estudo da anatomia humana para o estudante da área da saúde. **O anatomista**, v.3, n.2, p.4-35, 2012.

CURSO: ENFERMAGEM

ÁREA: SAÚDE

IMPLANTAÇÃO DE UM POSTO DE INFORMAÇÃO DE TRIATOMÍNEOS COMO ESTRATÉGIA DE VIGILÂNCIA ENTOMOLÓGICA DA DOENÇA DE CHAGAS: RELATO DE EXPERIÊNCIA

IMPLEMENTATION OF A TRIATOMINE INFORMATION STATION AS A
STRATEGY FOR THE ENTOMOLOGICAL SURVEILLANCE OF CHAGAS DISEASE:
EXPERIENCE REPORT

Sandy Souza do Amaral ¹, Luana Maria da Silva Costa, Maria de Fátima Ribeiro
Caminha, Valeska Portela Lima ²

¹ sandyamaral@outlook.com

² valeskaportela@fvj.br

RESUMO

A Doença de Chagas (DC) é uma infecção parasitária causada pelo *Trypanosoma cruzi*, sendo transmitido pelas dejeções infectantes do inseto vetor Triatomíneo, conhecido como barbeiro. Os Postos de Informação de Triatomíneos (PIT's) são uma estratégia de vigilância passiva dos vetores da DC. O presente trabalho tem como objetivo descrever as experiências vivenciadas por acadêmicos de enfermagem durante a implantação de um Posto de Informação de Triatomíneos. Trata-se de um relato de experiência desenvolvido por acadêmicos de enfermagem na implantação do PIT em uma comunidade da cidade de Aracati/CE, no período de setembro de 2017 a fevereiro de 2018. O local escolhido foi uma escola de ensino fundamental onde os alunos eram orientados a identificar o aparecimento de vetores, realizar sua captura e direcioná-los ao PIT. A execução da implantação do PIT propiciou aos discentes compreender que a disseminação do conhecimento sobre a doença é um esquema de prevenção eficaz, já que a comunidade escolar confundia triatomíneos com outros hemípteros com muita facilidade. O Posto de Informação de Triatomíneos (PIT) é uma estratégia importante de vigilância entomológica de vetores da Doença de Chagas, a sua instalação e manutenção de produtividade dependem essencialmente de atividades dos setores da saúde e a comunidade.

Palavras-chave: Doença de Chagas. Enfermagem. Posto de Informação de Triatomíneos.

1 INTRODUÇÃO

A Doença de Chagas (DC) é uma infecção parasitária causada pelo *Trypanosoma cruzi*, sendo transmitido pelas dejeções infectantes do inseto vetor Triatomíneo, conhecido como barbeiro. É caracterizada como uma endemia de grande importância no continente Americano, mas tem se tornando uma preocupação de saúde global em áreas não endêmicas, devido às migrações humanas para diferentes países desenvolvidos (MOTA; BARBOSA; ALVIM, 2014).

Carlos Chagas descreveu completamente, entre os anos 1909 e 1912, esta nova enfermidade, incluindo seu agente etiológico, seus reservatórios naturais e seu transmissor. O parasito possui um ciclo biológico que envolve um hospedeiro vertebrado e um invertebrado, além de apresentar três morfologias distintas: a epimastigota, tripomastigota e amastigota (SANTOS FILHO; MACHADO, 2016).

A transmissão pode ser vetorial, que está relacionada a baixas condições sociais, em que favorecem locais adequados para habitação do Barbeiro. Há riscos de transmissão congênita, nesse caso o diagnóstico é realizado em gestantes chagásicas. Recentemente, outro meio de transmissão preocupante foi a forma oral por meio de alimentos contaminados, açaí e cana-de-açúcar, que resultou em um surto da doença no Amazonas (OLIVEIRA. et al. 2016).

O barbeiro, ao exercer a hematofagia, defeca durante ou logo após a sucção do sangue, eliminando as formas infectantes do parasito nas fezes. As formas infectantes podem penetrar pelo orifício

causado pela picada, através das mucosas (dos olhos, nariz ou boca) ou por pequenas feridas e arranhaduras na pele. Após chegar à corrente sanguínea eles atingem os músculos ou outros órgãos como trato digestivo ou coração. Dois sinais característicos da DC são: o Chagoma de inoculação, na forma de lesões furunculóides e o sinal de Romaña, reação inflamatória que acontece na conjuntiva ocular (SANTOS FILHO; MACHADO, 2016).

O combate a DC envolve a vigilância entomológica nos ambientes domiciliares e são conduzidas pelo Programa de Controle da Doença de Chagas (PCDCh). Os Postos de Informação de Triatomíneos (PIT's) são uma estratégia de vigilância passiva dos vetores da DC e tem como função o recebimento de insetos suspeitos de serem barbeiros trazidos por membros da comunidade local. Geralmente são sediados em escolas, postos de saúde ou residências, sendo um componente da participação popular (DIAS. et al. 2016).

Dessa forma, o presente trabalho tem como objetivo descrever as experiências vivenciadas por acadêmicos de enfermagem durante a implantação de um Posto de Informação de Triatomíneos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Trata-se de um relato de experiência desenvolvido por acadêmicos de enfermagem na implantação do PIT em uma comunidade da cidade de Aracati/CE, no período de setembro de 2017 a fevereiro de 2018.

Para a escolha do local de instalação do PIT considerou-se os casos de DC nessa comunidade segundo os dados

epidemiológicos da Secretaria de Saúde do Município, a população rural e o fácil acesso dos moradores da área rural. A partir desses critérios a escolha de elaboração do PIT foi a escola de ensino fundamental da comunidade.

Os materiais deixados no PIT da escola foram: caixa, que serve para recolher os frascos com os insetos; fichas e etiquetas; embalagem entomológica, copos de rosca que precisam ter pequenas aberturas (furos de agulha); material de divulgação como folders, cartazes e mostruário de barbeiros. A etiqueta era a principal identificação da coleta. As informações contidas nesta etiqueta foram retiradas do Manual do PIT de Bedin e Mello (2009).

POSTO DE INFORMAÇÃO DE TRIATOMÍNEOS	
Nome do morador	
Data da coleta	
Local da coleta	
Telefone	

No primeiro encontro, participaram 25 alunos com idades entre 11 e 14 anos, onde aconteceu uma qualificação com a equipe de combate às endemias para identificação correta do vetor da DC por parte dos escolares. Essa qualificação teve temas como: o que é a doença, modo de transmissão, prevenção e controle, e o que fazer ao identificar o vetor. Ao final da intervenção, os alunos eram orientados a identificar o aparecimento de vetores, realizar sua captura e direcioná-los ao PIT, onde o notificante realizará a entrega à vigilância em saúde do município para a realização da análise microscópica.

Todos os encontros abordaram a mesma temática e houve a participação dos demais alunos, professores e pais. A entrega dos vetores à vigilância em saúde não tinha uma periodicidade, dependia da demanda coletada pela comunidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A execução da implantação do PIT propiciou aos discentes compreender que a disseminação do conhecimento sobre a doença é um esquema de prevenção eficaz, já que a comunidade escolar confundia os triatomíneos com outros hemípteros com muita facilidade. Muitos não sabiam qual atitude tomar ao deparar-se com um barbeiro e como realizar a coleta sem que houvesse uma possível contaminação. A abordagem dessa patologia nos livros didáticos desses alunos é escassa, o que explica a desinformação acerca da morfologia e contaminação do vetor.

Observou-se que a vigilância entomológica com participação comunitária é a principal estratégia para controle da transmissão vetorial da DC. A técnica de borrifação é importante, mas ações que minimizem os efeitos ambientais através de melhorias habitacionais, sociais e de higiene diminuem a proliferação do vetor.

Os acadêmicos tiveram a oportunidade de analisar as fezes dos barbeiros capturados durante a pesquisa entomológica. Essa fase proporcionou a junção da teoria com a prática. Foram capturados 20 barbeiros, sendo todos negativos para o tripanossomatídeo. Caso houvesse positividade, a equipe de vigilância em saúde deveria ser notificada para realização de medidas educativas e

coleta de sorologia anti *Trypanosoma cruzi* para possível diagnóstico.

As etiquetas, formulários e fichas permitem priorizar as áreas de risco para implantação de ações direcionadas ao controle vetorial. Essas ações de educação em saúde e de vigilância desses vetores facilitam o processo de ensino-aprendizagem para os acadêmicos, além da relação com a comunidade e o ambiente.

A mobilização dos acadêmicos e da própria comunidade na vigilância entomológica podem estimular outras pessoas a aderir às ações. Essa participação popular é relevante, já que o caráter estigmatizante associado à DC também pôde ser percebido, mesmo que não intencionalmente.

Por ser uma doença considerada controlada, existe uma desmobilização da comunidade e dos serviços de saúde para a elaboração de ações de prevenção ou promoção. O Posto de Informação de Triatomíneos (PIT) é uma estratégia importante de vigilância entomológica de vetores da Doença de Chagas, a sua instalação e manutenção de produtividade dependem essencialmente de atividades dos setores da saúde e comunidade.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Através das ações dos acadêmicos foi possível concluir que ainda há uma grande necessidade de ampliar esses programas voltados para a vigilância entomológica da DC. Faz-se necessário a divulgação dos PIT's, enfatizando a sua importância e produzindo resultados positivos junto à comunidade. Um fator negativo que retarda a notificação de novos

focos é a falta de conhecimento e dificuldade de identificação do verdadeiro vetor.

Nesse sentido, é necessário que a problemática vetorial da doença de Chagas continue nas ações de educação em saúde, assim é possível assegurar a continuidade da vigilância, garantindo o acesso da população a informações que constituam conhecimento sobre a doença.

5 REFERÊNCIAS

- BEDIN, C.; MELLO, F. **Manual do PIT**. RS, 2009. 16 p.
- DIAS, J. V. L.; QUEIROS, D. R. M.; DIOTAIUTI, L.; PIRES, H. H. R. Conhecimentos sobre triatomíneos e sobre a doença de Chagas em localidades com diferentes níveis de infestação vetorial. **Ciência & Saúde Coletiva**, 21(7):2293-2303, 2016.
- MOTA, V. S. L.; BARBOSA, S. E.; ALVIM, M. N. Estratégias educacionais para o Fortalecimento da Vigilância Epidemiológica da Doença de Chagas. **Acervo Metodista**, Belo Horizonte (MG), n.2, 2014.
- OLIVEIRA, F. L. B.; OLIVEIRA, M. C. V. M.; CRUZ, T. G.; OLIVEIRA, J. M. P.; ARAÚJO, R. M.; OLIVEIRA, N. S. C.; SILVA, D. G. K. C.; ALMEIDA JÚNIOR, J. J. Extensão universitária e as ações educativas para o controle dos vetores da doença de Chagas em Santa Cruz - RN. **Rev. Ciência em Extensão**, v.13, n.1, p.128-136, 2017.
- SANTOS FILHO, L.; MACHADO, A. R. S. R. Conscientização e prevenção da doença de chagas. **Rev. Conexão Eletrônica**, Três Lagoas (MS), v.13, n.1, ano 2016.

CURSO: BACHARELADO

ÁREA: ENFERMAGEM

TÍTULO Hospital Municipal Eduardo Dias: A primeira experiência sobre o
olhar do enfermeiro

TITLE Hospital Municipal Eduardo Dias: The first experience on the look of the nurse

Nomes dos autores

Jorge Luís Maia de Andrade*

Joyce Soares Bandeira

Lorena Pereira da Silva

Mirlene Léa Rebouças da Silva

Nataly Gondim Santos

Rubenio Diego Freitas Rebouças

Mayara Régia Martins Nunes*

Informações do autor

Jorge_mai96@hotmail.com*

Mayara-nunes13@hotmail.com*

RESUMO

INTRODUÇÃO: A assistência de enfermagem tem como objetivo promover, manter e recuperar a saúde de seus clientes, sejam eles o paciente, a família ou a comunidade. Assim sendo, a ideia de cuidado está implícita na enfermagem, uma vez que a assistência é representada por atividades que devem ser prestadas com qualidade. **OBJETIVOS:** Com a necessidade de conhecermos o contexto das atividades executadas pelo enfermeiro e a relação destas com a assistência de enfermagem, o estágio no campo do Hospital Municipal Eduardo Dias(HMED) teve a finalidade de levantar as principais funções assistenciais e administrativas desenvolvidas pelos enfermeiros, buscando compreender a percepção dos mesmos acerca das suas ações no ambiente hospitalar. **METODOLOGIA:** Estudo descritivo, com abordagem qualitativa do tipo relato de experiência, realizado no mês de Março de 2018, pelos acadêmicos do 9º período de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, através do estágio supervisionado I no campo HMED. **RESULTADOS:** O enfermeiro deve ter conhecimento, experiência e dinamismo, deve pautar sua meta de trabalho sobre a qualidade dos resultados e exercer suas funções com eficiência e criatividade, o enfermeiro exerce atividades, cabendo-lhe: dirigir órgão de enfermagem integrante da instituição de saúde e chefiar o serviço e a unidade de enfermagem; organizar e dirigir os serviços de enfermagem e suas atividades técnicas e auxiliares; planejar,

organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem; realizar sistematização da assistência de enfermagem; oferecer cuidados diretos de enfermagem a pacientes; capacidade de tomar decisões imediatas. **CONCLUSÃO:** Pudemos constatar na prática o que foi aprendido em teoria, desde a importância na realização de procedimentos ao gerenciamento de toda equipe de enfermagem bem como o gerenciamento de cuidados dos pacientes. Foi de grande importância essa experiência de colocar em prática o que é ser enfermeiro.

Palavras Chave: Assistência, Enfermagem, Enfermeiro.

1 INTRODUÇÃO

O Enfermeiro é um dos principais elementos que compõe a equipe multiprofissional no sistema de saúde: colabora no planejamento e execução dos programas a serem desenvolvidos e pela intimidade com os problemas, é o elemento credenciado para identificar as necessidades do paciente, sendo o contingente humano de maior sensibilidade na promoção de saúde do indivíduo e da coletividade. A assistência de enfermagem tem como objetivo promover, manter e recuperar a saúde de seus clientes, sejam eles o paciente, a família ou a comunidade. Assim sendo, a ideia de cuidado está implícita na enfermagem, uma vez que a assistência é representada por atividades que devem ser prestadas com qualidade. O enfermeiro deve ter conhecimento, experiência e dinamismo, deve pautar sua meta de trabalho sobre a qualidade dos resultados e exercer suas funções com eficiência e criatividade, deve valorizar as qualidades das pessoas e preocupar-se com o desenvolvimento técnico e científico de sua equipe.

De acordo com a lei nº 7.498/86, Regulamentação do Exercício Profissional, do Conselho Regional de Enfermagem (COREN), o enfermeiro exerce atividades, cabendo-lhe: dirigir órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde e chefiar o serviço e a unidade de enfermagem; organizar e dirigir os serviços de enfermagem e suas atividades técnicas e auxiliares; planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem; realizar sistematização da assistência de enfermagem; oferecer cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida; prestar cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas; participar do planejamento, da execução e da avaliação da programação de saúde e participar da elaboração, execução e avaliação dos planos assistenciais de saúde. Com a necessidade de conhecermos o contexto das atividades executadas pelo enfermeiro e a relação destas com a assistência de enfermagem, o estágio no

campo do Hospital Municipal Eduardo Dias(HMED) teve a finalidade de levantar as principais funções assistenciais e administrativas desenvolvidas pelos enfermeiros, buscando compreender a percepção dos mesmos acerca das suas ações no ambiente hospitalar.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo descritivo, com abordagem qualitativa do tipo relato de experiência, realizado no mês de Março de 2018, pelos acadêmicos do 9º período de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe, através do estágio supervisionado I no campo HMED.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante o nosso estágio supervisionado no HMED, finalmente obtivemos a experiência de funções exercidas pelo enfermeiro, desde ações de gerenciamento de equipe, gerenciamento dos cuidados prestados aos pacientes, bem como as funções privativas do enfermeiro, bem como suas técnicas. Colocamos em prática o que foi aprendido em teoria e vimos na prática a rotina e as funções do enfermeiro como: Planejar, organizar, coordenar, executar e avaliar os serviços de assistência de enfermagem. Aplicar a sistematização da assistência de enfermagem

aos clientes e implementar a utilização dos protocolos de atendimento. Assegurar e participar da prestação de assistência de enfermagem segura, humanizada e individualizada aos clientes. Prestar assistência ao paciente, prescrever ações de enfermagem. Prestar assistência direta a pacientes. Registrar observações e analisar os cuidados e procedimentos prestados pela equipe de enfermagem. Preparar o cliente desde a admissão até a alta. Planejar ações de enfermagem, levantar necessidades e problemas, diagnosticar situação, estabelecer prioridades e avaliar resultados. Implementar ações e definir estratégias para promoção da saúde. Trabalhar segundo normas técnicas de assépticas, segurança na realização de procedimentos de exclusividade do enfermeiro ou não.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pôde-se constatar na prática o que foi aprendido em teoria, desde a importância na realização de procedimentos ao gerenciamento de toda equipe de enfermagem bem como o gerenciamento de cuidados dos pacientes. Foi de grande importância essa experiência de colocar em prática o que é ser enfermeiro.

5 REFERÊNCIAS

LUVISOTTO et al, Atividades assistenciais e administrativas do enfermeiro na clínica médico-cirúrgica Rev. Einstein vol.7, no.2 São Paulo, 2009

MELO, et al. Intervenção musical sobre a ansiedade e parâmetros vitais de pacientes renais crônicos: ensaio clinico randomizado. Rev. Latino-Am. Enfermagem vol.26 Ribeirão Preto, 2018.

CURSO: NUTRIÇÃO

ÁREA: SAÚDE

HÁBITOS ALIMENTARES E SEUS IMPACTOS NA QUALIDADE DE VIDA
DE TRABALHADORES

FOOD HABITS AND THEIR IMPACTS ON THE QUALITY OF WORKERS 'LIVES

SILVA, Marcos Gerônimo Lima¹, SANTOS ², Luciana da Silva Santos.¹ Discente do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.
marcosgeroncio98@gmail.com² Docente do Curso de Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ
luciana.santos@fvj.br

RESUMO

É possível identificar que qualidade de vida é caracterizada como algo benéfico, saudável e a longo prazo que compense as necessidades pessoais, sociais, afetivas, culturais, fisiopatológicas e nutricionais, e para que o indivíduo possa tê-la é preciso considerar uma alimentação saudável, manutenção do seu peso corporal adequado e exercícios físicos como condições eficazes para a promoção da saúde. Foi realizado um estudo de campo em uma escola pública de Ensino Médio, sendo aplicado em turma de segundo ano, onde se realizou uma apresentação de slides e aplicação de questionário sobre alimentação saudável e produtos alimentícios causadores de patologias como obesidade, hipertensão, diabetes e câncer, mostrando os benefícios e malefícios, e possíveis alternativas de consumo de alimentos saudáveis para a melhoria da educação alimentar dos adolescentes. De acordo com os questionários respondidos individualmente por cada adolescente, houve variação entre alimentação balanceada e irregular, visto que os mesmos passavam o período da manhã nas dependências da escola optando ou não pela merenda escolar oferecida. Concluindo que, a falta de interesse sobre nutrição e alimentação saudável muitas vezes gera um limite entre o conhecimento dos indivíduos sobre o que ingerir e as suas necessidades diárias, no que diz respeito a bons hábitos alimentares, cabendo ao nutricionista alertar riscos e promover a saúde das populações.

Palavras-chave: Alimentos. Hábitos Alimentares. Nutrição.

1. Introdução:

A alimentação é um direito humano, uma necessidade primária, e, ao mesmo tempo, uma atividade cultural, com crenças e tabus. Porém, é também um fator ideológico das representações de sociedades religiosas, artísticas e morais. É um ato nutricional representando atitudes ligadas aos usos, costumes, comportamentos e situações. Comer não é apenas a inclusão de elementos nutritivos fundamentais no organismo, é também um fator social, importante na

modelagem da sociedade, trazendo convívio, diferenças, e expressando o mundo da necessidade, da liberação e da influência.

É na infância e na adolescência que os hábitos alimentares, o comportamento alimentar e mesmo a preferência por determinados tipos de alimentos, sabores e texturas são formados. A alimentação é o combustível para nossa vida, uma vez que nos fornece subsídios para a realização de nossas tarefas diárias. Se não nos alimentamos não temos força ou disposição para a realização das atividades mais banais,

além de comprometer seriamente o desempenho das funções vitais no nosso organismo

Na década de 1940 a políticas voltadas para a alimentação do trabalhador no Brasil, realizam a criação de um serviço de alimentação da previdência social (SAPS). Na década de 1970, por conta do agravamento social o governo redefiniu sua estratégia de enfrentamento da crise social e sanitária que então ocorria. Com o intuito de aumentar o nível de beneficiários, criou-se o programa de Alimentação do Trabalhador (PAT), no qual tinha com o objetivo a melhoria no quadro nutricional de trabalhadores, aumentando sua produtividade e reduzir os acidentes de trabalho e o absenteísmo.

2. Objetivo:

Analisar como se encontra o hábito alimentar dos trabalhadores na Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A. Foram entrevistados de forma individual 27 colaboradores, os quais todos foram de concordância de participar do questionário

3. Materiais e Métodos:

O presente trabalho foi realizado na Empresa Brasileira de Bebidas e Alimentos S/A da sede de Aracati-CE, no dia 26 de janeiro de 2018, aplicado com os trabalhadores da devida empresa, onde na oportunidade realizou uma conversa sobre os hábitos alimentares, e em seguida a aplicação de um questionário, com o intuito de analisar como se encontra os hábitos alimentares dos trabalhadores da devida empresa, e com base nos resultados, mostrar os benefícios e possíveis alternativas de consumo de alimentos saudáveis para a melhoria dos hábitos dos mesmos.

O questionário aplicado foi de caráter individual pessoal, onde contava com três perguntas de identificação como nome, sexo

e idade, e mais treze perguntas direcionadas a formas de consumo de diversos tipos de alimentos.

4. Resultados e Discussão:

Com base nas respostas obtidas através da aplicação do questionário, pôde-se obter como respostas os seguintes dados, formulados em forma de gráficos.

Gráfico 1

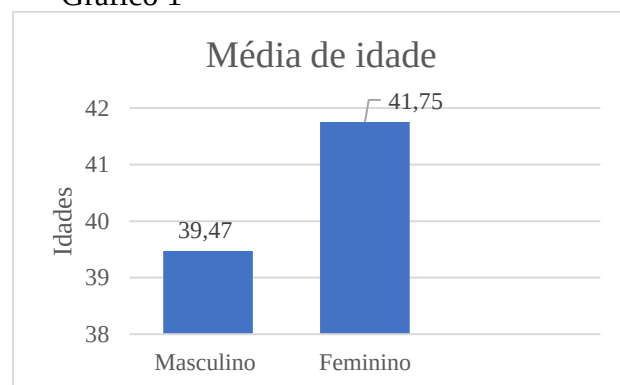
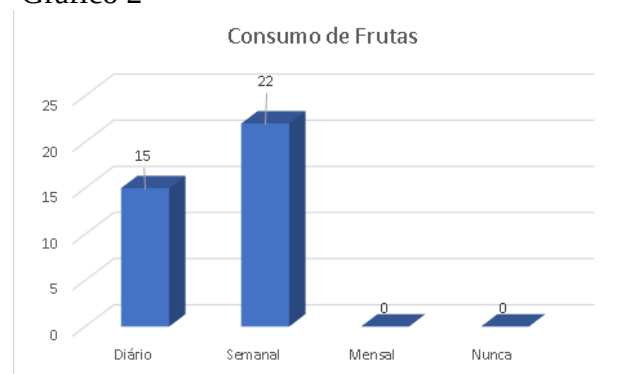


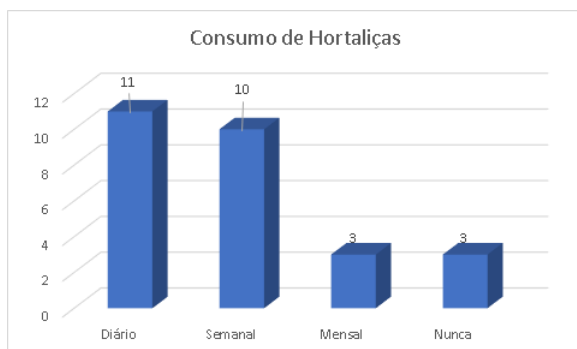
Gráfico 2



A maioria dos entrevistados consomem semanalmente frutas. Foi considerado o consumo in natura e em forma de sucos naturais.

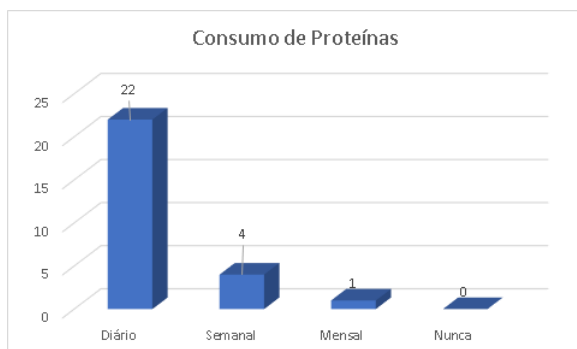
Por se tratar de um grupo de alimentos que contém vitaminas e minerais, seu consumo deve ser diário.

Gráfico 3



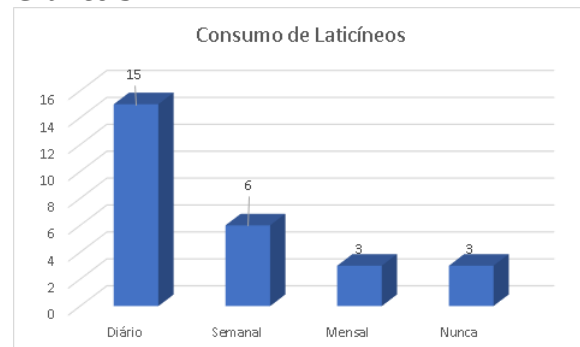
Foi considerado uma quantidade equivalente a meio prato como uma porção. A maioria dos entrevistados consomem pelo menos um tipo de hortaliças diariamente. Este tipo de alimento, contém nutrientes que atuam na prevenção de inúmeras doenças, além de melhoria da motilidade intestinal, e auxílio no combate a obesidade, proporcionando maior saciedade quando consumidas.

Gráfico 4



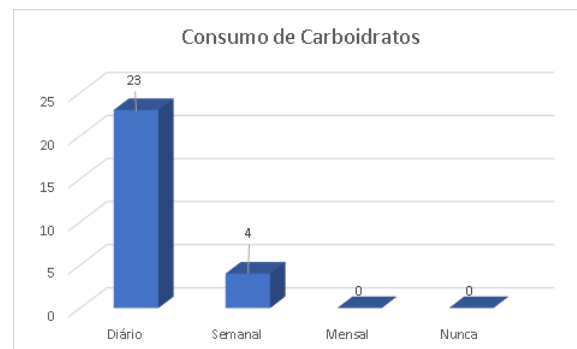
Neste grupo estão: ovos, carnes, feijão. O consumo de feijão não é diário e sim semanal carnes. Mas a maioria consome todos os alimentos citados diariamente.

Gráfico 5



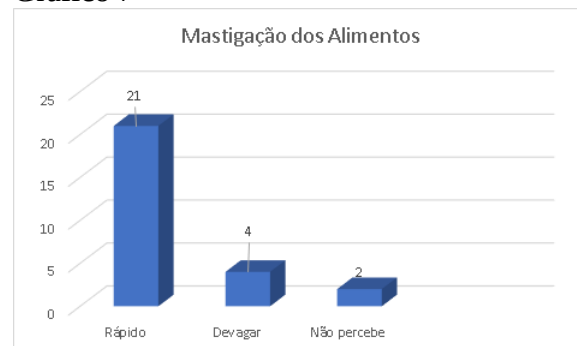
A maioria consome esse grupo alimentar, principalmente leite.

Gráfico 6



O grupo de carboidratos, contém: pães, massas, arroz e cereais como aveia. A grande maioria consome esses alimentos por se tratar de um grupo alimentar presente em todas as refeições.

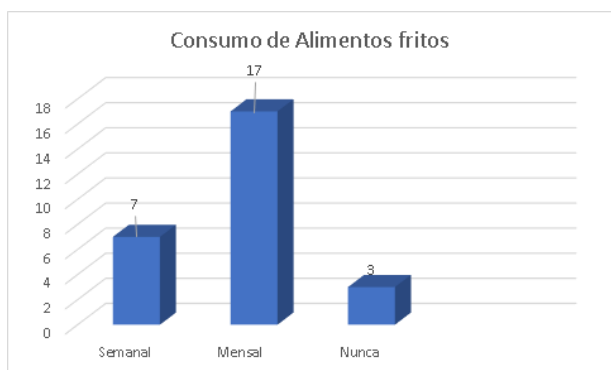
Gráfico 7



A justificativa para a maioria dos entrevistados em relação a uma mastigação não apropriada se da ao fato de não ter tempo

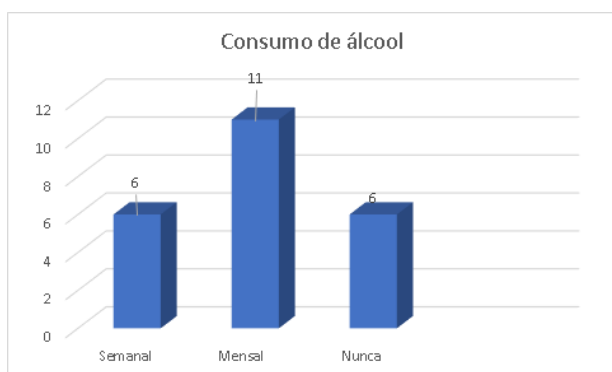
suficiente para fazer uma refeição tranquila, devido a curto espaço de tempo entre outras atividades.

Gráfico 8



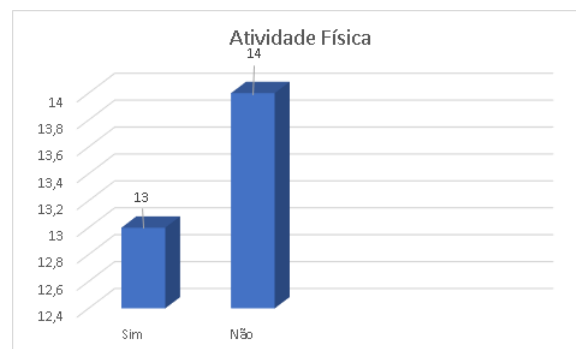
Embora a maioria não apresenta o hábito de consumir diariamente este tipo de alimentos (preparados com em alta temperatura), é importante ressaltar que preparações cozidas, grelhadas ou assadas, é uma forma mais saudável de consumo. Mesmo um alimento considerado saudável, quando for frito, há produção de substâncias nocivas ao organismo, proporcionando o risco de doenças cardiovasculares e aumento de peso devido ao aumento calórico da preparação.

Gráfico 9



Os entrevistados relatam que consomem álcool socialmente. Sendo que a maioria relata está prática mensalmente.

Gráfico 10



Houve um equilíbrio quando perguntados sobre práticas de atividade física. A justificativa para o grupo que não realiza esta prática em sua maioria foi a falta de tempo para conciliar outras atividades

4 -Conclusão/Considerações Finais

A partir dos resultados obtidos no questionário é possível concluir que, a falta de conhecimento e atenção ao tipo de alimentos consumidos é presente na maioria dos entrevistados. De uma maneira geral, os alimentos básicos de nosso cardápio são consumidos pelo grupo, mas em quantidades menores do que ideal e em alguns casos semanalmente, quando o consumo deveria ser diário. A escolha na forma de preparo dos alimentos deve ser vista com maior cuidado, pois o alimento pode ser saudável, mas se for preparado em forma de calor quente (fritura), pode acarretar danos a saúde. Os grupos alimentares devem ser consumidos com um maior equilíbrio como é o caso dos carboidratos. Ocorre um consumo em maior quantidade estes alimentos (macarrão, arroz), deixando outros grupos importantes (leguminosas – feijão) de lado. A prática de exercícios deve ser estimulada também. Conclui-se que é de a importância da realização de um trabalho de educação alimentar, para que ocorra um consumo equilibrado de todos os alimentos e assim melhorar a qualidade de vida dos colaboradores.

5 Referências:

Bleil, Suzana Inez. **Padrão Alimentar Ocidental:** considerações sobre a mudança de hábito no Brasil. Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação da UNICAMP - SP, 1998.

BURLANDY, Luciene; ANJOS, Luiz Antônio dos. **Acesso a vale-refeição e estado nutricional de adultos beneficiários do Programa de Alimentação do Trabalhador do Nordeste e Sudeste do Brasil.** Departamento de Nutrição da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1997

VELOSO, Iracema Santos Veloso; SANTANA, Vilma Sousa. **Impacto nutricional do programa de alimentação do trabalhador no Brasil1.** Revista Panamericana de Saúde Pública. Volume 42, 2018

CURSO: ENFERMAGEM

ÁREA: SAÚDE

DOENÇAS GENÉTICAS RARAS

FIBRODISPLASIA OSSIFICANTE PROGRESSIVA (FOP): HERANÇA, DIAGNÓSTICOS CLÍNICOS LABORATORIAIS, CARACTERÍSTICAS E MEDICAMENTOS.

LOPES Waline Lara¹; MOTA Ana Júlia; QUIRINO Pedro Davi; SANTOS Tatiana Gomes; Valeska Portela Lima².

¹walinelopes@gmail.com

Orientadora : ²valeskacb@gmail.com

RESUMO

A fibrodisplasia ossificante progressiva, conhecida como FOP consiste em uma rara desordem genética, autossômica dominante, caracterizada pela formação de ossos no interior dos músculos, tendões, ligamentos e outros tecidos conjuntivos e alterações congênitas das extremidades. A FOP é causada por um alelo autossômico dominante no cromossomo 2q23-24. O alelo tem expressividade variável, mas penetrância completa. O estudo foi realizado através de revisões bibliográficas, nas quais buscas foram realizadas utilizando alguns dos principais bancos de dados de estudo científicos como a Biblioteca virtual da saúde (BVS) e Scielo. O objetivo do trabalho é informar sobre a doença genética rara do tecido conjuntivo, Fibrodisplasia Ossificante Progressiva(FOP), dando ênfase a herança, índices, a quem ela atinge e assim alertar sobre sintomas e causas. Nota-se que a FOP é uma doença ainda pouco conhecida mas com perigo enorme para a saúde de quem a porta, tornando-se assim uma doença silenciosa e perigosa.

Palavras-chave: A Fibrodisplasia Ossificante Progressiva (FOP). Anomalias.

1 INTRODUÇÃO

A fibrodysplasia ossificante progressiva (FOP) é uma doença genética rara do tecido conjuntivo, caracterizada por ossificação disseminada em tecidos moles e alterações congênitas das extremidades. A prevalência mundial é de aproximadamente 1/2,000,000. A doença é autossômica dominante, causada por uma mutação ativadora recorrente (G617G>A; R206H) no gene ACVR1 (ALK2) que codifica o receptor tipo I da Activina A /cinase Activina-like 2, um receptor da proteína óssea morfogenética (BMP) tipo I. O diagnóstico é feito com base na presença de malformações congênitas do hálux do pé, ossificação endocondral heterotópica, progressão da desordem em padrões anatômicos e temporais bem demarcados.

O trabalho tem por objetivo explicar a respeito da FOP- A Fibrodysplasia Ossificante Progressiva, levando em consideração a sua Herança, diagnóstico clínico laboratorial, características e medicamentos.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo foi realizado através de revisões bibliográficas. As buscas foram feitas nos principais bancos de dados, alguns desses sendo, Scielo e Biblioteca Virtual de Saúde (BVS). A busca inicial apontou 8 artigos. Os critérios de escolha foram: artigos completos, em português, dos últimos 15 anos. Foram considerados para a amostra 5 artigos completos, onde os mesmos estavam de acordo com o objetivo do trabalho abordado.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Como na maioria dos casos não se observam antecedentes familiares, imagina-se ser esta doença devida a uma mutação esporádica. É uma enfermidade incapacitante em crianças e adultos jovens, basicamente caracterizada por osteogênese heterotópica progressiva e alteração congênita dos primeiros pododáctilos.

A expressão fibrodysplasia ossificante progressiva substitui o antigo nome miosite ossificante, por ser a osteogênese ectópica ocorrendo no tecido conjuntivo, podendo afetar músculos, fáscias, ligamentos, tendões e cápsulas articulares.

O doente geralmente apresenta ossificação progressiva do tecido conjuntivo, que causa uma limitação crescente da mobilidade osteoarticular, afetando principalmente a coluna vertebral, ombros, quadril e articulações periféricas. O paciente assume uma postura única e limitada, não podendo sequer sentar. Este aspecto caracteriza a forma avançada da doença, recebendo a denominação de síndrome do “stone man”, antes descrita em apenas cerca de 600 doentes.

Os sintomas da FOP são variáveis, com a maioria dos doentes apresentando calcificação das partes moles antes mesmo dos dez anos de idade. A idade média de início é em torno dos 3,6 anos. As primeiras manifestações localizam-se na coluna vertebral e nas articulações proximais. O quadro clínico caracteriza-se por sinais inflamatórios, por vezes acompanhados de expansões dolorosas, endurecimento dos tecidos periarticulares e perda progressiva da capacidade funcional da área afetada, sendo sua progressão no sentido axial-caudal e proximal-distal.

A evolução da doença pode conduzir à fusão das articulações costoverbrais e o envolvimento assimétrico da musculatura paravertebral pode determinar o aparecimento de escoliose e doença pulmonar restritiva, uma das causas de freqüente morbidade e mortalidade desta doença.

_Search.php?Ing=PT&data_id=05&Disease
_Disease_Search_diseaseType=ORPHA_FOP
ACESSO DIA 28/10/2018

Dr Ciryllo Rodrigues de Araújo Júnior :
recebido para publicação no ano de 2003 e
aceito no ano de 2014. Disponível em:
<http://www.scielo.br/pdf/rb/v38n1/23370.pdf>
ACESSO DIA 28/10/2018.

4 CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Conclui-se que a Fibrodisplasia ossificante progressiva (FOP) é uma doença crônica degenerativa ainda pouco conhecida, o tornando uma doença com poucas soluções de tratamento e limitando o tempo de vida dos seus portadores.

5 REFERÊNCIAS

Araújo Júnior, Cyrillo Rodrigues de et al. Fibrodisplasia ossificante progressiva: relato de caso e achados radiográficos. *Radiol Bras*, Fev 2009, vol.38, no.1, p.69-73. ISSN 0100-3984. ACESSO DIA 28/10/2018

Gonçalves, Andre Leite et al. Fibrodysplasia ossificans progressiva: case report. *Arq. Neuro-Psiquiatr.*, Dec 2011, vol.63, no.4, p.1090-1093. ISSN 0004-282X. ACESSO DIA 28/10/2018

Fibrodisplasia ossificante progressiva: diagnóstico em atenção primária Garcia-Pinzas, Jesus; Wong, Jose Eduardo B.; Fernández, Miguel Angel P.; Rojas-Espinoza, María Angélica. *Rev Paul Pediatr*; 31(1): 124-128, mar. 2013. *Ilus* ACESSO DIA 28/10/2018

Dr Robert PIGNOLO – Dr Eileen SHORE
– Atualizado em: Março de 2011 , Disponível em:
<http://www.orpha.net/consor/cgi-bin/Disease>

CURSO: DIREITO

ÁREA: HUMANIDADES

Fake News e os desafios da Justiça Eleitoral nas eleições de 2018

Fake News and the Challenges of Electoral Justice in the 2018 Elections

Acemira Maria Ferreira Ribeiro

Graduanda do curso de Direito na Faculdade Vale do Jaguaribe

E-mail: acemiramfribeiro@gmail.com**Alci Barbosa Gurgel Neto**

Graduando do curso de Direito na Faculdade Vale do Jaguaribe

E-mail: alcineto_2@hotmail.com**Antoniél Max Silva Holanda**

Graduando do curso de Direito na Faculdade Vale do Jaguaribe

E-mail: toni_holanda@hotmail.com**José Arlindo da Silva**

Graduando do curso de Direito na Faculdade Vale do Jaguaribe

E-mail: arlindosilva222@gmail.com**Tatiane Costa de Oliveira**

Graduanda do curso de Direito na Faculdade Vale do Jaguaribe

E-mail: tatycosta.12@hotmail.com**Vanessa de Araújo Gondim**

Graduanda do curso de Direito na Faculdade Vale do Jaguaribe

E-mail: vanessagondim2@gmail.com**Mirlene Barbosa do Nascimento**

Prof. Da Faculdade do Vale do Jaguaribe

E-mail: milambn@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo disserta sobre os desafios da justiça eleitoral nas eleições de 2018, diante das *Fake News*. O termo *Fake News*, ou informações falsas é uma prática fraudulenta de pulverizar informações falsas por meio das redes sociais, tendo como objetivo influenciar uma grande massa da população. Ela pode ser disseminada por meio de foto ou por meio de texto. Essa prática tem-se tornado cada vez mais frequente, principalmente em uma era de informações rápidas e cada vez mais superficiais, onde em uma sociedade majoritariamente honesta em que o princípio da boa-fé deveria ser a regra é na verdade a exceção. O paradigma da justiça eleitoral principalmente nas eleições de 2018 é combater com essa leva de informações falsas que são divulgadas pela internet, levando em jogo a credibilidade do TSE na sociedade. Diante da facilidade de disseminação de informações, em conjunto com a política de ganho por visualização de páginas da rede, esse fenômeno retorna, exigindo, portanto, uma redefinição da maneira de medir a eficiência dos veículos comunicantes da “web”, além de usar tais meios para conscientizar seus usuários, levando-os à reflexão antes da ação. É o que tem ocorrido nas eleições de 2018. O Estado demonstra a necessidade de medidas intervenientes, sendo os próprios veículos, que são o meio para o problema, a maneira ideal de combatê-lo. Principalmente nas redes sociais, observando aquelas mais populares, como “*Facebook*”, “*twitter*” e “*instagram*”, em conjunto com as grandes noticiadoras, devem usar de seu papel para divulgar páginas que demonstram o perigo de se compartilhar fatos duvidosos.

Palavras-chave: Eleitoral. Fake News. Eleições.

1 INTRODUÇÃO

O impacto das notícias falsas pode ser potencializado pela atenção que recebe do grande público e de forma instantânea na rede, com a possibilidade de, em altíssima velocidade, promover o direcionamento através do compartilhamento em massa, de notícias e informações verídicas ou não. As notícias verídicas são aquelas que se aproxima da narrativa real dos fatos ocorridos ou da comunicação fidedigna dos anseios da coletividade social, diferenciando e esclarecendo o que é opinião do comunicador daquilo que é vivenciado através dos costumes, cultura e das determinações legais impostas à sociedade.

A frase é clichê, mas é facilmente verificada: a mentira só precisa de alguém que nela acredite. Contudo, é importante destacar, que é urgente promover a discussão sobre, previamente, se verificar a veracidade das informações propagadas, recebidas e lidas na internet, bem como, promover um amplo debate social a respeito da comunicação social, sem com isso interferir no exercício livre da imprensa, dos meios de comunicação social e da liberdade de expressão como princípio norteador das liberdades garantidas em nossa Lei Maior.

O Estado Democrático de Direito brasileiro guarda em seus fundamentos a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político, conforme prescreve o artigo primeiro da Carta Magna e ainda, assevera que poder emana do povo e que o exercício deste se dará de forma direta ou indireta, através de seus representantes.

A escolha dos representantes do povo, para o exercício do poder se dará através do Processo Eleitoral, em que àqueles que são detentores da cidadania ativa exercerá a transferência de poder por meio do voto e àqueles possuidores da cidadania plena (direito de votar e ser votado) se colocarão a disposição da sociedade para exercer os cargos políticos-eletivos. Neste processo estão integradas todas as forças que compõe a sociedade e será conduzido pela Justiça Eleitoral brasileira.

Portanto, o presente trabalho tem como finalidade, apresentar através da pesquisa bibliográfica e se utilizando da abordagem exploratória e qualitativa das informações coletadas, os desafios da Justiça Eleitoral nas eleições de 2018, diante da propagação das *fake news*, buscando distinguir seus conceitos, as dificuldades e a possibilidade de demonstrar a necessidade de se elaborar uma legislação específica e ou reformular a legislação existente para que se possa punir, rápido e efetivamente, o agente produtor e disseminador de notícias e manchetes falsas com fins inidôneos, comprometendo o exercício pleno dos direitos políticos, em especial, o exercício do poder soberano pelo povo.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto à metodologia aplicada, trata-se de uma pesquisa realizada através de análise teórica, baseada em levantamento bibliográfico (com acesso a fontes secundárias), tratando-se de uma abordagem exploratória e qualitativa, com o objetivo de analisar o fenômeno *Fake News* e os desafios enfrentados pela Justiça Eleitoral nas eleições de 2018.

As fontes de pesquisas consultadas são oriundas da contribuição de pesquisadores como Sérgio Branco, em sua obra “*Fake News* e os caminhos para fora da bolha”, da legislação conexa ao tema como Marco Civil da Internet, que ocorreu com a edição da Lei n.º 12.965/14, que estabelece princípios, garantias, direitos e deveres para o uso da Internet no Brasil e também o projeto de Lei do Senado n.º 473.2017 que altera o Decreto-Lei n.º 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para tipificar o crime de divulgação de notícia falsa, como também, o Código Eleitoral, na Lei n.º 4.737 de 15 de julho de 1965 em seu artigo 323 que regulamenta a

divulgação e propaganda de fatos inverídicos em relação a partidos ou candidatos. Obtendo pena de dois a um ano, ou pagamento de dias-multa.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A sociedade brasileira vem sendo submetida a constantes transformações na forma como estabelece suas conexões e comunicações, permeando todas as camadas e tecidos sociais que compõe, inclusive, a estrutura do poder soberano. Toda essa revolução foi propiciada, principalmente, pelo avanço contínuo das tecnologias da informação e interação social. Assim nos ensina José Jairo Gomes em sua obra de Direito Eleitoral.

A sociedade passou a funcionar em rede (redes comunicacionais). Foi inaugurada a era da pós-verdade e do pós-fato, em que a tradicional ideia de verdade – relacionada a fatos objetivos – perdem importância, sendo substituídas por impressões, crenças, interpretações e visões subjetivas (2018, p.523).

Segundo o estudioso Juremir Machado Silva (2012, p.22) as tecnologias do imaginário são “dispositivos (elementos de interferência na consciência e nos territórios afetivos aquém e além dela) de produção de mitos, de visões de mundo e de estilos de vida”. E ainda, discorre Patrik Tacussel (2006, p.9) “a distinção entre o verdadeiro e o falso não é tão forte quanto nós poderíamos imaginar, apesar dos meios de comunicação e de verificação que nós temos”. O autor explica ainda, porque os meios tecnológicos funcionam como amplificadores e disseminadores do imaginário humano/social.

Quanto ao imaginário, eu diria que as pessoas têm uma necessidade de acreditar em coisas excepcionais, inverossímeis, têm necessidade de sonhar e de sentir medo. E os meios tecnológicos dos quais nós dispomos, ao invés de controlar essa situação, amplificam-na. (TACUSSEL, 2006, p. 9).

A transformação da forma de como se comunica socialmente carregou em si a transposição de ânimos, de estado de espírito e do meio (lócus-convívio) e dos meios de convivência social, política e consequente, dos meios de participação no processo eleitoral e na tomada de decisões sobre os assuntos balizadores dos interesses e das demandas da sociedade.

O pecado original estabeleceu-se com a mediação. A tela entrou na vida do homem como um divisor de águas. Passou-se da fluência à fruição, da conjunção à intermediação e do todo ao meio. Aos poucos, tudo virou meio. O meio tornou-se fim. (...) A mensagem converteu-se em suporte, canal, veículo. (SILVA, 2012, p. 75).

Há muito tempo a verdade vem sendo vítima nas sociedades organizadas, pois a mentira existe desde o início da civilização. Apesar de que, com o passar do tempo, uma nova descoberta

pode anular o que se dava como certo, na realidade, segundo (BRANCO, Sérgio 2017) as *fake news* tratam-se de fatos inventados que objetivam influenciar nossa percepção.

Fake news é um termo em inglês utilizado para referir-se a falsas informações divulgadas, principalmente, em redes sociais. Passou a ganhar maior visibilidade na imprensa internacional através da eleição presidencial de 2016 nos Estados Unidos, que trouxe a surpresa vitória de Donald Trump. Neste ano e caso específico, algumas empresas especializadas identificaram uma série de sites com conteúdo duvidoso. A maioria das notícias divulgadas por esses sites explorava conteúdos sensacionalistas, envolvendo, em alguns casos, personalidades importantes, como a adversária de Trump, nesta eleição, Hillary Clinton.

A eleição do Presidente Trump, nos Estados Unidos, despertou o debate sobre notícias falsas na internet, democracia e a correlação com o processo eleitoral para o mundo. No Brasil, desde o pleito eleitoral de 2014, passou a experimentar algo parecido, onde os Tribunais responsáveis procuram alternativas para regular o tema, ainda dando seus primeiros passos. Mas o real problema da propagação das *fake news*, não está só na potencialização das notícias falsas, mas também, na violação de direitos da personalidade causada pela disseminação dessa falsidade.

Interessante observar, que mais do que uma comunicação falsa, as *fake news* acontecem como forma de estratégia e elemento próprio para influenciar e para moldar os caminhos do processo e do debate político e ainda, podem desempenhar um papel de suma importância no tocante à mistificação e à manipulação da população mais leiga, desencadeando um processo de deturpação da realidade, podendo ocasionar efeitos drásticos que esse tipo de “notícia” pode causar na vida pessoal do indivíduo, refletindo na sociedade como um todo.

As informações falsas podem servir como ponto de apoio a ideias pré-estabelecidas, reforçando a visão parcial que se tem sobre determinado assunto. Indiscutivelmente percebe-se, durante o pleito eleitoral de 2018, que os meios de comunicação e interação social foram utilizados para a propagação de informações de cunho mentiroso, com o intuito de prejudicar a posição de candidatos A ou B nas intenções de voto, e dessa forma, entra a preguiça mental. Para convalidar suas percepções pessoais muitos se utilizam das *fake news*, muitas vezes sem saber, nem se quer o seu significado. Essa despreocupação com a “verdade real” traduz o imediatismo que é vivenciado hoje.

Segundo Cajú, L.D.C, afirma em seu trabalho apresentado no Congresso Internacional de Ciberjornalismo “As *fake news* e o panoptismo de Michel Foucault”:

A desmotivação na busca do que é verdadeiro faz com que os sujeitos se portem como indivíduos que creem independentemente de ser plausível ou não, como um ato de fé. Apesar de a internet proporcionar a democratização da informação, ela não fez o mesmo com a motivação da formação do sujeito em busca da verdade. Democratizar os dados não deve ser confundido com a universalização da formação, informar difere de formar. (CAJÚ, 2012, p. 01).

Entretanto, o procedimento de identificação de uma notícia falsa não é, em realidade, muito complexo. Segundo a Federação Internacional de Associações e Instituições Bibliotecárias deve-se: (I) considerar a fonte – notícias falsas não são ordinária e propositalmente veiculadas por grandes e conhecidos portais de mídia e, nesse aspecto, o nome do domínio do site; (II) ler mais – outras histórias da fonte são igualmente falsas; (III) investigar fontes de apoio – a notícia encontra-se isolada em apenas uma fonte; (IV) apurar se o autor é pessoa desconhecida ou não há indicação do autor; (V) analisar a manchete e/ou *lead* principalmente se estiverem em desacordo com o conteúdo, ou mesmo dando a entender que trata-se de uma notícia, porém, em realidade, é uma opinião (vício de apresentação).

O impacto causado pela disseminação de notícias falsas tem variados resultados, podemos citar como exemplo o linchamento de Fabiane Maria de Jesus em maio de 2014, que foi acusada de sequestro de crianças e magia negra, o que resultou em sua morte. Sendo divulgado nas redes sociais, um retrato falado da acusada, no qual, foi confundida pela semelhança que tinha com a verdadeira acusada dos crimes, que estava foragida na época do fato. Contudo comprovou-se posteriormente, que na verdade a mesma fora confundida com outra pessoa.

Segundo Carvalho, G.A.C.L et al, a questão que assume fulcral importância reside no fato empiricamente comprovado de que a criação e disseminação de notícias falsas tem capacidade potencial de influenciar o resultado de um pleito eleitoral, atingindo o Estado Democrático de Direito em sua essência: a emanção do poder pelo povo, no exercício da escolha de seus representantes políticos, que consiste em Cláusula Constitucional Pétrea (parágrafo único do artigo 1.º, da Constituição Federal).

Nesse contexto, é possível ressaltar, a importância de uma legislação que venha regulamentar a produção e propagação dos conteúdos relacionados ao processo eleitoral, resguardando a liberdade de expressão e comunicação, a livre manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato (art. 5º, IV, da CF), a livre expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença (art. 5º, IX, da

CF), garantia a todos ao acesso à informação sendo resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional (art. 5º, XIV, da CF), “a manifestação do pensamento, a criação, a expressão e a informação, sob qualquer forma, processo ou veículo não sofrerão qualquer restrição” (art. 220, da CF), observando as vedações impostas ao legislador, pois não se admitirá lei que contenha “dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação social” (art. 220, § 1º da CF) e ainda, “toda e qualquer censura de natureza política, ideológica e artística (art. 220, § 2º da CF).

Com efeito, Gomes (2018, p.528) explica que a “livre circulação de ideias, pensamentos, opiniões e críticas promovida pela liberdade de expressão e comunicação é essencial para a configuração de um espaço público de debate, e, portanto, para a democracia e o Estado Democrático”. Ressaltando que a ausência desse espaço e dessas garantias impedirá o pleno exercício político e o pleno direito de escolha dos representantes que governaram o Estado, pois, não seria possível conhecer “a verdade sobre os candidatos e partidos políticos”, prejudicando assim, “o diálogo e a discussão públicos” e sufocando “as críticas e os pensamentos divergentes, as manifestações de inconformismo e insatisfação” e por último, dizimando “as vozes dos grupos minoritários e dissonantes do pensamento majoritário”.

Considerando o exposto anteriormente, tem-se que o processo eleitoral deverá se submeter à verdade histórica, pois, é proibido qualquer subterfúgio que venha a “desvirtuar a realidade” (art. 45, II, §4º da Lei das Eleições) e ainda é considerada e tipificada como criminosa “divulgar na propaganda, fatos que sabem inverídicos, em relação a partidos ou candidatos e capazes de exercerem influência perante o eleitorado” (art. 323 do Código Eleitoral).

É importante salientar que, mesmo havendo a liberdade de manifestação do pensamento na internet, através das mídias sociais inclusive, não é este um ambiente que poderá agir, ilicitamente, acobertado pela impunidade, pois, havendo ofensas poderá o ofensor incorrer em crime eleitoral, como por exemplo, a calúnia (art. 324, da Lei das Eleições), a difamação (art. 325, da Lei das Eleições), a injúria (art. 326, da Lei das Eleições) e ainda, “a contratação direta ou indireta de grupo de pessoas com a finalidade específica de emitir mensagens ou comentários na internet para ofender a honra ou denegrir a imagem de candidato, partido ou coligação” (art. 57-H da Lei das Eleições).

Contudo, a retirada, dos referidos conteúdos da internet, depende da solicitação do ofendido, conforme prescreve o art. 57-D, §3º da Lei das Eleições. Nessa esteira, segundo levantamento realizado, a pedido do jornal O Estado de São Paulo, apresentadas até de

23 de outubro de 2018, menos de um terço das ações para retirar do ar notícias falsas foram acolhidas/deferidas pelo Tribunal Superior Eleitoral, ou seja, das trinta e sete (37) ações apenas onze (11) foram dirimidas com decisões favoráveis a exclusão dos conteúdos falsos ou inverídicos do ambiente virtual. E sobre o assunto opina Thiago Tavares, presidente da associação SaferNet Brasil e integrante do conselho do TSE que trata de fake news, “existem muitos pedidos mal formulados, que se fossem deferidos implicaria censura. Na dúvida, o TSE optou por preservar e garantir a liberdade de expressão” (Portal EXAME, 2018).

O WhatsApp demonstrou-se ser uma ferramenta com alto poder de alcance, quando o assunto é à disseminação de notícias falsas, o aplicativo mensageiro foi alvo de pelo menos duas ações para remoção de conteúdo – que não integram o levantamento do TSE citado anteriormente. Um pedido do Ministério Público Eleitoral (MPE) foi atendido. E ainda, foi citado em matéria divulgada pelo jornal Folha de São Paulo.

Em 20 de outubro de 2018, um dos aplicativos mais utilizados no Brasil, o WhatsApp divulgou nota oficial, informando sobre o banimento de milhares de contas durante o período eleitoral no Brasil, conforme se depreende da literalidade da nota

O WhatsApp banuiu proativamente centenas de milhares de contas durante o período das eleições no Brasil. Temos tecnologia de ponta para detecção de spam que identifica contas com comportamento anormal para que não possam ser usadas para espalhar spam ou desinformação. Também estamos tomando medidas legais imediatas para impedir empresas de enviar mensagens em massa via WhatsApp e já banimos contas associadas à essas empresas (Portal EXAME, 2018).

Anteriormente, outro veículo de comunicação social, a Folha de São Paulo divulgou matéria jornalística, denunciando que empresária estaria bancando depreciativa contra um dos candidatos a presidente em favor de outro, afirmando que os contratos chegariam à cifra de doze milhões de reais. A respectiva matéria deu origem a investigações pelo TSE e pela Polícia Federal, a pedido de candidatos e pela Procuradoria-Geral Eleitoral, pois, se confirmando a prática, se configura doação eleitoral não declarada (também conhecida como caixa 2) o que é, terminantemente, proibida pela legislação eleitoral, bem como, as doações feitas por empresas.

Deste modo, as notícias falsas sobre as eleições, no atual período, desconstroem o sistema eleitoral, atingindo também os próprios eleitores no que tange à sua confiança no sigilo, honestidade, moralidade e boa-fé do sistema eletrônico adotado pelo país, sendo divulgado por particulares a violação das urnas e fraude na contagem dos votos, enfatizando apenas o favoritismo de candidatos.

O Tribunal Superior Eleitoral tem buscado combater a disseminação de mentiras eleitorais e recentemente criou uma página na internet para que a população possa verificar as informações divulgadas no pleito eleitoral de 2018: Esclarecimento sobre informações falsas. O que facilita para a sociedade, o acesso à informação, se a notícia é verdadeira ou não. Porém, as ações e medidas aplicadas demonstram ineficiência no combate ao *fake news*, em decorrência do alto número de compartilhamento de mensagens, informações, notícias verdadeiras ou não, tudo em alta velocidade, sem contar, com a técnica de impulsionamento automático do mesmo conteúdo por pessoas físicas e jurídicas.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observando que no ano de 2018 os meios de propagação dos candidatos à eleição saíram das ruas e, de forma avassaladora, invadiram as redes sociais, não é sabido quem são aqueles que fazem *uploads* de informações, deste modo, por dificultar a identificação do informante, em razão de milhares de usuários da internet, as *fakes news* se espalham nos meios virtuais de comunicação, expondo não só a realidade dos fatos, mas cumulando esta com ponto de vista particular de seguidores de partidos ou candidatos em específico, por isso, tentam alterar a verdade dos acontecidos para que sejam identificados "mocinho e vilão" na história.

É fato que as pessoas ao acessarem às *fakes news*, não se preocupam em saber a fonte da notícia, mas apenas se há palavras de baixo calão ou se coloca alguém em superioridade, isto é o suficiente para que essa notícia seja compartilhada com os amigos e seguidores na rede social do usuário, afetando outros cidadãos e atingindo a imagem dos candidatos e do próprio sistema em geral.

A Justiça Eleitoral possui o desafio para manter a sua integridade em todas as suas decisões, considerando que esta Justiça deverá se adaptar aos novos moldes da tecnologia e se tornando mais cautelosa para que não existam decisões com fulcro em notícias inexistentes, que afetam de maneira considerável os candidatos, os eleitores e o andamento das eleições.

De maneira geral, as iniciativas do Poder Legislativo, sem dúvida contribuirão para a redução do impacto da criação e disseminação de notícias falsas, e a experiência vindoura poderá mesmo dar subsídios necessários de maneira a avaliar a necessidade da criação de mecanismos legais para tornar eficaz ao máximo o combate à desinformação.

À população, caberá através das instituições consolidadas, a checagem da veracidade ou não das informações replicadas, e o repúdio, através de denúncia, quando se tratar

de *fake news*, pondo às claras o trabalho do nosso Poder Judiciário para que respostas rápidas sejam dadas, como forma de banimento da proliferação destas notícias.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANCO, Sérgio. **Fake News e os caminhos para fora da bolha**. Agosto/Outubro de 2017. P. 51-61. <>Disponível em: <https://itsrio.org/wp-content/uploads/2017/08/sergio-fakenews.pdf> <> Acesso: 23/10/2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988.

BRASÍLIA. Assembleia Legislativa do Senado Federal. **Projeto de Lei Complementar nº 413/2017**. Que altera o Decreto Lei nº 2.848/40 – Código Penal, para tipificar o crime de divulgação de notícia falsa. Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/131368>. <> Acesso em: 22 out. 2018.

CAJÚ, Léo Dimy Chaar. **As fake news e o panoptismo de Michel Foucault**. IN FIND: Congresso Internacional de Ciberjornalismo. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. Set. 2017.

CARVALHO, G.A.C.L, KANFFER, G.G.B. **O tratamento jurídico da fake news - maior problema sobre a criação e disseminação de notícias falsas é o choque de princípios constitucionais**. Disponível em: <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/o-tratamento-juridico-das-fake-news-08032018>. <> Acesso em: 27 out. 2018.

EXAME: **TSE atendeu menos de 1/3 das ações para tirar notícias falsas do ar**. <https://exame.abril.com.br/brasil/tse-atende-a-menos-de-1-3-das-acoes-para-tirar-noticias-falsas-do-ar/> <> Acesso em: 30/10/2018.

EXAME: **WhatsApp bane mais de 100 mil contas por uso irregular**. <https://exame.abril.com.br/brasil/whatsapp-bane-100-mil-contas-no-brasil-por-uso-irregular/> <> Acesso em: 30/10/2018.

Fake News: **TSE lança página para esclarecer eleitores**. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2018/Outubro/fake-news-tse-lanca-pagina-para-esclarecer-eleitores-sobre-a-verdade> <> Acesso em: 26 out. 2018.

GOMES, José Jairo. **Direito eleitoral**. 14. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

ITAGIBA. Gabriel. **Fake News e Internet: Esquema, Bots e Disputa pela Atenção**. Disponível em [https:// itsrio.org/publicacoes/fake-news-internet-esquemasbots-disputa-atencao/](https://itsrio.org/publicacoes/fake-news-internet-esquemasbots-disputa-atencao/) <> Acesso em: 23 out. 2018.

Monnerat, Alessandra et al. **Fake news devem causar impacto em eleições de 2018**. Disponível em: <http://infograficos.estadao.com.br/focas/politico-em-construcao/materia/fake-news-devem-causar-impacto-em-eleicoes-de-2018> <> Acesso em: 26 out. 2018

SILVA, Juremir Machado. **As tecnologias do imaginário**. Porto Alegre: Sulina, 2012.

TACUSSEL, Patrick. **Imagem e contemporaneidade: entrevista com Patrick Tacussel**. Revista Famecos. Porto Alegre: FAMECOS PUCRS.n. 31, dezembro de 2006

CURSO: BACHARELADO EM EDUCAÇÃO FÍSICA

ÁREA: SAÚDE

EXERCÍCIOS NOS PADRÕES DA SAÚDE E DA DOENÇA

EXERCISES IN HEALTH AND DISEASE STANDARDS

Luan da Costa Braga¹

Mikele Costa de Lima²

Tiago dos Santos Nascimento³

Informações do autor

BRAGA, L.C. luanpd_@hotmail.com

LIMA, M.C. mikele_lima_@hotmail.com

SANTOS-NASCIMENTO, T. tiagonascimento@fvj.br

RESUMO

O estudo tem como principal objetivo investigar em que medida o exercício físico influencia na qualidade de vida dos indivíduos no padrão saúde e doença, tendo em vista que as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT) se tornaram a principal prioridade na área da saúde no Brasil nos últimos tempos. Assim, através de pesquisas bibliográficas, em que autores como: Casado et al (2009); Campos e Neto Rodrigues (2009); Wiskemann & Huber (2008); Calmeiro e Palmeira (2005); entre outros, foram consultados e a partir do levantamento bibliográfico procura-se apresentar concepções conceituais sobre como a prática de atividade física regular pode atuar no tratamento dessas doenças, bem como o bem estar psicológico e social dos indivíduos entre outros aspectos. Verificou-se com esse estudo que o exercício físico está ligado diretamente com diversos resultados positivos em relação ao tratamento e prevenção de doenças, além de propiciar o bem estar físico e psicológico.

Palavras-chave: Exercício físico. Saúde. Epidemiologia.

ABSTRACT

The study's main objective is to investigate to what extent the exercise influences the quality of life of individuals in the health and disease, since the chronic non-communicable diseases (NCD) became the main priority in the area of health in Brazil in recent times. Thus, through bibliographical searches, in which authors such as: married et al (2009); Fields and Neto Rodrigues (2009); Wiskemann & Huber (2008); CAH and Palm tree (2005); among others, were consulted and from the bibliographic survey seeks to present conceptual ideas about the practice of regular physical activity can play in the treatment of these diseases, as well as the psychological and social well-being of individuals among other things. It was found with this study that physical exercise is linked directly with several positive results in relation to the treatment and prevention of diseases, in addition to providing physical and psychological well-being.

1 INTRODUÇÃO

Segundo o artigo 196 da Constituição Federal: A saúde é um direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doenças e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação (BRASIL, 1988).

Uma das principais preocupações mundiais são as doenças crônicas não transmissíveis (DCNT), pois elas se enquadram nas principais causas de óbitos no mundo além de promover uma redução considerável da qualidade de vida com restrições nas atividades de trabalho e de lazer, causando ainda impactos econômicos para a sociedade em geral, agravando a desigualdade e a pobreza.

As DCNT representam os danos que mais predominam dentre as doenças acometidas no Brasil. De acordo com Casado et al (2009), desde o século XX o Brasil tem passado por uma transformação social e econômica, o que acabou causando varias mudanças consideráveis na morbimortalidade de nossa população, ou seja, aquelas doenças causadas de morte em

determinadas populações, espaços e tempos. No século passado as principais causas de morte, foram as doenças infecciosas e parasitárias, estas nos dias atuais cederam lugar às doenças crônicas não transmissíveis. Essa mudança epidemiológica acabou sendo refletida na área de saúde pública e no crescimento de estratégias para combater as DCNTs assim tornando-se algo emergencial para o Sistema Único de Saúde (SUS).

A Organização Mundial da Saúde define a saúde como “o completo bem estar físico, mental e social, e não apenas a ausência da doença” (RYFF; SINGER, 1998). Portanto nesse sentido, a atividade física possui grande impacto nos domínios da qualidade de vida dos indivíduos.

A qualidade de vida interfere de forma direta nos vários domínios do ser humano, por esse motivo tem sido alvo de muitos estudos científicos e por se tratar de um termo muito complexo, quase sempre é associado ao conceito limitado de saúde, no sentido de ausência da doença e do bem-estar físico. Assim, a qualidade de vida se refere à concepção do sujeito no contexto a qual está inserido, considerando seus objetivos, metas e preocupações (FLECK, et. al., 1999).

O estudo em questão tem como objetivo entender como o exercício físico pode atuar no padrão saúde e doença além dos benefícios do bem-estar psicológico e social, e ainda o que de fato o meio a qual o indivíduo está inserido, pode afetar direta ou indiretamente na sua prática de atividades físicas, possibilitando ou não uma vida mais ou menos saudável.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O estudo consiste em uma revisão bibliográfica, onde foram pesquisados 22 artigos na plataforma Scielo, utilizando como palavras chave da pesquisa: “doenças crônicas não transmissíveis”, “epidemiologia”, “exercício físico e saúde” e “exercício físico e qualidade de vida”. Com isso, dos 22 artigos pesquisados, apenas 13 foram utilizados no estudo, sendo eles do ano 1994 a 2009, para o auxílio na construção do referencial teórico.

Os critérios de exclusão foram os artigos distintos do objetivo proposto pelo presente estudo, já os critérios de inclusão foram artigos relacionados ao exercício nos padrões de doença e saúde dos indivíduos, bem como a qualidade de vida de um modo geral.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Campos e Neto Rodrigues (2009), relatam em suas pesquisas que as doenças não transmissíveis (DNT) são as responsáveis por 45,9% do índice mundial das doenças. Existe uma estimativa de que no ano 2020 dois terços desse índice será atribuído às DCNTs, sendo bem provável que essa epidemia de doenças se desloque para países menos desenvolvidos. Os autores

afirmam ainda que a Organização Mundial de Saúde (OMS) está comprometida na priorização da vigilância das doenças não transmissíveis, com ênfase nos principais aspectos de risco: hipertensão arterial, tabagismo, consumo excessivo de álcool, inatividade física, sobrepeso e obesidade, consumo inadequado de frutas e hortaliças e hiperglicemia.

Muitos estudos destacam que as práticas de atividades físicas aumentam consideravelmente as condições de vida, reduzindo riscos de doenças e aumentando o bem-estar das pessoas e consequentemente a sua satisfação com a vida.

Bouchard e Shepard (1994), ao escreverem sobre os fatores que afetam a prática da atividade física, identificaram o meio social onde o indivíduo está inserido como uma junção de tudo aquilo que condiciona ou restringe nos âmbitos social, cultural, econômico e político a adesão às atividades físicas, na condição física relacionada com a saúde e no estado de saúde.

A prática frequente de atividades físicas ajuda na prevenção e redução dos riscos relacionados a doenças, promove ainda um efeito positivo contra a osteoporose, hipertensão, diabetes e depressão. Além da contribuição para uma vida mais saudável, a atividade física mostra uma relação positiva com a capacidade de trabalho, estilo de vida saudável e bem-estar em sua totalidade, promovendo ainda a saúde mental e social, aumentando assim a qualidade de vida das pessoas, vale ressaltar que a ausência de atividades físicas regulares já é considerada um dos quatro maiores fatores de risco para muitas doenças. (OLIVEIRA; ROLIM, 2003).

Calmeiro e Palmeira (2005) vêm reforçando ainda que a prática de atividade física diminui, o risco de óbito por doenças cardiovasculares e diabetes tipo 2. Reduz ainda os efeitos da depressão e da ansiedade, auxilia no controle do peso corporal e na diminuição da tensão arterial, mantém o bom desempenho de todo o sistema musculoesquelético, melhora a mobilidade de pessoas da terceira idade promovendo também o bem estar psicológico. Melhora também a autoestima e promove efeitos positivos em relação à interação social do indivíduo.

Assim podemos dizer que a prática de exercícios físicos atua como agente na promoção da saúde, uma vez que auxilia na prevenção e tratamento de patologias, além de proporcionar o lazer e o bem estar físico.

Dentro desse contexto Destacamos um estudo realizado por Koukouvou, et al. (2004), onde foi comprovado que um processo de reabilitação por meio da prática do exercício físico em pacientes com deficiência cardíaca crônica foi eficaz na melhora das suas capacidades de trabalho, além de seu estado psicológico. O estudo mostrou resultados positivos nos efeitos causados pela depressão e ansiedade nos indivíduos avaliados.

Portanto é cada vez mais notório que uma prática regular de exercício físico se associa diretamente a níveis mais elevados de satisfação com a vida e estado de felicidade pessoal. (STUBBE; DEMOOR; BOOMSMA; DEGEUS, 2007). Grant, Todd, Aitchison, Kelly e Stoddart, (2004) reforçaram isso a partir dos resultados de um estudo com mulheres com sobrepeso em um programa de treinos funcionais, nesse estudo foram avaliados alguns aspectos fisiológicos, bem como os níveis de

satisfação com a vida. E os resultados foram positivos tanto nos aspectos fisiológicos como na elevação dos níveis de satisfação com a vida nas mulheres submetidas a esse programa de exercícios.

O estudo de Shoup, Gattshall, Dandamudi e Estabrooks (2008) apresentou que indivíduos com níveis reduzidos de prática de atividade física apresentam consideravelmente valores menores de qualidade de vida. A partir dessa afirmação podemos citar, por exemplo, a importância da promoção da atividade física em crianças obesas ou com excesso de peso, já que os benefícios ao controle do peso são evidentes e bastante conhecidos.

Vale ressaltar que além do que já citado anteriormente o exercício físico é considerado por muitos autores como uma importante intervenção em indivíduos que passaram por algum processo cirúrgico específico, onde são apontadas melhoras consideráveis nos níveis de desempenho físico, qualidade de vida e autoestima (WISKEMANN; HUBER, 2008).

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Diante dos estudos pesquisados fica inegável às evidências de que a pratica do exercício físico, de longa ou curta duração, traz diversos benefícios a nível antropométrico, neuromuscular, metabólico e psicológico, (Matsudo & Matsudo,2000).

Fica o alerta para a prática de exercício regular, que tem sido essencial na manutenção da saúde. Uma vida mais ativa e com cuidados, não só alimentares mais também corporais, evita centros médicos além de proporcionar mais qualidade de vida.

5 REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, D., CALMEIRO, L. & PALMEIRA, A. (2005). Intenções para a prática de actividade física. *Cuadernos de Psicología del Deporte*, 5, 258-269.
- BOUCHARD, C., & SHEPARD, R. J. (1994). Physical activity, fitness, and health: The model and key concepts. In C. Bouchard, R. J. Shepard, & T. Stephens (Eds.) *Physical Activity, Fitness and Health* (pp. 77-88). Champaign, IL: Human Kinetics.
- CAMPOS, M. O.; NETO RODRIGUES, J.F. Doenças crônicas não transmissíveis: fatores de risco e repercussão na qualidade de vida. *Revista Baiana de Saúde Pública*. V. 33, n. 4 p. 561581 out-dez. 2009
- CASADO et al. Fatores de risco para as doenças crônicas não transmissíveis no Brasil: uma revisão sistemática. *Revista Brasileira de Cancerologia*, 55 (4): 379-388 2009.
- FLECK, M. P. A., LEAL, O. F., LOUZADA, S., XAVIER, M., CHACHAMOVICH, E., VIEIRA, G., DOS SANTOS, L., PINZON, V. (1999). Desenvolvimento da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial de Saúde (Whoqol-100). *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 21(1), 19-28. DOI: 10.1590/S1516-44461999000100006
- GRANT, S., TODD, K., AITCHISON, T.C., KELLY, P. & STODDART, D. (2004). The effects of a 12-week group exercise programme on physiological and psychological variables and function in overweight women. *Public Health*, 118(1), 31-42.
- KOUKOUVOU, G., KOUIDI, E., IACOVIDES, A., KONSTANTINIDOU, E., KAPRINIS, G. & DELIGIANNIS, A. (2004). Quality of life, psychological and physiological changes following exercise training in patients with chronic heart failure. *Journal of Rehabilitation Medicine*, 36, 36-41.
- MATSUDO, S. M., & MATSUDO, V. K. R. (2000). Evidências da importância da atividade física nas doenças cardiovasculares e na saúde. *Revista Diagnóstico e Tratamento*, 5(2), 10-17.
- OLIVEIRA, E., & ROLIM, M. (2003). Factores que influenciam os enfermeiros a utilizarem a actividade física em assistência a pacientes psiquiátricos. *Revista Enfermagem*, 37(3), 97-105.
- RYFF, C.D. & SINGER, B. (1998). The contours of positive Human health. *Psychology Inquiry*, 9(1), 1-28.
- SHOUP, J., GATTSHALL, M., DANDAMUDI & P. ESTABROOKS, P. (2008). Physical activity, quality of life, and weight status in overweight children. *Quality of Life Research*, 17(3), 407-412. DOI: 10.1007/s11136-008-9312-y
- STUBBE, J.H., DE MOOR, M.H.M., BOOMSMA, D.I. & DE GEUS, E.J.C. (2007). The association between exercise participation and well-being: A co-twin study. *Preventive Medicine*, 44(2), 148-152. DOI: 10.1016/j.ypmed.2006.09.002
- WISKEMANN, J. & HUBER, G. (2008). Physical exercise as adjuvant therapy for patients undergoing hematopoietic stem cell transplantation. *Bone Marrow Transplantation*, 41(4), 321-329. DOI: 10.1038/sj.bmt.1705917

CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA

ÁREA: EDUCAÇÃO

ÉTICA NA ESCOLA

SILVA, Francisco Alisson Sabino¹; SILVA, Marcelo Narcio¹; SILVA, Otávio Reinaldo¹;
SILVA, Robert Felipe do Nascimento¹; LIMA, Victor Luan da Silva¹;
PINTO, Emanuelle Sampaio Almeida²

¹ allissom98@gmail.com

² Orientadora. emanuelleprof@fvj.br

RESUMO

Essa revisão bibliográfica tem o objetivo de mostrar como é tratada a ética no ambiente escolar, trazendo primeiro seus conceitos e fazendo a distinção de ética e moral. Logo após, será colocado como a ética é abordada no âmbito escolar seguindo as normas do sistema educacional. Com isso, tentando entender como o tema é abordado no processo de ensino-aprendizagem dos alunos e no que influencia para uma educação de qualidade, partindo da pergunta: Qual a função da ética no cotidiano escolar? Diante das pesquisas feitas durante o presente trabalho, conclui-se que a ética está relacionada aos valores que cada pessoa adquire por meio das influências que teve em sua vida, seja na família à qual pertence, à classe econômica a que está associada, a raça, a religião ou ao país em que nasceu. Essas condições fazem com que cada pessoa tenha valores e posicionamentos diferentes.

Palavras-chave: Ética. Escola. Formação.

1 INTRODUÇÃO

A questão central da ética é a de responder à pergunta: o que nos obriga a sermos bons? Ou seja, é a ética que nos permite buscar critérios para definirmos o que é ser bom, correto ou moralmente certo e que nos fornece explicações para nosso senso de dever moral. (CABANAS, 1996 apud MENIN, 2002). O conteúdo se faz importante por tratar de um tema que está diretamente relacionada a formação do aluno para a sociedade. Para o PCN: Tema Transversal Ética, os alunos devem aprender conceitos como liberdade, tolerância, sabedoria de conviver com o diferente e com a diversidade, embora não seja uma tarefa fácil, pois engloba a escola, família e convívio na sociedade. Essa pesquisa tem como objetivo ver como a ética esta sendo trabalhada no ensino fundamental I.

2 METODOLOGIA

Essa revisão literária foi construída através de artigos retirados do banco de dados da Scielo e sistes.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quando se fala de ética lembra-se dos antigos ensinamentos de uma época que o homem começou a conviver com a sociedade: Ética, vem do grego ethos e significa caráter, comportamento. O estudo

da ética é centrado na sociedade e no comportamento humano. As reflexões sobre esse tema começaram na antiguidade, os filósofos mais famosos, como Demócrito e Aristóteles, falaram sobre a ética como meio de alcançar a felicidade. (FOLLADOR, 2009, p.5).

Etimologicamente, moral tem o mesmo significado de ética, com a diferença de que é derivada da palavra latina mores. Porém, cada uma dessas palavras significa algo dentro do mesmo tema. Pela diferença ser bastante sutil pode confundir a muitos. Abaixo é apresentado o conceito de cada uma dessas palavras.

- **Moral:** A moral estabelece princípios de vida capazes de orientar o homem para uma ação moralmente correta. O homem é um ser mora, um ser que avalia sua ação a partir de valores (VIEIRA, 2012).
- **Ética:** Cortella (2010, pg.106) nos apresenta a seguinte definição: “A ética é o conjunto de princípios e valores da nossa conduta na vida junta. Portanto, ético é o que faz a fronteira entre o que a natureza manda e o que nós decidimos. A ética é aquilo que orienta a sua capacidade de decidir, julgar, avaliar.”

O Relatório Delors (Unesco, 1996) “ressaltou a importância de se valorizar a dimensão ética no contexto educativo, situando-a como capacidade de

compreender o outro em suas especificidades e o mundo em um cenário de profundas mudanças tecnológicas, políticas, econômicas e sociais.” Com as práticas feitas nas escolas no decorrer da formação acadêmica possibilitou um conhecimento prévio sobre como o tema é implementado nos diferentes níveis.

Os PCN vem dando importância fundamental quando se fala de ética na escola, falar RJ Oliveira (2013) No Brasil, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) do ensino fundamental defenderam a inclusão da ética na escola como um tema transversal que deveria perpassar todas as disciplinas. A perspectiva era a de que a comunidade escolar se engajasse no trabalho efetivo com uma educação voltada para a cidadania, vista como “eixo vertebrador da educação escolar” (Brasil. MEC, 1998a, p. 23).

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das pesquisas feitas durante o presente trabalho, conclui-se que a ética está relacionada aos valores que cada pessoa adquire por meio das influências que teve em sua vida, seja na família à qual pertence, à classe econômica a que está associada, a raça, a religião ou ao país em que nasceu. Essas condições fazem com que cada pessoa tenha valores e posicionamentos diferentes.

5 REFERÊNCIAS

MENIN, Maria Suzana de Stefano. **Valores na escola**. São Paulo: Educação e Pesquisa, 2002.

OLIVEIRA, Renato José de et al. **Ética na visão de mundo de alunos do ensino fundamental: o caso de uma escola pública municipal**. Brasília: R. Bras. Est. Pedag, 2013.

O que é ética?. Disponível em: <<http://codigo-de-etica.info/o-que-e-etica.html>> Acesso em: 31 out de 2018

A ética no ambiente escolar: educando para o diálogo. Disponível em: <<http://coral.ufsm.br/gpforma/2senafe/PDF/021e4.pdf>> Acesso em: 31 out de 2018.

PCN – Parâmetros curriculares nacionais: tema transversal etica. Disponível em: <<https://www.cpt.com.br/pcn/parametros-curriculares-nacionais-tema-transversal-etica>> Acesso em: 31 out de 2018.

CURSO: ENFERMAGEM, FARMÁCIA E NUTRIÇÃO

ÁREA: SAÚDE

DOENÇAS DE ARMAZENAMENTO DO GLICOGÊNIO

RAFAEL DA SILVA, Francisco Gilvan; CARVALHO ROCHA, Francisca Suinara; SILVA, Francisca Vanessa; ALVES DE QUEIROZ, Iana Carolina; MATIAS ALMEIDA, Maria Eduarda; LIMA CARVALHO, Paula Adriana; PINTO, Emanuelle Sampaio Pinto²

¹Discentes da Faculdade do Vale Jaguaribe (FVJ), Aracati, Ceará, email:ramonnacarolina@gmail.com

² Docente da faculdade do vale jaguaribe (FVJ), Aracati, Ceará, email:emanuelleprof@fvj.br

RESUMO

O tema analisado trata-se de uma doença hereditária que envolve uma deficiência enzimática na absorção do glicogênio, podendo resultar em vários casos da doença. A pesquisa tem como objetivo relatar as características sobre o metabolismo do glicogênio e suas possíveis doenças; tendo como método de pesquisa o levantamento bibliográfico. Os achados dessa pesquisa evidenciaram vários casos sem tratamento e as multifacetadas do metabolismo estudado.

Palavras-chave: Deficiência enzimática. Glicogênio. Hereditário.

INTRODUÇÃO

Para melhor compreensão é necessário conhecer o processo que ocorre no metabolismo sem alterações, ou seja, no funcionamento em perfeitas condições. O metabolismo do glicogênio, molécula de armazenamento dos carboidratos no organismo animal. A síntese e degradação do glicogênio envolvem conjuntos separados de enzimas funcionando de forma irreversível, ou seja, processo de degradação não é o inverso da síntese. Ao todo há pelo menos 8 enzimas envolvidas. Basta que uma falte para que a síntese ou degradação fiquem comprometidas, ou a molécula de glicogênio pode ser anormal. Além disso, há enzima que têm formas diferentes em órgãos diferentes. P. ex., a fosforilase hepática, a primeira enzima da via de degradação, é diferente da fosforilase muscular. A falta congênita de uma não influencia o nível da outra (ALMEIDA; FERNANDES, 2010)

METODOLOGIA

Para realização deste projeto foi utilizado o método bibliográfico, utilizando fontes secundárias, como artigos, que averiguasse o tema analisado.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Como já mencionado existem vários tipos distúrbios possíveis dando 4 doenças conhecidas, sendo elas: Doença de Von Gierke; Doença de síntese hepática; Doença de McArdle e a deficiência de fosfofrutoquinase. Foi feita uma divisão com similaridades que essas doenças têm entre si, grupos para facilitar a compreensão.

Grupo A: A glicogenose tipo I (doença de Von Gierke) é causada pela

deficiência no complexo da glicose-6-fosfatase (EC 3.1.3.9) responsável pela hidrólise da glicose-6-fosfato (SANTOS ANTUNES; FONTES, 2009) em fosfato e glicose durante o metabolismo do glicogênio. Trata-se de uma anomalia gerada pela mutação no gene que codifica esta enzima, cuja frequência na população é de 1:100.000 nascimentos (SANTOS-ANTUNES; FONTES, 2009; SARTORATO et al., 1998). Existem quatro subtipos para essa patologia: tipo Ia, caracterizado por uma disfunção na unidade catalítica deste complexo enzimático; tipo Ib, relacionado com o transporte deficiente de glicose-6-fosfato; tipo Ic, caracterizado por um defeito no transportador de fosfato do retículo endoplasmático para o citoplasma; e tipo Id, relacionado com uma disfunção da saída de glicose (OZEN, 2007; SANTOS-ANTUNES; FONTES, 2009).

X Diferente das outras glicogenoses, a do tipo IX é uma doença recessiva ligada ao cromossomo X e, por isso, mais comum em homens (REPETTO et al., 2000). Com prevalência na infância, esta doença é caracterizada pela deficiência da enzima fosforilase-quinase hepática (BAPTISTA; VIANA, 2002; BEAUCHAMP et al., 2007) ou da fosforilasequinase muscular (EC 2.7.11.19) (GOLDSTEIN et al., 1993-2013), que participam da glicogenólise (REPETTO et al., 2000). A enzima hepática, a qual a deficiência é mais comum, é composta por quatro subunidades (alfa, beta, gama e delta) que, dependendo de qual é afetada, a gravidade dos sintomas apresentados varia (BEAUCHAMP et al., 2007). Neste caso, os sintomas são aparecimento precoce de hepatomegalia, atraso de crescimento e, frequentemente, cetose e hipoglicemia em jejum (GOLDSTEIN et al., 1993-2013). Por outro lado, as manifestações clínicas relacionadas a enzima muscular são

intolerância ao exercício, mialgia, câibras musculares, mioglobínúria e fraqueza muscular progressiva (GOLDSTEIN et al., 1993- 2013).

Grupo B: Doença de McArdle ou tipo V, é um distúrbio causado pela deficiência na enzima miofosforilase que afeta a musculatura esquelética (LORENZONI et al., 2005). Essa condição impede que o glicogênio seja direcionado para a hidrólise, o que resulta no seu acúmulo no músculo (LEVY et al., 1980).

Doença de Tarui ou tipo VII, é uma desordem genética rara que ocasiona um defeito na enzima fosfofrutoquinase (LEVY et al., 1980). Essa disfunção promove um acúmulo de glicogênio no músculo esquelético (TARUI et al., 1965), pois, há um bloqueio na metabolização da glicose-6-fosfato pela via glicolítica. Devido a sintomatologia das doenças de McArdle e de Tarui ser semelhante, o diagnóstico diferencial entre elas é feito pela histoquímica da biópsia do músculo (LEVY et al., 1980).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a glicogenose conclui-se que é uma doença perigosa, apesar da medicina estar sempre avançando, em muitos casos não há tratamento. O metabolismo é muito complexo e por isso ocorre até 11 tipos desta doença. Foi de grande importância compreender o metabolismo para poder conhecer cada tipo de doença e como ela pode afetar cada região diferente, cada sintoma, cada tratamento.

REFERÊNCIAS

Carolina Sales CARLOS¹; , Vitor Falcão De OLIVEIRA¹; SARAIVA, Ludmilla Grossi Furtado [et.al]. GLICOGENOSES:

UMA REVISÃO GERAL. **Bioscience journal**, Uberlândia, v. 30, n. 5, p. 1598-1605, 201./out. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/bioscienc ejournal/article/viewFile/24006/15017>>. Acesso em: 15/10/ 2018.

CURSO: Farmácia e Nutrição

ÁREA: SAÚDE

DOENÇAS CAUSADAS PELO SEDENTARISMO: obesidade, diabetes e hipertensão arterial.SILVA, Francisco Orlando¹; NOGUEIRA, Géssica¹; SILVÉRIO, José Ossivan¹; PINTO, Emanuelle Almeida²¹ orlandodasilvaneto@gmail.com² Orientadora. emanuelleprof@fvj.br**RESUMO**

A falta de exercícios físicos está relacionada à incidência e a gravidade de doenças crônicas. A atividade física se torna uma forte ferramenta terapêutica para auxiliar e promover a saúde de indivíduos com doenças crônicas não transmissíveis. A metodologia utilizada na pesquisa foi a bibliográfica; e o objetivo foi apresentar algumas patologias decorrentes da inatividade física. De acordo com os dados analisados, o sedentarismo é tido, na atualidade, como um dos fatores que levam o indivíduo a mortalidade precoce. Sendo considerada fator determinante no desenvolvimento de patologias associadas ao metabolismo, tais como a obesidade, diabetes e hipertensão.

Palavras-chave: Sedentarismo. Atividade física. Doenças crônicas.**INTRODUÇÃO**

A falta da prática regular de atividade física está associada a doenças cardiovasculares, a diabetes mellitus tipo 2, a obesidade, a alguns tipos de câncer. As doenças crônicas não transmissíveis são as patologias que mais matam no mundo e principalmente em países de média e baixa renda. O comportamento sedentário está relacionado com efeitos nocivos para saúde. Com o avanço da tecnologia, as práticas de tarefas, tanto as diárias como as laborais, passaram a ser mais fáceis, o que diminuiu o período e a intensidade da atividade física e

aumentou o tempo exposto a hábitos sedentários (BRASIL, 2018).

Doenças crônicas não transmissíveis são a principal causa de mortalidade na maioria dos países e no Brasil. Hipertensão, diabetes e obesidade são as mais comuns. Embora multifatorial, a razão principal de tanta gente desenvolver essas doenças é a inatividade física, ou seja, o sedentarismo. Essas doenças são responsáveis por 51,6% dos óbitos na população de 30 a 69 anos no Brasil em 2015 (BRASIL, 2018).

O sedentarismo é uma das principais causas de problemas de saúde e de agravamento

de doenças preexistentes e atingem pessoas do mundo todo e de todas as faixas etárias. A ausência da atividade física regular causa efeitos colaterais sérios, sendo associado como fator de risco de doenças crônicas não transmissíveis, como obesidade, diabetes mellitus tipo 2 e hipertensão arterial (BRASIL, 2016). Contudo, o presente estudo tem como objetivo apresentar algumas patologias decorrentes da inatividade física.

METODOLOGIA

A metodologia abordada foi a bibliográfica, sendo utilizados os bancos de dados da Scielo e Periódico Capes, como base para pesquisa do tema analisado.

SEDENTARISMO

A OMS (2018) diz que uma pessoa ativa regularmente é aquela que pratica alguma atividade física ao menos três vezes por semana, em seu tempo livre, com durabilidade mínima de 30 minutos diários. Já o indivíduo sedentário é aquele que não pratica atividades físicas ou esportes com frequência. Estima-se que no Brasil cerca de 45,9% da população é sedentária, ou seja, cerca de 67 milhões de indivíduos. O mapa da prática de atividade física no Brasil, de acordo com o Ministério do Esporte mostra que na região Nordeste 38,5% dos indivíduos são ativos, Norte com 37,4%, Centro-Oeste com 45,1%, Sudeste com 54,4% e o Sul com 39,3% (BRASIL, 2015).

Segundo Brasil (2016), em uma pesquisa realizada pelo sistema de vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico (VIGITEL), o índice de atividade física realizada no tempo no Brasil teve um crescimento. Em 2009 era de 30,3%, e em 2016, 37,6%. Ainda se evidenciou que a prática de atividade física diminui com a idade, tendo índices mais elevados entre a faixa etária de 18 a 24 anos,

que é de 52%, de 25 a 34 anos é de 46%, de 45 a 54 anos é de 30%, de 55 a 64 anos é de 30% e com 65 anos ou mais é de 22%.

DOENÇAS CRÔNICAS NÃO TRANSMISSÍVEIS ASSOCIADAS AO SEDENTARISMO

As doenças com a obesidade, diabetes e hipertensão arterial são consideradas algumas das doenças crônicas não transmissíveis. Tais patologias são responsáveis por cerca de 70% de todas as mortes no mundo, estimasse que 38 milhões de pessoas morram anualmente. Desses óbitos, 16 milhões ocorrem prematuramente (antes dos 70 anos) e quase 28 milhões, em países de baixa e média renda. (MALTA et al. 2017)

Estudos indicam aumento das doenças crônicas não transmissíveis por consequência do crescimento dos fatores de risco como o sedentarismo, má alimentação, uso irregular de substâncias, entre outros. Com significativa diminuição das taxas de fecundidade, natalidade e aumento progressivo na expectativa de vida verifica-se progressivo aumento da proporção de idosos em relação aos demais grupos etários potencializa a probabilidade de aparecimento de doenças crônicas não transmissíveis. MALTA et al. 2017)

O exercício físico estimula os músculos e consomem glicose, contribuindo na regulação dos níveis dela no sangue. A falta de exercícios e o aumento da massa gorda contribuem para uma maior resistência à insulina. Esse quadro abre espaço para suas complicações em geral, uma delas a diabetes, que é uma doença de distúrbio crônico, metabólico e hormonal caracterizada pela presença excessiva de açúcar no sangue. (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIABETES, 2017). A diabetes afeta 8,9% dos brasileiros sendo a maioria feminina e o maior percentual de incidência da doença é

em indivíduos da terceira idade (VIGITEL, 2016). O exercício físico ajuda na queima de glicose e garante uma melhor qualidade de vida e também contribui para o não aparecimento de outras doenças e nem a agravação do quadro de diabetes (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE DIABETES, 2017).

A obesidade é uma epidemia global que resulta na associação de genética com fatores ambientais. Entre os fatores ambientais o sedentarismo é o mais perigoso. A atividade física quando feita regularmente é uma ótima escolha para perder peso, pois o exercício físico acelera o metabolismo favorecendo a queima mais rápida do tecido adiposo. O corpo consegue se beneficiar de modo equilibrado de tudo o que se consome com isso seu peso se manterá estável. Mas, com o excesso no consumo ou falta de exercícios físicos para o gasto de energia, a consequência será o ganho de peso (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA, 2016).

Os fatores que contribuem para a obesidade são 50% má alimentação, 30% sedentarismo, 10% hormônios e 5% genética. A obesidade cresceu 60% nos últimos dez anos, de 11,8% em 2006 para 18,9% em 2016, sendo mais comum na faixa etária de 25 a 64 anos (BRASIL, 2016). A hipertensão arterial é uma condição clínica multifatorial caracterizada pela elevação dos níveis da pressão sanguínea (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2016) e atinge 25,7% da população brasileira, com a maior quantidade de diagnóstico entre as mulheres 27,5% (BRASIL, 2016). O exercício físico regular beneficia o coração e o fortalece. Ajuda a regular e manter o coração em sua forma saudável (SOCIEDADE BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 2016).

A atividade física apresenta efeitos benéficos para a saúde, além de diminuir o envelhecimento e prevenir o aparecimento e

desenvolvimento de doenças crônicas, as quais tem referência ao sedentarismo. (GUEDES et al. 2012).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Evidencia-se que os hábitos de vida adquiridos pela sociedade moderna, com os avanços tecnológicos, proporcionam comodidade, facilitam os afazeres domésticos profissionais, mas, também proporciona efeitos nocivos à saúde, a partir do sedentarismo.

A prática de atividade física é de fundamental importância para a qualidade de vida de indivíduos com obesidade, diabetes e hipertensão, sendo inúmeros os seus benefícios no controle dessas doenças crônicas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA PARA O ESTUDO DA OBESIDADE E DA SÍNDROME METABÓLICA, Diretrizes Brasileiras de Obesidade, 2016, p.1-65

BRASIL, Ministério da Saúde, Vigitel Brasil 2016 - Vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico, 2016, p.1-44.

BRASIL, Ministério do Esporte, Diagnostico Nacional do esporte, 2015, p.1-44

GUEDES, D. P et al. Aptidão física relacionada à saúde de escolares: programa fitnessgram. Revista Brasileira de Medicina do Esporte . Vol. 18, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_issuetoc&pid=1517-869220120002. Acesso em 26/10/2017

MALTA, D.C. et al. Doenças crônicas não transmissíveis e a utilização de serviço de saúde: análise da Pesquisa Nacional de Saúde no Brasil, Revista de Saúde Pública. 2017. Disponível em:

<http://www.rsp.fsp.usp.br/artigo/doencas-cronicas-nao-transmissiveis-e-a-utilizacao-de-servicos-de-saude-analise-da-pesquisa-nacional-de-saude-no-brasil>. Acesso em: 24/10/2017

Organização Mundial da Saúde (OMS). Atividade Física. 2018. Disponível em: <http://www.who.int/news-room/fact-sheets/detail/physical-activity> Acesso em: 10/10/2017.

SOCIEDADES BRASILEIRA DE CARDIOLOGIA, 7 Diretriz Brasileira de Hipertensão Arterial, 2016, p.1-35

SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIABETES. Diretrizes brasileira de diabetes 2017-2018, 2017, p.1-91

SOCIEDADE BRASILEIRA DE HIPERTENSÃO. 7 Diretrizes Brasileira de Hipertensão Arterial, 2016, p.1-83

CURSO: PSICOLOGIA

ÁREA: SAÚDE

DISTÚRBIOS MOTORES: O QUE SÃO E COMO OCORREM?

MOTORES DISORDERS: WHAT ARE THEY AND HOW DO THEY HAPPEN?

Anna Karollynna Reinaldo Pereira¹; Nayra Raquel Pereira dos Santos¹; Tiago dos Santos Nascimento²

¹Discentes da Faculdade do Vale do Jaguaribe-Curso de Psicologia

²Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe-Orientador

E-mail: nayraraquel@gmail.com/tiagonascimento@fvj.br

RESUMO

Os distúrbios motores, modificam toda interação do mundo exterior e do mundo interior (o meio que nos rodeia, e o nosso próprio corpo). São causados por uma perda de conectividade entre o SNC (Sistema Nervoso Central) e os músculos. Essa perda pode ocorrer em qualquer lugar, desde o Sistema Nervoso Central até a placa motora. Levando em consideração todo o processo relatado aqui, citamos as principais doenças causadas por essa disfunção motora.

Palavras-chave: Disfunção. Conectividade. Doenças

1 INTRODUÇÃO

No caso vamos falar sobre como a função motora funciona normalmente e como funciona após ocorrer alguma disfunção,

Onde Parkinson se trata de uma doença progressiva, isto é, aos

Poucos ela vai se agravando. A distrofia muscular que é uma

doença genética em que os músculos enfraquecem progressivamente, e é dividida em nove distrofias e todas ocorrem por conta da falta de cálcio. O AVC acontece porque o vaso se rompe e assim acontece um extravasamento de sangue para o interior do cérebro. E por último escolhemos falar sobre a epilepsia que ocorre a partir de um grupo de neurônios que se comportam de maneira anormal, assim causando um tipo de curto-circuito e assim causando as convulsões.

Analizando/observando os principais sintomas e as doenças causadas por ele.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho é uma revisão de literatura. Os artigos encontrados foram tirados dos indexadores: SciELO, PEDRO e LILACS. Usamos tanto as literaturas mais antigas, até as literaturas mais recentes. Olhamos mais o conteúdo que nos atraía.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estamos mostrando com esse trabalho, as principais doenças motoras, que podem começar com doenças “leves” podendo levar até algo muito grave se não for tratado com rapidez. O Parkinson ocorre mais em pessoas de terceira idade, não é impossível acontecer em jovens, só é mais comum em idosos, assim prejudicando seu sistema motor por isso acontece os tremores, isso por conta de uma substância denominada dopamina que cumpre a função de neurotransmissor e é responsável por ajudar a controlar o movimento dos músculos e sua falta ocasionam nessa doença. A distrofia muscular ocorre

por conta de uma disfunção na liberação do cálcio assim não permitindo que o músculo exerça sua função corretamente, e a distrofia muscular tem nove tipos que são: distrofia muscular miotônica que é mais comum em adultos; tem a distrofia muscular de Duchenne mais comum em crianças do sexo masculino por serem portadores do cromossomo Y; a distrofia muscular de Becher que é mais comum em homens; a distrofia do tipo cinturas é mais comum em mulheres e causam fraqueza nos quadris; a distrofia muscular facio-escapulo-umeral refere-se a disfunção dos músculos do rosto, ombro e ossos do braço; a distrofia muscular congênita está presente desde o nascimento; distrofia muscular óculo faríngea causa dificuldade para engolir e fraqueza nos músculos do rosto; distrofia muscular distal atrofia os músculos do antebraço, mãos, pernas e pés; distrofia muscular de emery-dreifuss começa com uma fraqueza muscular nos ombros, braços e pernas podendo se espalhar para o peito e os músculos pélvicos. O AVC ocorre por conta do sangue que vai para o cérebro é interrompido ou reduzido, privando as células de oxigênio e de nutrientes e podendo ser de dois tipos: isquêmico que impede a passagem de oxigênio para as células cerebrais; já o hemorrágico acontece por um rompimento espontâneo dos vasos sanguíneos. E a epilepsia é causada por conta do mal funcionamento dos neurônios, isso é causado por conta de problemas patológicos ou por má formação do córtex cerebral causando essas descargas elétricas exageradas. Cada doença tem uma causa e pode afetar vários locais, sendo o cérebro o maior responsável por comandar o nosso corpo e nele está

presente o córtico medular, localizado no cérebro onde fica responsável por mandar a todo corpo a ideia de movimento.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

O presente trabalho, apresentou as principais informações sobre os distúrbios motores. Ele procurou mostrar as doenças que são causadas por esse distúrbio. Contudo, o trabalho tem a modesta intenção de mostrar os problemas biológicos e fisiológicos dos distúrbios motores, introduzindo uma perspectiva real sobre o que se trata.

AGRADECIMENTOS

Agradecer a Deus e a Instituição pela oportunidade em nome do nosso orientador.

5 REFERÊNCIAS

CW. Olanow, AHU. Schapira, Doença de Parkinson e outros distúrbios do movimento, Harrison, Neurologia Clínica de Harrison, 2015

EC. Menezes, FAH. Santos, FL Alves, Cerebral Palsy Dysphagia: A Systematic Review, São Paulo, Revista CEFAC, 2017

PP. PAULO, Fisiopatologia dos Acidentes Vasculares do Cérebro, São Paulo, sciELO, 1942

L. Oswald, JMT. Bittencourt, Distúrbios Motores Consequentes a Alterações da sensibilidade [...], São Paulo, 1944

CURSO: Enfermagem, Farmácia e Nutrição.

ÁREA: Saúde.

DIABETES MELITO: causas, sintomas e tratamento

DIABETES MELLITUS: CAUSES, SYMPTOMS AND TREATMENT

Glória Estefanny Silva Fernandes¹; Larissa Roberta Soares de Freitas¹; Alexandra Cardoso da Silva¹; Maria Ticiana Cassimiro dos Santos¹; Narjara Marques de Oliveira Pinto¹; Rita de Cássia Amorim Alexandre de Souza¹; Emanuelle Sampaio Almeida Pinto².

¹Discentes dos cursos de Enfermagem, Farmácia e Nutrição da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). – email: estefannysilva03@gmail.com

²Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) – orientadora – email: emanuelleprof@fvj.br

RESUMO

O Diabetes Mellitus é um grupo de distúrbios metabólicos que apresenta a hiperglicemia como fator dominante, ou seja, o açúcar está em alta quantidade no organismo, especificamente na corrente sanguínea. Seus principais sintomas são fome exagerada, boca seca e perda de peso. Para a realização desta pesquisa foi feita uma revisão bibliográfica descritiva e exploratória tendo quatro artigos e um livro como base. O presente trabalho tem por objetivo referir a respeito do diabetes mellitus, levando em consideração a sua causa, o diagnóstico e o tratamento. Está é uma doença silenciosa que necessita de exames médicos feitos com antecedência para realizar o diagnóstico, e para prevenir seu aparecimento precoce é importante ter uma alimentação saudável relacionada com a prática de exercícios físicos.

Palavras-chave: Diabetes. Insulina. Glicose.

1 INTRODUÇÃO

O Diabetes Mellitus (DM) é a condição crônica que mais cresce, principalmente nos países em desenvolvimento (CORTEZ; et al., 2014). Ele integra um grupo de doenças metabólicas caracterizadas por hiperglicemia e distúrbios no metabolismo de carboidratos, proteínas e gorduras, resultantes de defeitos da secreção e/ou da ação da insulina envolvendo a destruição das células beta do pâncreas, que são produtoras de insulina, a resistência à ação da insulina e distúrbios de sua secreção. O DM está associado a complicações, disfunções e insuficiência de vários órgãos, principalmente olhos, rins, nervos, cérebro, coração e vasos sanguíneos (FERREIRA; PÉRICO; DIAS, 2017).

Em 2015, a Sociedade Brasileira de Diabetes estimou a prevalência de 14,3 milhões de pessoas com DM, ou seja, cerca de 9,4% da população brasileira. Esses dados comprovam um grande impacto do estilo de vida, inclusive no padrão alimentar que pode estar interagindo com a carga genética desses indivíduos (FERREIRA; PÉRICO; DIAS, 2017). O presente trabalho tem por objetivo explicar a respeito do diabetes mellitus, levando em consideração a sua descrição, diagnóstico, prevenção e tratamento.

2 METODOLOGIA

Foi realizada uma revisão bibliográfica descritiva e exploratória, com critérios de inclusão em português, na qual foram utilizados quatro artigos científicos,

publicados entre os anos de 2010 e 2018, pesquisados em base de dados como Scielo e BVS – Biblioteca Virtual em Saúde, e livros.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O DM pode ser classificado em três tipos, o diabetes tipo 1, o diabetes tipo 2 e o diabetes gestacional. No diabetes tipo 1 o pâncreas produz pouca ou nenhuma insulina, fazendo com que o organismo não seja capaz de utilizar o açúcar no sangue para produzir energia. O diagnóstico é feito por meio de exames de sangue e ele pode ser causado por uso prolongado de esteroides ou por lesões no pâncreas (FERREIRA; PÉRICO; DIAS, 2017). Seus principais sintomas podem ser sensação de sede constante, vontade frequente para urinar, cansaço em excesso, aumento do apetite e visão embaçada. Pacientes com esse tipo de diabetes necessariamente dependem da administração de insulina (SALES-PERES; et al. 2016). O tratamento também é feito a partir de uma alimentação isenta de açúcar e a prática de exercícios físicos leves.

O diabetes tipo 2 é caracterizado por uma resistência aos efeitos da insulina, desregulando o nível de glicose no sangue. Diferente das pessoas com diabetes tipo 1, as que possuem diabetes tipo 2 produzem insulina, mas o corpo cria uma resistência a ela, ou pode acontecer de o paciente não produzir insulina suficiente para suprir as demandas de seu corpo (FERREIRA; PÉRICO; DIAS, 2017). Desta forma, ocorre o acúmulo de açúcar no sangue. No início, esse tipo de diabetes pode ser assintomático, e permanecer desta maneira por muitos anos, mas os seus principais sintomas são

infecções frequentes, feridas que demoram a cicatrizar, alterações na visão, formigamento nos pés e furúnculos. O tratamento é feito com o intuito de diminuir os níveis de glicose no sangue por meio de uma dieta controlada, a prática de exercícios físicos, diminuição de bebidas alcoólicas e uma constante verificação da glicemia (MARASCHIN; et al., 2014).

O diabetes gestacional está ligado à alta produção de hormônios na placenta. O diagnóstico é feito através do pré-natal e dos exames laboratoriais realizados a partir do segundo trimestre da gestação. Em 2011, no Brasil, estimou-se que em cerca de 7% das gestações podem ocorrer complicações por conta do diabetes gestacional (WEINERT; et al., 2011). As causas podem estar ligadas ao sobre peso, maus hábitos alimentares e a falta de atividade física. O tratamento é realizado por meio de uma dieta individual e por prática de atividade física leve e moderada. As mulheres com diabetes gestacional precisam verificar a glicemia antes da alta hospitalar após o parto. A maior parte dos casos de diabetes gestacional se resolve no período pós-parto, não havendo necessidade de utilizar antidiabéticos orais ou insulina (WEINERT; et al., 2011).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O diabetes mellitus é uma doença silenciosa, o que significa que se não forem feitos exames médicos com antecedência, a pessoa pode não ter consciência de sua condição. Ele é dividido em três tipos, o diabetes tipo 1, o diabetes tipo 2 e o diabetes gestacional, esta divisão ajuda no diagnóstico precoce e na utilização do

tratamento mais efetivo. Além do uso de medicamentos de forma correta, deve-se ter o controle do diabetes mellitus com a utilização da insulina, assim como a prevenção do seu aparecimento precoce e uma alimentação saudável relacionada a prática de atividades físicas.

AGRADECIMENTOS

Aos professores por seus esforços para nos ter dado um conhecimento de qualidade. E à nossa orientadora por nos guiar no melhor caminho para a organização desta pesquisa.

5 REFERÊNCIAS

FERREIRA, S.R.S.; PÉRICO, L.A.D.; DIAS, V.R.F.G. **Atuação do Enfermeiro na Atenção Primária à Saúde**. 1. ed. Rio de Janeiro: Atheneu, 2017.

MARASCHIN, J.F. et al. Classificação do diabetes mellitus. **Arquivo Brasileiro de Cardiologia**. – 2010 – Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0066-782X2010001200025> - Acesso em: 15 de Outubro de 2018.

CORTEZ, D.N. et al. Complicações e o tempo de diagnóstico do diabetes mellitus na atenção primária. **Acta Paulista de Enfermagem**. – 2014 – Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/apv/v28n3/1982-0194-ape-28-03-0250.pdf>> - Acesso em: 15 de Outubro de 2018.

SALES-PERES, S.H.C. et al. Estilo de vida em pacientes portadores de diabetes mellitus tipo 1: uma revisão sistemática. **Ciência e Saúde Coletiva**. – 2016 – Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csc/2016.v21n4/1197-1206/pt/>> - Acesso em: 15 de Outubro de 2018.

WEINERT, L.S. et al. Diabetes gestacional: um algoritmo de tratamento multidisciplinar. **Arquivos Brasileiros de Endocrinologia & Metabologia**. – 2011 – Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0004-27302011000700002> – Acesso em: 18 de Outubro de 2018.

CURSO: Serviço Social

ÁREA: Ciências Humanas Aplicadas

**DESAFIOS NA EFETIVAÇÃO DOS DIREITOS SOCIAIS: desmonte da
saúde no Rio Grande do Norte-RN.****CHALLENGES IN THE EFFECTIVENESS OF SOCIAL RIGHTS: dismantling of health
in Rio Grande do Norte-RN.**Glênia Rouse da Costa¹
Thanúsia Hensel da Cunha²**RESUMO**

Este texto objetiva elucidar algumas considerações acerca dos desafios postos à materialização do Sistema Único de Saúde no âmbito dos direitos dos usuários frente aos desmontes das políticas sociais, observados após a década de 1990, com o advento do ideário neoliberal. É uma reflexão teórica tendo revisão bibliográfica com autores que discutem a temática. É uma pesquisa qualitativa, pois se constitui em um estudo profundo de uma realidade que não pode ser quantificada. Para apreensão do nosso objeto de estudo nos inspiraremos na dialética marxista, pois esse modo busca penetrar na essência dos fenômenos sociais, indo além da imediatez.

Palavras-chave: Sistema Único de Saúde (SUS). Neoliberalismo. Democracia. Direitos Sociais

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande Norte (UERN) com especialização em Gestão Pública Municipal e um MBA em Gestão de Ensino Superior. Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) e da Faculdade Católica Nossa Senhora das Vitórias (FCNSV). E-mail: gleniarouse@hotmail.com

² Graduada em Serviço Social pela Universidade do Estado do Rio Grande Norte (UERN) com Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Servidora pública municipal e Docente do Curso de Serviço Social da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ). E-mail: thanusia@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

A saúde pública, de caráter universal e não contributivo, é resultado de intensas lutas e mobilizações engendradas pela sociedade civil no período chamado de redemocratização da sociedade brasileira. Tais reivindicações culminaram na aprovação da Constituição Federal Brasileira, em 1988 e possibilitaram avanços nas legislações que regulamentam as diversas políticas sociais, inclusive a saúde, assistência social, previdência social, tripé do sistema de seguridade social brasileiro.

Pela primeira vez na história brasileira, após uma longa conjuntura em que a saúde era relegada à filantropia e caridade ou restritiva apenas ao que tinha acesso ao trabalho, a mesma passa a ser direito de todos e dever do Estado.

Após as conquistas alcançadas, diversos projetos em disputa vêm sendo observados, como o projeto privatista e o projeto de reforma sanitária. Entretanto, o projeto privatista, no contexto da ofensiva neoliberal, vem ganhando visibilidade na sociedade brasileira na medida em que o Estado sob a carapuça de burocrático e ineficiente transfere as responsabilidades estatais à abertura do mercado.

Diante desse cenário de privatização da saúde, os direitos sociais, inclusive os de acesso a saúde como direito universal ficam comprometidos. O momento é permeado pelo desmonte aos direitos sociais conquistados em meio à lutas e desafios no bojo das reivindicações empreendidas pelos movimentos sociais em geral. Portanto, os avanços do período de redemocratização da sociedade brasileira na saúde pública vindo sendo combatidos por

setores minoritários e abastados da sociedade, a classe dominante.

Nesse sentido, esta produção bibliográfica se concentra em dois eixos centrais. O primeiro deles aborda as condições históricas da saúde brasileira centrada nos suas conquistas e avanços, caracterizada por amplas discussões tendo como marco o acontecimento da 8ª Conferência de Saúde, como importante momento neste processo.

No segundo ponto aqui exposto, elencamos algumas dificuldades na materialização do SUS frente aos direitos sociais conquistados e expressos em legislações sociais diante da ofensiva neoliberal e suas consequências.

A pesquisa tem natureza qualitativa, pois se constitui em um estudo mais profundo de uma realidade que não pode ser quantificada. Para apreensão do nosso objeto de estudo nos ancoramos na dialética marxista, pois esse modo de conhecer busca penetrar na essência dos fenômenos sociais, indo além de sua imediatez. Usaremos categorias analíticas que nos direcionaram para apreensão da realidade assim destacando: Sistema Único de Saúde, Neoliberalismo, Direitos Sociais e Democracia. Trata-se de uma reflexão teórica ancorada na revisão bibliográfica que discutem a temática, assim, usaremos como autores principais as autoras Vasconcelos (2012), Bravo (2007) e Mota (2007). O estudo tem como objetivo compreender a conjuntura atual na política de saúde no Brasil como um direito social que o entanto vem de acordo com Bravo (2007) “[...] vinculada ao mercado, enfatizando parcerias com a sociedade civil, responsabilizando a

mesma para assumir custos da crise”. Lembrando que faremos uma discussão em relação à política de saúde no Brasil, mas abordaremos como objeto central essa política no Estado do Rio Grande do Norte (RN) visto que percebemos os rebatimentos de um período crítico para a questão da saúde.

Cabe salientar que se torna imprescindível à discussão em relação à conjuntura da política de saúde pública visto que é parte dos direitos sociais postos na Constituição Federal/88. Essa temática tem uma relevância profissional para os assistentes que embora sua atuação perpassa por diversos espaços sócio-cupacionais, o mesmo é reconhecido como um profissional da saúde através da Resolução do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) N° 383 de 29/03/99, tendo seu lócus de atuação como principal empregador dos/as assistentes sociais.

Ademais, é relevante no âmbito da produção do conhecimento em Serviço Social, suscitando, dessa maneira, discussões pertinentes aos direitos dos usuários, aos espaços sócio-ocupacionais da profissão, as condições de trabalho, à conjuntura em que se inserem os processos de trabalho do/a assistente social.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

É uma pesquisa qualitativa, pois se constitui em um estudo profundo de uma realidade que não pode ser quantificada. Para apreensão do nosso objeto de estudo nos inspiraremos na dialética marxista, pois esse modo busca penetrar na essência dos fenômenos sociais, indo além da imediatividade. Na na revisão bibliográfica

que discutem a temática, assim, usaremos como autores principais as autoras Vasconcelos (2012), Bravo (2007) e Mota (2007).

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

É fato que na década de 1980 aconteceram reivindicações da sociedade civil visando à ampliação dos serviços de saúde para todos. Distanciando-se assim da vinculação existente entre os serviços de saúde e os contribuintes previdenciários, ou seja, a saúde vinculada a quem integrava o mercado formal de trabalho. Essa década vivenciou a construção do projeto Reforma Sanitária afirmava propostas de mudanças em relação à saúde como:

Os efeitos das manifestações ocasionaram na construção da Constituição Federal (CF) de 1988 que estabelece ao poder público a responsabilidade da fiscalização, regulamentação, controle e execução das ações e serviços de saúde considerados de relevância para a população usuária dos serviços. A Constituição Federal incorporou propostas do Movimento da Reforma Sanitária que era contrário ao modelo privatista existente no Brasil, baseado na privatização dos serviços de saúde.

Um ponto fundamental para questões supracitadas foi à realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde que ocorreu em Brasília e foi realizada em 1986. Através dessa conferência foram discutidos princípios que um sistema de saúde deveria convergir para atender as demandas brasileiras.

Dessa maneira, foi a participação popular que possibilitou a construção de um processo amplamente democrático. Podemos

afirmar que a 8ª Conferência foi de grande relevância para o controle social e evidentemente em relação à discussão de uma política de saúde voltada para o interesse da sociedade. Evidencia-se que esse período foi um momento muito rico para o fortalecimento de um movimento que tinha como pauta principal a ampliação dos direitos sociais.

O conceito de saúde então passou de médico-curativo, em que os atendimentos se remetiam à centralidade médico-paciente para o conceito de saúde ampliada, caracterizada por uma visão holística dos indivíduos, expressa na prevenção, promoção e recuperação da saúde, que deve analisar a totalidade das relações e condições que afetam a saúde do ser humano. Desse modo, a saúde passou a ser compreendida na soma de aspectos culturais, físicos e biológicos, ou seja, passou a ser levado em consideração as condições de habitação, o acesso à água e à alimentos de boa qualidade, à educação e ao lazer como determinantes das condições de saúde.

Em 1990 acontecia à homologação da lei a lei 8.080, após várias reuniões, discussões e debates em relação à temática. Então, implanta-se o Sistema Único de Saúde (SUS), embora, cabe salientar que a Constituição Federal de 1988 já sinalizava para a saúde como um direito universal e igualitário para todos. O SUS foi à principal estratégia do projeto da reforma sanitária, que só foi possível através de lutas desencadeadas pelos sujeitos coletivos, uma vez que, os mesmos buscavam uma ampliação dos direitos e dos serviços de saúde.

No que concerne ao SUS proposto na reforma sanitária pode-se apontar três princípios doutrinários que são:

- 1) A Universalização, ou seja, que todas as ações e serviços prestados pelo sistema de saúde sejam garantidos a todas as pessoas, independentemente de qualquer característica seja pessoal ou social;
- 2) Equidade, ou seja, que assistência à saúde seja igual para todos sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie. E a rede de serviços deve estar atenta às demandas da população a ser atendida;
- 3) Integralidade, ou seja, considerar o indivíduo como um todo, devendo as ações de saúde procurar atender a todas as necessidades.

É bem verdade que o SUS trouxe inúmeros ganhos para a garantia de direitos para a população brasileira. Diante da análise destes princípios na realidade da atual conjuntura passa-se a perceber que há quase 25 anos que o SUS foi regulamentado, contudo o SUS que vigora estar bastante distante do SUS constitucional, pois a principal estratégia da reforma sanitária está cedendo lugar para o mercado privado que vem a surgir a partir da década de 1990. Esses princípios estão garantidos em lei, no entanto, o que vislumbramos na atualidade são serviços precários de saúde oferecidos à população e uma negação dos direitos e acesso a serviços incompletos e burocratizados.

No cenário pós-1990, situamos o crescimento da focalização das políticas sociais, bem como a sua crescente mercantilização e privatização, como é o caso da política pública de saúde, dentro de um contexto de transformação da relação

entre Estado e sociedade civil, no qual observamos às contradições postas aos movimentos sociais. Os países subdesenvolvidos de governos adeptos ao neoliberalismo como orientação ideológica, econômica e política, enfatiza a democracia de caráter restritivo e representativo, como alude Duriguetto (2007), o que impulsiona o discurso do “esvaziamento” das lutas sociais em prol de políticas públicas universais.

Há na conjuntura atual, como observa Iasi (2014) um processo de “apassivamento” da classe trabalhadora, na qual é uma característica da democracia de cooptação da classe dominante. A democracia de cooptação traz a perspectiva de consentimento ativo dos movimentos sociais, trabalhadores e burguesia. Conforme as análises de Iasi (2014), nessa conjuntura de desmonte:

As políticas sociais têm que se manter no limite das políticas compensatórias e focalizadas tal como defendida pelo Banco Mundial, os serviços públicos não podem dar o salto necessário para enfrentar a greve crise de sucateamento aprofundada por décadas de descaso. Mais uma vez, a solução beneficia a lógica do mercado: as parcerias público-privadas e as privatizações (p.54).

Nesse processo, a relação entre sociedade civil e Estado aparece reduzida ao chamado terceiro setor, em uma perspectiva de voluntarismo, filantropia e solidariedade, visto como um processo de “alteração de um padrão de resposta à questão social” (Montaño, 2002), desresponsabilizando o Estado na oferta das políticas de caráter

público ao passo em que responsabiliza o cidadão para esta função.

Prevalece, consoante Duriguetto (2007), a gestação de movimentos que representam uma “vontade corporativa” em detrimento de movimentos que representam uma “vontade coletiva hegemônica”. Destarte, a sociedade civil aparece como um meio, ou instrumento para a operacionalização do ideário neoliberal, dentro de um “discurso satanizador do público” Borón (1995:78) apud Duriguetto (2007). Travestido do discurso da ineficiência do Estado, típico da perspectiva neoliberal, os setores essenciais das áreas sociais são os mais afetados pela privatização do Estado, tido como a principal causa com os excessivos gastos do com as políticas sociais.

Ao estabelecer a saúde como direito de todos e dever do Estado (art.96) da Constituição Federal de 1988, e ao sinalizar quanto aos direitos sociais que devem ser possibilitados aos cidadãos brasileiros, houve inovação nos aparatos legislativos, nas Constituições Estaduais e nas Leis Orgânicas dos Municípios Brasileiros quanto à garantia de uma saúde pública e universal.

Nessa direção, podemos afirmar que houveram avanços constitucionais em defesa da saúde pública no Brasil, como a aprovação da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/90), que dispõe acerca da organização e funcionamento dos serviços, bem como ações de proteção e promoção da saúde.

Assim, surgem expressões do tipo: “efetivação”, “redução de risco de doença”, “promoção”, “proteção” e “recuperação”, e analisá-las dentro de uma perspectiva crítica

é considerado desafiante e dicotômico para os profissionais que integram a política de saúde e são marcadas pelo contexto socialmente determinado pelo sistema capitalista, de agudização da questão social e minimização de direitos.

A conjuntura mundial na cena contemporânea é permeada por desafios e transformações, já que vivenciamos em um contexto de hegemonia do capital financeiro e de sua crise, com isso é perceptível um agravamento da questão social. Os serviços públicos de saúde não estão isentos dos problemas do processo de reconfiguração do Estado nos ditames neoliberais, tendo como consequência a redução de gastos com as políticas sociais.

Na realidade do Brasil, o ideário neoliberal como saída e estratégia alternativa à conjuntura de crise estrutural do capital, ganhou visibilidade, nos governos de Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso, acarretaram em grandes cortes em vários setores, inclusive na saúde.

Nesse sentido, corroboramos que a realidade contemporânea brasileira é de total descaso e descumprimento dos dispositivos legais e constitucionais do SUS. Nesse momento no Brasil ocorre uma regressão dos direitos sociais e das conquistas dos trabalhadores em nome da defesa do mercado e do capital. O cenário é de redução da ação do Estado no enfretamento da Questão Social, devido à política neoliberal, que prega a redução de gastos públicos, deixando a responsabilidade por gastos ao mercado público.

Nesses termos, afirmamos que há uma privatização do público, e o Estado fica cada vez mais submetido aos interesses

econômicos e políticos dominantes no cenário internacional e as ações do Estado ficam mais vistas como precarizadas, sob o discurso burguês, e segundo este projeto, a iniciativa privada é tida como eficaz e de boa qualidade.

Coadunamos com Yazbek (2001) a qual afirma que pensamento liberal estimula um vasto empreendimento de “refilantropização do social”, em que a questão social é desqualificada como questão pública, política e nacional, passando à atenção a pobreza para iniciativa privada. Assim podemos perceber que o terreno em que se insere a luta por direitos é transposto ao particular e ao privado, assim na luta pelo direito à saúde encontramos um paradoxo que descaracteriza a cidadania ao associá-lo ao consumo e a posse de mercadoria.

Afirmamos ainda que é importante ressaltar sob essa ótica de análise que a garantia dos direitos sociais conquistados e assegurados em lei não implica em sua imediata materialização, exige a ação do Estado, pois a lei por si só não modifica a realidade.

Os direitos sociais estão diretamente ligados à igualdade e à dignidade da pessoa humana assegurando aos indivíduos condições necessárias para uma sobrevivência digna indispensável para o exercício da cidadania.

Portanto, ao observamos o contexto em que a saúde pública no Brasil podemos corroborar com a afirmação de que o SUS enfrenta desafios em sua materialidade, já que a política de saúde é rebatida pelos ditames do mercado, ao passo que é assolada pela ausência de responsabilização estatal na

sua condução, que pode ser expressa pela falta de profissionais em hospitais, traduzida principalmente pelo corte de recursos humanos; pela escassez de materiais para atendimento; pelo repasse de recursos à iniciativa privada através dos incentivos fiscais e a isenção de tributos.

Como consequência a população usuária dos serviços de saúde é rebatida com a deficiência de um sistema que gera filas, superlotações nas emergências, falta de medicamentos essenciais, demora na marcação de exames, falta de leitos em Unidade de Terapia Intensiva (UTI), sempre sob o discurso da administração dos poucos recursos que o estado disponibiliza.

A questão social na particularidade dos estados do Nordeste brasileiro nos sinaliza para o surgimento da política social arraigada à peculiaridade da formação social e histórica dessa região, sendo a sua gênese vinculada ao período de colonização do país baseado na mão-de obra-escrava. Esse período foi marcado pelas relações clientelistas, onde imperava o coronelismo em que os grandes latifundiários comandavam as ações relacionadas à ajuda a população da região.

As políticas sociais surgem em meio a esse panorama, em especial no Nordeste, sob uma perspectiva de troca de favores, e não com a prerrogativa de garantia de direitos. Somado a esses fatores há o agravamento da questão social, através dos processos de desemprego, da não-inserção da mão-de-obra (escrava) no mercado industrial, baixa escolaridade.

Nesses termos, a saúde pública brasileira componente do sistema de seguridade social juntamente com a política

de assistência social e de previdência social, não difere do contexto apresentado pelas demais políticas públicas já que é inflexionada pelo desmonte de sua estrutura enquanto política de acesso universal.

No Rio Grande do Norte, presenciamos e constatamos através da veiculação midiática de notícias o caos em que se encontra a política de saúde pública do atual governo do estado. Aliado a isso, há o processo de privatização dos serviços saúde e de terceirização, inclusive dos recursos humanos, que pode ser evidenciado pela adesão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) nos Hospitais Universitários (HU's) criada pela Lei nº 12.550, de 15 de dezembro de 2011, tendo como locus da sua implantação os hospitais que compõem a estrutura da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

Muitos debates no âmbito do Serviço Social foram e continuam sendo travados na defesa de uma saúde pública e universal e, temos nas organizações políticas e entidades representativas da profissão importantes protagonistas nesse debate. Em virtude disso, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS) desde a implantação da EBSERH nos hospitais universitários lança um manifesto em defesa dos hospitais universitários e contra a mercantilização dos serviços de saúde intitulado "CFESS Manifesta".

Na atual conjuntura presenciamos no Estado do RN, o descaso com a saúde pública na perspectiva universal e em consonância com o que seria preconizado no SUS. As cidades do Estado passam por um sucateamento e diminuição dos serviços

básicos de saúde e atendimento a população. Na cidade de Mossoró/RN, que é tida como referência em atendimento em algumas especialidades em saúde tem sido bombardeada pelo fechamento de hospitais, e previsão de fechamentos de outros. Podemos citar o exemplo do Hospital da Mulher (Hospital Parteira Maria Correia) que segundo a Secretaria Estadual de Saúde Pública (SESAP) estaria causando “prejuízo financeiro” e com essa medida o Estado estaria economizando cerca de 18 milhões de reais por ano. A solução encontrada pela atual gestão foi à transferência do Hospital da Mulher para o Hospital e Maternidade Almeida Castro, também localizado no município de Mossoró/RN, dessa forma penalizando os usuários do serviço de maternidade na cidade e que afeta outras localidades já que Mossoró não atendia apenas mulheres do município. Percebemos com esta ação um direcionamento de culpabilização das políticas sociais e o posicionamento de corte de gastos sociais afetando assim direitos básicos garantidos pela CF de 1988.

Corroborando com Bravo (2007) compreendemos que o SUS real está longe do constitucional e ao que a conjuntura apresenta é uma política de saúde, cada vez mais distante da exposta nos dispositivos legais. No entanto, apesar de vivenciarmos momentos difíceis para a política de saúde precisamos ter como horizonte a organização e luta da classe trabalhadora na perspectiva da garantia de direitos.

Os direitos sociais foram construídos historicamente através de lutas presentes na sociedade, porém, como tudo na natureza está sujeito a transformações em virtude do movimento dialético da sociedade, na saúde

isso não se apresenta de forma diferente. Ao passo que essa política se insere como universal, ela ainda apresenta algumas ações restritas, evidenciadas no impacto que ela tem na sociedade, onde a procura é maior do que a oferta, e o acesso aos serviços acabam sendo reduzidos.

Não podemos afirmar que o sistema de saúde é ineficiente, mas a sua associação necessária com a política econômica na qual prioriza a redução de investimentos sob o pretexto de ajuste fiscal, onde geralmente há indefinição por parte do governo quanto à distribuição dos recursos é que o faz ficar moroso na execução de alguns serviços, já que conforme Oliveira (2009, p. 109) “o estado atende apenas àquelas reivindicações que são aceitáveis para o capital e para o grupo dirigente”.

Os aspectos muito fortemente incutidos no nosso Sistema de Saúde por essa cultura neoliberal que o penaliza, distancia o SUS idealizado, quando de sua criação, do SUS real, isto é, daquele existente na realidade contemporânea na qual é vivenciada a lógica do “enxugamento” do Estado no âmbito das Políticas Sociais.

Na área das políticas sociais, as propostas neoliberais têm na sua determinação as reduções dos gastos sociais, e passa a redefinir as políticas públicas com redução dos direitos sociais, trazendo a lógica focalista, descentralizada e privatista com o enxugamento do Estado na esfera das políticas sociais, transferindo à sociedade civil as suas responsabilidades.

Vivenciamos, pois, a realidade em que a ideologia neoliberal privilegia os investimentos no âmbito da economia em

detrimento das Políticas Públicas – confirmando sério grau de exclusão, precariedade, e má qualidade do atendimento – o que compromete a efetividade da prestação dos serviços de saúde, segundo a integralidade e a universalidade asseguradas pelas LOS.

Segundo Levcovitz (2001, p. 1), os problemas dos SUS “São tantos, tão frequentes, tão cotidianos e tão sofridos [...]” que o SUS apresenta-se sem efetividade, como herança do velho sistema de saúde que tem por características a centralidade e autoritarismo nas decisões, um serviço de saúde que objetiva o lucro e sem ter profissionais especializados para o atendimento à população.

Entretanto, há que se compreender que, mesmo diante das adversidades conjunturais, o SUS é ainda um processo em construção, sendo necessário defender a democracia, a ampliação do Estado, a participação popular e a socialização das informações, bem como buscar a mobilização dos movimentos organizados no enfrentamento das consequências do neoliberalismo, de forma a buscar atingir os princípios e diretrizes do SUS que foram garantidos constitucionalmente. Entendemos, assim, que o SUS está sendo gestado numa conjuntura que merece destaque, tanto com relação aos avanços que foram conquistados quanto às ameaças que ainda enfrenta, com o enfoque na particularidade dos desafios que são travados na política de saúde pública no RN.

5 REFERÊNCIAS

Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). **CFESS Manifesta contra a Empresa**

Brasileira de Hospitais Universitários (EBSERH). Brasília, 2010.

_____. **Caracteriza o assistente social como profissional da saúde.** Resolução n.º 383/99. Brasília, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil:** promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em: 08 maio. 2014.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições de promoção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

BRAVO, Maria Inês de Souza. et al (orgs.) **Serviço Social e Saúde:** formação e trabalho profissional. 2 ed. São Paulo: OPS, OMS, Ministério da Saúde, 2007.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Sociedade civil e democracia:** um debate necessário. São Paulo: Cortez, 2007.

GOMEZ, Carlos Minayo; COSTA, Sonia Maria da Fonseca Thedim. A construção do campo da Saúde do Trabalhador: perspectivas e dilemas. In: Cadernos de Saúde Pública. Rio de Janeiro: 1997.

IASI, Mauro. As manifestações em massa e a dimensão estratégica. In: DURIGUETTO, Maria Lúcia; ABRAMIDES, Maria Beatriz (orgs.). **Movimentos sociais e serviço social:** uma relação necessária. São Paulo: Cortez, 2014.

LEVCOVITZ, E. et al. – **Política de saúde nos anos 90: relações intergovernamentais e o papel das Normas Operacionais Básicas** – Ciência & Saúde Coletiva vol 6 No. 2, 269- 291, 2001.

OLIVEIRA, Iris Maria de. Cultura Política, direitos e política social. In: Ivanete Boschetti; Elaine Rossetti Behring; Silvana Mara de Moraes dos Santos; Regina Célia Tamasso Miotto. (Org.). **Política Social no capitalismo:**

tendências contemporâneas. 2ªed.São Paulo:
Cortez Editora, 2009, v. , p. 109-129.

VASCONCELOS, A. M. **A prática do Serviço Social:** cotidiano, formação e alternativas na área da saúde. São Paulo: Cortez, 2014.

YAZBEK, Maria Carmelita. **A Política Social brasileira nos anos 90:** refilantropização da Questão Social. In Cadernos ABONG nº 11, 2001.

CURSO: Ciências Contábeis

ÁREA: Gestão e análise de custos

Custo para se montar uma empresa de consultoria na área fiscal e tributária

Carla Karoline dos Santos Ferreira; José Fernandes de Aquino Júnior; Pedro Henrique Rodrigues Dias; Jean Pierre Silva dos Santos, Lucas Carneiro da Silva, Vitoria Maria Lima Santiago.

lucas.carneiro432@gmail.com > Lucas Carneiro da Silva

lucio.costacontabilidade@hotmail.com > Antônio Lúcio da Costa Nogueira

RESUMO

A Consultoria Empresarial é uma atividade que tem como objetivo básico responder ou atender às necessidades das empresas ou pessoas físicas quando assim solicitada por meio de aconselhamento ou sugestões de melhorias. Uma empresa de prestação de serviços de consultoria fiscal e tributária mantém em seu quadro funcional profissionais que tenham profundos conhecimentos na área de tributos diretos e indiretos, prestando assessoria para analisar os procedimentos da empresa. Para abrir um escritório de consultoria hoje o empreendedor tem que cumprir algumas exigências iniciais que somente poderá se estabelecer depois de cumpridas, quais sejam: Registro da empresa nos seguintes órgãos, Junta Comercial, Secretaria da Receita Federal (CNPJ), Secretaria Estadual de Fazenda, Prefeitura do Município para obter o alvará de funcionamento, Enquadramento na Entidade Sindical Patronal, Cadastramento junto à Caixa Econômica Federal no sistema “Conectividade Social – INSS/FGTS”, Corpo de Bombeiros Militar, Visita à prefeitura da cidade onde pretende montar a sua empresa para fazer a consulta de local e emissão das certidões locais. Antes de iniciar suas atividades comerciais o empreendedor deverá verificar a necessidade obtenção do alvará de funcionamento e de licença sanitária. Os custos para abrir um escritório de consultoria podem ser estimados considerando os itens e valores referenciais indicados como Salários de comissões (caso a remuneração de serviço de colaboradores seja feita com base em desempenho) e encargos, Tributos, impostos, contribuições e taxas, Aluguel, taxa de condomínio, segurança, Água, luz, telefone e acesso à internet, manutenção de software, Produtos para higiene e limpeza da empresa e funcionários, Recursos para manutenções corretivas e preventivas de maquinários, equipamentos e instalações, Valores para quitar financiamentos de equipamentos e mobiliários, Propaganda e publicidade da empresa. Que somados iram dar um custo de aproximadamente 16,200.00.

CURSO: DIREITO

ÁREA: HUMANIDADES

**CONTROVÉRSIAS SOBRE A MANUTENÇÃO DOS
ATOS ADMINISTRATIVOS ILEGAIS:
APLICABILIDADE DO ARTIGO 54 DA LEI Nº 9.784/99**
CONTROVERSIES OVER THE MAINTENANCE OF ILLEGAL
ADMINISTRATIVE ACTS: APPLICABILITY OF ARTICLE 54 OF LAW Nº.
9.784/99

Acemira Maria Ferreira Ribeiro

Graduanda em Direito pela Faculdade do Vale do Jaguaribe

E-mail: acemiramfribeiro@gmail.com

Alci Barbosa Gurgel Neto

Graduando em Direito pela Faculdade do Vale do Jaguaribe

E-mail: alcineto_2@hotmail.com

Francisca Paloma de Oliveira Saldanha

Graduanda em Direito pela Faculdade do Vale do Jaguaribe

E-mail: fpos94@gmail.com

José Arlindo da Silva

Graduando em Direito pela Faculdade do Vale do Jaguaribe

E-mail: arlindosilva222@gmail.com

Paulo Janison Borges Mota

Graduando em Direito pela Faculdade do Vale do Jaguaribe

E-mail: paulomota75@yahoo.com.br

Vanessa Araújo Gondim

Graduanda em Direito pela Faculdade do Vale do Jaguaribe

E-mail: vanessagondim2@gmail.com

Romana Missiane Diógenes Lima

Professora Me. Da Faculdade Vale do Jaguaribe

E-mail: romana_dl@hotmail.com

RESUMO

O presente trabalho tem como ênfase apresentar as controvérsias sobre a manutenção dos atos administrativos ilegais em relação à aplicabilidade do artigo 54 da Lei nº 9.784/99. Deste modo, o prazo decadencial previsto para que a Administração Pública atue anulando seus atos, quando eivados de vícios, é de cinco anos, limitando, assim, a autonomia da Administração. Observou-se que há posicionamentos diversos quanto à possibilidade de anulação desses atos, mesmo após o prazo estabelecido, surgindo verdadeiras controvérsias doutrinárias, com alguns defendendo que nenhum ato normativo deverá permanecer no ordenamento jurídico quando eivado de vícios que possibilitem a sua anulação, mesmo após decorrido o prazo legal de cinco anos. A análise dessa questão é o ponto fundamental da pesquisa, que se utilizou de análise teórica, bibliográfica, e documental, abordando-se a obra de autores como Celso Antônio Bandeira de Mello, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Hely Lopes Meirelles, Miguel Seabra Fagundes e Paulo Firmeza Soares.

Palavras-chave: Atos ilegais. Manutenção. Decadência anulatória. Art. 54 da Lei nº 9.784/99.

1 INTRODUÇÃO

A invalidação dos atos administrativos necessita de certo cuidado por parte da Administração. Muito se questiona acerca da conduta a ser realizada pela Administração, diante de um ato maculado por vício de legalidade. A Administração teria aparato jurídico diante dessa situação?

De início, é importante ressaltar que nem todos os atos devem ser invalidados, como ocorre com os que contêm meras irregularidades. Apenas os nulos ou anuláveis devem ser retirados do mundo jurídico. No primeiro caso, de forma peremptória, a priori, sem possibilidade de convalidação. No segundo, com análise acerca da lesividade do ato, pois, se não houver maiores prejuízos à Administração ou aos particulares, não se faz necessária sua pronta anulação, conforme previsão do art. 55 da Lei nº 9.784/99, que versa sobre o processo administrativo no âmbito federal.

Mesmo nas hipóteses em que o ato deve ser anulado, se o mesmo gerar vantagens a terceiros de boa-fé, a Administração não pode extirpá-lo a qualquer tempo, devendo respeitar o prazo decadencial previsto no artigo 54 da referida lei. Entretanto, alguns doutrinadores discordam da previsão legal, que, segundo eles, fere a supremacia do interesse público. Nesta senda, o estudo que ora se apresenta tem por finalidade analisar os institutos referentes aos atos

administrativos e à divergência doutrinária a respeito da temática. O trabalho é de elevada importância acadêmica, pois trata de questão bastante debatida e atual.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Quanto à metodologia aplicada, trata-se de uma pesquisa bibliográfica realizada através de análise teórica, baseada em levantamento bibliográfico, apresentando uma abordagem exploratória e qualitativa, com objetivo de avaliar as controvérsias sobre a manutenção dos atos administrativos ilegais, diante da Lei nº 9.784/99.

O conteúdo é apresentado por meio de conhecimentos teóricos fundamentados em autores como Celso Antônio Bandeira de Mello, Oswaldo Aranha Bandeira de Mello, Hely Lopes Meirelles, Miguel Seabra Fagundes e Paulo Firmeza Soares, utilizando-se as disposições legais específicas do processo administrativo.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Meirelles (2016, p. 225) conceitua que a faculdade de invalidação dos atos administrativos pela própria administração é bem mais ampla que a que se concede à Justiça Comum. A Administração pode desfazer seus próprios atos por considerações de mérito e de legalidade, ao passo que o Judiciário só os pode invalidar quando ilegais.

Para Celso Antônio Bandeira de Mello (2005, p.446), são nulos: a) os atos que a lei assim declare; b) os atos em que é racionalmente impossível a convalidação, pois, se o mesmo conteúdo (é dizer, o mesmo ato) fosse novamente produzido, seria reproduzida a invalidade anterior. “Sirvam de exemplo: os atos de conteúdo (objeto) ilícito; os praticados com desvio de poder; os praticados com falta de motivo vinculado; os praticados com falta de causa”.

A anulação do ato é uma forma de extinção do ato administrativo. Diante de um vício insanável, que impõe nulidade absoluta, o ato deve ser anulado, tanto pela Administração Pública como pelo Poder Judiciário, com eficácia retroativa (efeitos ex tunc), mas observando-se os direitos adquiridos a título de boa-fé, como declina a Súmula nº 473 do Superior Tribunal Federal, que dispõe:

A Administração pode anular seus próprios atos quando eivados de vícios que os tornam ilegais, porque deles não se originam direitos; ou revoga-los, por motivo de conveniência ou oportunidade, respeitados os direitos adquiridos e ressalvada, em todos os casos, a apreciação judicial.

Nesse sentido, há várias divergências, posicionamentos de doutrinadores, sobre a manutenção ou anulação dos atos eivados de vícios.

Para Fagundes (2010, 54-59), as invalidades dos atos administrativos se dividem em três subcategorias: atos absolutamente inválidos, atos irregulares e atos relativamente inválidos.

Entretanto, quando os vícios incidentes sobre qualquer um dos elementos do ato são intoleráveis, estes atos serão absolutamente nulos. Assim, os atos que oferecem menor gravidade e são toleráveis são considerados relativamente nulos. Já os que possuem defeitos irrelevantes, ou incapazes de gerar a extinção do ato administrativo, são classificados como irregulares (meramente irregulares). Conclui o autor que atos eivados de vícios substancialmente idênticos, podem acarretar resultados antagônicos.

Com outra posição, Oswaldo Aranha Bandeira de MELLO (2007, p. 665) entende que se aplica a teoria das nulidades para a qual o ato é anulável quando praticado por agente incompetente, ou quando tenha nele vício ou erro, mediante coação, dolo, ou simulação. E ato nulo é o praticado por pessoa jurídica sem atribuição legal, com objeto ilícito, ou por usurpação de função pública.

Contudo, Meirelles (2015, 193-194) afirma que os atos anuláveis são inadmissíveis, posicionando-se no sentido de que qualquer irregularidade ou ilegalidade no ato administrativo é causa de nulidade. Para o mesmo, o ato inválido é considerado nulo. Sustenta ainda o autor que o ato inválido que não cause prejuízos a terceiros ou não atente contra interesse da Administração Pública, entretanto, continuará a não sendo aceitável, tendo em vista a supremacia do interesse público sobre o privado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se concluir no presente trabalho que há divergências doutrinárias em relação à manutenção dos atos ilegais no âmbito do processo administrativo, uma vez que, contendo vícios, tais atos podem gerar danos ao ente público e, conseqüentemente, ao interesse público.

Tendo como efeitos, em caso de anulação, o ato pode retroagir à data da prática do ato, que são os efeitos *ex tunc*, fazendo com que sejam fulminados eventuais efeitos que o ato tenha gerado. Em outros casos, a anulação gera efeitos *ex nunc*, sem retroagir.

Entretanto, o artigo 54 da Lei nº 9.784/99 deve ser interpretado de forma restritiva, de modo que não seja aplicado quando decorrer de efeitos desfavoráveis aos seus destinatários, nem

aos casos em que se comprovar má-fé por parte do beneficiário. De todo modo, há doutrinadores, como Meirelles, que entendem que o ato viciado jamais deve se manter no mundo jurídico, ainda que afetando positivamente terceiros de boa-fé.

Portanto, conclui-se que devem ser realizadas pesquisas mais aprofundadas acerca da temática, já que a discussão doutrinária está longe de ser pacificada. Enquanto isso, deve a Administração continuar aplicando a lei, sob pena de incorrer em evidente afronta ao princípio da segurança jurídica e da confiança legítima.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei n. 9.784/99**. Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9784.htm>. Acesso em: 26 out. 2018.

FAGUNDES, Miguel Seabra. **O controle dos atos administrativos pelo Poder Judiciário**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense, 2010.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de Direito Administrativo**. São Paulo: Malheiros, 2005.

MELLO, Oswaldo Aranha Bandeira de. **Princípios Gerais de Direito Administrativo**. 3ª ed. São Paulo: Malheiros, 2007.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Administrativo**; BURLE FILHO, José Emmanuel. 42. ed. São Paulo: Malheiros, 2016.

SOARES, Paulo Firmeza. **O direito da Administração de anular seus atos e a inaplicabilidade do prazo do art. 54 da Lei nº 9.784/99 aos atos nulos e normativos**. Conteúdo Jurídico. Brasília-DF: 27 dez. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.41452&seo=1>>. Acesso em: 30 out. 2018.

BRASIL. **Súmula nº 473 do Superior Tribunal Federal**. Disponível em: <<http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudencia/menuSumarioSumulas.asp?sumula=1602>>. Acesso em: 26 out. 2018.

CURSO: ADMINISTRAÇÃO

ÁREA: COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL

A CONTRIBUIÇÃO DO ENDOMARKETING NA COMUNICAÇÃO EMPRESARIAL EM UMA INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR.

Iara Uchoa Biserra¹e, Leoneide Barbosa Lima Braga²

¹ Aluno (a) do curso de Bacharelado em Administração da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati – CE, 2017. Email: iarauchoafinancas@gmail.com

² Professora Me. Leoneide Barbosa Lima Braga da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Orientador da pesquisa. Email: leoneide@fvj.br.

RESUMO

O presente trabalho tem o intuito conhecer o processo e ações do endomarketing, a importância da comunicação interna no endomarketing e como ambos contribuem para motivação dos funcionários dentro da Organização. Procurou-se identificar a percepção dos colaboradores de uma IES particular sobre as ferramentas do endomarketing e comunicação. É uma pesquisa descritiva e a técnica de análise dos dados foi quantitativa feita por métodos estatísticos e qualitativos através da análise de conteúdo, o questionário foi o instrumento utilizado nesse trabalho como fonte de coleta de dados. Para facilitar a análise dos dados os resultados usamos o Google formulário. Com base nos resultados da pesquisa percebe-se que cerca de 28 entrevistados se dividem entre uma massa maior de mulheres, e consequentemente menor de homens da faixa etária média de 25 a 35 anos, os mesmos funcionários da empresa que não possuem eficazmente treinamento para manuzear os canais de endomarketing proposto pela IES. Acredita-se ser relevante estimular os funcionários por meio de treinamentos/capacitações, pois podem contribuir para o desenvolvimento da empresa no mercado global.

Palavras-chave: Endomarketing. Comunicação. Comunicação interna.

¹ Aluno (a) do curso de Bacharelado em Administração da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Aracati – CE, 2017. Email: iarauchoafinancas@gmail.com

² Professora Me. Leoneide Barbosa Lima Braga da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ. Orientador da pesquisa. Email: leoneide@fvj.br.

1 INTRODUÇÃO

Com as mudanças constantes no ambiente empresarial as organizações precisam estar se adaptando as novas exigências do mercado, levando em consideração ao desenvolvimento dos funcionários, os processos gerenciais deverão estar interligados com a comunicação interna e com ferramentas do endomarketing onde sua definição feita por Bekin (2004) se dá através da junção da comunicação interna com o marketing e com suas ações dirigidas ao público interno.

Essa linha de pesquisa subsidiou a elaboração do projeto de estudo intitulado: a contribuição do endomarketing na comunicação empresarial em uma instituição de educação superior, e como objetivos para este estudo, teremos como geral identificar quais as ferramentas de endomarketing possibilitam melhor comunicação interna na Organização, e específicos identificar a ferramenta de endomarketing mais utilizada para os processos gerenciais, investigar as ferramentas que já existem para a comunicação interna da empresa e, compreender a importância das ferramentas e como são trabalhadas para comunicação interna na Organização.

Um dos principais motivos de realizar essa pesquisa é mostrar a contribuição do endomarketing e a comunicação interna na motivação dos colaboradores de uma IES na cidade de Aracati – Ceará.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A partir desses desafios, que vieram originar e subsidiar essa pesquisa sobre a

comunicação interna, o presente trabalho é de natureza exploratória por estudo de caso e bibliográfica com coleta de dados e pesquisa de campo, com aplicação de questionário direcionado, seu cunho de estudo é quantitativa. Neste sentido, explica Richardson (1985, p. 29-48) *apud* Boaventura (2011, p. 56) caracteriza o método quantitativo como:

Pelo emprego da quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, desde as mais simples como percentual, média desvio-padrão, às mais complexas, como coeficiente de correlação, análise de regressão etc.

A pesquisa é de cunho descritiva, pois foi realizado uma análise por meio de questionário direto nos setores administrativos da IES, cuja finalidade é avaliação dos programas institucionais, e conforme Marconi (2011, p. 70) “[...] consistem nos estudos quantitativos-descriptivos que dizem respeito à procura dos efeitos e resultados de todo um programa ou método específico de atividades de serviços ou auxílio”.

Dentro desse estudo descritivo, realizou-se um estudo de caso, e conforme Odília Fachin (2006, p. 45) “o direcionamento desse método dá-se com a obtenção de uma descrição e compreensão completas das relações dos fatores em cada caso, sem contar o número de casos envolvidos”, assim trata-se de um estudo que investiga o atual contexto da realidade desenvolvida.

A descrição da população, e delimitação do universo foi definida para entender o conjunto de seres animados ou inanimados que apresentam pelo menos uma característica em comum, onde será elaborada no quantitativo de funcionários administrativos de uma IES privada do Aracati, assim conceituando conforme Odília Fachin (2006, p. 113) “É na delimitação do universo que se relacionam as fontes de informação e onde se descrevem e quantificam os entrevistadores”.

Para entender o perfil tratado neste artigo e o objetivo da pesquisa se fez necessário realizar uma amostragem do quantitativo dos funcionários da IES, assim buscando atingir os setores específicos administrativos, conforme mencionado anteriormente. Dessa forma, conforme Lakatos e Eva Maria (2010, p. 206) o tipo de amostragem:

Só ocorre quando a pesquisa não é censitária, isto é, não abrange a totalidade dos componentes do universo, surgindo a necessidade de investigar apenas uma parte dessa população. O problema da amostragem é, portanto, escolher uma parte (ou amostra), de tal forma que ela seja a mais representativa possível do todo e, a partir dos resultados obtidos, relativos a essa parte, poder inferir, o mais legitimamente possível, os resultados da população total, se esta fosse verificada. O conceito de amostra é ser uma porção ou parcela, convenientemente

selecionada do universo (população), é um subconjunto do universo.

São finalidades de uma pesquisa exploratória, sobretudo quanto à bibliografia, proporcionar maiores informações sobre determinado assunto, assim é importante destacar também o levantamento bibliográfico realizado para este artigo que foi buscado através de livros e informações científicas para que possa ser firmado o saber teórico e científico, assim foi necessário pesquisar bibliografias e reunir obras para a natureza de todo o estudo sobre o endomarketing e comunicação interna. Neste sentido, conforme Odília Fachin (2006, p. 120) entende-se a finalidade da pesquisa bibliográfica como: “um conjunto de conhecimentos reunidos em obras de toda natureza. Tem como finalidade conduzir o leitor à pesquisa de determinado assunto, proporcionando o saber.”

Quanto à relevância acadêmica está consiste na necessidade de conhecer planos estratégicos de comunicação empresarial, sendo que este estudo possa ser utilizado para contribuir para demais pesquisas na área da Administração de Empresas. Isso porque, deve-se em consideração o contexto, os indivíduos, as ligações relacionadas entre os mesmos, bem como de que formas as linhas comunicativas se constituem como pontes entre os setores administrativos.

Neste sentido, espera-se através dessa pesquisa que a IES possa visualizar como está a sua comunicação podendo assim organizar-se em termos de interligações comunicativas, e com isso quebrar as barreiras que impede a comunicação de ser desenvolvidos em tempo ágil.

COMUNICAÇÃO ENDOMARKETING

Subentende-se como comunicação a forma de diálogo entre dois seres, que é efetuada por uma ação de transmitir uma mensagem e receber outra mensagem independente do meio ou finalidade a qual irá ser repassada, sendo assim, para uma Organização empresarial este processo se torna fundamental, como a base de qualquer processo administrativo, e sua comunicação existente é definida necessariamente como comunicação interna, que Tavares (2010, p. 15) define como: “a comunicação existente entre a empresa e o público interno (funcionários da empresa)”. O mesmo autor vai além desta definição, o mesmo engloba a comunicação relacionada ao mundo empresarial, (2010 p. 45) que é definida como a comunicação existente entre a "Organização" (empresas privadas, empresas públicas, instituições etc.) e os seus públicos de interesse: cliente interno ou funcionário da Organização. Assim a comunicação é o fator chave para contribuir no desenvolvimento da empresa, independente da sua forma existente, seja ela oral, escrita, simbólica ou gestual e eletrônica, o importante é realizar de maneira organizada.

Chinem (2010, p. 19), afirma que "a comunicação interna tem por objetivo informar, gerando credibilidade e confiança; motivar, mostrando claramente o foco dos negócios; e integrar os empregados, estimulando posturas interativas, comprometimento e mobilização para as metas”.

De acordo com Tavares (2010 p. 46) "sendo a comunicação a base de qualquer processo administrativo, é imprescindível trabalhá-la de forma planejada. Quando isto

ocorre, ela tem a fantástica capacidade de resultar em vários fatores positivos na Organização”.

Conforme pode ser visto a partir da comunicação os processos são realizados com clareza, e essa prerrogativa se dá a partir do entendimento dos envolvidos, para isso é estabelecido uma ferramenta denominada endomarketing, a qual caminha juntamente com a comunicação interna, e que para BEKIN (1995, p. 2), *apud* Tavares (2010, p. 18), é conceituada da seguinte forma: “Endomarketing são ações de marketing para o público interno – funcionários – das empresas e organizações”. E continuando a ressaltar a sua relevância, Tavares (2010, p. 47) diz:

O endomarketing torna-se relevante para tal questão, pois para uma boa imagem corporativa, é fundamental que o público interno da organização não só entenda está boa imagem, mas também “compre” esta ideia, para multiplicar a imagem pelo ambiente externo da empresa. E para que isso ocorra, a empresa precisa desenvolver processos de motivação com os públicos de interesse, de forma que os mesmos vejam a organização realmente como algo que agregue valor tanto interna como externamente.

ENDOMARKETING E COMUNICAÇÃO INTERNA

Tendo em vista que o acesso à informação é um elemento central de uma Organização empresarial, pode-se analisar que o objetivo da comunicação interna é manter o diálogo entre os processos administrativos junto ao seu público interno, fazendo acontecer à gerencia da informação, porém é importante ressaltar que a comunicação é mantida através da cadeia de felicidade dos envolvidos, sendo assim afirmam BRANDÃO e CARVALHO (2003, p. 195), *apud* Tomasi, e Medeiros (2014, p. 67), que:

“Para conseguir a felicidade de seus empregados, a comunicação interna busca a integração por meio de programas participativos diversos, no intuito de gerar maior comprometimento dos funcionários e aumentar os índices de qualidade e de produtividade”.

Conforme pode ser visto a partir dos anos 1920 a comunicação interna é tratada como base dos processos organizacionais, ressaltando Tomasi, e Medeiros (2014, p. 92) “a comunicação interna nas empresas começou a ser vista como essencial à administração”. E para gerenciar esse meio de forma eficaz, para o mesmo autor (p. 93) é informado que: “viabilizar canais de comunicação dentro da empresa que favoreçam o relacionamento humano faz com que as pessoas se sintam reconhecidas e valorizadas”. Assim, além de um instrumento de transmissão de informação, a comunicação interna é vista de forma humanizadora, a qual está interligada com a cultura organizacional da empresa,

juntamente com seus princípios, missão e valores.

Seguindo essa linha de pensamento, o programa de endomarketing estabelecidos na Organização traz consigo a solução de gargalos organizacionais, e para PIMENTA (2004, p. 124) *apud* Tomasi, e Medeiros (2014, p. 92) o “endomarketing envolve ações de marketing para o público interno ressaltando, ao mesmo tempo, a importância do funcionário no processo produtivo e o respeito como ser humano, com potencialidades e dificuldades”.

O conceito de endomarketing foi criado por Saul Faingaus Belinha (1995, p. 2) e diz: “Endomarketing são ações de marketing para o público interno – funcionários – das empresas e organizações”.

Cada dia que passa, mais organizações estão se conscientes da importância da aplicação do endomarketing, assim o uso dessa ferramenta traz melhorias na qualidade da comunicação interna e, conseqüentemente, gera motivação aos funcionários, tornando-se essencial para o resultado final dos processos administrativos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente estudo, realizou-se na Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, que fica na Região Nordeste do Brasil, na cidade de Aracati, Estado do Ceará, uma Instituição de Ensino Superior (IES) que constitui-se numa unidade de ensino superior comprometida com o desenvolvimento regional e a melhoria da qualidade de vida da população na qual está inserida contribuindo para o desenvolvimento social, humano,

cultural e econômico da região através dos seus cursos, e vem cumprindo com seu papel de formação de profissionais de nível superior qualificados para as exigências do mercado de trabalho, a mesma é mantida pela União de Educação e Cultura Vale do Jaguaribe LTDA. Foi fundada em 03 de Julho de 1994, iniciando suas atividades em outubro de 1999. Assim a pesquisa aplicada foi feita através da técnica de coletas de dados por meio de questionário direto. A coleta de dados empreendida foi realizada no mês de setembro de 2018 através de formulários do Google para uma amostra dos funcionários administrativos.

A pesquisa se propõe identificar quais são os canais mais utilizados para gerenciar a comunicação interna da empresa e entender a contribuição do endomarketing para o desenvolvimento da IES. Esperava-se analisar o desejo de contribuição dos funcionários para o crescimento do estudo desta pesquisa quanto ao nível social.

Com base no marco teórico apresentado nos conceitos acima por diversos autores, foi elaborado o instrumento de coleta de dados dessa pesquisa (ver Anexo 1), por meio de um questionário, feitas individualmente e têm como finalidade examinar detalhadamente as respostas concedidas.

Utilizou-se um questionário estruturado contendo questões sobre conceitos relacionados ao endomarketing e comunicação interna, tipos de canais de comunicação, assim como a classificação da importância da comunicação dentro da Organização. Ainda, buscou-se identificar o perfil dos funcionários no que se refere à idade, sexo e a intenção de melhorar a comunicação da empresa. Os elementos de

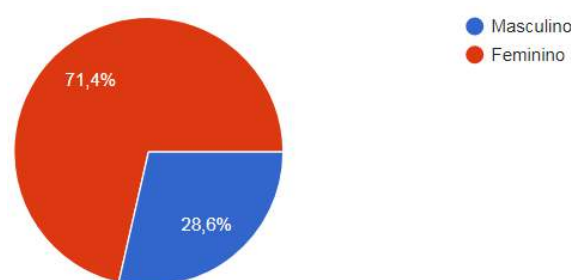
pesquisa constituíram-se de 28 (vinte e oito) funcionários, sendo 20 (vinte) do sexo feminino e 8 (oito) do sexo masculino, com idades entre 18 (dezoito) a 45 (quarenta e cinco) anos. Todos empregados em regime integral pela IES.

O questionário foi composto de questões de múltiplas escolhas, possuindo a estrutura a seguir:

Categoria 1, identificar o perfil dos funcionários, conforme gráficos a seguir.

1.1) Sexo

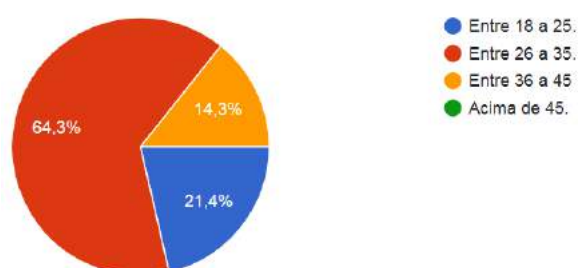
Gráfico 1



Sexo: na pesquisa foi considerada o sexo dos funcionários, observando um maior número de pessoas do sexo feminino, ficando 20 (vinte) o número de entrevistados do sexo feminino e 8 (oito) entrevistados do sexo masculino.

1.2) Idade

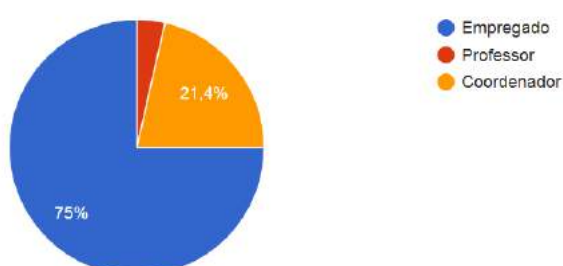
Gráfico 2



Idade: na pesquisa foi considerada a idade dos entrevistados e o que foi observado é que, funcionários na faixa etária de 26 anos até 35 anos estão em maior número na IES, correspondendo ao percentual de 64,3%. Analisando os dados são funcionários jovens e com grande possibilidade de contribuir significativamente com o desenvolvimento empresarial, eles também têm uma maior tendência para desenvolver a comunicação mais rápida. Em seguida há um percentual de 21,4% correspondente a um número mediano de um grupo muito jovem, com a faixa etária entre 18 a 25 anos, e por último o número menor de funcionários da empresa, tem aproximadamente entre 36 a 45 anos, em um percentual de 14,3%.

1.3) Função

Gráfico 3



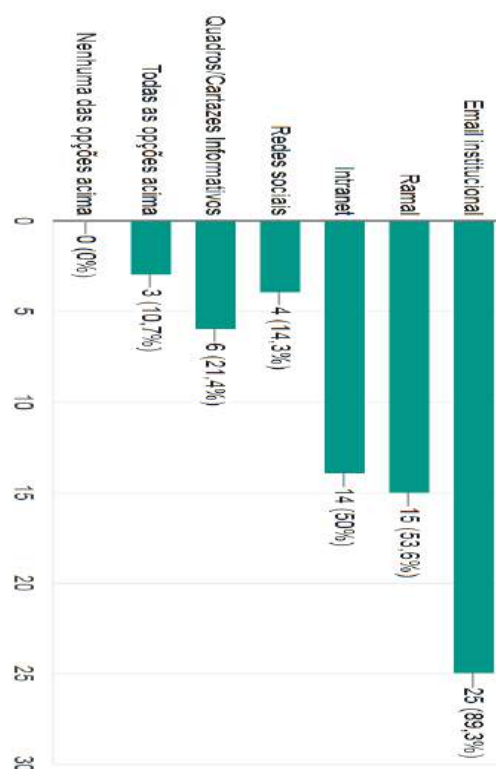
Função: no caso da função, a grande parte dos entrevistados foram do nível

empregado correlacionados as funções administrativas, neste quesito totaliza o quantitativo de 21 entrevistados, 6 são de funções de auto chefia correspondente a coordenação do setor e tem autonomia de elaborar ferramentas de comunicação para melhorar os processos gerenciais de cada setor responsável, portanto já são considerados colaboradores chaves para eficácia da comunicação. Por fim, 1 entrevistado atua como professor, neste caso um perfil que tem menos contato com o endomarketing da IES.

Na **Categoria 2)** conforme gráficos a baixo, buscou-se identificar os empregados que já estavam utilizando as ferramentas da comunicação interna existente na IES.

2.1) Canal de comunicação mais utilizado na empresa

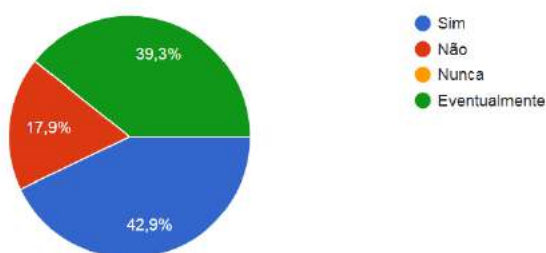
Gráfico 4



Seguindo a linha da importância da comunicação interna, os canais mais utilizados para desenvolver a comunicação estão relativamente ligados ao e-mail institucional, em seguida do ramal telefônico, correspondentes aos percentuais respectivamente a 89,3% e 53,6% dos entrevistados. Enfatiza-se que a correspondência da utilização de todos os canais expostos na avaliação foi da utilização mínima de 10,7% dos entrevistados, tornando um ponto preocupante para gerência eficazmente da comunicação, pois é notório que se há existência de vários canais dentro da Organização, todos deverão estar em utilização por seus funcionários, pois cada ferramenta tem sua função de nível de informação a ser transmitida.

No caso da **Categoria 3)** quando novos canais são inseridos, há capacitação/treinamento para desenvolver o processo dentro da IES, o gráfico a seguir demonstrará a real situação.

Gráfico 5

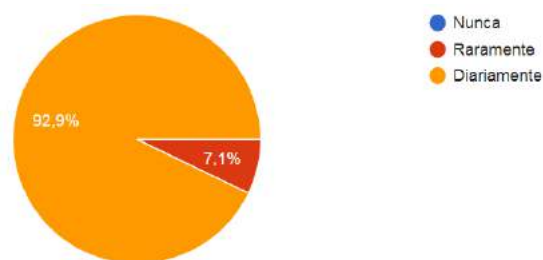


Para o gerenciamento dos processos por meio de canais, é necessário treinamentos e capacitações para que os funcionários desenvolvam as atividades corretamente, e ao ser colocado em uso, estes canais na IES por sua maior parte de entrevistados são capacitados para uso, que corresponde a 42,9% das entrevistas, porém deixa-se uma

preocupação por 17,9% dos entrevistados não possuírem nenhum tipo de treinamento.

Na **Categoria 4** Demonstrará a frequência da utilização dos canais de comunicação, conforme exposto no gráfico seguinte.

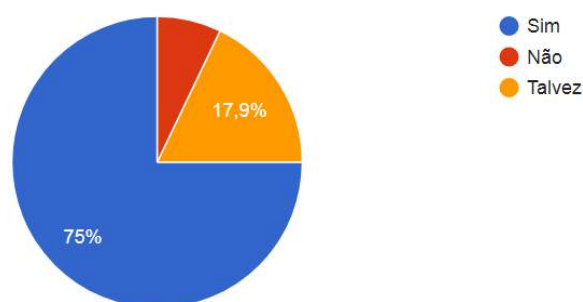
Gráfico 6



Subentende-se conforme gráfico que 92,9% dos funcionários utilizam diariamente os canais de comunicação para gerenciar os processos da IES, assim pontuando a importância das ferramentas para realizar os processos da Organização.

Sobre a segurança da utilização dos canais, a **Categoria 5** demonstra através do gráfico a baixo.

Gráfico 7

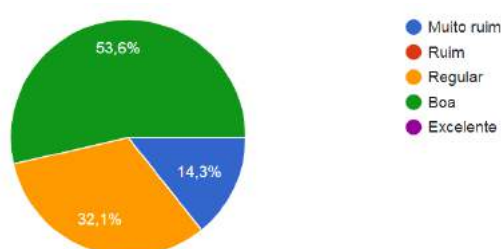


É importante a segurança do que estar sendo praticado, mediante análise da questão, 75% dos entrevistados se sentem seguros em manusear os canais de comunicação, porém 17,9% ficam na dúvida, e 7,1% não se sentem seguros, alertando-se

assim, que se faz necessários repassar aos funcionários a medição de segurança que os canais repassam, pois é por eles que a empresa consegue entender em qual nível de informações está se desenvolvendo.

Categoria 6, a classificação em geral da comunicação interna na Faculdade.

Gráfico 8



A classificação é um fator fundamental, e o que se encerra a análise do estudo, pois mediante o entendimento da classificação de nível do muito ruim até o excelente da IES é que podemos entender a aplicação da melhoria das ferramentas, assim compreende-se através das respostas que 53,6% classificam como boa a comunicação, porém é preocupante a classificação do muito ruim, equivalente a 14,3%.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo nos levou a seguinte conclusão: os conceitos de marketing e comunicação interna trabalham em conjunto, formalizando-se assim em um conjunto voltado ao endomarketing. Além disto, pode-se perceber e aprender racionalmente as realidades da comunicação interna quanto ao quesito da utilização dos canais voltados para a administração dos

processos gerenciais dentro da empresa, ao observar a pesquisa realizada com os funcionários da Faculdade do Vale do Jaguaribe, percebeu-se que a grande massa se encontra entre a faixa etária de 26 a 35 anos, um público bem dividido de homens e mulheres. Constatou-se também, que existe uma falta de capacitação/treinamentos para utilização destes canais. Além disso, uma pequena parte dos entrevistados não tem confiança da utilização dos canais, como também classificam como métodos ruins para desenvolver a comunicação na empresa. Assim, acredita-se ser relevante estimular os funcionários da IES por meio de capacitações/treinamentos e envolvimento dos mesmos com os diversos canais para que o endomarketing ocorra de forma eficaz. Vale ressaltar que os funcionários são o público principal para gerencia da empresa no mundo do mercado, assim os mesmo bem comunicados poderão contribuir de várias maneiras para o desenvolvimento econômico e social da empresa.

Ainda podemos concluir que, tudo isso, entende-se das necessidades das colaborações dos funcionários, na construção dos procedimentos exercidos, assim, sendo necessário que haja uma interação mais intensiva e concreta entre os setores institucionais, elaborando estratégias para funcionalidade dos processos e, criando ações de interligação comunicativas. Haja vista a sistematização e funcionamento adequado dentro da IES que é necessário a existência da formalização e adaptação das ações gerenciais e de comportamentalidade dos empregados de acordo com as normas estabelecidas pela empresa.

AGRADECIMENTOS

“Dedico este trabalho primeiramente a Deus, por ser o autor da minha vida e ser essencial em tudo, guiando-me sempre pelos bons caminhos, e preparando sempre o meu destino, por ser meu socorro presente na hora da angústia, ao meu pai Pedro José, minha mãe Francisca Maria, aos que sempre estiveram ao meu lado e aos meus irmãos, amigos. Deixo também meus sinceros agradecimentos a FVJ, instituição ao qual me apoio durante todo o meu ensino superior, e aos meus professores. ”

30/08/2018.

BRUM, Analisa de Medeiros. **Endomarketing Como Estratégia De Gestão** Disponível em <https://www.passeidireto.com/arquivo/54956911/endomarketing-como-estrategia-de-gestao> Acesso em: 30/08/2018.

5 REFERÊNCIAS

MARCONI, Marna de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. 7. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

TAVARES, Maurício. **Comunicação empresarial e planos de comunicação: integrando teoria e prática**. 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.

MENAN, Marcela Grubisich. **A importância da comunicação interna nas organizações**. Disponível em https://www.inesul.edu.br/revista/arquivos/a_rq-idvol_9_1287601209.pdf. Acesso em: 29/02/2018.

FILHO, Edson Pinto Ferreira; PEREIRA, Fernanda Abrantes; PASSOS, Graciela dos Santos. **A Influência do Endomarketing e da Comunicação Interna na Cultura Organizacional**. Disponível em <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos13/43318476.pdf>. Acesso em: 29/02/2018.

CHINEM, Rivaldo. **Introdução à Comunicação Empresarial**. – São Paulo: Saraiva, 2010. Disponível em https://books.google.com.br/books?id=LSxrDwAAQBAJ&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbg_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false. Acesso em:

ANEXO 01

Pesquisa sobre Endomarketing (Comunicação Interna).		
PERFIL DOS ENTREVISTADOS		RESPOSTAS %
Sexo	Masculino	28,6%
	Feminino	71,4%
Idade	Entre 18 a 25.	21,4%
	Entre 26 a 35.	64,3%
	Entre 36 a 45	14,3%
	Acima de 45.	0%
Função	Empregado	75%
	Professor	21,4%
	Coordenador	3,6%
Escolha o canal de comunicação que você utiliza no seu setor.	Email institucional	89,3%
	Ramal	53,6%
	Intranet	50%
	Redes sociais	14,3%
	Quadros/Cartazes Informativos	21,4%
	Todas as opções acima	10,7%
	Nenhuma das opções acima	0%
Quando novos canais são inseridos você recebe alguma capacitação/treinamento?	Sim	42,9%
	Não	17,9%
	Nunca	0%
	Eventualmente	39,3%
Com qual frequência você utiliza os canais informados?	Nunca	0%
	Raramente	7,1%
	Diariamente	92,9%
Você se sente seguro(a) em utilizar essas ferramentas de comunicação?	Sim	75%
	Não	7,1%
	Talvez	17,9%
Classifique a comunicação interna no seu ambiente de trabalho	Muito ruim	14,3%
	Ruim	0%
	Regular	32,1%
	Boa	53,6%

	Excelente	0%
--	-----------	----

CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA

ÁREA: EDUCAÇÃO

COMPOSIÇÃO CORPORAL E NUTRIÇÃO PARA A SAÚDE E DESEMPENHO

BODY COMPOSITION AND NUTRITION FOR HEALTH AND PERFORMANCE

Bartira Oliveira Lima¹

Pedro Gerferson Lima da Silva

Raiane da Silva Santos

Thalia Albuquerque Moura

Valéria Costa Roque

Tiago dos Santos Nascimento²

Informações do autor

¹ E-mail: bartiraoliveira35@gmail.com.

² E-mail: tiagonascimento@fvj.br.

RESUMO

A busca pelo “corpo perfeito” tem aumentado diariamente nos últimos tempos, onde o indivíduo adota hábitos alimentares mais saudáveis e inicia a prática de exercícios físicos. Esse trabalho objetiva apresentar informações ao leitor sobre a importância de manter uma boa nutrição para resultar em um melhor desempenho, ressaltando, a participação dos lipídeos e proteínas. Trata-se de uma pesquisa indireta, desenvolvida através da bibliografia, para realização de uma revisão literária sobre a temática em estudo. Foi efetuado um levantamento de artigos, através do indexador da Scielo, Revista da Educação Física e Esporte e Revista Brasileira de Nutrição Esportiva. Apenas 10 dos artigos encontrados foram revisados, utilizando apenas 3 artigos no desenvolvimento do mesmo. A seleção foi baseada no seguinte critério de inclusão: os textos deveriam abordar exclusivamente o uso das proteínas e dos lipídios como substrato para o exercício físico. O seu desenvolvimento se deu também através da leitura sistemática de 3 livros que tratavam da temática. As proteínas e os lipídios são amplamente capacitados para serem utilizadas pelo organismo como fonte de substrato durante o exercício. Diante disso, o indivíduo que busca o desempenho, terá que adotar novos hábitos alimentares mais saudáveis.

Palavras-chave: Hábitos alimentares. Nutrientes. Exercício.

ABSTRACT

The search for the "perfect body" has increased daily in recent times, where the individual adopts healthier eating habits and begins the practice of physical exercises. This work aims to present information to the reader about the importance of maintaining good nutrition to result in a better performance, emphasizing the participation of lipids and proteins. It is an indirect research, developed through the bibliography, to carry out a literary review on the subject under study. A survey of articles was carried out, through the index of Scielo, Revista da Educação Física e Esporte and Revista Brasileira de Nutrição Esportiva. Only 10 of the articles found were reviewed, using only 3 articles in the development of the same. The selection was based in the following inclusion criteria: the texts should exclusively address the use of proteins and lipids as substrate for physical exercise. Its development was also through the systematic reading of 3 books that dealt with the theme. Proteins and lipids are widely able to be used by the body as a source of substrate during exercise. Therefore, the individual who seeks performance will have to adopt new eating habits that are healthier.

Keywords: Eating habits. Nutrients. Exercise.

1 INTRODUÇÃO

As proteínas e os lipídeos também podem ser utilizados pelo organismo como substrato energético durante o exercício. Sendo as proteínas armazenadas como aminoácidos e utilizadas quando as reservas de glicogênio estão reduzidas, tornando-se a matéria prima para síntese de glicose, isto ocorre frequentemente em exercícios prolongados e resistidos, porém, este acontecimento em excesso pode causar uma redução significativa de massa muscular, uma vez que o organismo consome a fonte de carboidratos para evitar a degradação proteica. Enquanto os lipídeos, são armazenados principalmente em forma de triglicerídeos e ácidos graxos, sendo o último citado, importante fonte de energia para o processo de contração muscular. A utilização está relacionada com a intensidade e a duração do exercício físico, ocorrendo o maior consumo durante os exercícios de baixa intensidade e longa duração, sendo a produção de energia obtida através do

processo da quebra de lipídeos, denominado lipólise (FOSS; KETTYIAN, 2010).

Diante disso, será apresentado conteúdos esclarecedores com o objetivo de contribuir na compreensão da composição corporal e da mensuração do percentual de gordura corpórea, ressaltando a participação dos lipídeos e das proteínas no desempenho e sua contribuição para uma boa saúde.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O trabalho trata-se de uma pesquisa indireta, onde seu desenvolvimento se deu através do método de procedimento bibliográfico, para que fosse realizada uma revisão literária sobre a temática em estudo. Para que o tema apresentasse relevância, foi efetuado um levantamento bibliográfico em agosto e setembro de 2018, através do indexador da Scielo, da Revista da Educação Física e Esporte e da Revista Brasileira de Nutrição Esportiva, utilizando como descritores Nutrição e Exercícios. Dentre os

artigos encontrados, apenas 10 artigos foram selecionados para que fossem revisados, sendo utilizado apenas 3 artigos no desenvolvimento do trabalho. A seleção foi baseada no seguinte critério de inclusão: os textos deveriam abordar exclusivamente o uso das proteínas e dos lipídios como substrato para o exercício físico. A maior parte do desenvolvimento do trabalho se deu através da leitura sistemática de 3 livros que tratavam da temática. Desta forma, o trabalho foi constituído por meio de parâmetros científicos baseados em dados, através do uso da bibliografia, para que fosse possível destacar como um indivíduo pode conseguir alcançar o desempenho através de uma nutrição boa, ressaltando a participação das proteínas e dos lipídios incluídos na dieta.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O desenvolvimento do trabalho se deu através do estudo de 10 artigos e 3 livros, onde desses, os 3 livros revisados e 3 artigos foram citados na construção do trabalho.

3.1 Composição corporal

A composição corporal pode ser constatada por vários meios baseados em termos que avaliem a gordura corporal do indivíduo. É no entanto, a separação ou divisão da massa corpórea em massa isenta de gordura e massa de gordura, em peso ou percentual (FOSS; KETTYIAN, 2010).

Se é utilizado frequentemente por profissionais que trabalham com aptidão, a pesagem hidrostática, que se dá pela medida normativa para determinação da composição corporal do indivíduo através do cálculo da densidade corporal, onde a mesma é baseada

no princípio de Arquimedes; e a mensuração das dobras cutâneas para se estimar a densidade corporal do indivíduo através da espessura das pregas cutâneas, baseado na pesagem hidrostática (POWERS; HOWLEY, 2009).

3.2 Somatotipo e desempenho

Somatotipo é o termo que referencia o tipo corporal ou a classificação física do corpo humano. O termo endomorfo se refere a gordura que se encontra no corpo, o mesomorfo se caracteriza pela musculatura fortalecida do corpo e o ectomorfo diz respeito a fragilidade e linearidade do corpo, ou seja, pelo corpo magro do indivíduo. Conhecer qual o respectivo somatotipo do indivíduo que pratica exercícios é de suma importância, pois é essencial que o profissional saiba as condições corporais que o indivíduo apresenta, para que seja capaz de fazer uma prescrição do treinamento compatível com a estruturação do corpo do indivíduo, conseguindo melhorar o seu desempenho (FOSS; KETTYIAN, 2010).

3.3 Classe dos nutrientes

Os nutrientes são substâncias químicas que o corpo necessita para sustentação da vida. Eles se dividem em seis classes: a água, os carboidratos, as vitaminas, os minerais, as gorduras (lipídios) e as proteínas. Estão presentes em vários alimentos e a água é a constituição incontestavelmente em maior abundância. Além disso, os nutrientes se subdividem em micronutrientes: as vitaminas e os minerais e macronutrientes: as proteínas, os lipídios e os carboidratos. Os macronutrientes são

fundamentais para o desempenho, pois contribuem para que ocorra a recuperação do músculo, conservação do sistema imunológico, estabilidade do sistema endócrino e melhorias no rendimento (PLOWMAN; SMITH, 2009).

Apesar dos carboidratos atuarem como a principal fonte energética utilizada pelo organismo, as proteínas e os lipídeos também são capacitados para utilização como substrato energético durante o exercício. As proteínas são armazenadas em forma de aminoácidos e utilizadas quando as reservas glicogenias encontram-se insuficientes, atuando na síntese de glicose, principalmente durante exercícios prolongados e resistidos, onde em excesso, pode reduzir uma grande quantidade de massa magra, pois o organismo consome a fonte de carboidratos para que não ocorra degradação proteica. Os lipídeos, são armazenados principalmente em forma de triglicerídeos e ácidos graxos. Os ácidos graxos são uma relevante fonte energética durante a contração muscular (PLOWMAN; SMITH, 2009).

3.4 Nutrição e desempenho

A preocupação com a melhora da qualidade de vida, tem despertado nas pessoas a busca de um corpo mais saudável, através da realização de exercícios e melhorias nos hábitos alimentares (ARAÚJO; PEREIRA, 2006).

A nutrição e o exercício estão relacionados diretamente com a saúde, aptidão e desempenho de atletas, pois é fato que o desempenho do indivíduo irá melhorar com uma nutrição boa, porém, também poderá deteriorar com uma escassez nutricional. É de suma importância que os

profissionais que trabalham diretamente com aptidão, tenham consciência da necessidade e da responsabilidade de compreender a constituição de uma nutrição ótima para o desempenho (PLOWMAN; SMITH, 2009).

Para saber as necessidades nutricionais para os exercícios, deve considerar qual a modalidade esportiva ou a intensidade, duração e frequência do exercício que o indivíduo pratica. Para um ótimo desempenho, é de suma importância que ocorra a manutenção do balanço energético para manutenção da massa magra, funções imune e de reprodução (PIAIA; ROCHA; VALE, 2007).

3.5 Substratos para o exercício

A regularização ao selecionar um substrato durante o exercício depende de vários fatores como a dieta, a intensidade e a duração que o indivíduo realiza os exercícios.

As proteínas contribuíram com menos de 2% como substrato no exercício com duração inferior de 1 hora, ainda assim, seu papel como fonte de energia pode elevar de forma discreta durante um exercício prolongado entre 3 e 5 horas. Nesse tipo de exercício, as proteínas contribuem no fornecimento de substrato podendo atingir 5 a 10% nos minutos finais do trabalho (POWERS; HOWLEY, 2009). Por conta disso, as proteínas possuem apenas um pequeno papel como substrato no exercício, com as gorduras e os carboidratos atuando como fontes energéticas durante o exercício realizado pelo indivíduo sendo esse saudável, com uma nutrição boa.

As gorduras são uma fonte energética utilizada principalmente nos exercícios de

pouca intensidade e longa duração, ressaltando que os lipídios só podem ser utilizados nas atividades aeróbias, onde quanto mais intenso for o exercício, menor será a atuação energética dos lipídios (PEREIRA, 2008). Quando se é consumido mais energia do que o indivíduo irá gastar, essa será então armazenada em forma de gordura. Esse armazenamento de gordura que será utilizado como fonte de combustível irá variar conforme a intensidade e a duração dos exercícios (POWERS; HOWLEY, 2009).

Através de enzimas, as proteínas podem controlar a transformação dos alimentos em energia e a síntese de componente novos para reestruturar os tecidos. Além de ser uma reserva de energia de emergência, caso os lipídeos e os hidratos de carbono se mostrem insuficientes (PEREIRA, 2008). Para poderem ser utilizadas como fonte de substrato, as proteínas devem ser primeiro degradadas em aminoácidos, onde poderão ser fornecidos ao músculo por meio do sangue ou do pool de aminoácidos da própria fibra (POWERS; HOWLEY, 2009).

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

As proteínas iram contribuir com menos de 2% de substrato para o exercício, enquanto as gorduras serão as principais fontes de substrato para o músculo durante o exercício, onde as proteínas poderão atuar também como fonte de energia de emergência. No entanto, a nutrição e o exercício serão aliados tanto para que o indivíduo obtenha uma boa saúde quanto para conseguir um melhor desempenho nos exercícios.

Desta forma, pode-se concluir o quanto importante se faz que o profissional que atua diretamente com a aptidão física tenha o comprometimento em especializar-se, para compreender a nutrição para um melhor rendimento, como a composição corporal e o somatotipo do indivíduo influenciam no desempenho, para que só assim, possa intervir fazendo com que o indivíduo consiga um melhor desempenho através dos exercícios e uma boa saúde.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a toda a equipe que atuou em conjunto em busca da conclusão deste trabalho e secundamente ao orientador da pesquisa, que nos incentivou a chegarmos até aqui para que pudéssemos expor o nosso conhecimento.

5 REFERÊNCIAS

ARAÚJO, V.; PEREIRA, É. Suplementação proteica e treinamento de hipertrofia muscular. **Rev. bras. Educ. Fis. Esp.**, São Paulo, v.20, p.395-401, set. 2006.

Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://citrus.uspnet.usp.br/eef/uploads/arquivo/74_Anais_p395.pdf&ved=2ahUKEwitl7G747_dAhXCjpAKHWuuCpUQFjAAegQIAhAB&usg=AOvVaw3euqtmxmJ10-IzNqDBxK4m>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

FOSS, M. L.; KETEVAN, S. J. **Bases fisiológicas do exercício e do esporte**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2010.

PEREIRA, B. S. C. Hábitos Nutricionais e Composição Corporal: Estudo da Caracterização dos Praticantes de Exercício Físico em Ginásios e Health Clubs do Concelho de Gondomar. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo, 2008.

Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=https://sigarra.up.pt/fmup/en/pub_geral.show_file%3Fpi_gdoc_id%3D356&ved=2ahUKEwit_emN4r_dAhWEiJAKHTsGC0kQFjAAegQIABAB&usg=AOvVaw0izvgQHnQxFgO8DkWzOMWZ>.

Acesso em 10 de setembro de 2018.

PIAIA, C. C.; ROCHA, F. Y.; VALE, G. D. B. F. G. Nutrição no exercício físico e controle do peso corporal. **Revista Brasileira de Nutrição Esportiva**, São Paulo v. 1, n. 4, p. 40-48, Julho/Agosto, 2007. Disponível em:

<https://www.google.com.br/url?sa=t&source=web&rct=j&url=http://www.rbne.com.br/index.php/rbne/article/viewFile/37/36&ved=2ahUKEwjfwNnm4r_dAhULhpAKHc5_C1oQFjAFegQIAxAB&usg=AOvVaw2SVpyf>

[VqRnjJqUJbpv_37B](#)>. Acesso em 10 de setembro de 2018.

PLOWMAN, S. A.; SMITH, D. L. **Fisiologia do exercício para saúde, aptidão e desempenho**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan. 2009.

POWERS, S. K.; HOWLEY, E. T. **Fisiologia do exercício: teoria e aplicação ao condicionamento e ao desempenho**. 6. Ed. Manole. São Paulo, 2009.



CURSO: CIÊNCIA CONTÁBEIS

ÁREA: GESTÃO

TÍTULO: AUDITORIA E CONTROLADORIA E SUAS PARTICULARIDADES

Nomes dos autores

Ana Maria Januário Pereira, Ana Sherma da Hora Garcia, Danilo Maia, Diego Ramon de Souza Santos, Hianca Anjos dos Santos, Luciane da Rocha Fernandes

Informações do autor

1º autor- Ana Sherma da Hora Garcia - shermagarcia30@gmail.com

1ºorientador-Antônio Lúcio da Costa Nogueira- lucio.costacontabilidade@hotmail.com

RESUMO

Mediante a competitividade na economia do país se faz necessário um bom desenvolvimento das organizações, as empresas visam a importância dos seus controles internos e de seus processos, tendo a necessidade de mostrar suas informações ao público de uma forma explicativa e transparente, com isso o objetivo é evidenciar os benefícios do trabalho da auditoria e controladoria para uma organização, analisando suas diferenças e seus resultados em uma instituição, demonstrando seus controles e procedimentos. A auditoria interna previne as irregularidades através de um controle detalhado da instituição, para transparecer credibilidade, pois é através da verificação dos controles internos, baseados em procedimentos já normatizados, que o auditor pode auxiliar na tomada de decisão com maior precisão e segurança, diferente da controladoria que como o próprio nome já diz tem a função de controlar, é responsável pela organização avaliando as atividades executadas, zelando pelo melhor desempenho da empresa, desenvolvendo metodologias que otimizem o processo através de sistema de gestão fornecendo informações para os gestores, auxiliando assim como a auditoria na tomada de decisões. Toda organização precisa encontrar formas de aperfeiçoar seus processos, cumprir com seus deveres e atingir seus objetivos e suas metas, portanto as duas áreas se integram no processo das informações da empresa, possibilitando estratégias específicas de melhorias, onde a Controladoria tem como principal missão otimizar os resultados criando os controles internos e a auditoria fica sempre alerta aos fatos ocorridos afim de prevenir o futuro evitando possíveis problemas e riscos.

Palavras-chave: controle interno, estratégias, tomada de decisões.

CURSO: ENFERMAGEM

ÁREA: SAÚDE

**ASSISTÊNCIA DE ENFERMAGEM À PACIENTE PEDIÁTRICO COM PNEUMONIA:
RELATO DE EXPERIÊNCIA**

SANTOS, Mariete Monteiro dos¹; DAMASCENO, Dara Costa¹; SOUSA, Carla Nadja Santos²

1- Acadêmicas do curso de enfermagem da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/Aracati-CE;

2 - Enfermeira, Mestre em Saúde e Sociedade pela UERN e docente do curso de enfermagem na Faculdade Vale do Jaguaribe - FVJ. Aracati-CE.

1. E-mail: marietemonteiro@hotmail.com

2. E-mail: carlanadja@hotmail.com

marietemonteiro@hotmail.com

carlanadja@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo de caso clínico tem como objetivo conhecer a abordagem assistencial a paciente pediátrico acometido com pneumonia pulmonar, que é o acometimento em que ocorre anormalidade nas trocas gasosas a nível alveolar, acompanhada por inflamação do parênquima pulmonar, comumente, traduz-se em anormalidades de imagem detectáveis por radiografia ou TC. Nas virais, os quadros clínicos são muito variáveis, dependendo do agente infectante, bem como da idade e do estado imune do hospedeiro. Sinais/sintomas: Febre superior a 37,8°C, dificuldade para respirar, sensação de falta de ar e arrepios. O Objetivo desse relato de experiência foi refletir sobre a assistência de enfermagem à paciente pediátrico com pneumonia no contexto da promoção da saúde e práticas de melhor qualidade de vida no setor de pediatria do Hospital Santa Luiza de Marilac-Aracati/CE.

Palavras-chave: pneumonia, dor abdominal, febre, assistência, enfermagem, assistência.

1 INTRODUÇÃO

Pneumonia é o acometimento em que ocorre anormalidade nas trocas gasosas a nível alveolar, acompanhada por inflamação do parênquima pulmonar, comumente, traduz-se em anormalidades de imagem detectáveis por radiografia ou TC. Nas virais, os quadros clínicos são muito variáveis, dependendo do agente infectante, bem como da idade e do estado imune do hospedeiro. Sinais/sintomas: Febre superior a 37,8°C, dificuldade para respirar, sensação de falta de ar e arrepios.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Foi realizado um estudo de caso clínico a paciente pediátrico, 04 anos de idade, sexo masculino, acometido com pneumonia pulmonar, no qual se realizou a verificação dos sinais vitais, estudo do prontuário do paciente e coleta das informações com a enfermeira sobre as condições gerais do paciente e acompanhante a cerca do histórico familiar do paciente.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De acordo com a análise do caso clínico pode-se inferir que o paciente pediátrico acometido com pneumonia possuía alguns agravantes no qual contribuía para a demora no restabelecimento da saúde. Realizou hemograma e Raio x do tórax no qual possibilitou o diagnóstico de Pneumonia e no Hemograma verificou-se anemia ferropriva. Paciente intolerante a lactose, mas segundo sua mãe, a alimentação dele em casa era só mingau e massa zero lactose, recheado, todinho e outros produtos industrializados e que mal se alimentava saudavelmente.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Evidencia-se que a pneumonia pulmonar, pode ser tratada com administração medicamentosa, porém também carece de uma ingestão alimentar saudável para que o organismo possa restabelecer suas funções vitais de forma satisfatória, contribuindo assim para a melhora do quadro clínico. Podem ser feitas as seguintes intervenções de enfermagem para paciente pediátrico: Orientar a acompanhante a introduzir aos poucos frutas, legumes, arroz, feijão, suco, entre os alimentos saudáveis deixando bem diversificado, colorido, que chame atenção e que tenha aquela curiosidade de querer comer; Estimular a mãe/accompanhante a criar um ambiente prazeroso onde o paciente sinta-se motivado para comer; Encorajar os pais/e a família a se alimentarem de forma adequada e nos horários corretos; Realizar avaliação abrangente da circulação periférica (pulsos periféricos, edema, enchimento capilar e temperatura das extremidades; monitorar os sinais vitais (pulso, saturação, respiração e temperatura); realizar ECG enquanto perdurar a bradicardia; propiciar um ambiente agradável e aconchegante com cores, brinquedos; dar preferência a roupas coloridas sem jaleco; ser gentil, agradável, descontraído, conversando na altura da criança, sem pressioná-lo ou obrigá-lo a a qualquer ato.

AGRADECIMENTOS

Agradecimento à professora orientadora Carla Nadja no qual possibilitou realizar o estudo de caso clínico.

5 REFERÊNCIAS

Pneumonias virais: aspectos epidemiológicos, clínicos, fisiopatológicos e tratamento. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo.php>>. Acesso em: 26 set 2018, às 9:00 hs.

Diagnósticos de Enfermagem da NANDA:

Definições e classificação 2015-2017/ [NANDA Internacional: Organizações: T. Heather herdman, Shigemi Kamitsuru; tradução: Regina machado Garcez; revisão técnica: Alba Lucia Bottura Leite de Barros...[Et al. Porto Alegre: Artmed, 2015. xx, 468 p. Il.; 23 cm.

Classificação das intervenções em enfermagem(NIC) / Glória M. Bulechek...

[tradução de Denise Costa Rodrigues. – 6ª ed., - Rio de Janeiro: Elsevier, 2016.

Recomendação da Sociedade Brasileira de Pediatria para antibioticoterapia em crianças e adolescentes com pneumonia comunitária.

Disponível em: <<https://scielosp.org/pdf/rpsp/2004.v15n6/380-387/pt>>. Acesso em: 26 set 2018.



FACULDADE DO VALE DO JAGUARIBE-FVJ

CURSO – PEDAGOGIA

ANGELINA SANTOS BARBOSA

AURICÉLIA BARBOSA DOS SANTOS

JOSIMARA PEREIRA PINTO

**AS CONTRIBUIÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO DE LINGUA PORTUGUESA PARA A
APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO
ENSINO FUNDAMENTAL**

ARACATI-CE

2018

ANGELINA SANTOS BARBOSA

AURICÉLIA BARBOSA DOS SANTOS

JOSIMARA PEREIRA PINTO

AS CONTRIBUIÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A
APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO
FUNDAMENTAL

Trabalho apresentado como requisito parcial para
obtenção de aprovação e/ ou nota da de disciplina
de Português, Conteúdo e Metodologia, da
Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ, ministrada
pela professora Maria Lucas da Silva.

ARACATI- CE

2018

AS CONTRIBUIÇÕES DO LIVRO DIDÁTICO DE LÍNGUA PORTUGUESA PARA A APRENDIZAGEM DA LEITURA E DA ESCRITA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Angelina Santos Barbosa^{*}
Auricélia Barbosa dos Santos^{**}
Josimara Pereira Pinto^{***}
Orientadora: Maria Lucas^{****}

RESUMO

O presente artigo tem o objetivo de analisar o livro didático que se intitula “Projeto Buriti”, do 3º ano do Ensino Fundamental I, atualmente utilizado nas escolas públicas do município de Aracati- Ceará. Nesse sentido, foram desenvolvidas algumas considerações sobre as atividades contidos na obra, e as concepções de linguagem adotada pela autora do livro. Este trabalho caracteriza-se em pesquisa de campo, visando a promoção significativa do ensino-aprendizagem dos educandos. Desse modo, também promovendo uma resignificação na formação dos docentes. Além disso, tem como embasamento teórico alguns autores nos quais apresentam em suas pesquisas temas voltados para a importância do LD no ensino-aprendizagem. A análise centrou-se em algumas orientações que buscavam saber as atividades propostas nas unidades I e II, analisando os espaços realizados no livro para as atividades com a leitura, com a produção de textos, com a oralidade e com a análise linguística. Por fim, com os resultados obtidos verificou-se que o livro não está em consonância com as orientações metodológicas para o ensino atualmente.

Palavras-chave: Livro didático. Língua portuguesa. Oralidade. Leitura. Escrita.

^{*} Aluna do Curso de Pedagogia da Faculdade do Vale Jaguaribe-FVJ. Aracati-CE, 2018. Email: angelinasantosg178@hotmail.com

^{**} Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ. Aracati-CE, 2018. Email: auriceliasantos@gmail.com

^{***} Aluna do curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ. Aracati- CE, 2018. Email: josimarapedagogia2016@gamil.com

^{****} Professora Esp. Da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ. Orientadora da pesquisa. Email: marialucas@outlook.com

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho relata uma pesquisa e análise do livro didático Portuguesa do Projeto Buriti, aplicado nos anos de 2016, 2017 e 2018 destinados a alunos da 3ª série do Ensino Fundamental I. A análise foi realizada pelas alunas do curso de Pedagogia: Angelina Santos Barbosa, Auricélia Barbosa dos Santos e a Josimara Pereira Pinto. O artigo é uma proposta da disciplina de Português conteúdo e metodologia I, ministrada pela professora Maria Lucas, no curso de Pedagogia da Faculdade do Vale do Jaguaribe-FVJ. O artigo tem como título: As contribuições do livro didático de Língua Portuguesa para a aprendizagem da leitura e da escrita nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O objetivo do artigo é analisar o livro didático da disciplina de Língua Portuguesa cuja compreensão e direcionamento do exemplar é fundamental para o processo do ensino e aprendizagem do aluno. Sendo assim, o professor tem obrigação de conhecer profundamente todo conteúdo, os gêneros textuais, as concepções de linguagens que o livro traz para contribuir na formação do aluno e ter como material de apoio nas aulas, pois deve ser compreendido como um suporte teórico e prático para os discentes. Nesse caso, é através dele que o professor segue orientações didáticas, e o aluno um meio de organização para ampliação de seus conhecimentos.

Ao longo do trabalho, apresentamos o embasamento teórico, o qual traz os pensamentos dos autores que discutem sobre o uso e a importância do livro didático. Em seguida, os procedimentos metodológicos, nos quais, discorremos sobre a escolha do livro didático com mais detalhamento, a forma de investigação e o passo a passo da análise, ou seja, as duas primeiras unidades do livro, a fim de analisar a abordagem metodológica, de qual forma os exercícios eram propostos e como se apresentavam atividades ligadas ao texto correspondente no capítulo do livro. A metodologia do trabalho parte em uma pesquisa de campo, logo observou-se os pontos positivos e negativos que levou os futuros professores à algumas indagações do livro. Ao analisar o livro, foram utilizados fotos e ponto de vista da referente obra didática em que os resultados foram analisados e discutidos durante a pesquisa.

Por fim, os resultados obtidos da análise do LD, que, o acervo não estar em consonância com as orientações metodológicas para o ensino. Ou seja, concluímos que a obra que está sendo colocado dentro de sala aula para os alunos não é de qualidade e completamente fora dos padrões das análises linguística.

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

2.1 Como surgiu o livro didático:

Antes de falar sobre a contribuição do livro didático no processo de ensino e aprendizagem é de suma importância relatar um pouco como ele surgiu, e como se deu o processo até chegar à sala de aula, pois, de acordo com Oliveira (1997,p.26), “ Os primeiros livros didáticos, escritos, sobretudo para os alunos das escolas de elite, procuram complementar os ensinamentos não disponíveis nos Livros Sagrados.”Posteriormente, em 1929, surgiu o Instituto Nacional do Livro (INL), que buscava legalizar e auxiliar a produção do livro didático nacional. Porém, apenas em 1934 com o Governo atual de Getúlio Vargas foi que o instituto pode dar início a elaboração de dicionários e enciclopédias. Durante o regime militar surgiram no currículo escolar ideias da doutrina da segurança, onde houve censura, repressão e privatização do ensino. Sobre o assunto os autores Bezerra e Luca relatam o seguinte:

Em 1966, sob a égide da ditadura militar foi criada a Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED), cuja função era coordenar a produção, edição e distribuição do livro didático. Para assegurar recursos governamentais contou-se com o financiamento proveniente do acordo MEC-USAID (United States Agency for International Development). O aporte de recursos públicos garantiu a continuidade do livro didático que, a partir de então, ocupou lugar relevante nas preocupações do Estado brasileiro que, mais uma vez, pretendia ter o controle sobre o que e como se ensinava. (BEZERRA, 2006, p.30).

Após serem escritos, os livros didáticos seguem para editora para serem revisados e impressos, e desde 1995 passam por supervisão do Ministério da Educação - MEC para serem analisados pedagogicamente, se aprovados, posteriormente serão enviados para o guia do livro didático e logo após podem ser emitidos para as instituições por escolha do corpo docente das escolas públicas. A escolha deve ser feita com muito cuidado, pois o conteúdo existente neles deve estar em sintonia com o currículo da escola. Ao chegar às escolas, os livros didáticos eventualmente, serão usados em três anos consecutivos e, logo depois, se caso necessário são substituídos por novos para atender alunos por mais três anos.

Reconhecemos que o momento da escolha do livro didático, pelos docentes, na escola, é de suma importância e deve ser realizada a partir de critérios claros e bem definidos que possam colaborar para que o docente faça escolhas adequadas ao nível dos estudantes,

que estejam de acordo com as diretrizes curriculares e, acima de tudo, com a proposta pedagógica da escola, no intuito de colaborar efetivamente com a aprendizagem de todos os alunos.

2.2 Contribuições do livro didático no processo de ensino e aprendizagem

O livro didático tem função de mediador do conhecimento, tendo em vista que ele auxilia e orienta tantos alunos como professores no processo de ensino e aprendizagem. Como ressalta Brasil, (2003, p.275) “O livro didático brasileiro, ainda hoje, é uma das principais formas de documentação consultada empregados por professores e alunos”. Nessa condição, ele às vezes termina por influenciar o trabalho pedagógico e o cotidiano da sala de aula”.

Nesse sentido, Freitas e Rodrigues (2008) ressaltam que apesar das várias mudanças na sociedade em que estamos inseridos, o livro didático ainda atua como mediador do conhecimento, e tem a função de aguçar a curiosidade do aluno para a leitura. No entanto, acreditamos que o livro didático apesar de ter sua importância como apoio ao professor e aluno, não pode ser utilizado como único instrumento de ensino dentro sala. O professor deve usá-lo como instrumento complementar de conhecimento, selecionando o que for pertinente para os alunos de modo que faça sentido e colabore com o que foi planejado para desenvolver as habilidades dos estudantes, ou seja, o livro só se torna fundamental quando o docente o usa de forma coerente.

De acordo com Romanatto,

O livro didático, como qualquer outro recurso, tem sua importância condicionada ao uso que o professor dele faça. Não só pelo seu emprego correto, mas sabendo explorá-lo em função dos objetivos a alcançar, sabendo enfatizar os seus pontos fortes e anular os seus pontos fracos”. (ROMANATTO, 2004, p.5)

Nas palavras do autor, o docente necessita relacionar os objetivos de ensino ao uso do livro didático, verificando o que é imprescindível propor aos alunos e o que não é tão importante assim. Deste modo, o livro didático exerce sua função como instrumento para o aluno para que ele se aprofunde, mais nos conteúdos por meio de leituras e pesquisas realizadas.

Segundo Rojo; Batista, (2003, p. 44), o livro didático é um “instrumento que favorece a aprendizagem do aluno, no sentido do domínio do conhecimento e no sentido da reflexão na direção do uso dos conhecimentos escolares para ampliar sua compreensão da realidade...”.

Em outras palavras, o livro didático além de servir de instrumento em sala de aula para a aquisição de conteúdos escolares, serve também, para muitos alunos ainda, como fonte de pesquisa e informação para compreenderem o mundo em que vivem.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente trabalho proposto pela disciplina de Português, Conteúdos e Metodologia I, a qual abordou, entre tantos assuntos, a necessidade de se analisar livros didáticos, buscando identificar pontos positivos e lacunas para o trabalho em sala de aula com tal recurso. As discussões realizadas em sala de aula foram fundamentais para compreendermos e refletirmos sobre a grande importância do livro didático nas escolas, os quais são fundamentais para a formação do ensino e aprendizagem dos alunos e um instrumento importante na prática do professor.

O primeiro passo da atividade foi a escolha do livro didático a ser investigado. Depois com base nas observações, foi designada pelos componentes, a investigação dos conteúdos, que seguiram as duas primeiras Unidades (I e II). O livro pesquisado se intitula “Projeto Buriti”, da Editora Moderna, juntamente com o componente curricular: Letramento e Alfabetização, destinado alunos do 3º ano do Ensino Fundamental das escolas públicas do município de Aracati-Ceará. O livro é de autoria de Maria Martins Sanchez, licenciada em Letras pela Faculdade São Judas Tadeu, localizada na cidade de São Paulo.

Foi realizada também uma pesquisa bibliográfica, na qual buscamos conhecimentos acerca da importância do livro didático para o trabalho docente e, conseqüentemente, para a aprendizagem dos discentes, sendo o livro reconhecido como objeto de estudo e imprescindível ao professor, bem como aos alunos que, muitas vezes, o tem como única fonte de pesquisa e estudo.

Os procedimentos metodológicos consistiram em analisar as concepções de linguagem abordadas pelo autor do livro, qual o espaço reservado para as atividades, como leitura, produção de textos, oralidade e análise linguística. Outros pontos fundamentais investigados referem-se aos gêneros textuais são contemplados e os aspectos positivos e as lacunas identificadas para um trabalho reflexivo e produtivo com a Língua Portuguesa.

Em síntese, vale ressaltar que é fundamental que os docentes da Educação Básica compreendam que a escolha do livro didático de qualidade, contribuirá muito com o processo de aprendizagem do aluno, e aprendizagem do aluno, pois ele é o professor é o profissional

mais indicado para analisar criticamente e propor ideia que possibilitem a seleção de livros didáticos de qualidades.

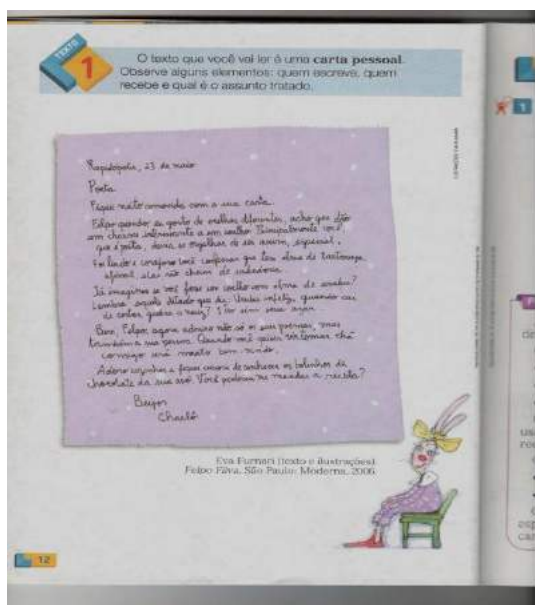
4 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

O livro analisado tem como nome “Projeto Buriti”, da editora da disciplina de Português, do 3º ano do Ensino Fundamental I. Ao iniciar a análise, observou-se que a capa do livro era atrativa e muito colorida e com ilustrações variadas, pois na primeira unidade, começa com uma imagem, levando-nos a entender que é um carteiro levando uma carta muito grande e junto com ele existiam duas crianças e mais uma colaborando com as ilustrações.

O autor faz algumas indagações das ilustrações e, em seguida, faz questionamentos e comparações do que o aluno ver e o que sabe sobre o que está exposto. Além disso, a autora traz um texto com o gênero carta, bem ilustrada, do ‘Livro Felpo Filva’, da autora Eva Furnari, no qual, conta uma história de um coelho poeta que, ao longo da sua vida começa a corresponder com uma fã, que se chamava Charlô.

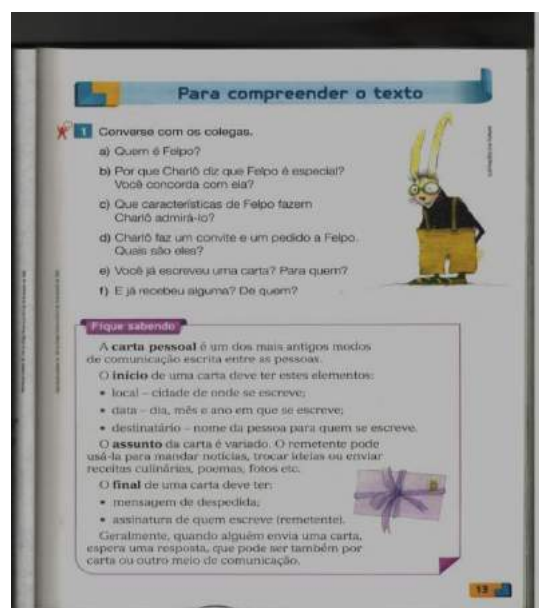
Em seguida, ela faz a compreensão do texto, trazendo reflexões do texto escrito. E, depois, a autora continua explicando a estrutura de uma carta e suas características. Desse modo, ao observar essas informações analisadas, o aluno vai ter uma conversa entre o texto não verbal e o verbal, com isso buscando um conhecimento de mundo onde está inserido. Além disso, o exercício gramatical trás uma reflexão referente ao texto, fazendo o aluno pensar.

Figure 1: gênero da carta



Fonte: Projeto Buriti

figure 2: compreensão do texto

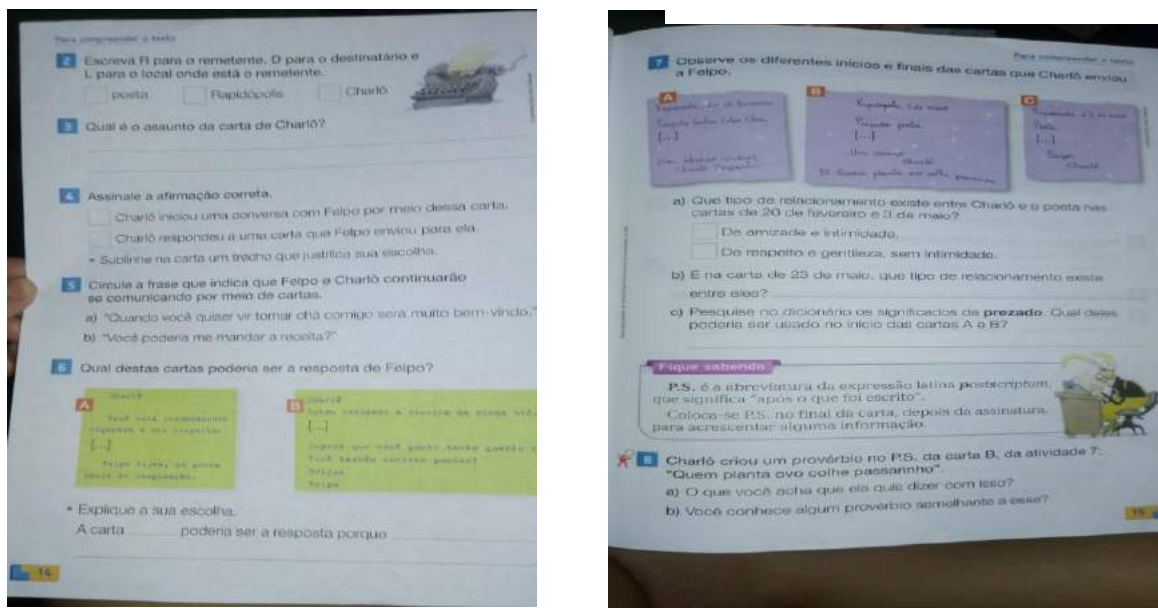


Fonte: Projeto Buriti

Analizamos o contexto da compreensão do texto 1, a autora faz algumas indagações do que o aluno pensa sobre a carta escrita por Charlô, e, em seguida, explicando um pouco o que é uma carta. No momento em que são colocadas as atividades de gramática, analisamos que o conteúdo está relacionado ao texto, sendo o texto utilizado ainda como pretexto para o ensino que priorizam as questões gramaticais no 3º ano do Ensino Fundamental.

Compreendemos que o ensino de aprendizagem de acordo com essa unidade do livro está de acordo com a linguagem como expressão do pensamento. Em virtude dessa afirmação vejamos a figura 3:

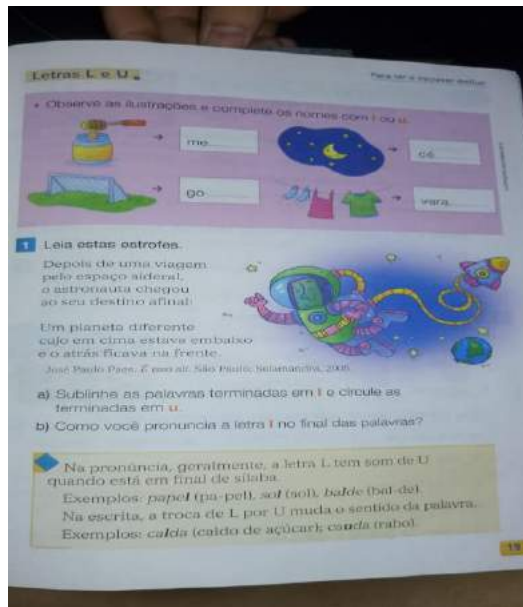
Figure 3: Atividade de gramática



Fonte: projeto Buriti

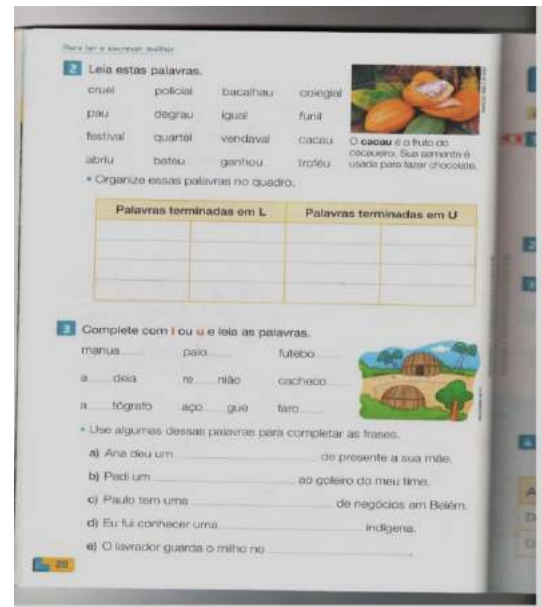
Posteriormente, o capítulo 2 da mesma unidade, observamos que os textos ainda tem uma ligação com o primeiro, porém o conteúdo da gramática não faz ligação com o assunto anterior. Vejamos algumas imagens que comprovam essas afirmações:

Figure 1: Texto 2



Fonte: Projeto Buriti

Figure 2: Atividade de gramática



Fonte: Projeto Buriti

Evidentemente, diante desse fato é muito preocupante, pois as atividades são propostas palavras soltas, sem nenhuma ligação com o texto do capítulo, pois é necessário que livro didático seja uma ferramenta importante para a aprendizagem do aluno, inclusive, no sentido de reflexão, uma vez que deve fazer com que o discente pense em relação ao texto e não simplesmente responda a questões gramaticais.

Da mesma forma analisamos a unidade II do livro didático, inesperadamente encontramos outro contexto totalmente fora da linguagem como expressão de pensamento. Observamos a figura 5 e 6:

Figure 5: texto da unidade II

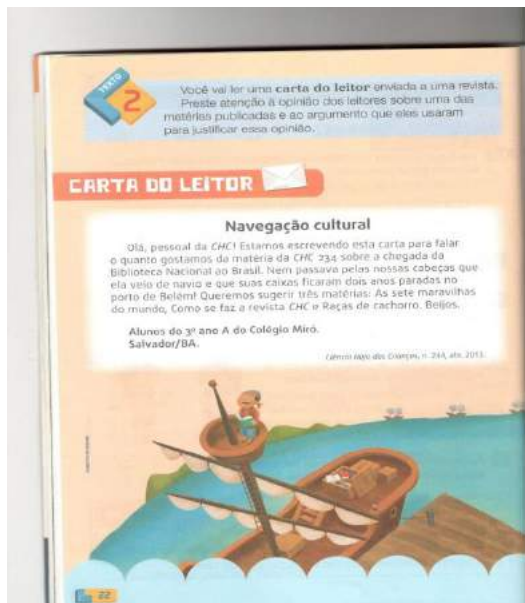
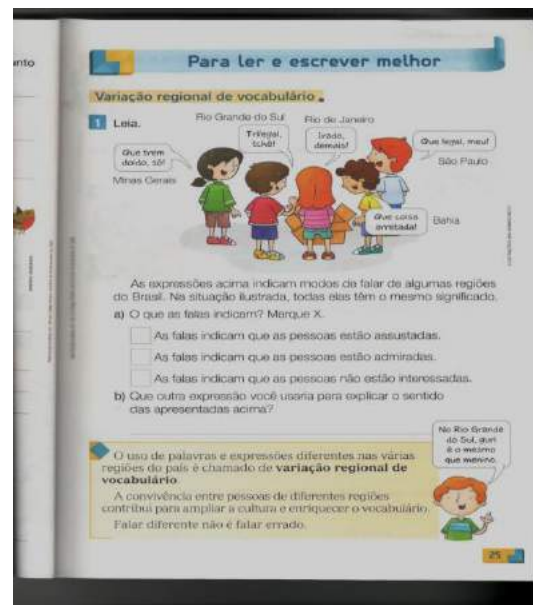


Figure 3: Atividade da Unidade II



Fonte : Livro Projeto Buriti

Observamos essa duas figuras, e chegamos a conclusão que a metodologia muda completamente o trabalho do professor, ele tem que criar um processo de interação, o qual, as atividades contemplada na obra, está totalmente descontextualizadas com o texto apresentado. Pois, o livro não é de qualidade para o ensino da aprendizagem do aluno, e não serve de apoio pedagógico para o professor. Nesse caso, durante a análise feita por alguns profissionais houve uma escolha muito infeliz para com esse LD.

Em seguida, na mesma unidade, analisamos as atividades de gramática e observamos outros exercícios do livro que não tem uma associação com o texto apresentado pela autora. Vejamos agora as imagens das atividades.

Figura 7: Atividade de gramática



Fonte: Livro Projeto Buriti

Verificamos que as atividades acima não estão em consonância com as orientações metodológicas para o ensino. Diante dos fatos consolidados através das análises, o LD não é considerado adequado para a aprendizagem do aluno.

Nesse sentido, o livro aponta uma concepção de linguagem de expressão de pensamento, os estudos são basicamente voltados ao ensino tradicional, no qual os alunos não conseguem se expressar, em outras palavras, os discentes não pensam. Posteriormente, o espaço reservado à leitura no livro é considerado um desenvolvimento destinado ao aluno para uma aprendizagem de qualidade. Nesse caso, a leitura é objetiva, traz informações prévias, como por exemplo, gêneros textuais diferenciados, porém não muito explorado nas atividades de gramática. Um ponto negativo, é que pouco tem pedindo para que o aluno faça uma produção textual. Isso é muito preocupante para o aluno contemporâneo, pois o espaço é muito fragmentado e deixa muitas lacunas no desempenho das atividades do livro didático.

5 AS CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho desenvolvido foi baseado na observação do livro didático de português do 3º ano do Ensino Fundamental. Iniciamos a análise com o objetivo de entender os conteúdos que estão inseridos no corpo do LD, foram analisados a unidade 1 e 2, sendo constatado que é um livro atrativo, por possuir uma dimensão de cores na capa, com ilustrações, indagações e questionamentos. No entanto, constatou-se também que os exercícios gramaticais não tem ligação com o assunto anterior abordado nos textos e que as atividades propostas não dão espaço para o aluno manifestar suas respostas, na maioria das vezes, o aluno não tem liberdade de expressar o que pensam.

Ressalta-se que o livro didático deveria ser mais interativo e as atividades contextualizadas, oferecendo oportunidades para que o aluno tenha informações diferentes durante o processo de aprendizagem, trabalhando com ele, ou seja, muitas vezes, o professor não se dá conta do papel que o livro desempenha para a sociedade. Portanto, esta pesquisa traz resultados que contribuem para o aperfeiçoamento da prática pedagógica de professores que utilizem livros didáticos, levando-os a refletir sobre estas questões. Também contribui para melhor conhecimento linguístico- discursivo do livro didático, enquanto um documento textual de grande importância no discurso pedagógico.

A partir dos resultados obtidos, esperamos ter despertado em futuros professores e pesquisadores interessados em dar continuidade ao desenvolvimento de pesquisa nesta área, uma vez que ainda há necessidade de muita pesquisa que reflita sobre o discurso do livro didático. Como futuros professores, as análises contribuíram muito para nossa formação diante de uma prática pedagógica, na qual tão vivida atualmente nas escolas. Enfim, abriu um novo olhar para tais critérios de uma investigação mais aprofundada no livro didático.

REFERÊNCIAS

- BATISTA, A. A. G. A avaliação dos livros didáticos: para entender o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD). In: Rojo, R. & Batista, A.A.G. (orgs.) **Livro Didático de Língua Portuguesa, Letramento e Cultura da Escrita**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2003, p. 25-67.
- BEZERRA, Holien Gonçalves; LUCA, Tânia Regina de. Em busca da Qualidade PNLD – História – 1996 – 2004. In: SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (org). **Livros Didáticos de História e Geografia. Avaliação e Pesquisa**. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2006. p. 27 – 53.
- BRASIL. MEC Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Projeto de avaliação dos livros didáticos da 1ª à 4ª série**. v. 2. Brasília: MEC, 2003. 275p.
- FREITAS, Neli Klix; RODRIGUES, Melissa Haag. **O livro didático ao longo do tempo: A forma do conteúdo**. Revista Da Pesquisa, ano 5, v.3, n.1, agosto.2007- julho.2008. Disponível em: <WWW.ceart.udesc.br/revista_dapesquisa/volume3//numero1/plasticas/melissa-neli.pdf>. Acesso em 27 de Outubro de 2018.
- OLIVEIRA, João Batista Araújo et al. **A política do livro didático**. Campinas: UNICAMP, 1984.
- ROMANATTO, M. **O livro didático: alcances e limites**. São Paulo, 2004. Disponível em <http://www.sbempaulista.org.br/cpem/anai/mesas-redondasmr19-mauro.doc>., acesso em 19 jun. 2005

CURSO: DIREITO

ÁREA: HUMANIDADES

ANÁLISE DOS PRINCIPAIS ASPECTOS JURÍDICOS DA DESAPROPRIAÇÃO ORDINÁRIA

ANALYSIS OF THE MAIN LEGAL ASPECTS OF ORDINARY DISAPPROPRIATION

Engels Vieira DamascenoEstudante de direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe
e-mail: engelsdamasceno@hotmail.com**Hilana Tereza da Silva Lima**Estudante de direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe
e-mail: hilanasilva.lima@gmail.com**Maria da Conceição Alves Torres**Estudante de direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe
e-mail: calves_torres@yahoo.com.br**Sammyr Ravyk R. da Silva**Estudante de direito da Faculdade do Vale do Jaguaribe
e-mail: sammyr_ravyk@hotmail.com**Romana Missiane Diógenes Lima**Professora Orientadora
email: romana_dl@hotmail.com

RESUMO

Este artigo tem por finalidade abordar o instituto da desapropriação ordinária, previsto constitucionalmente, buscando destacar seus principais aspectos jurídicos, especialmente no que diz respeito às questões mais controversas envolvendo os litígios entre a Administração Pública e o particular desapropriado. O tema é de suma importância, social e acadêmica, tendo em vista os objetivos do instituto, que ultrapassam questões jurídicas formais, intentando o alcance de interesses coletivos, revelados aqui na expropriação de um bem para atender critérios de utilidade pública ou interesse social, beneficiando o Estado e/ou a sociedade. O trabalho foi realizado por meio de uma pesquisa bibliográfica e documental, de cunho exploratório. Conclui-se que a análise da desapropriação ordinária revela questões jurídicas ainda controvertidas, que impõem um diálogo mais acurado entre os poderes judiciário e executivo.

Palavras-chaves: Desapropriação ordinária; Principais aspectos jurídicos.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo visa abordar os principais aspectos jurídicos da desapropriação ordinária, importante instrumento utilizado pela Administração Pública na persecução do interesse público. O instituto da desapropriação caminha historicamente em paralelo com a noção de propriedade individual, sendo um instituto do direito público guarnecido com prerrogativas

constitucionais, onde se tem a prevalência do interesse coletivo sobre o indivíduo.

Tendo como fonte de influência originária o direito português, o surgimento do regramento constitucional da desapropriação no Brasil remonta à Constituição Imperial de 1824, a qual alude, em seu artigo 179, XXII:

É assegurado o direito de propriedade em toda a sua plenitude. Se o bem público, legalmente verificado, exigir o uso e emprego da propriedade privada do cidadão, será ele previamente indenizado do valor dela. A lei marcará os casos em que terá lugar esta única exceção e dará as regras para se determinar a indenização.

Essa garantia constitucional se perpetuou nas Constituições seguintes, até a atual, com várias modificações quanto aos aspectos jurídicos formais e materiais. O presente artigo tem por finalidade rememorar o instituto, dada a sua importância acadêmica e social, explanando os principais pontos conceituais caracterizadores da temática, como sua fundamentação e natureza jurídica, enfatizando-se as questões mais controversas que permeiam essa modalidade de intervenção.

O arcabouço do trabalho se baseia no método de pesquisa bibliográfico e documental, de cunho exploratório, por meio da análise de autores como Di Pietro, Eduardo Henrique Pereira e Juliana Giovanetti Pereira da Silva e da legislação brasileira pertinente, como a Constituição, o Decreto-Lei n. 3.365/41 e a Lei n. 4.132/62.

2. FUNDAMENTOS JURÍDICOS DA DESAPROPRIAÇÃO

A desapropriação Comum ou Ordinária é um procedimento administrativo em que o Poder Público adquire a propriedade alheia de forma compulsória, no fito de atender ao interesse público, para promover a função social da propriedade. Nas palavras de Di Pietro (2018, p. 236):

A desapropriação é o procedimento administrativo pelo qual o Poder Público ou seus delegados, mediante prévia declaração de necessidade pública, utilidade pública ou interesse social, impõe ao proprietário a perda de um bem, substituindo-o em seu patrimônio por justa indenização.

A palavra desapropriação, de origem latina *propriu*, significa a perda da propriedade de alguém. As evoluções históricas e o desenvolvimento da sociedade fizeram com que esta definição fosse tomando caminhos complexos, já que ela colide diretamente com o direito de propriedade, por isso a justa indenização aparece como contrapartida compensatória ao proprietário do bem expropriado.

É cediço que a Constituição é a norma fundamental, inserida em todas as áreas jurídicas. A atual Carta Política, de 1988, se mostra como a mais compromissada com o

respeito à dignidade humana, impondo o surgimento de um novo modelo Estatal, modelo esse capaz de reaproximar a justiça do direito.

O Estado Constitucional Democrático surgiu sobrepondo-se ao estado Liberal, buscando implementar medidas de efetivação nos direitos sociais. O direito de propriedade, no Estado Liberal, caracteriza-se como intocável, não devendo o poder público intervir na propriedade, por esta se caracterizar como um direito limitativo, estando, pois, no rol dos direitos fundamentais de primeira dimensão.

De fato, a propriedade possui duas concepções distintas e essenciais, espelhadas pela própria Constituição Federal. A primeira, já mencionada, é a sua acepção como direito individual. A segunda encontra-se prevista no artigo 170, inciso II, CF, referindo-se a um princípio geral da atividade econômica, determinando a sua imprescindibilidade como fonte de produção de renda e impulsão do mercado.

De todo modo, respeitando a propriedade como direito individual, a Constituição Federal de 1988 a elenca no artigo 5º, caput, e inciso XXII:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:
XXIII - a propriedade atenderá a sua função social;

Nesta senda, o inciso LIV do artigo 5º da Lei Maior determina que “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal”, impondo-se o processo legal como requisito necessário haja a real privação desse direito, respeitando-se, assim, os direitos do proprietário.

3. SUJEITOS DA RELAÇÃO NA DESAPROPRIAÇÃO ORDINÁRIA

No que tange aos sujeitos da desapropriação, há de se verificar principalmente a distinção das prerrogativas inerentes a cada um, já que esta é uma relação fortemente baseada na verticalidade do Estado em relação ao indivíduo, levando-se em consideração a preponderância do interesse público sobre o privado.

Isso não implica afirmar que a parte expropriada se encontra desamparada mediante o ato administrativo, muito pelo contrário, o peso das prerrogativas estatais decorrentes da sua força imperativa significa que para que o resultado visado seja alcançado de modo justo e eficaz, garanta-se mecanismos aos quais o particular possa se valer caso seu direito seja abusivamente lesado.

3.1. Sujeitos Ativos da Relação

Os sujeitos ativos da desapropriação, segundo o Decreto-Lei nº 3.365/41, artigo 2º, são a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e os Territórios. A estes entes é atribuído o direito subjetivo de expropriar, o qual só se implementa pela declaração de utilidade pública ou interesse social no bem.

Convém ressaltar que a desapropriação por interesse social, para fins de atender a função social da propriedade urbana, se fundamenta no artigo 182, §4º, da Constituição Federal (regulamentado pela Lei nº 10.257/01 - Estatuto das Cidades), e é de competência exclusiva do Município. Se tratando de desapropriação por interesse social para se cumprir a função social da propriedade rural, destaca-se o artigo 186 da Constituição (regulado pela Lei nº 4.504/64 e pela Lei Complementar nº 76/93), que é competência exclusiva da União.

Vale ressaltar que, por intermédio de Lei Federal, é possível delegar o poder expropriatório a outras entidades da Administração Indireta (art. 3º do decreto-lei 3.365/41), sendo inviável a delegação de algumas competências relativas ao instituto em análise, a exemplo da produção do decreto expropriatório, bem como a peça de declaração de utilidade pública, que é de competência exclusiva do chefe do executivo da respectiva esfera administrativa expropriante (Prefeitos, Governadores ou Presidente), salvo a hipótese de que o legislativo possa a vir fazê-lo, de acordo com o disposto na Lei de Desapropriação por Utilidade Pública, em seu artigo 8º.

Concluindo, sujeito ativo é a pessoa jurídica que pode expropriar o bem, mediante a declaração de utilidade ou interesse social. Tais entidades podem promover a desapropriação, uma vez que os bens expropriados serão transferidos para o seu patrimônio. Em linhas gerais, os sujeitos ativos da desapropriação são os estabelecimentos de caráter público, como as pessoas jurídicas de direito público, os concessionários de serviços públicos, e os demais delegatários do poder público.

3.2. Sujeito Passivo

O sujeito passivo da desapropriação é o próprio expropriado, que pode ser pessoa física ou jurídica, pública ou privada. Será tanto o proprietário como os titulares de direitos reais sobre o bem. De fato, verifica-se que o sujeito passivo é o elo mais fraco nessa relação, e isso se dá principalmente pela preponderância do poder público sobre a sua vontade, caracterizada pelo unilateralismo do ato expropriatório.

Portanto, faz-se necessário que a força imperativa estatal seja severamente regrada e norteada por princípios que estabeleçam uma justa relação.

É imprescindível que, para que o ato ocorra, o poder público evidencie a real necessidade de tomada do bem e demonstre o intuito de utilizar o bem futuramente a serviço do bem-estar social.

De acordo com a Constituição Federal, é dever do órgão expropriante que este aja com razoabilidade e proporcionalidade, tendo em vista que o objeto do ato é o cerceamento de um direito fundamental, no caso o direito a propriedade do art. 5º, XXII; Disso decorre o fato de ser anulável a desapropriação que não comprovar-se eficiente e devidamente pautada nos requisitos de necessidade ou interesse social do inciso XXIV do mesmo artigo.

3.2.1. Os direitos do sujeito passivo da desapropriação

São direitos inerentes ao sujeito passivo da expropriação:

- a) O procedimento administrativo prévio, que caracterize a real necessidade de tomada do bem do proprietário, observando a proporcionalidade, o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa (art. 5º, LIV e LV da CF);
- b) Utilizar-se de todos os argumentos legais e cabíveis contra a validade e conveniência do ato administrativo, como também arguir desacordo contra a indenização proposta pela administração (art. 5º, LV da CF);
- c) Justa indenização, via de regra paga em moeda corrente e em valores atualizados, salvo as disposições constitucionais (art. 5º, XXIV da CF);
- d) Retrocessão¹

3.2.2. A Justa Indenização

A própria Constituição estabelece que em razão do direito individual de propriedade, a parte expropriada deverá ser ressarcida financeiramente. Isso se dá muito mais como uma garantia, uma proteção ao sujeito passivo, do que como uma contraprestação devida ao Estado pela perda do bem. A desapropriação não é uma obrigação civil ou um contrato, que são, via de regra, pautados pela consensualidade. Se o Estado quer o bem e prova a necessidade de obtê-lo para o pleno e eficaz exercício de suas atribuições, e para o provimento de políticas públicas de bem-estar social, ele poderá agir unilateralmente nesse intento.

No caso da desapropriação ordinária, a indenização será paga em dinheiro, conforme previsão legal (art. 32 do DL 3.365/41) Se admite, em casos específicos, que o proprietário

¹ A retrocessão é a possibilidade de o particular readquirir o bem expropriado, devolvendo integralmente a indenização por este recebida ao poder público. Contudo, para valer-se desta, o interessado deve demonstrar que a coisa não foi devidamente utilizada. O art. 519 do Código Civil positiva o mecanismo da retrocessão.

seja ressarcido na figura de títulos, como na desapropriação por função social urbana (art. 182, §4º, III da CF) e na desapropriação para fins de reforma agrária (art. 184, caput, da CF).

O expropriado pode receber também lucros cessantes a partir da prévia imissão na posse nos casos de desapropriação direta, e a partir da ocupação de fato do imóvel na desapropriação indireta (Súmula 69 do STJ), calculados sobre a taxa anual de 12% (Súmula 618 do STF) e com incidência sobre os valores da indenização, com as devidas correções (Súmula 113 do STJ), sendo possível a cumulação dos lucros cessantes com juros moratórios (Súmula 12 do STJ).

A exceção, em que não há direito à indenização, ocorre na desapropriação por confisco, estipulada no art. 243 da Constituição, no caso de propriedade utilizada pelo dono para fins ilícitos, podendo o poder público expropriá-lo sem que a este caiba o direito à indenização, haja vista a conotação sancionatória desse tipo de intervenção.

4. O PROCEDIMENTO PRÉVIO

O prévio procedimento administrativo é requisito imprescindível para a plena validade da desapropriação. Trata-se de uma série de requisitos formais que devem ser seguidos pelo poder público para a total realização do ato. Previamente, deve a Administração verificar e provar:

- a) As condições de adequação e necessidade de expropriação do bem (art. 5º e incisos do decreto-lei 3.365/41);
- b) Arguir justo valor de indenização mediante análise técnica das condições e valores atuais do bem pretendido (art. 5º, XXIV da CF);
- c) Os encargos a que deve satisfazer e os recursos financeiros (art. 165, § 1º e art. 167, I e II ambos da CF).

Como envolve a questão financeira pública, é necessário que haja autorização orçamentária legal, bem como desta decorre implicitamente uma autorização legislativa subsidiária (art. 165, § 1º e art. 167, I e II ambos da CF). Em se tratando de bem de outro ente da esfera federativa, este deverá emitir autorização para o expropriante (art. 2º, §§ 2 e 3 do decreto-lei 3.365/41).

Mesmo se tratando de ato unilateral, a desapropriação não implica na não participação do sujeito passivo no transcorrer do ato. Este pode arguir, por exemplo, a discordância com o valor indenizatório, o que demandará, inclusive, um litígio judicial.

O devido processo legal no ato da desapropriação é mais um mecanismo de proteção à figura do proprietário do bem a ser tomado, sendo nulo todo ato que foge deste caráter formal.

Segundo Marçal Justen Filho (2005, p. 431),

A garantia do devido processo legal afasta a possibilidade de decisões arbitrárias, reflexo de escolhas subjetivas, irracionais ou inconsequentes, tal como impõe a produção da desapropriação como resultado da atuação conjugada de todos os envolvidos.

4.1. Natureza, conteúdo e efeitos do decreto expropriatório

O decreto de desapropriação tem natureza declaratória, tendo em vista que a partir dele o poder público formaliza de fato o interesse sobre o bem, o que não é de todo uma afirmação errônea, já que esta é realmente uma das características deste decreto.

O decreto também é dotado de natureza constitutiva, pois somente a partir dele é que se pode partir para uma desapropriação de fato, considerando-se os atos realizados até então como preparatórios. Outro ponto que reforça esse aspecto é o caráter originário da desapropriação, com a Administração adquirindo o bem como se primeira e única proprietária fosse, gerando-se um direito pleno de propriedade sobre a coisa.

Deve constar no decreto, de forma clara, concisa, objetiva, o interesse a ser satisfeito por intermédio da desapropriação, justificando ser esta a única medida mais viável para a obtenção da meta almejada, bem como este deve indicar os recursos disponíveis e meios de liquidação da desapropriação, não cabendo declaração genérica (art. 5º, XXIV; art. 165, § 1º e art. 167, I e II todos da CF; e, art. 5º e seus respectivos incisos do decreto-lei 3.365/41).

Os efeitos decorrentes da emissão do decreto de desapropriação são:

- a) O encerramento do procedimento prévio e a possibilidade da desapropriação propriamente dita;
- b) Permissão de acesso da Administração Pública ao bem requisitado na declaração, podendo, se necessário for, se utilizar de força policial, mediante autorização judicial (art. 7º do decreto-lei 3.365/41);
- c) Abertura de prazo para o ajuizamento da ação de desapropriação (art. 10 do decreto-lei 3.365/41);
- d) Obrigação do sujeito expropriado de requerer prévia autorização da Administração Pública para realizar benfeitorias úteis (Caso não haja ou ocorra a

autorização essas benfeitorias podem vir a não serem indenizadas nos termos do art. 26, §1º do decreto-lei 3.365/41).

É válido ressaltar que o decreto não extingue de imediato o poder do particular sobre o bem, transferindo-o à administração expropriante. Essa transferência só ocorrerá após a devida indenização concomitantemente à transferência formal de posse e propriedade do bem ao ente expropriante.

Outro ponto importante em relação ao decreto é a questão da caducidade, pois, após a sua emissão, o poder público tem um prazo de cinco anos para efetivar os atos executórios da desapropriação, nos casos de desapropriação por utilidade pública (art. 10 do decreto-lei 3.365/41), ou de dois anos para a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária (Lei Complementar 76/93, art. 3º). Caso o decreto venha a caducar, outro poderá ser emitido após o intervalo mínimo de um ano (art. 10º do DL 3.365/41).

5. A AÇÃO DE DESAPROPRIAÇÃO

A legislação especial estabelece o procedimento da ação de desapropriação, utilizando-se o Código de Processo Civil de modo subsidiário. O DL n. 3.365/41 estabelece, nos arts. 11 a 30, situações processuais direcionadas ao ato desapropriatório.

Nesta modalidade de ação, os sujeitos ativo e passivo são os mesmos do processo administrativo: de um lado o proponente é o poder público, a administração e seus entes, que almejam a obtenção do bem para realizar suas funções; do outro, o atual proprietário do bem pretendido. A diferença é que aqui a administração não irá caracterizar a necessidade, utilidade ou interesse social, pois isso já foi feito na prévia fase declaratória. O objetivo agora é efetivar seu domínio sobre o bem e para isso ela recorre à apreciação judicial, por meio da ação de desapropriação.

Por isso trata-se a desapropriação de um instituto jurídico-administrativo. Para confirmar o efetivo domínio sobre o bem, a administração recorre ao poder jurisdicional, que há de averiguar os pressupostos de validade da desapropriação, e se tudo estiver devidamente legalizado, ela deferirá o pedido estatal, ou o indeferirá, caso verifique-se alguma irregularidade (arts. 22 e 23 do DL 3.365/41).

É importante notar que o art. 9º do DL n. 3.365/41 é antagônico aos princípios constitucionais vigentes, já que veda ao poder judiciário a possibilidade de se verificarem ou não os casos de utilidade pública, o que vem a ferir não só o devido processo legal como também a ampla defesa nos processos judiciais.

Em aspectos gerais, a base processual da ação de desapropriação é a ação civil ordinária, ressalvadas algumas especificidades previstas em lei, como o fato de somente juízes já dotados de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de vencimentos serem competentes para julgar tais ações (art. 12 do DL n. 3.365/41).

Na petição inicial deverá constar, além dos requisitos do art. 319 do Código de Processo Civil, a oferta do preço, sendo instruída com uma minuta do contrato, ou do jornal oficial que tiver publicado o decreto de desapropriação, ou cópia autenticada dos mesmos, bem como a planta descritiva do bem (art. 13 da Lei geral da desapropriação).

Recebida a inicial, a citação dar-se-á por mandado, precatória ou edital, nos termos dos artigos 16 a 18 do DL n. 3.365/41. Em seguida, será aberto prazo para o sujeito passivo contestar – só cabem alegações relacionadas ao valor da indenização e a questões processuais (art. 20, DL n. 3.365/41), dispositivo de discutida constitucionalidade.

Se as partes estiverem de acordo, o juiz prontamente homologará a sentença e assim a administração poderá proceder à conclusão da desapropriação. Caso persista o litígio, o juiz marcará as audiências e requisitará as diligências necessárias, as quais as partes interessadas também podem vir a requerer. Sendo assim, somente ao ser dirimida a questão, o juiz proferirá a sentença a qual caberá recurso de apelação com efeito simplesmente devolutivo, quando interposta pelo expropriado; e com efeito suspensivo e devolutivo quanto interposta pelo expropriante (art. 28, caput do DL n. 3.365/41).

As custas serão pagas pelo autor, ou seja, pelo poder público, caso o réu aceite os termos propostos, em caso contrário, pelo vencido ou em proporção, na forma da lei.

Nos termos do art. 27, § 1º do DL 3.365/41, caso na sentença o juiz modifique o valor da indenização a ser paga, aumentando-a, o desapropriante deverá arcar com os honorários advocatícios em percentual que será fixado entre 0,5% e 5% sobre o valor da diferença, ressalvado o disposto no art. 20, § 4º do Código de Processo Civil², e não podendo o valor total dos honorários ultrapassar certa quantia, que será estipulada anualmente com base no Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) do respectivo período (art. 27, § 4º do DL 3.365/41). Devem ser verificadas, porém nesta situação, o que está especificado no § 3º também do art. 27 do DL 3.365/41, que especifica os casos em que o § 1º se aplicará.

A Jurisprudência consolida ainda mais o dispositivo legal, a exemplo da súmula 617 do STF, que especifica que “A base de cálculo dos honorários de advogado em desapropriação é a diferença entre a oferta e a indenização, corrigidas monetariamente”. A

² A referência feita a este artigo é alusiva ao CPC de 1973. No Código atual trata-se do art. 85, § 4º, que cuida dos honorários sucumbenciais.

súmula 131 do STJ diz que “Nas ações de desapropriação incluem-se no cálculo da verba advocatícia as parcelas relativas aos juros compensatórios e moratórios, devidamente corrigidas”; e, ainda consonante com esta linha de raciocínio, a súmula 141 do STJ estabelece que “Os honorários de advogado em desapropriação direta são calculados sobre a diferença entre a indenização e a oferta, corrigidas monetariamente”.

Proferida a sentença favorável à desapropriação e sendo paga a devida indenização ao expropriado, será emitido em favor do expropriante mandado de imissão de posse, valendo a sentença como título hábil para transcrição no registro de imóveis (art. 29, DL n. 3.365/41).

A transmissão da propriedade por meio da desapropriação ficará isenta ao Imposto de Lucro Imobiliário (art. 27, § 2º do DL 3.365/41).

5.1. A Imissão Prévia/Provisória na Posse

É possível que em casos de comprovada urgência o ente expropriante faça a requisição prévia ou provisória para a posse antecipada no bem, mediante depósito da justa quantia imputada. A súmula 164 do STF determina que “no processo de desapropriação, são devidos os juros compensatórios desde a antecipada imissão de posse ordenada pelo Juiz por motivo de urgência”.

A imissão prévia e provisória na posse se dá por requerimento, o que pode ser feito a qualquer tempo, sendo possível ser requerida até mesmo após o ajuizamento da ação de desapropriação e independentemente de citação do réu, mediante depósito, (art.15, DL n. 3.365/41).

A alegação de urgência não poderá ser renovada e obrigará o expropriante a pedir a imissão da posse no prazo máximo de 120 dias. Caso esse prazo seja ultrapassado o poder público perde qualquer pretensão à imissão (art.15, §2º, DL n. 3.365/41).

Ocorre que este mecanismo da desapropriação é para ser utilizado em caráter excepcional, como bem pontua Marçal Justen Filho (2005, p. 438):

Sua aplicação deve ser restrita e excepcional, tomando em vista a garantia constitucional. Poderá haver casos em que a imissão da posse é indispensável para a satisfação de necessidades concretas e determinadas, apontadas de modo preciso. Se a delonga no processo expropriatório gerar riscos de perecimento de interesses, a imissão provisória será uma providência acautelatória admissível. Aplica-se o princípio da proporcionalidade, o que envolve verificar a ausência de outra solução menos lesiva ao interesse do expropriado.

A visão do autor citado nos remete a similaridade do instituto da imissão prévia na posse, na ação de desapropriação, com o das tutelas provisórias do direito civil comum,

principalmente no aspecto da urgência, que nas tutelas é substancialmente pautado no *periculum in mora* e no *fumus bonis juris*³.

O citado autor complementa:

Lembre-se que a imissão provisória na posse gera um efeito extremamente sério para a Administração Pública. Como o particular não perde o domínio enquanto não forem cumpridas as providências adequadas, a imissão provisória na posse representa uma restrição a ser indenizada. Logo o expropriante será obrigado a pagar a indenização correspondente ao valor do bem mais a indenização pela utilização desse bem no período entre a imissão provisória e a extinção do domínio. Isso corresponde a um valor extremamente oneroso para os cofres públicos, que produz o efeito de multiplicar a indenização devida ao expropriado (JUSTEN FILHO; 2005, p. 439).

Caso o juiz fixe valor de depósito previamente esta quantia será considerada de caráter indenizatório. O desapropriado, portanto poderá levantar até 80% do depósito feito para fins de imissão prévia na posse, ainda que discorde do valor oferecido, demonstrando a prova de propriedade, de quitação de dívidas fiscais que sejam relacionadas ao bem e publicação de editais. Se o juiz verificar dúvida fundada sobre o domínio do bem, o valor permanecerá em depósito, sem prejuízo da possibilidade dos interessados pleitearem os valores por meio de ação cabível (arts. 33, caput e § 2º; e art. 34 e parágrafo único do DL 3.365/41).

É possível que haja extinção da desapropriação, embora, pelo menos em regra, ela seja caracterizada pela perpetuidade. Um desses casos é o da mencionada retrocessão, onde o particular expropriado pode vir a reaver o bem, devolvendo o valor da indenização, se a Administração Pública não imputar a este a finalidade pretendida na declaração de desapropriação.

Outra possibilidade é na existência de vícios, formais ou materiais, no curso do processo administrativo ou judicial, que possam vir a invalidar o ato. A desapropriação, assim como qualquer outro ato administrativo, está sujeita ao princípio da legalidade, e tem presunção de legitimidade e validade relativa. O ônus de provar, se houver alguma irregularidade, cabe ao expropriado, que levará sua demanda ao judiciário (art. 373, II do CPC).

Segundo Marçal (2005, p. 446), outro meio de se encerrar a desapropriação é a revogação, que pode ser feita até antes do pagamento integral da indenização, quando ainda não se consubstanciou o ato expropriatório.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

³ As Tutelas Provisórias estão positivadas nos artigos 294 à 311 do Código de Processo Civil.

A Constituição Federal de 1988 foi fortemente embasada em princípios e prerrogativas que asseguram a dignidade da pessoa humana em amplos aspectos. Um destes diretos é o da propriedade, que é cerne do instituto administrativo da desapropriação.

Conforme demonstrado, a desapropriação ordinária é um ato discricionário e extraordinário da Administração Pública, feito em nome do interesse social, da urgência ou da necessidade na aquisição do bem.

Observamos quem são os sujeitos da desapropriação, com enfoque nas prerrogativas de cada um, caracterizando a evidente verticalidade da relação jurídica decorrente do poder cogente do Estado sobre os indivíduos, o qual deve ser contrabalanceado, oferecendo mecanismos legais de proteção ao particular.

Discorremos, ainda, sobre a necessidade do prévio procedimento administrativo, por meio do qual a Administração demonstra a real necessidade de utilizar-se da expropriação, o qual se inicia, inclusive, com o decreto expropriatório e finaliza com notificação ao expropriado para se manifestar acerca da aceitabilidade da desapropriação, nas condições pré-estabelecidas pelo Estado.

Demonstramos, também, que esse procedimento pode se judicializar, ocasião em que a ação de desapropriação se faz premente, operando-se pelo rito ordinário das ações civis, mas com especificidades, seguindo as disposições legais do Decreto-Lei n. 3.365/41.

Averiguamos os aspectos da imissão prévia e provisória na posse, significando a possibilidade de, em caso de urgência, comprovada junto ao judiciário, a Administração poder utilizar-se antecipadamente do bem.

Por fim, concluímos que o instituto da desapropriação é complexo e controverso, gerando questionamentos de ordem constitucional, que, embora debatidos, ainda não foram plenamente solucionados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DI PIETRO, M. S. Z.. DIREITO ADMINISTRATIVO. 31ª ed. rev. atual e ampl. Rio de Janeiro: Forense, 2018.

FRANÇA, M. M.. **Fundamentos constitucionais da desapropriação**. Disponível em: <<https://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/artigo/3188/fundamentos-constitucionais-desapropriacao>>. Acesso em: 24 de out. de 2018.

JUSTEN FILHO, Marçal. **Curso de direito administrativo**. São Paulo: Saraiva, 2005.

CURSO: PSICOLOGIA

ÁREA: EDUCAÇÃO

Análise dos escritos nas paredes de uma escola pública

Analysis of the writings on the walls of a public school

Emerson Pereira Barbosa ***Jayanne Kelvia de Lima Silva *****Sâmila Rocha de Araújo *****Valéria Caminha¹ *****José Pereira Maia Neto ****

*** Graduando de Psicologia da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ, membro do Grupo de Pesquisa em Psicologia, Educação e Saúde – GRUPPES**

**** Professor do curso de Psicologia e coordenador do Grupo de Pesquisa em Psicologia, Educação e Saúde – GRUPPES.**

¹ caminhavaleria@gmail.com

** maia@fvj.br

RESUMO

Atualmente a adolescência está ligada a capacitação e educação para a inserção no mundo do trabalho, entretanto o que se percebe na prática são adolescentes rotulados como descompromissados, o que muitas vezes é um reflexo da falta de cuidado com as próprias demandas afetivas, que acabam sendo expressadas nas paredes e carteiras dos colégios. O objetivo desta pesquisa é compreender o papel dos grafites feitos pelos alunos nas dependências da escola, perspectivando interpretações em torno destas expressões-manifestações, e de como ganham vida no cotidiano. A partir da análise dos dados verificou-se que os grafites desempenham um papel de expressão por parte dos educandos demonstrando uma forma de habitar, transitar, existir no ambiente escolar. A afetividade é uma presença viva dentro do contexto educacional e não pode mais ser ignorada por este, pois pelas análises é claro o impacto que a mesma trás para as relações e os processos de aprendizagem, requerendo assim visões mais inclusivas e capazes de resgatar a dimensão de cuidado necessária ao processo educativo. Os grafitos acabam por funcionar também como forma de fugir daquele ambiente considerado tedioso, além de também permitir expressar sua sexualidade e os seus desafetos.

Palavras-chave: Escritos; Escola; Afetividade; Identidade.

1 INTRODUÇÃO

Na sociedade atual a adolescência está fortemente ligada a capacitação e

educação para a inserção no mundo do trabalho (SANTO, CUSTÓDIO & DIAS, 2017). Daí o lugar da escola não só como

local de aquisição de conhecimento, mas também de convivência e descoberta de si e do mundo.

Entretanto o que se percebe na prática são adolescentes rotulados como descompromissados, indisciplinados e rebeldes, o que muitas vezes é um reflexo da falta de cuidado com as próprias demandas afetivas, às suas singularidades, às questões da sexualidade e de envolvimento com o meio (CAVANI; SOUZA, 2015). Sendo na falta de espaços para o cuidado com essa afetividade dentro do ambiente escolar, que esses estudantes passam a grafitar as paredes e carteiras da instituição, não só como um modo de desafiar as normas escolares, mas também de expressar aquilo que lhe é prazeroso (CAVANI; SOUZA, 2015).

O grafito nesse contexto pode ser correlacionado, não só como uma forma de expressão, mas com a forma mais primitiva que o homem dispõe de se utilizar do meio físico como suporte, assim como os homens na pré-história se utilizaram das cavernas. (FILHO; MENDES, 2015).

Trazendo suas questões pessoais, principalmente, sua tentativa de autoafirmação e entender-se para o primeiro plano dentro do ambiente escolar, que em alguns momentos é visto como hostil ao desenvolvimento desta afetividade.

O objetivo desta pesquisa é compreender o papel dos grafites feitos pelos alunos nos muros e paredes das escolas, perspectivando interpretações em torno destas expressões-manifestações, e de como ganham vida no cotidiano, do lado de dentro e do lado de fora da escola.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa aqui descrita foi desenvolvida no Colégio Antônio Monteiro, escola pública de ensino fundamental da cidade de Aracati, Estado do Ceará. Durante a tarde do dia 22 de agosto de 2018 e as fotografias aqui apresentadas foram feitas nas instalações da escola.

Nesse estudo buscou-se um embasamento teórico, baseado em referências de vários autores. Através de artigos pesquisados nos buscadores online *SciELO*, Google Acadêmico e em teses de mestrado, usado como palavras-chaves: pichações, grafitos, escola, adolescente. Foram utilizadas referências entre 2015 a 2017 e as pesquisas se sucederam durante o mês de agosto do ano 2018, onde os critérios de utilização foram o idioma, ano e a relevância do conteúdo da publicação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos através da análise das fotos tiradas das dependências da

instituição foram que os grafitos encontram-se em quantidade substancial a partir das salas do 5º ano em diante e divergindo-se em quanto ao conteúdo.

Os grafitos foram classificados em categorias mediante seu conteúdo, que foram: autoafirmação, consistindo nos grafitos de assinatura dos próprios nomes, declarações afetivas, que abrangiam desde as declarações de amor até as de amizade, de intimidação, consistindo de xingamentos e ameaças a outros colegas e outros, consistindo de mensagens e desenhos aleatórios.

Durante a história da humanidade a comunicação sempre teve papel fundamental nas relações entre os humanos. “O homem é um ser social e essa característica é algo que o define em relação aos outros animais. Há uma necessidade do convívio com seus semelhantes, nesse contato ele estrutura comportamentos e cria suas culturas.” (FILHO; MENDES, 2015)

Diante disso, observa-se o histórico da humanidade no desenvolvimento dessa comunicação. Primeiramente através de gestos e emissão de sons da natureza, posteriormente surgiu a necessidade de que essas informações não se perdessem, com o tempo os homens começaram a rabiscar, surgindo as pinturas rupestres e como

consequência a escrita. (FILHO; MENDES, 2015)

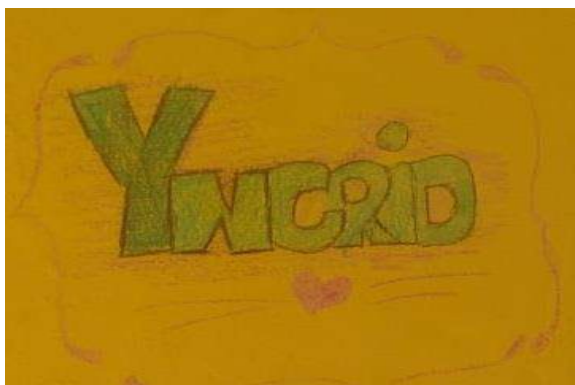
Apesar de toda evolução durante os milênios, ainda hoje, nos dias atuais ainda é comum encontrar rabiscos e pichações em locais como muros, paredes, portas e afins. Qual seria o motivo de isso ainda acontecer numa sociedade contemporânea onde não falta lugares apropriados para se escrever, sejam eles físicos ou virtuais? Aqui serão levantadas hipóteses sobre a origem e a motivação dessas pichações, observando no contexto educacional de uma escola pública e levando em consideração as fases a qual os educandos da instituição se encontram.

Fotografia 1 - Declarações afetivas



Fonte: arquivo pessoal (2018).

Fotografia 2 - Grafito de autoafirmação



Fonte: arquivo pessoal (2018).

Nas duas imagens é possível observar a procura dos estudantes por uma individualização em meio a toda a padronização a qual estão inseridos no contexto escolar, há uma busca por se expressar, “alunos que, quando não encontram espaço simbólico para fala e escuta, encontram na pichação uma maneira de expressão.” (TAKARA, 2017, p 18). Assim, caracterizando a falta de espaço para fala como um dos fatores para os rabiscos

Durante o processo de fotografar a escola chamou a atenção que nas turmas até o 4º ano ocorriam poucos riscos nas paredes, dando a entender que o fator da idade dos alunos estaria diretamente ligado com os rabiscos. Segundo Takara (2017, p 15):

“O espaço da escola, apesar de ser estruturalmente o mesmo, também era construído, organizado

socialmente de acordo com expectativas e atribuições de cada série. Conforme o aluno avançava no seu aprendizado, o espaço deixava de ser estimulante para o olhar para ser apenas funcional.”

Podendo assim, os grafitos serem resultados dessa falta de estímulo sentida por parte dos alunos no decorrer do seu crescimento escolar e biológico, agindo como um redutor das manifestações de afetividade no contexto de sala de aula. Relacionando-se com a mudanças das atividades escolares, que a partir dessa idade focam mais no atividades de repetição do que as que investem na imaginação e criatividade do estudante (CAVANI; SOUZA, 2015). Daí a estrutura escolar ser comparada com um local de aprisionamento e que devido as expectativas programas desvalorizam as expressões de afetividade, conversas, brincadeiras e até as brigas, em detrimento de uma cognição desvinculada a esta afetividade.

Para Wallon, durante a adolescência a afetividade alterna entre momentos de introspecção, voltada às questões

emocionais, e extroversão, voltada as questões intelectuais, num movimento pendular, permitido que o sujeito construa sua autonomia, além da edificação de si e da relação com o outro (GRANDINO, 2010). Também aponta a indissociabilidade da afetividade, a ação motora e a cognição, pois a afetividade proporciona o desenvolvimento cognitivo e se expressa pela ação motora, que por sua vez ajuda na manutenção dessa afetividade. Outro ponto que ele foca é a da necessidade da desconstrução do olhar adultocêntrico, de um suposto equilíbrio dinâmico afetivo, sobre a criança e adolescente, interpretando os comportamentos dos mesmos por suas próprias referências e expectativas (CAVANI; SOUZA, 2015), nascendo assim grande parte dos rótulos que são submetidos os alunos.

Também percebe-se que os acontecimentos fora da escola interferem no comportamento dos alunos, influenciando a dinâmica da sala, onde a culpa muitas vezes se não é jogado sobre o próprio aluno e relegada a falta de atenção dos pais ao mesmo (FERREIRA; ACIOLY-RÉGNIER, 2010). E a exteriorização dos sentimentos, principalmente os mais negativos, acabam por ser reprimidos pelos educadores, que algumas vezes ao sabem como lidar com eles, fazendo com que o aluno deixe fluir seus

sentimentos no ambiente físico do colégio, por meio do grafito, que é muitas vezes o único modo que têm para lidar com eles (CAVANI; SOUZA, 2015).

A afetividade é uma presença viva dentro do contexto educacional e não pode mais ser ignorada por este, pois pelas análises é claro o impacto que a mesma trás para as relações e os processos de aprendizagem, requerendo assim visões mais inclusivas e capazes de resgatar a dimensão de cuidado necessária ao processo educativo, pois afetividade e cognição, são como duas faces de uma mesma moeda, que é a pessoa (FERREIRA; ACIOLY-RÉGNIER, 2010).

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Os grafitos acabam por funcionar também como forma de fugir daquele ambiente considerado tedioso, além de também permitir expressar sua sexualidade de modos mais positivos como nas declarações amorosas, ou mais negativos, através dos xingamentos e ofensas direcionado aos colegas.

Levando em consideração a hipótese de que esses alunos sentem a necessidade de se expressar, e devido a limitação da grade de estudos não podem encontrar na escola tempo e espaço para trabalharem essa expressividade. É interessante pensar na

criação de locais de fala para esses alunos podendo ajudar, e muito nessa questão da expressividade, tanto pela fala, quanto de forma artística através do teatro, oficinas de desenhos e outros caminhos da arte. Fariam com que estes educandos pudessem se expressar livremente e também sentirem que estão sendo ouvidos, que são notados e que estão deixando sua marca, seja através de uma pintura ou por uma peça de teatro.

5 REFERÊNCIAS

CAVANI, M. L. G.; SOUZA, V. L. T. A. percepção de alunos dos 7º anos do ensino fundamental sobre os modos de relação estabelecidos na escola: uma análise da perspectiva da psicologia histórico-cultural. In: ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, 220, 2015. São Paulo.

FERREIRA, A. L.; MACIOLY-RÉGNIER, N. M. Contribuições de Henri Wallon à relação cognição e afetividade na educação. Educar, Curitiba, n. 36, p. 21-38, mar. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/er/n36/a03n36.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2018.

FILHO, A. H. C; MENDES, M. L. G. C. Análise Dos Diálogos Estabelecidos Nas Paredes Dos Banheiros Masculinos Da Faculdade De Filosofia e Ciências Sociais (FAFIC) Da Universidade Do Estado Do Rio Grande Do Norte (UERN), XVII Congresso de

Ciências da Comunicação na Região Nordeste, Natal, Rio Grande do Norte, Brasil, 2 a 4/07/2015.

GRANDINO, P. J. Wallon e a psicogênese da pessoa na educação brasileira. Recife, Fundação Joaquim Nabuco, Massangana. 2010

SANTOS, R. C. S.; CUSTÓDIO, L. M. G.; DIAS, M. B. O amor e os relacionamentos na adolescência: considerações psicanalíticas. Portal dos psicólogos. 2017. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/A1135.pdf> Acesso em: 25 ago .2018.

TAKARA, L. M; "Nóis pixa, voces pinta vamu ve quem tem mais tinta": a mediação do espaço físico e social na promoção do desenvolvimento da imaginação de adolescentes do ensino médio. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas, São Paulo, Brasil, 2017.

CURSO: Pedagogia

ÁREA: Educação

ANÁLISE DE LIVRO DIDÁTICO COMO INSTRUMENTO DE APRENDIZAGEM

Beatriz Paz Monteiro

Daniela da Costa Felix

Francisca Natália Almeida da Silva

Jaiane Felix de Oliveira

Maira Jaqueline Silva Batista

Márcia Maristela Silva Martins- maristelamarcia740@gmail.com

Maria Lucas- marialucasce@outlook.com

RESUMO

Este artigo apresenta uma análise feita em livro didático da disciplina de português do 2º ano do Ensino Fundamental. Para tanto, leva em consideração as orientações feitas pela professora da disciplina de Português I e a concepção de linguagem adotada; o espaço reservado para Leitura, Produção de textos, Oralidade e Análise linguística e gêneros textuais. Faz-se necessário definir o que é LD (Livro Didático), bem como enfatizar sua importância em sala de aula. O objetivo principal deste artigo é analisar o livro didático, de forma que identifique os pontos positivos e negativos para um trabalho reflexivo e produtivo com a Língua Portuguesa. A partir da análise foi possível identificar os mais diversos gêneros textuais que o livro aborda, as unidades analisadas foram a 06(seis) e a 07(sete) que trabalham o gênero textual tirinha em seus diversos contextos. Foi possível identificar também outros gêneros textuais, tais como notícia, frases exclamativas e interrogativas. O livro trabalha a linguagem como um instrumento comunicativo, a linguagem é o meio de comunicação mais interativo e direto, para tanto as unidades trabalham com propriedade a interpretação de texto com o intuito de formar leitores capazes de ler, compreender e produzir texto.

PALAVRAS CHAVE: Análise. Gêneros Textuais. Livro didático. Língua Portuguesa.

1 INTRODUÇÃO

O livro didático (LD) tem um papel fundamental no sistema educacional brasileiro. Ele surgiu, no Brasil na década de 1930, com o Instituto Nacional do Livro, uma entidade responsável por fazer a produção e a distribuição dos livros didáticos. A partir desse momento os livros nunca mais saíram das salas de aula e até hoje são parte fundamental no contexto escolar, ordenando o trabalho pedagógico. O livro didático tem um fundamental papel nas aulas, todavia, observamos que ultimamente muitos professores têm usado o livro didático como recurso prioritário, e não buscam estratégias que tornem a aula mais dinâmica.

Tendo em vista essa prioridade do livro didático durante as aulas e o seu uso diário, é necessário que antes de ir para dentro da sala de aula ele seja analisado de forma clara e precisa

pelos gestores e professores, como forma de verificar: se e como atende às orientações sugeridas pelo PCN; Como o livro é formulado; Sua estrutura; Sua metodologia; Sua formulação histórica, ideológica e política. Os PCN (Parâmetros curriculares nacionais) são um conjunto de textos, cada um sobre uma área de ensino, que serve para nortear a elaboração dos currículos escolares em todo o país, eles não constituem uma imposição de conteúdos a serem ministrados nas escolas, mas são propostas nas quais as Secretarias e as unidades escolares poderão se basear para elaborar seus próprios planos de ensino.

O livro em análise neste trabalho é do Projeto Buriti Português trabalhado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas turmas de 2º ano, Organizadora Editora Moderna, Componente Curricular Letramento e Alfabetização e PNLD 2016 até 2018. Foram analisadas as unidades 6(seis) e 7(sete), por trabalharem principalmente os gêneros textuais, a linguagem e a gramática.

Para desenvolver esta análise, levamos em consideração algumas questões propostas pela professora da disciplina de Português I e outras que a equipe achou necessário, tendo em vista que hoje os livros didáticos procuram modelar-se pelas diretrizes nacionais, consideramos também o estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que têm como um dos objetivos promover reflexões acerca das práticas pedagógicas. Dessa forma, esta análise suscita a formulação de objetivos que fundamentam este trabalho: conhecer a abordagem e o método utilizados para trabalhar determinados conteúdos; relação dos temas com o dia-a-dia do aluno, e as propostas dos autores; os conteúdos selecionados e a forma como estão distribuídos e organizados ao longo das unidades se estão compatíveis com os objetivos de aprendizagem para cada série e disciplina previstas no PPP (Projeto Político pedagógico).

2 EMBASAMENTO TEÓRICO

Marisa Martins Sanchez, Editora licenciada em Letras pelas Faculdades São Judas Tadeu. Professora de Português em escolas públicas e particulares de São Paulo por 11 anos é responsável pelo Projeto Buriti – Livro da Disciplina de Português do Segundo ano do ensino Fundamental. Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2008 traz dados relevantes para a utilização desse recurso pedagógico em sala de aula.

O guia de livros didáticos do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD) do ano de 2008(dois mil e oito) traz dados relevantes para a utilização desse recurso pedagógico em sala de aula, mostrando a importância de analisar um livro didático para bem utilizar. Ao abordar a importância do professor na escolha do livro, o autor enfatiza que:

É preciso observar, no entanto, que as possíveis funções que um livro didático pode exercer não se tornam realidade, caso não se leve em conta o contexto em que ele é utilizado. Noutras palavras, as funções acima referidas são histórica e socialmente situadas e, assim, sujeitas a limitações e contradições. Por isso, tanto na escolha quanto no uso do livro, o professor tem o papel indispensável de observar a adequação desse instrumento didático à sua prática pedagógica e ao seu aluno. (BRASIL, 2007, p.12)

Nesse sentido, o livro didático não deve ser o único recurso a ser utilizado pelo professor em sala de aula, e sim um dos meios para auxiliar no processo de ensino, é preciso também adequá-lo a realidade do local onde ele será utilizado, considerando as especificidades do grupo de alunos envolvidos.

Os livros didáticos são distribuídos no Brasil pelo FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação) dividido de acordo com cada série. Neste caso do 2º ano do Ensino Fundamental suas disciplinas são voltadas para alfabetização matemática e alfabetização linguística. E são livros consumíveis. Os alunos precisam saber manusear os livros – didáticos.

Existe também o programa PNLD (Programa Nacional do Livro Didático) que é um programa do governo federal brasileiro, um dos mais antigos voltados à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileiro.

Também temos que estar atento que a produção do Livro Didático Público aponta para uma preocupação com o direcionamento de ensino para a rede, uma vez que os títulos disponíveis não atendem, necessariamente, as Diretrizes Curriculares elaboradas no Estado. Como dizia Paulo Freire:

Não basta saber ler que 'Eva viu a uva'. É preciso compreender qual a posição que Eva ocupa no seu contexto social, quem trabalha para produzir a uva e quem lucra com esse trabalho. (FREIRE, 1996)

O autor defende uma concepção de educação que coloca os alunos como sujeitos de seu próprio aprendizado, eles são os protagonistas do processo de aprendizagem e o professor deve ser o mediador do conhecimento, contrapondo-se à visão hegemônica de educação, que coloca os professores como os detentores do saber.

Analisando o projeto Buriti do Livro Estudado é um material que motiva, com imagens fortes, reais, aliado a um conteúdo atualizado e que encanta o aluno. No ano de 2011 foi o primeiro ano organizado por disciplina, o projeto trouxe os conteúdos de ciências, história e geografia em um único livro e separa as disciplinas por unidades, além disso, no mesmo ano o Buriti inova sem perder as características didáticas que o consagraram e favorece o interesse do aluno, trazendo conteúdos digitais que estimulam os alunos e facilitam a aprendizagem.

Os princípios desse projeto é o domínio da linguagem, vocabulário conceitual, educação em valores e temas transversais. Suas conexões entre as disciplinas flexionando o trabalho do professor e ajudá-lo na tarefa de consolidar os conhecimentos adquiridos pelos alunos nas diferentes áreas.

O projeto defende que o “BURITI inova sem perder as características didáticas que o consagraram e favorece o interesse do aluno. Traz, em 2011, conteúdos digitais que estimulam os alunos e facilitam a aprendizagem”.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse artigo foi elaborado através do método qualitativo e explicativo. As fontes de livros, artigos e o estudo em sala de aula foram de suma importância para a realização da análise do livro em questão: Projeto Buriti Português trabalhado no ensino fundamental Anos Iniciais, nas turmas de 2º ano, Organizadora Editora Moderna, Componente Curricular Letramento e Alfabetização e PNLD 2016 até 2018.

Foram analisadas as unidades seis e sete, que abordam questões complexas como: os gêneros textuais, gramática, ortografia e também questões não quantificáveis, como o comportamento, as expressões e os sentimentos.

4 ANÁLISE DO LIVRO DIDÁTICO

A análise foi feita nas unidades 6 (seis) e 7 (sete) do livro: Projeto Buriti Português trabalhado nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas turmas de 2º ano, Organizadora Editora Moderna, Componente Curricular Letramento e Alfabetização e PNLD 2016 até 2018.

4.1 Gêneros textuais

Que gêneros textuais são contemplados no livro didático? Em sua avaliação os gêneros textuais da esfera literária estão adequadamente representados?

Um dos conteúdos trabalhados na unidade 6 (seis) e 7 (sete) são: Gramática, Gêneros Textuais e Ortografia. A mesma tem como finalidade orientar e regular o uso da língua, estabelecendo um padrão de escrita e de fala, assim, para falar e escrever corretamente, é preciso estudar a Gramática.

Os **gêneros textuais** são classificados conforme as características que os textos apresentam em relação à linguagem e ao conteúdo. Existem muitos deles, os quais promovem uma interação entre os interlocutores (emissor e receptor) de determinado discurso.

Os gêneros textuais trabalhados como temas nas duas partes estudadas são história em quadrinhos e notícia, mas, acrescenta ainda textos: instrucional e descritivo, notícia, música, poema, poesia, e ficha descritiva. Eles são apresentados de forma simples e estão adequados ao contexto em que são apresentados, tendo em vista que o público alvo são alunos entre 6 e 7 anos.

4.2 Análises da unidade 6 (seis)

A unidade traz como título “Eu me divirto”, e tem como tema as histórias em quadrinhos.

4.2.1 A concepção de linguagem adotada

Na unidade 6 (seis), o livro traz consigo os três tipos de concepção de linguagem: como expressão do pensamento, como instrumento de comunicação e como forma ou processo de interação. Apesar de serem contempladas todas as concepções, ele próprio não os traz de forma tradicional.

Em análise do livro, encontram-se atividades de interpretação de texto, para completar frases, criar histórias, propostas de pesquisa e ortografia, porém, a maioria trouxe consigo propostas de resolução bem interativas. Ademais, encontram-se nele, ilustrações coloridas e muitas tirinhas, o que é ótimo para chamar a atenção das crianças.

Na linguagem como expressão do pensamento, a unidade traz questões de interpretação de texto, em forma de múltipla escolha. Mas, como os textos expostos para interpretação são bem atrativos, em sua maioria tirinhas, as atividades tornam-se menos tradicionais e não cansativas.

Na parte que traz a linguagem como instrumento de comunicação, há atividades de completar frases com palavras expostas, relacionar colunas, e questões de interpretação de texto para escrever a resposta correta.

E, as atividades de acordo com linguagem ou forma de interação, aparecem logo na primeira página da unidade, como perguntas direcionadas ao leitor que tem como proposta a

interação com os colegas. Leva propostas de criação de diálogo para tirinhas, criação de frases para texto instrucional e como conclusão leva os alunos a criarem sua própria tirinha da maneira que quiser.

4.2 Qual o espaço reservado no livro para as atividades com leitura

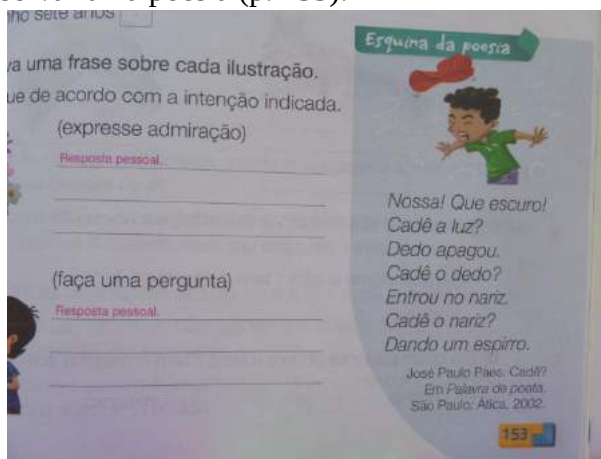
Os espaços reservados com leitura são questões com história em quadrinhos e interpretação de texto (p. 140).



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Muitos desses espaços, tem seus textos vindos com objetivos propostos para atividades como de interpretação de texto e de análise linguística.

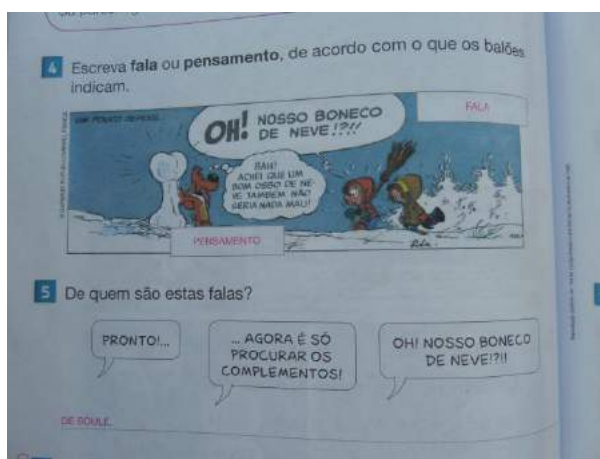
A seguir pode-se observar uma poesia (p. 153).



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

A esquina da poesia, traz trechos de poesias em cada unidade sem objetivos direcionados. Ela aparece apenas para diversificar o livro e incentivar a leitura aos alunos. A mesma vem com desenho colorido e estimula os alunos a lerem pelo simples prazer de ler.

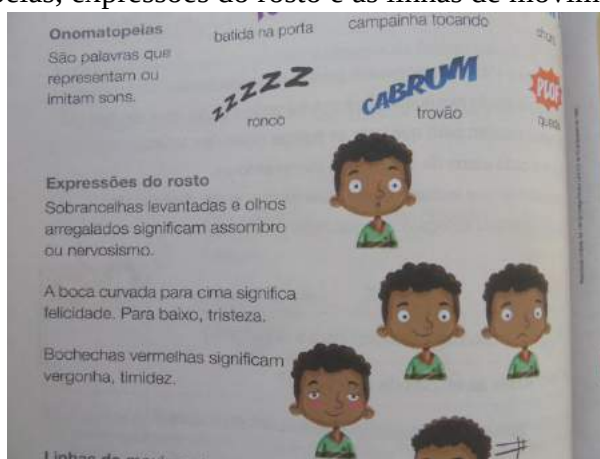
Percebe-se que, nos quadrinhos deste capítulo há dois recursos gráficos importantes: o balão de fala e o de pensamento (p. 142).



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Esses recursos são apresentados como uma atividade e levam os alunos refletirem um pouco mais sobre o gênero e já irem aprendendo como são estruturadas de forma bem simples e não cansativa.

Mais adiante, ele leva os leitores a conhecer outros recursos utilizados em histórias em quadrinhos, como: onomatopeias, expressões do rosto e as linhas de movimento (p.160).

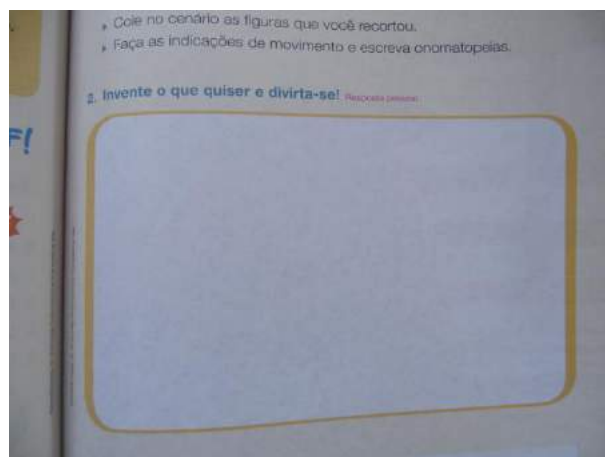


Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Mais uma vez, fora do tradicionalismo, o livro informa o autor sobre recursos importantes para se fazer uma história em quadrinhos de forma simples e não enfadonha.

4.2.3 Produção de textos

Nesta unidade, contém um quadro para produção de uma história em quadrinho (p. 161).



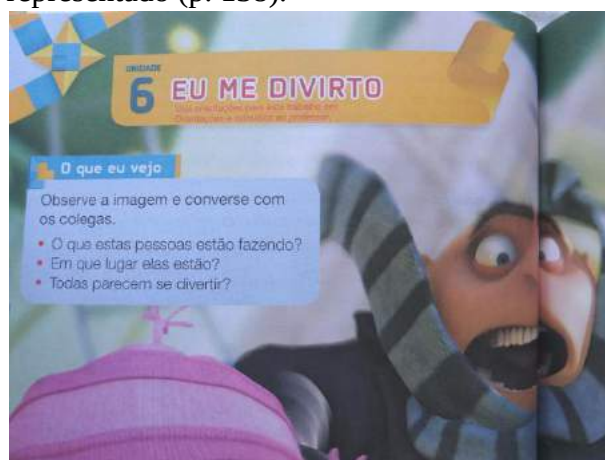
Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Nela, o interlocutor pode usar sua criatividade e criar o que quiser.

A proposta é bem interessante, mas sente-se a falta de mais espaços como esse em um livro destinado a crianças que estão ainda iniciando o processo de leitura e precisam tanto ler textos, como também, produzi-los.

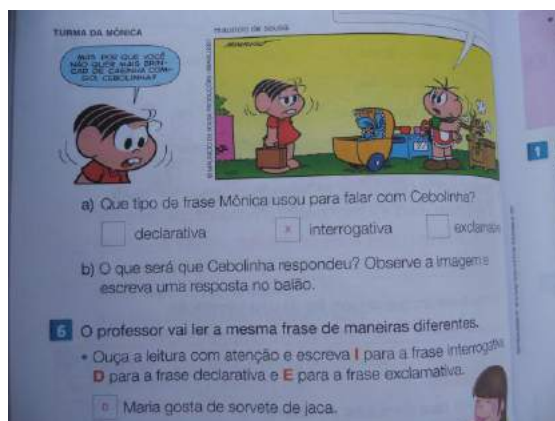
4.2.4 Oralidade

Já no começo, podem-se observar algumas questões de oralidade. Ela vem com o objetivo de identificar o desenho ali representado (p. 138).



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Outras são de interpretação de texto (no caso, a história em quadrinho, pois é o tema estudado) (p.146 e 153).

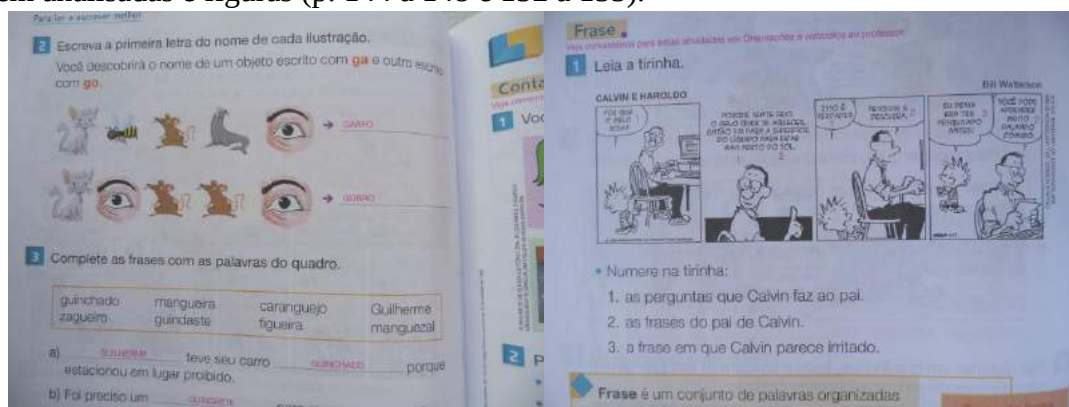


Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Dos três tipos de atividade, percebe-se que, a unidade reserva pouco espaço destinado a atividades de reflexão e exposição do pensamento pessoal. Na maioria, as propostas já são bem direcionadas e não abrem espaço para expressar uma ideia diferente da apresentada.

4.2.5 Análise linguística

Contém 5 (cinco) atividades com análise linguística que usa como instrumento tirinhas, para serem analisadas e figuras (p. 144 a 148 e 152 a 155).



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

É um ponto positivo e merece ser elogiada a forma como foram colocados ilustrações e muitos espaços coloridos que, trazem vida as atividades e as tornam menos enfadonhas e mais divertidas. Mesmo que a tirinha da figura acima não esteja colorida, ela dinamiza o espaço por trazer a ideia de uma criança (da idade dos estudantes) inteligente e questionadora.

4.3 ANÁLISE DA UNIDADE 7 (SETE)

A unidade traz como título “Eu cuido dos animais”, e tem como tema as notícias.

4.3.1 Concepção de linguagem adotada

A unidade 7 (sete), também faz uso das três concepções de linguagem, assemelhando-se assim, com a 6(seis). Porém, em sua maioria, utiliza-se da linguagem como instrumento de comunicação, deixando então, o uso da língua como forma ou processo de interação bem escondida e quase inexistente.

Nessa pesquisa, percebe-se um modelo bem semelhante à unidade anterior com relação ao uso das ilustrações e tirinhas, no entanto, além dessas, faz questão de unir os textos do livro com a atualidade. Por isso, expõe o gênero notícia para os leitores na forma de um “print” feito na tela de um computador, ideia essa que atrai as crianças por serem tão fascinadas por esse mundo digital.

Na linguagem como expressão do pensamento, são expostas, mais uma vez questões de múltipla escolha, respeitando o nível do leitor que provavelmente será crianças de 6(seis) a 8(oito) anos de idade. Por isso, não são descritas de forma individual, mas sempre em acompanhamento de textos de acordo com o público alvo.

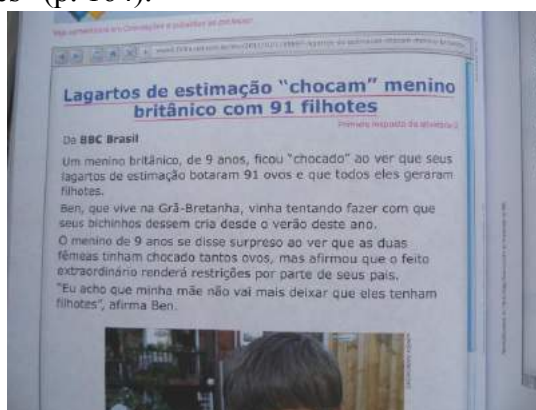
Já a linguagem como instrumento de comunicação, são vistas questões de interpretação de texto para ser escrita a resposta nas linhas dispostas e questões que direcionam o interlocutor a procurar e analisar partes do texto e ortografia de acordo com o comando. Há ainda, questões interativas com tabelas, palavras cruzadas e de completar palavras e frases.

E, por fim, as atividades classificadas segundo a linguagem como forma ou processo de interação, estão localizadas já na abertura da unidade com questões norteadoras do tema e tem como objetivo a interação dos leitores. Depois dessas, há poucas questões de respostas pessoais, e, não há nenhum espaço reservados para produção de texto.

4.3.2 Qual o espaço reservado no livro para as atividades:

Com leitura

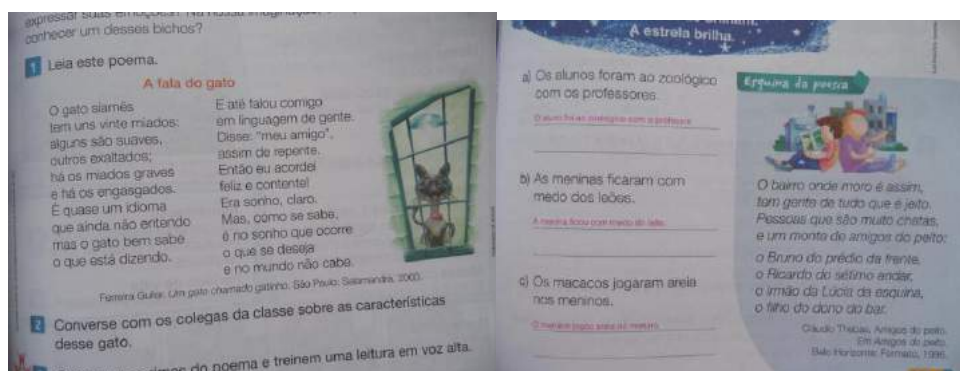
A unidade 7 (sete) começa com a leitura da notícia “Lagartos de estimação ‘chocam’ menino britânico com 91 filhotes” (p. 164).



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Esse primeiro texto já traz uma proposta bem interessante e diferente dos livros tradicionais. Os textos aparecem como se fossem um “print” tirado de um computador. Essa ideia é muito boa, pois sabe-se que as crianças dessa nova geração já nasceram na era digital e mostram muito interesse por coisas relacionadas a internet. Ao fazer isso, o livro estimula a criança a ler um tipo de texto que se não estivesse nesse formato, alguns teriam preguiça de ler por ser um pouco cumprido.

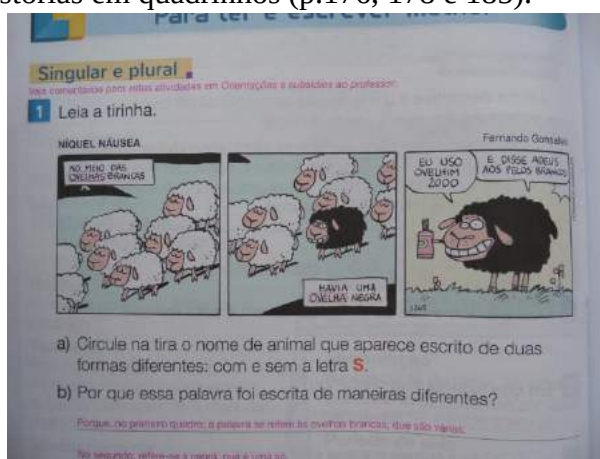
A seguir, observa-se a estrofe da canção “bola de meia, bola de gude” (p. 168), as poesias “A fala do gato” (p.173):



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Como já foi visto, o livro traz textos diversificados para atividades e também para leitura, trazendo para os leitores a oportunidade de conhecer gêneros textuais diferentes dos que são o foco da unidade.

Há ainda 3 (três) histórias em quadrinhos (p.176, 178 e 185).



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

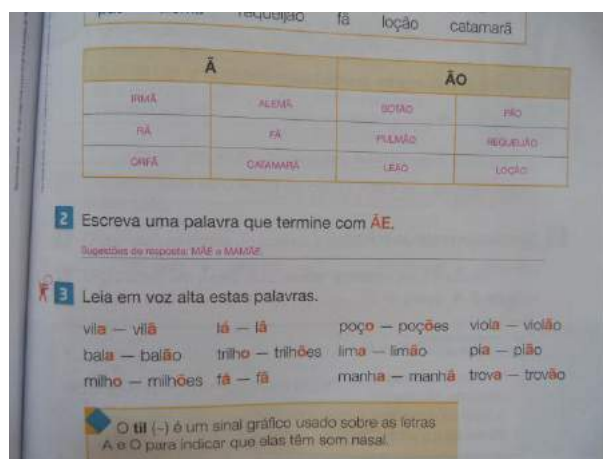
O texto deve ser indispensável no processo ensino e aprendizagem, principalmente nos iniciais, pois instigam o aluno e trabalham a leitura de uma forma lúdica para que haja uma aquisição significativa da linguagem.

Produção de textos

Não contém atividades para produção de texto. Muitas escolas só pensam no SPAECE e na hora de escolher o livro didático acabam deixando a produção de texto de lado, isso pode prejudicar o aluno na escrita.

Oralidade

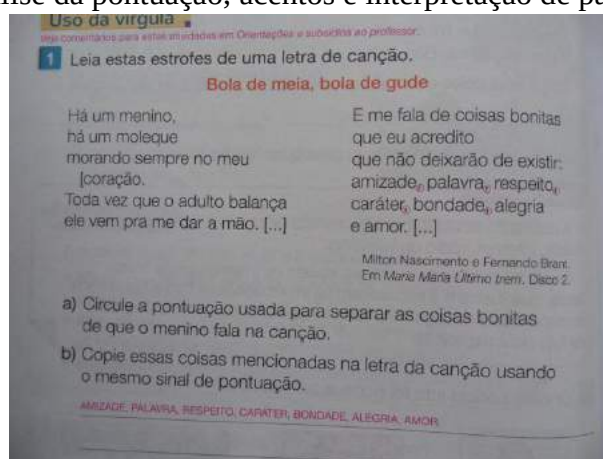
Logo de início, observa-se que há atividades com oralidade, ela pede que os alunos observem uma imagem de um lagarto e conversem com os colegas sobre o que pensam, depois, a atividade continua com a notícia e o gênero trabalhado nessa parte do livro para os alunos fazerem uma leitura e posteriormente respondê-la interpretando (p. 166). Após isso, há uma questão para os alunos lerem em voz alta as palavras com til (~) (p.171).



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

Análise linguística

Há várias questões neste estilo, elas são elaboradas com textos curtos e histórias em quadrinhos. Seus objetivos são a análise da pontuação, acentos e interpretação de palavras (p. 168 a 172).



Fonte: Acervo pessoal, 2018.

É interessante ver que, o livro se preocupa com o processo de alfabetização e traz vários textos direcionados para as atividades na intenção de fazer com que a criança exercite a sua leitura.

Pontos positivos e lacunas

Os capítulos analisados apresentam uma estrutura curricular conforme os PCN (Parâmetros Curriculares Nacionais), os conteúdos são multidisciplinares, ou seja, trabalham todas as disciplinas, mas com um direcionamento na língua portuguesa, como pode ser observado nos conteúdos de gêneros textuais, ortografia e gramática.

O livro traz aspectos normativos como: “Para pensar”, “Atividade de compreensão”, “Pesquise e responda”, “Pense e responda”, “Atividade de fixação”, e auxilia o aluno com palavras específicas mostrando um “Glossário”. Faz o uso de termos simples, com bastantes figuras e textos, aplicações dos conteúdos no dia-a-dia, interpretação visual totalmente dinâmica e de fácil entendimento.

No entanto o livro ainda está um pouco preso ao tradicionalismo, quando traz questões decoradas como: “Quais são os personagens do texto?”, “Qual o título?”, “Qual o assunto?”,

questões como essas podem ser passadas, desde que tenham um sentido para o aluno, não apenas a memorização.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tudo o que foi apresentado neste trabalho faz parte de um grande desafio para os educadores, o modo de trabalhar a língua portuguesa em sala de aula, a forma como ela está inserida no currículo, o que os alunos já trazem consigo para a escola são questões essenciais para uma diretriz pedagógica preocupada com o processo de ensino e aprendizagem dos alunos do 1º ao 2º ano do Ensino Fundamental.

Sabemos que nenhum material didático vai garantir sozinho o sucesso da aprendizagem do aluno que é necessário o professor preparar com antecedência o material e se prepare para utilizar o material de maneira eficiente e eficaz garantindo a qualidade do processo de aprendizagem. Este trabalho nos permitiu perceber os diversos recursos didáticos e quais as importâncias que eles trazem para o mundo educativo, alguns materiais que conhecemos por descrições e fotos, pudemos manuseá-lo fazendo um comparativo do recurso descrito ou real.

A realização deste trabalho nos deixou motivados e com muita esperança que um dia, todo professor da educação básica no nosso país, possa perceber a importância da utilização dos livros didáticos nas aulas, pois ainda existem muitos que não se interessam a trabalhar com o livro didático, várias hipóteses poderiam ser apresentadas, tais como: os materiais são de baixa qualidade; o livro está fora da realidade do aluno; o livro só trabalha com a memorização de conteúdos; o livro não contempla o currículo escolar.

Agradecimentos: Queremos agradecer, em primeiro lugar, a Deus, a nossa família e a professora Maria Lucas pelos ensinamentos, paciência e confiança durante a escrita deste artigo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)**. Língua Portuguesa. Ensino Fundamental. Terceiro e quarto ciclos. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Guia de Livros Didáticos PNLD 2008: Matemática. Brasília: MEC, 2007.

FREIRE, Paulo. Os cristãos e a libertação dos oprimidos. Lisboa: Edições Base, out. 1978

http://www.projetomemoria.art.br/PauloFreire/pensamento/05_pensamento_dialogo%20como%20paradigma.html

CURSO: NUTRIÇÃO

ÁREA: SAÚDE

ALIMENTOS QUE CAUSAM DANOS À SAÚDE

FOODS CAUSING DAMAGE TO HEALTH

SANTIAGO¹, Ana Caroline Gonçalves; SILVA¹, Delmira Lucas da; CARVALHO¹, Maria Iohanna de; LIMA¹, Sâmia Camille Correia; Luciana da Silva Santos².

RESUMO

É possível identificar que qualidade de vida é caracterizada como algo benéfico, saudável e a longo prazo que compense as necessidades pessoais, sociais, afetivas, culturais, fisiopatológicas e nutricionais, e para que o indivíduo possa tê-la é preciso considerar uma alimentação saudável, manutenção do seu peso corporal adequado e exercícios físicos como condições eficazes para a promoção da saúde. Foi realizado um estudo de campo em uma escola pública de Ensino Médio, sendo aplicado em turma de segundo ano, onde se realizou uma apresentação de slides e aplicação de questionário sobre alimentação saudável e produtos alimentícios causadores de patologias como obesidade, hipertensão, diabetes e câncer, mostrando os benefícios e malefícios, e possíveis alternativas de consumo de alimentos saudáveis para a melhoria da educação alimentar dos adolescentes. De acordo com os questionários respondidos individualmente por cada adolescente, houve variação entre alimentação balanceada e irregular, visto que os mesmos passavam o período da manhã nas dependências da escola optando ou não pela merenda escolar oferecida. Concluindo que, a falta de interesse sobre nutrição e alimentação saudável muitas vezes gera um limite entre o conhecimento dos indivíduos sobre o que ingerir e as suas necessidades diárias, no que diz respeito a bons hábitos alimentares, cabendo ao nutricionista alertar riscos e promover a saúde das populações.

Palavras-chave: Alimentos. Hábitos Alimentares. Nutrição.

1 INTRODUÇÃO

Qualidade de vida pode ser entendida como algo benéfico, saudável que compense as necessidades pessoais, sociais, afetivas, profissionais e nutricionais, e para que o indivíduo possa tê-la é preciso considerar uma alimentação saudável como condição eficaz para a promoção da saúde.

O aumento do consumo excessivo de alimentos industrializados, do tipo ultra processados, pode estar associado à transição nutricional, que se caracteriza pelo declínio da desnutrição infantil e a alta prevalência da obesidade. Este fato pode ser explicado, pois nas últimas três décadas, o consumo desses alimentos aumentou em larga escala por todas as faixas etárias, inclusive entre os escolares (MONTEIRO et al., 2010; MENEZES et al., 2011).

De acordo com a legislação brasileira, não há definição para alimento industrializado ultra processado, apenas “produto alimentício”. Porém, Monteiro (2010), define alimento ultra processado como resultante da mistura de pequenas quantidades de alimentos minimamente processados, com proporções maiores de produtos processados, também chamados de ingredientes da indústria e culinária, sendo estes últimos, caracterizados por processos específicos que incluem prensagem, trituração, moagem, refino, “purificação”, hidrogenação, e, uso de enzimas e aditivos.

A hipótese deste trabalho é promover a saúde por meio de hábitos alimentares saudáveis alertando para os malefícios a partir do consumo excessivo de produtos alimentícios prejudiciais à saúde, a problemática trata-se de mostrar quais os alimentos que causam danos à saúde, a importância deste estudo é saber como os

adolescentes se alimentam e propor melhorias nos hábitos alimentares saudáveis.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho foi realizado em uma escola pública de Ensino Médio no município de Aracati-CE, no mês de abril de 2018, aplicado em turma de segundo ano, onde se realizou uma apresentação de slides sobre alimentação saudável e produtos alimentícios, mostrando os benefícios e possíveis alternativas de consumo de alimentos saudáveis para a melhoria do hábito alimentar dos adolescentes, e alertando-os sobre os malefícios de uma alimentação inadequada.

Em seguida, foi aplicado um questionário individual sobre os hábitos alimentares de um público jovem com faixa etária entre 15 e 17 anos, sendo 14 jovens do sexo feminino e 16 do sexo masculino, somando o total de 30 adolescentes.

O questionário continha o total de 10 questões objetivas, subdivididas em itens de A à C, e A à E. Esse questionário foi desenvolvido a partir do guia alimentar, pirâmide alimentar e materiais de consulta, a fim de avaliar os hábitos alimentares do cotidiano do público jovem.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir dos resultados obtidos através da aplicação de um questionário, observou-se que os mesmos têm faixa etária entre 15 e 17 anos, sendo 14 deles do sexo feminino e 16 do sexo masculino, somando um total de 30 adolescentes.

Foi observado que o consumo de água por dia da maioria equivale a mais de cinco copos; o número de refeições incluindo lanches da manhã e tarde eram de três a quatro vezes; a primeira refeição da manhã foi tradicional; o consumo de frutas foi avaliado com duas ou menos unidades; para o lanche notou-se que a maioria dos alunos não levam nenhum tipo visto que, a escola oferece o mesmo; O consumo de verduras e legumes diariamente foi positivo, seguido de carnes vermelhas; Em relação a ingestão de refrigerantes por dia os resultados foram de três ou menos vezes; O consumo de peixes oscilou entre duas ou mais vezes por semana e de uma a quatro vezes por mês.

Por fim, o consumo de alimentos classificados como fritos, gordurosos e ultra processados eram consumidos entre menos de duas vezes por semana e de duas a três vezes por semana.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

A partir dos resultados obtidos no questionário é possível concluir que, a falta de conhecimento e atenção em relação ao tipo de alimentação ingerida pelo público alvo em questão é preocupante, pois tendo em vista as informações colhidas pelos acadêmicos do curso de nutrição e ministrantes da aplicação do projeto, o que repassou-se aos alunos do nível médio foram de extremo interesse e até espanto dos mesmos, onde a quantidade de substâncias prejudiciais à saúde presentes diariamente em suas alimentações eram estimulantes e causadores de diversas patologias, fato no qual não tinham conhecimento, principalmente pela falta de

comunicação, conversação e informação de um profissional ou graduando da área.

Diante disso, medidas de proteção com fins regulatórios são uma das ações estratégicas para reduzir a exposição dos indivíduos ao estímulo de práticas alimentares de risco para a saúde, contribuindo, assim, para as escolhas saudáveis.

AGRADECIMENTOS

Agradecer primeiramente, a docente Luciana da Silva Santos pela oportunidade de um estudo em campo com uma experiência gratificante e positiva. A equipe que junto a mim, trabalhou para que fosse possível a realização desta pesquisa de campo. E a Érica Christinne Correia Lima pelo empenho e dedicação.

5 REFERÊNCIAS

DUMKE Elizane, SCHALEMBERGUER Julie Taís Simon e BENEDETTI Francieliane Jobim. Consumo e análise de gorduras totais de alimentos ultraprocessados ingeridos por pré-escolares. Nov/2014. Disponível: <https://periodicos.unifra.br/index.php/disciplinarumS/article/view/1114/1065>.

Pirâmide dos alimentos: fundamentos básicos da nutrição/Sonia Tucunduva Philippi, (organizadora).--2. ed. rev. -- Barueri, SP: Manoele, 2014. -- (Guias de nutrição e alimentação).

TEIXEIRA Marina Galvão, PEREIRA Taisa Sabrina Silva, SILVA Thamyres Souza Da e MOLINA Maria Del Carmen Bisi. Medidas de proteção na promoção de alimentação saudável: uma revisão de literatura. Out-Dez/2012. Disponível: <file:///C:/Users/Windows/Downloads/5124-10322-1-SM.pdf>.

TORAL Natacha; CONTI Maria Aparecida;
SLATER Betzabeth. A alimentação
saudável na ótica dos adolescentes:
percepções e barreiras à sua implementação
e características esperadas em materiais
educativos. Nov/2009. Disponível:
<https://www.scielo.org/pdf/csp/2009.v25n11/2386-2394/pt>.

Questionário**Nome:**

Idade:

Responda todas as perguntas marcando a alternativa de acordo com seus hábitos alimentares.

1. Quantos copos de água você bebe por dia?

- a) Não bebo muita água;
- b) Menos de quatro copos;
- c) Mais de cinco copos.

2. Quantas vezes por dia você come? (conte também os lanches da manhã e da tarde).

- a) Uma ou duas vezes por dia;
- b) De três a quatro vezes por dia;
- c) Mais de cinco vezes por dia.

3. Como costuma ser seu café da manhã?

- a) Café preto e no máximo um biscoitinho;
- b) Café com leite, pão branco, margarina, queijo e presunto;
- c) Frutas e sucos naturais, cereais integrais, tapioca, pão integral.

4. Qual é, em média, a quantidade de frutas que você consome por dia?

- a) Não como frutas nem bebo suco natural de frutas todos os dias;
- b) Três unidades;
- c) Duas ou menos unidades.

5. O que você leva de lanche para a escola?

- a) Não levo nenhum tipo de lanche;
- b) Chocolates, pães, bolachas recheadas, salgadinhos, refrigerante;
- c) Frutas, iogurte, barrinha de cereal, sanduíche de pão integral.

6. Você consome algum tipo de verdura ou legume todos os dias:

- a) Não consumo verdura nem legumes;
- b) Duas ou menos vezes por semana;
- c) Todos os dias.

7. Quantas vezes por semana você come carne vermelha?

- a) Todos os dias;
- b) Não consumo carne vermelha;
- c) Duas vezes ou mais.

8. Você costuma tomar refrigerantes com qual frequência?

- a) Não tomo refrigerantes;
- b) Três ou menos vezes por semana;
- c) Todos os dias.

9. Você costuma comer peixes com qual frequência?

- a) Não consumo;
- b) Somente algumas vezes no ano;
- c) 2 ou mais vezes por semana;
- d) De 1 a 4 vezes por mês.

**10. Pense nos seguintes alimentos:
frituras, salgadinhos fritos ou em pacotes,
carnes salgadas, hambúrgueres,
presuntos e embutidos (salsicha,
mortadela, salame, linguiça e outros).
Você costuma comer qualquer um deles
com que frequência?**

- a) Raramente ou nunca;
- b) Todos os dias;
- c) De 2 a 3 vezes por semana;
- d) De 4 a 5 vezes por semana;
- e) Menos que 2 vezes por semana.

CURSO: DIREITO

ÁREA: SOCIOLOGIA JURÍDICA

ACESSO À JUSTIÇA

UMA QUESTÃO SÓCIO JURÍDICA

Autores: SILVIO CESAR GOMES DE SENA FILHO, BRENA SOARES, FRANCISCA AUCIENE, CIBELE KELVIA, EMANUELLY, MARIA JERUSILEIDE DE SENA DO NASCIMENTO

Informações do autor

SILVIO SENA: SILVIO.SENA@FVJ.BR

JERUSILEIDE SENA: JERUSENNA@GMAIL.COM

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo expor os obstáculos para a realização do acesso à justiça a serem combatidos, apresentando meios alternativos de pacificação social eficientes para a resolução de conflitos, em especial a mediação, conciliação e arbitragem pois, além de findar o problema, são mais céleres, econômicos e menos desgastantes para os envolvidos.

Desse modo, ao final do trabalho pode-se observar a necessidade da adoção bem como inclusão de meios alternativos de resolver conflitos trazendo não só vantagens para o Poder Judiciário, como também aos litigantes.

Palavras-chave: Acesso à Justiça; meios alternativos de resolver conflitos; mediação, conciliação e arbitragem.

1 INTRODUÇÃO

A Constituição Federal em seu At. 5º, XXXV, assevera: “a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito”. Baseado nisso, apenas proclamar a igualdade jurídico-formal, assim, é hipossuficiente, tendo em vista que

o fim desejado é a garantia da proteção material dos direitos, assegurando aos cidadãos, a ordem jurídica justa como previsto na Constituição. A partir desta constatação o presente trabalho tem por objetivo a pesquisa e análise do acesso à justiça em detrimento dos obstáculos que

dificultam a sua efetividade, abordando uma evolução do conceito de acesso à justiça e seus desafios, bem como soluções.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

Este trabalho é um estudo analítico-teórico que analisa os desafios para o acesso eficaz à justiça bem como soluções para esses desafios. O método científico neste artigo foi a pesquisa bibliográfica através de artigos e livros. O ambiente da pesquisa foi a biblioteca Dr. Salomão Mussolini Pinheiro Maia na Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 EVOLUÇÃO CONCEITO TEÓRICO DE ACESSO À JUSTIÇA

O conceito de acesso à justiça tem evoluído com o passar do tempo. Inicialmente nos Sécs. XVIII e XIX os procedimentos jurídicos refletiam um caráter fundamentalmente individualista dos direitos em vigor à época. Ter acesso à proteção judicial significava o direito formal do indivíduo lesado em propor ou contestar uma ação na justiça. Na época esse direito era considerado um direito natural, mas o Estado acreditava que não necessitava intervir para garantir acesso desse direito à população em especial a mais carente. Foi abordado por Cappelletti e Garth (1974) na obra *Acesso à*

Justiça: “O conceito de acesso à justiça tem sofrido uma transformação importante, correspondente a uma mudança equivalente no estudo e ensino do processo civil”.

Conforme citado, o Estado não se preocupava em capilarizar e nem em popularizar o acesso da população (em especial as camadas mais desfavorecidas) devido essa não-interferência, acessar a justiça era como ter um bem, só podia ter quem pudesse pagar. Em teoria esse acesso era igualitário, mas na prática não era efetivado. Lançando uma luz sobre o que os estados modernos fizeram para aproximar a justiça da população encontram-se realidades semelhantes com a dos séculos XVIII e XIX.

Atualmente o direito de acesso à justiça tem recebido cada vez mais atenção entre os novos direitos, já que se tem percebido a necessidade dos cidadãos das mais variadas camadas terem acesso efetivo - e não apenas teórico - aos serviços da justiça. Esse direito de acesso tem sido até mesmo considerado como básico; por conta disso o Estado começou a intervir de forma realmente efetiva criando defensorias públicas e a capilarização de pequenas delegacias, em especial para atender delitos específicos (Delegacia da Mulher, Roubos e Furtos, etc.); magistrados e outros operadores do direito na esfera pública também tem

levado esses serviços à população. A iniciativa privada tem participado de forma efetiva com ações de advogados exercendo advocacia *pro bono* e escritórios indo atender em comunidades carentes e atuações em ações solidárias. Como disse Thiciane Araújo Monteiro (2015) “A advocacia *pro bono* tem o intuito de garantir o acesso à Justiça aos que dela necessitem, difundindo o conhecimento jurídico àqueles que não têm condição de arcar com o referido serviço.”

3.2. OBSTÁCULOS A SEREM TRANSPOSTOS

Mesmo com ações criadas para garantir a pulverização bem como a popularização do acesso efetivo à justiça, as partes antagônicas no pleito judicial precisam estar em igualdade, mas diante da realidade atual isso é utopia, visto que as diferenças entre as partes não podem ser total e perfeitamente erradicadas. Mas para que as diferenças sejam assim minimizadas precisamos entender quais são essas diferenças e como elas atrapalham a vida dos cidadãos nos pleitos judiciais.

3.2.1 OBSTÁCULOS DE ORDEM ECONÔMICA

A resolução de disputas por meio do poder judiciário é dispendiosa e muitas vezes lenta. A população carente que muitas vezes tem pressa para com a solução do litígio, não dispõe de recursos financeiros para buscar as

alternativas paralelas para solucionar o problema.

Vantagem pecuniária, podem contratar os melhores advogados em vista do patrimônio que possuem.

A maior barreira fiduciária encontrada por litigantes é o valor dos honorários advocatícios. Ou seja, quando muitas pessoas precisam acessar à justiça brasileira já pensam em quão oneroso isso pode se tornar. Muitos advogados ao contemplar a condição do cidadão e de sua família chega a cobrar menos do que a tabela recomenda.

3.2.2 BARREIRAS GEOGRÁFICAS E SOCIAIS

A geografia é um aspecto importante que precisa ser levado em consideração quando o indivíduo precisa acessar à justiça. Muitos cidadãos, em especial de zonas rurais acabam sendo desestimulados pela distância e condições geográficas que separam suas comunidades dos centros urbanos.

As barreiras sociais são as mais sutis. Muitas pessoas se sentem intimidadas pela opulência de alguns tribunais, fóruns e até escritórios de advocacia ao redor do país, por isso não fazer parte de sua realidade, a população mais carente se sente

desconfortável por estar em um ambiente diferente de sua realidade e cotidiano.

3.2.3 MOROSIDADE

Na maioria das nações a solução por problemas judiciais demoram na ordem de dois a três anos ou até mesmo mais tempo do que isso. Essa morosidade gera um inexorável desgaste físico, emocional e financeiro de forma que os envolvidos ficam desmotivados e pior, muitas vezes a reclamação prescreve. Pois uma justiça lenta é em parte também inacessível.

3.2 SOLUÇÕES AOS DESAFIOS

Tendo em vista a grande variedade de desafios como morosidade do Judiciário, limitações econômicas, geográficas/sociais, existem medidas que visam solucionar esses desafios, sejam as que nascem no próprio Poder Judiciário: como atuação em ações solidárias; educação judicial, que educa cidadãos sobre seus direitos. Outro movimento em voga, são ações extrajudiciais, que atuam efetivamente, mas não necessitam de judicialização, como Câmaras Arbitrais e mediação.

Serão abordadas medidas de solução ao acesso à justiça. Lembrando que ao falar sobre “acesso à justiça” precisamos incluir não só indivíduos, mas também empresas.

3.2.1 JUSTIÇA ARBITRAL E MEDIAÇÃO

Cidadãos assalariados são beneficiados com as ações da justiça arbitral, de variadas formas.

Pessoas físicas e jurídicas com altos recursos possuem vantagens comparadas a outros litigantes que não têm as mesmas condições. Esses atores além de poderem acionar advogados de grandes bancas, podem pagar por litígios e recorrer inúmeras vezes. Com esse investimento em qualidade, a probabilidade de seus argumentos serem expressos de forma mais eficiente é maior.

Salienta-se que além de pessoas físicas, pessoas jurídicas em especial as grandes empresas são beneficiadas com arbitragem, pois essas companhias geram emprego e renda para a população. Dependendo do imbróglio que empresário e executivos estão envolvidos isso pode fazer com que a empresa feche, mude-se, transferindo-se para outra cidade e no caso das estrangeiras, fazer com que saiam do país, levando os empregos e renda. Nesses casos, quanto mais célere o for litígio, menor será o impacto social referente a desemprego e distribuição de renda.

Quanto as empresas a arbitragem tornou-se importantíssima. Ao invés de

recorrerem ao judiciário, recorrem a tribunais arbitrais para resolverem litígios. Algumas possuem cláusulas contratuais indicando até quais tribunais arbitrais recorrer caso surja algum imbróglio.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FIINAIS

Resta evidente que o direito de acesso à justiça é básico, simples mas ao mesmo tempo extremamente importante para o desenvolvimento e manutenção da atual civilização.

A previsão constitucional de acesso à justiça e do dever do Estado em promover medidas que enalteçam esse direito são importantes para que o acesso seja acessível a todos.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos primeiramente a Deus por nos ter possibilitado os meios necessários para a criação deste trabalho.

Somos gratos também a nossa orientadora prof Jerusileide Sena por sua inefável atenção e dedicação ao conteúdo inserido nesse trabalho e por ter nos orientado de forma tão harmoniosa e eficaz.

5 REFERÊNCIAS

Advocacia Pro Bono à luz da Ética,
<https://thucidireito.jusbrasil.com.br/artigos/296276676/advocacia-pro-bono-a-luz-da-etica> acesso em 29/10/2018

https://www.echr.coe.int/Documents/Convention_POR.pdf. Acesso em 29/10/18

<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/60849-justica-itinerante-visa-garantir-acesso-aos-direitos-do-cidadao-em-um-pais-de-dimensoes-continenciais> Acesso em 29/10/18

<https://www.dubbio.com.br/artigo/212-juizados-de-pequenas-causas-tudo-que-voce-precisa-saber> Acesso em 29/10/18

<https://blog.juridicocerto.com/2017/01/tribunal-de-arbitragem-entenda-o-funcionamento-desse-modelo-de-justica.html> Acesso em 29/10/18

CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA

ÁREA: SAÚDE

**A RELAÇÃO ENTRE A DEPENDÊNCIA QUÍMICA E A DEPENDÊNCIA DIGITAL:
COMO INTERFERE NO APRENDIZADO**MOURA, Fernando da Silva¹; DANTAS, Philipe Sousa¹, CONCEIÇÃO, Matheus Pereira¹
SANTOS-NASCIMENTO, Tiago²¹fernandomoura.1927@gmail.com² Orientador. tiagonascimento@fvj.br**RESUMO**

As dependências química e digital são grandes problemas mundiais, afetando não só a vida social do indivíduo, mas também a sua saúde física. O intuito deste trabalho é relacionar as dependências química e digital, evidenciando os seus efeitos fisiológicos e seus reflexos no aprendizado. A pesquisa trata-se de uma revisão de literatura, realizada através de busca nos indexadores SCIELO e Periódico CAPES. Os critérios de inclusão foram: artigo completo e brasileiro que abordasse o tema em português. Conclui-se que as dependências químicas e digitais compartilham o mesmo sistema fisiológico, afetando diretamente a vida social e principalmente o aprendizado, que necessita de prazer para se efetivar o conhecimento, onde as alterações do sistema de recompensa cerebral interferem nesse processo.

Palavras-chave: Dependência química. Dependência digital. Aprendizado.**1 INTRODUÇÃO**

A dependência é uma desordem neurológica que afeta o sistema de recompensa no cérebro. Não só as drogas de abuso alteram os níveis de dopamina, mas também alguns tipos de comportamentos que geram prazer e acabam por compartilhar das mesmas vias neuroquímicas, como por exemplo a dependência digital (ROLNIK; SHOLL-FRANCO, 2006).

A dependência química e digital são transtornos psiquiátricos crônicos, caracterizados principalmente por sintomas persistentes, com consequências negativas sociais, psicológicas e físicas (CHAIM; BANDEIRA; ANDRADE, 2015).

Segundo o Ministério da Saúde, foi destinado pelo governo federal um adicional de R\$ 320 milhões por ano, totalizando R\$ 1,6 bilhão para a Rede de Atenção

¹ Discentes do curso de Licenciatura em Educação Física da Faculdade do Vale do Jaguaribe - FVJ em Aracati-CE.

² Docente da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ em Aracati-CE - Orientador

Psicossocial (RAPS), destinado ao atendimentos de dependentes químicos.

De acordo com os dados do relatório “2018 Global Digital” da We Are Social, o Brasil é o segundo país que mais está conectado no celular, com o tempo médio de 3 horas e 39 minutos diários.

O objetivo do presente trabalho é relacionar a dependência química e a dependência digital com o processo de aprendizado.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa trata-se de uma revisão de artigos e livros relacionados com parte neurofisiológica e social do tema, realizada através de busca nos indexadores SCIELO e PUBMED. Foram pesquisados e selecionados 17 artigos científicos, sendo utilizados para compor o texto produzido, 5 artigos. Os critérios de inclusão foram: artigo completo e brasileiro que abordasse o tema.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O cérebro é composto por bilhões de neurônios, ou células nervosas, que se comunicam através de mensageiros químicos ou neurotransmissores. Quando um neurônio é estimulado o suficiente, um impulso elétrico, chamado de potencial de ação, é gerado e viaja ao longo do axônio para a terminação nervosa. Aqui, é desencadeada a

liberação de um neurotransmissor na fenda sináptica - um espaço entre os neurônios (RIBEIRO, 2007).

A dependência é a incapacidade do indivíduo controlar seus atos diante de um comportamento, mesmo a iniciativa do uso das drogas sendo voluntária as alterações cerebrais decorrentes se chocam com o autocontrole e a capacidade de resistir a impulsos intensos (CHAIM; BANDEIRA; ANDRADE, 2015)

As drogas ativam no cérebro o circuito de recompensa que tem como neurotransmissor principal a molécula de dopamina, que é responsável por gerar a sensação de prazer. Parte desse circuito é o sistema mesocorticolímbico, que quando ativado induz a área tegmental tentorial a liberar o neurotransmissor para o centro de prazer denominado Núcleo Acumbente, assim como em outras estruturas do cérebro (ROLNIK; SHOLL-FRANCO, 2006)

Em uma pessoa saudável, o sistema de recompensa reforça comportamentos que são essenciais para a sobrevivência, como: comer, beber, comportamento sexual e interação social. Por exemplo, o sistema de recompensa garante que você busque comida quando está com fome, porque você sabe que depois de comer se sentirá bem. Drogas de abuso se apropriam desse sistema, tornando

as necessidades naturais da pessoa em necessidade de drogas (RIBEIRO, 2007). Olhando do ponto de vista científico a dependência é uma mudança de comportamento relacionada a experiências repetitivas nas disciplinas sociopsicológicas, ou uma neuro-adaptação a estímulos, atrelando a um desejo de experiência ou de repetição (MENEZES, 2013)

Com o grande avanço das tecnologias digitais principalmente da eletrônica e da informática, a internet e os jogos eletrônicos tornaram-se cada vez mais populares, que sem dúvidas se tornaram umas das maiores formas de lazer, tendo uma faixa-etária ampla. Embora esses fenômenos serem poucos estudados, sugerem que o uso excessivo de internet pode se tratar de um transtorno psiquiátrico. A dependência digital ocorre quando um indivíduo passa a desvincular-se da sociedade para permanecer mais tempo em frente a um computador.

Os dependentes não conseguem controlar seu envolvimento e seu uso com a vida real e social, o que pode além do isolamento provocar desconforto emocional, ansiedade, agitação, irritabilidade, depressão, perturbação, toc (transtorno-obsessivo-compulsivo) e outros (ABREU et al., 2008).

Quanto mais dopamina mais prazer e quanto mais prazer, mais inesquecível será a experiência. Tendo em vista que o estado da dependência química ou digital trás uma alteração nas prioridades, fazendo com que o ser humano busque apenas o objeto de desejo, nada mais vai lhe trazer um estímulo de prazer. O processo de aprendizagem é prazeroso, quanto mais empenho mais dopamina é liberada, facilitando o aprendizado efetivo, porém com o estado desregulado do sistema de recompensa há uma mudança de objetivo. (ROLNIK; SHOLL-FRANCO, 2006)

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dependências química e digital repartem o mesmo mecanismo fisiológico, pois os estímulos que geram prazer, tem feedback do sistema de recompensa e pode ocasionar uma dependência ou uma alteração fisiológica devido a liberação excessiva de neurotransmissores, causando a dependência.

Conclui-se que ao ter interferências fisiológicas por meio de agentes causadores de dependência, o indivíduo não sente mais prazer em outras atividades além da substância química ou o comportamento em questão, dificultando assim qualquer atividade necessária, incluindo elas o aprendizado e o estímulo natural para essa prática.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao orientador e a instituição pela oportunidade.

5 REFERÊNCIAS

1. RIBEIRO, Marcelo. **Neurobiologia da dependência química**. 2007. UNIFESP. São Paulo
2. LORBER, Ariel; SHOLL-FRANCO, Alfred. **As profundezas do vício: “Quando eu quiser, eu paro!”**. 2006. UFRJ. Rio de Janeiro
3. NABUCO, Cristiano; GOMES, Rafael; SAMPAIO, Dora; TORNAIM, Daniel. **Dependência de internet e de jogos eletrônicos: uma revisão**. 2008. Fmusp. São Paulo.
4. CHAIM, Carolina Hanna; BANDEIRA, Kereya Bernares P.; ANDRADE, Arthur Guerra de. **Fisiopatologia da dependência química**. 2015. REV MED. São Paulo.
5. ABREU, Cristiano Nabuco de Abreu; KARAM, Rafael Gomes; GÓES, Dora Sampaio; SPRITZ., Daniel Tornaim; **Dependência de internet e jogos eletrônicos: uma revisão**. 2008. USP. São Paulo.
6. Digital in 2018: World's Internet Users Pass The 4 Billion Mark. Disponível em: <<https://wearesocial.com/blog/2018/01/global-digital-report-2018>>. Acesso em: 01 nov de 2018.
7. Política Nacional de Saúde Mental, Álcool e Outras Drogas. Disponível em: <<http://portalms.saude.gov.br/politica-nacional-de-saude-mental-alcool-e-outras-drogas>>. Acesso em: 01 nov de 2018.

CURSO: Pós-graduação em Gestão Escolar**ÁREA:** Educação**Núcleo:** LaborErasmus Fernandes Nobre¹
Maryland Bessa Pereira Maia²**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR NO
DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS PEDAGÓGICOS³****RESUMO**

Cada vez mais a escola vem se mostrando como elemento importante e fundamental para a sociedade em todos os aspectos: humanos, sociais e políticos. Assim como na convivência de todos dentro das comunidades, a escola precisa de gestores que tenham a capacidade de liderar apropriando-se do diálogo, respeitando a tomada de decisão do grupo e a participação de toda comunidade escolar. O propósito maior dessa pesquisa é compreender a participação dos gestores no desenvolvimento de projetos pedagógicos dentro das escolas, no intuito de buscar melhorias no processo de ensino-aprendizagem e, a partir daí mencionar a importância de uma gestão democrática e constatar a dimensão de sua participação nos projetos escolares na busca de novos recursos pedagógicos para fortalecer o aprendizado. Para isso, foi utilizada a pesquisa bibliográfica na busca de se obter maiores conhecimentos e realizada uma pesquisa de campo em uma escola profissionalizante, situada em Fortaleza. Percebeu-se, através de questionários, aplicados para os gestores e para alguns professores, que a escola é pautada em princípios democráticos e que todos têm a compreensão da importância de a gestão participar ativamente na realização dos projetos pedagógicos, desta forma, contribuindo para a excelência do trabalho, com vantagem de oportunizar e contribuir para a aprendizagem significativa dos alunos.

Palavras-chaves: Gestão participativa. Projetos pedagógicos. Aprendizagem.

¹ Graduado em Pedagogia pela Universidade Federal do Ceará – UFC. E-mail: erasmofn@gmail.com.

² Orientadora. Doutora em Educação Brasileira na Universidade Federal do Ceará – UFC; Pesquisadora do Grupo LABOR UFC; Coordenadora do GE Paulo Freire FVJ; Professora Doutora vinculada a Faculdade do Vale Jaguaribe – FVJ. E-mail: Maryland.bessa@gmail.com.

³ Artigo apresentado como requisito parcial para obtenção do Título de Especialista em Gestão e Coordenação Escolar da Faculdade do Vale do Jaguaribe – FVJ/2018.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo vem discutir a importância da realização de projetos pedagógicos na escola e seu importante papel para o desenvolvimento das habilidades cognitivas, sociais e emotivas nos alunos. Por isso a necessidade da equipe de gestores seja ativamente participativa na construção e no desenvolvimento de projetos escolares.

A intenção deste artigo é encontrar fundamentação teórica sobre gestão escolar participativa e também sobre projetos pedagógicos, buscando intercalar as duas pesquisas oferecendo propostas para a participação da gestão nesta sugestão de trabalho.

O gestor tem como função, entre outras, estimular mudança, lutar para melhorias da qualidade da educação, incentivar novas ideias. Para isso, ele tem que estar sempre disposto a participar de todo evento que ocorra na escola. O maior interesse da gestão escolar é ter uma equipe de profissionais motivados, sempre preocupada em valorizar os aspectos humanos, a afetividade, os valores, as emoções, os sentimentos, enfim formar sujeitos dentro do contexto humano e solidário. O ser humano que trabalha em uma escola e que esteja motivado ou desmotivado, vai intervir de forma positiva ou negativa no processo de ensino-aprendizagem.

Ao assumir o cargo de diretor de uma determinada escola, o sujeito passa a ter uma demanda da gestão escolar, ou seja, todas as solicitações e obrigações que devam ser cumpridas nos órgãos superiores e nas comunidades escolares, representada pelos pais, alunos, professores e funcionários da escola. O seu enfoque de atuação profissional é, entre outros, a mobilização e articulação das condições humanas e materiais no intuito de garantir o processo de ensino-aprendizagem da forma mais dinâmica possível.

É necessário, na construção de novos conhecimentos, entender que o aluno não aprende somente na sala de aula, mas em outros ambientes da escola e até fora dela. É função de toda equipe pedagógica, incluindo o diretor escolar, oferecer aos alunos, uma escola que seja realmente favorável a construções de novos aprendizados. Como cita Madeiro (2015, p. 15), “Este é o desafio do gestor escolar: coordenar o esforço humano coletivo e mover suas energias em prol de um objetivo, que é o sucesso do processo ensino-aprendizagem de sua unidade administrativa.”

Para se ter uma boa equipe pedagógica, com excelentes professores motivados e envolvidos na escola, pais e alunos satisfeitos, é de suma importância que a gestão escolar seja

ativamente participativa, aberta a novas possibilidades de mudança e sempre buscando inovar com o intuito de contribuir ativamente na sociedade.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O tema escolhido, para a realização desta pesquisa, é de suma importância pois encontramos diversas contribuições no que se refere a gestão participativa e a projetos interdisciplinares como recurso para favorecer o processo de ensino-aprendizagem, porém, este vem contribuir significativamente para a comunidade que busca informações sobre o assunto, pois, através dos referenciais teóricos que tratam os dois assuntos acima especificado, iremos construir um material unindo os dois assuntos.

Visando conhecer uma comunidade escolar com o intuito de verificar o trabalho realizado neste estabelecimento, buscamos desenvolver como eixo metodológico o estudo de campo, onde estuda-se um grupo ou comunidade com o intuito de buscar aprofundamento das questões propostas, possibilitando a interação entre o pesquisador e a situação de estudo. Segundo Gil (2002, p. 53),

Tipicamente, o estudo de campo focaliza uma comunidade, que não é necessariamente geográfica, já que pode ser uma comunidade de trabalho, de estudo, de lazer ou voltada para qualquer outra atividade humana. Basicamente, a pesquisa é desenvolvida por meio da observação direta das atividades do grupo estudado e de entrevistas com informantes para captar suas explicações e interpretações do que ocorre no grupo. Esses procedimentos são geralmente conjugados com muitos outros, tais como a análise de documentos, filmagem e fotografias.

O que torna esta modalidade de pesquisa mais intrigante é que o pesquisador tem muito mais flexibilidade, pois os seus objetivos podem ser, sempre que necessário, reformulados no decorrer da pesquisa, além de que ele realiza pessoalmente boa parte do trabalho, favorecendo uma experiência direta com o estudo.

2.1. Caracterização do Espaço da Pesquisa

A escola escolhida para se realizar o estudo é uma escola estadual de educação profissional, está situada no Bairro Jardim Cearense, na região metropolitana de Fortaleza, sob a jurisdição da Superintendência das Escolas de Fortaleza - SEFOR, funcionando em tempo

integral (turnos manhã e tarde), atendendo 526 alunos do ensino médio integrado na perspectiva profissionalizante e ensino médio regular.

O prédio é composto de 12 salas de aula, um Laboratório de Ciências, dois Laboratórios de Informática, um Centro de Multimeios, uma Cozinha e um Refeitório, Sala dos Professores, Secretaria, Diretoria, Coordenação, uma Sala dos Diretores de Turma, de Vídeo, de Repouso, Pátio Coberto, Quadra Esportiva, Depósito, cinco banheiros e Vestiário em processo de licitação.

O núcleo gestor é formado por um diretor, três coordenadores escolares, um assessor financeiro e uma secretária escolar. Tem um bom quadro de funcionários, que ajuda na manutenção da escola em diversas funções. O corpo docente, é composto por professores de nível superior com habilitação, outros com especialização e mestrado na área em que atuam e a maioria pertence ao quadro de professores efetivos do Estado.

Em relação a situação econômica, boa parte dos alunos pertencem a uma classe de baixo poder aquisitivo. Os alunos têm interesse em se profissionalizarem e com isso ter maior abertura no mercado de trabalho através dos estágios oferecidos pelo curso, bem como a possibilidade de ingressar na Universidade.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na percepção dos gestores, como a proposta está interligada com os princípios democráticos:

G1 – Sim. As decisões são coletivas, tanto as pedagógicas, como boa parte das administrativas.

G2 – Sim. Documentos legais da escola como PPP e Regimento Escolar por exemplo, foram, elaborados com base nos princípios da gestão democrática a fim de garantir a autonomia da unidade escolar, a participação coletiva nos processos de tomada de decisão. Assim, a escola apresenta instâncias colegiadas como conselho escolar e unidade executora que são compostas por diferentes membros da comunidade escolar (gestores, professores, alunos, pais e membros da comunidade escolar) de caráter deliberativo e administrativo, respectivamente. A escola também apresenta grêmio escolar. No entanto, este ano está articulando novas eleições para o grêmio.

G3 – Sim, pois é realizado um planejamento contínuo para melhor desenvolvimento das ações pedagógicas.

Na percepção existem pontos que precisam ser identificados como parte de um princípio democrático.

P1 – **Não. É preciso envolver os estudantes nas decisões da escola a fim de criar uma cultura de participação.**

P2 – Sim. Há reuniões para montar o planejamento.

P3 – Sim. Há uma participação democrática onde todos participam da gestão da escola.

P4 – Sim. Temos uma gestão participativa e transparente em que as decisões são tomadas em conjunto com os professores.

P5 – Sim. Pois suas reuniões pedagógicas, ações e projetos sempre se atentam a participação de todo quadro funcional escolar.

P6 – A proposta é democrática, pois já começa quando acontece o PPP da escola verificando o que é melhor para a escola.

P7 – **Não, muitas decisões importantes são tomadas sem o conhecimento e participação da equipe, a exemplo das mudanças de coordenação dos cursos técnicos e da coordenação de estágio.**

Importante salientar que dois professores da pesquisa identificaram que não ocorre o exercício pleno da democracia participativa na escola. Um identificou que os alunos são sujeitos importantes desse exercício e outro observou a falta de socialização das decisões majoritárias.

Na percepção dos gestores, qual a importância da realização de projetos pedagógicos na escola:

G1 – Cada ação tem um objetivo que é reforçar a aprendizagem dos alunos.

G2 - O Planejamento, execução e avaliação de projetos oferece vários benefícios para a comunidade escolar, pois aumenta a participação dos alunos, reduz a evasão escolar, estimula a capacidade de aprendizagem cooperativa, melhora o clima escolar e consequentemente o rendimento.

G3 – Incentivo à pesquisa e a aprendizagem significativa.

A relação com o trabalho coletivo na gestão e o desenvolvimento dos projetos pedagógicos e a importância da gestão no desenvolvimento desse tipo de trabalho.

G1 – A gestão promove os meios para que os projetos aconteçam. A iniciativa é por parte dos professores, porém a gestão favorece para que os mesmos se realizem da melhor forma possível. Existe uma parceria onde cada um faz a sua parte, divisão de trabalhos e união de forças.

G2 – O trabalho coletivo na gestão está intimamente relacionado ao desenvolvimento de projetos pedagógicos e na integração das atividades do corpo docente e núcleo gestor tendo por objetivo a aprendizagem do aluno. A

gestão cria mecanismos democráticos e éticos para planejamento, execução e avaliação de ações na instituição em prol de uma educação de qualidade para todos os alunos.

G3 – A gestão pode incentivar os docentes e discentes à pesquisa científica.

Para o quadro docente qual a importância da participação da gestão nos projetos pedagógicos e as ações identificadas

P1 – Demandar maior engajamento dos alunos nos processos decisórios. Pouco contribui em promover o compartilhamento e o diálogo entre o grupo gestor e os alunos.

P2 – Para a primeira, expor as problemáticas do dia a dia da escola. Para a segunda, só se houver suma importância para o desenvolvimento da escola.

P3 – A gestão tem uma importância muito grande nos projetos pedagógicos da escola, pois são eles que atuam juntamente com os professores na formação e elaboração desses projetos.

P4 – A gestão tem um papel fundamental nos projetos desenvolvidos na escola, sejam eles de cunho pedagógico ou científico.

P5 – De grande importância, pois o apoio da gestão garante a participação cooperativa e o fortalecimento dos laços escolares.

P6 – A gestão é muito importante para viabilizar os projetos pedagógicos, isso quando acontece o envolvimento da gestão.

P7 – A gestão atuante impulsiona esses projetos e incentiva a criação de novos projetos. Se a gestão apoia e dar suporte, tais projetos têm maiores chances de sucesso, trazendo crescimento aos alunos e professores.

A partir dos questionários, compreendemos que a maioria dos profissionais que responderam percebe a escola como tendo uma gestão democrática. Os profissionais que trabalham na gestão consideram participativos, justificando pelo fato de que as decisões são coletivas nos processos de tomada de decisão, a elaboração do PPP e o Regimento Escolar se encontra nos princípios democráticos, garantindo a autonomia da escola, a existência do conselho escolar e unidade executora serem compostos por gestores, professores, alunos, pais e membros da comunidade e, a presença dos alunos também no grêmio escolar. Outro fator importante para a gestão é o planejamento contínuo para desenvolvimento das ações pedagógicas.

Quando partimos para a opinião dos professores, grande parte do público alvo da pesquisa vê a gestão como participativa, pois, a mesma é transparente nas decisões em que se tomam juntamente aos professores, as reuniões pedagógicas, ações e projetos sempre estão unidas a participação do quadro funcional da escola, a participação do professor no PPP. Porém,

para 27% acreditam que a gestão não é democrática, que a mesma toma decisões sem o conhecimento da equipe e que os estudantes não são envolvidos na participação das resoluções escolares.

Em relação a realização de projetos pedagógicos na escola, é unânime entre os gestores a importância dessas atividades, pois os projetos vêm reforçar a aprendizagem dos alunos, onde oferece vários benefícios para a comunidade escolar, aumenta a participação dos estudantes, reduz a evasão escolar, entre outros pontos positivos.

A relação que tem com o desenvolvimento de projetos pedagógicos e o trabalho coletivo na gestão é preciso que os gestores promovam os meios para os projetos aconteçam, mesmo que a iniciativa seja do professor, mas quem está à frente da gestão deve ajudar para que o trabalho aconteça da melhor forma possível. O desenvolvimento de projetos pedagógicos está diretamente ligado ao trabalho coletivo realizado pela gestão e direcionada para a aprendizagem dos alunos e é um grande incentivo à pesquisa científica.

Em relação a importância de se realizar projetos pedagógicos na escola com o apoio da gestão, para os professores, é ter um maior engajamento dos gestores, expor as problemáticas cotidianas. São os gestores responsáveis pela realização e incentivo da elaboração dos projetos, garantindo o fortalecimento dos laços escolares, impulsionando e incentivando novos projetos pedagógicos.

Observa-se que para a maioria a gestão é ativamente participativa na elaboração e que sempre ajuda nos projetos realizados na escola.

4 CONCLUSÃO/CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca de compreender a participação dos gestores escolares no desenvolvimento de projetos pedagógicos, no intuito de buscar melhorias no processo de ensino-aprendizagem e de contribuir com os profissionais da educação, consequentemente, mencionar a relevância da gestão pedagógica e constatar a relevância de se usar projetos pedagógicos nas escolas na busca de novos recursos para fortalecer o aprendizado, foi verificado em uma escola profissionalizante a participação da gestão no desenvolvimento de projetos pedagógicos, o que se percebeu que na escola estudada.

O tema vem ser bastante significativo, pois o mesmo trata de dois assuntos específicos que são a importância da gestão participativa na escola e o desenvolvimento de projetos pedagógicos com intuito de fortalecer o processo de ensino-aprendizagem, desta forma, buscar entender como os gestores poderão contribuir ativamente para a realização destas atividades educativas.

A união dos dois temas é de vêm colaborar diretamente para os educadores, escola e comunidade em geral, pois vem cooperar na percepção da de gestores e professores participarem ativamente dos projetos escolares e que, cada um, com suas respectivas funções, tem grande valor na realização dos mesmos.

Se as escolas estiverem realmente preocupadas com a formação integral dos alunos, esse compromisso perpassará para toda a comunidade escolar e o elo principal para a excelência no resultado é a gestão, onde a mesma deverá estar efetivamente integrada e fazer com que desperte a motivação nos alunos, professores e comunidade.

Através dos dados coletados, percebemos que a participação da gestão é satisfatória e que a mesma sempre contribui e vê a importância nos projetos pedagógicos, o que satisfaz a pesquisa realizada e os objetivos propostos.

Acreditamos que esse trabalho foi inicialmente uma pequena, mas significativa, contribuição para quem busca informações sobre o tema abordado e que, é interessante outras futuras pesquisas de outras escolas, como a regular e a de tempo integral, busca de maiores conhecimentos.

5 REFERÊNCIAS

BRITO, Jorge Nei; SABARIZ, Antonio Luis Ribeiro. Elaboração e gestão de projetos educacionais. São João Del Rei, MG: UFSJ, 2011. Disponível em: http://nead.uesc.br/arquivos/pedagogia/projetos_educacionais/modulo_projetos_educacionais.pdf. Acesso em: 28 fev 2018.

COELHO, Adriano de Sales. Gestão escolar e inovação – novas tendências em gestão escolar a partir das teorias de gestão da inovação. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP. São Paulo. P. 179. 2011. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/9606/1/Adriano%20de%20Sales%20Coelho.pdf>. Acesso em: 18 ago 2018.

DRUMOND, José Cosme. Modalidade de pesquisa: Estudo introdutório. Disponível em: https://pt.slideshare.net/LlianBFDuarte/modalidades-pesquisa-cosme?qid=d457e696-bede-43b1-93e1-b2db287cdd73&v=&b=&from_search=1. Acesso: 25 fev 2018.

GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4ª ed. São Paulo: Atlas. 2002.

MADEIRO, Eraldo. O papel do gestor escolar na motivação do aluno e professor – Demandas e desafios de duas escolas municipais. 1ª Ed. Rio de Janeiro: PoD, 2015.

MENEZES, Ebenezer Takuno de; SANTOS, Thais Helena dos. Verbete gestão escolar. *Dicionário Interativo da Educação Brasileira - Educabrazil*. São Paulo: Midiamix, 2001. Disponível em: <http://www.educabrazil.com.br/gestao-escolar/>. Acesso em: 25 ago 2018.

MOURA, Dácio Guimarães; BARBOSA, Eduardo F. Trabalhando com projetos: planejamento e gestão de projetos educacionais. 8. ed. Petrópolis – RJ: Vozes, 2017. Disponível em: <http://fvj.bv3.digitalpages.com.br/users/publications/9788532641694/pages/1>. Acesso: 24 fev 2018.

RODRIGUES, Márcio Santos. Gestão Escolar: Regulamentações, Definições e Organização. SO Pedagogia. Disponível em: <http://www.pedagogia.com.br/artigos/definicogestaoescolar/index.php?pagina=0>. Acesso em: 25 ago 2018.

CURSO: LETRAS

ÁREA: EDUCAÇÃO

A FIGURA DE LUZIA-HOMEM NA OBRA DE DOMINGOS OLÍMPIO

Aline Paula Lemos – alineplemos15@gmail.com
Artemia da Silva Souza – miah.souza85@gmail.com
Geyselane da Conceição Ferreira – *e-mail:* geyselane@gmail.com
Joyciane de Lima Pereira – joyciane_lima@yahoo.com
Luisa de Marilac de Oliveira Melo – marilachudson@hotmail.com
Marília Costa de Souza – *e-mail:* profmariliacosta@hotmail.com

RESUMO

O presente artigo é fruto da disciplina Literatura Brasileira II ofertada no curso de Letras da Faculdade do Vale do Jaguaribe no semestre letivo de 2017.1 A pesquisa discorrerá sobre a figura feminina representada na obra literária Luzia-Homem do escritor Domingos Olímpio no período do Realismo/Naturalismo no Brasil. A pesquisa se desenvolveu com o aporte teórico das pesquisas bibliográficas e a fundamentação do tema foi feita a partir dos estudos de Olímpio (2003, 1997), Lira Neto (1983), Gil (2002) entre outros com o intuito de avaliar o comportamento feminino presente na obra literária e, ao mesmo tempo, sendo objeto de estudo da análise apresentada. Relatar-se-á como as personagens são apresentadas na narrativa, salientando marcas e indícios da posição e voz da mulher perante a sociedade da época, observando principalmente a forma como o autor abordou a temática a cerca da mulher. Assim, objetiva-se expor a ambiguidade entre o feminino e o masculino nas características das personagens, com o respaldo da própria obra literária.

Palavras-chave: Luzia-Homem. Literatura Brasileira. Personagem Feminina.

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Desde os primórdios das civilizações, as mulheres lutam incansavelmente pela ideologia de igualdade de gêneros. É fato que ao longo dos séculos a figura feminina passa a ser vista como sinônimo de submissão criando um estereótipo de que a mulher representa o sexo ‘frágil’, sem autonomia, dependente do homem. A imagem feminina por muito tempo foi vista como inferior, limitada a moldes sociais que ditam seus comportamentos.

Mulheres, figuras criadas para o casamento sob a perspectiva da servidão e sobre esse aspecto a literatura apresenta vários exemplos e personagens construídas a partir desse olhar, entre elas: Iracema de José de Alencar, Capitu de Machado de Assis, Aurélia, personagem da obra *Senhora*, também de Alencar, entre outras.

No entanto, tal estereótipo vem sendo desconstruído cada vez mais, ao longo das últimas décadas, à medida que mulheres vão conquistando seus espaços e tornando-se protagonistas de suas histórias. Além disso, a literatura vem como um mecanismo de contribuição para a busca das mulheres pela emancipação de suas vontades.

Obras como *Luzia-Homem* vêm para somar nesta desconstrução de um

estereótipo ultrapassado acerca da figura feminina, pois proporciona uma ruptura estética da representação feminina, quebrando a tradição literária das mulheres altamente vaidosas, femininas e subjugadas ao sexo masculino, trazendo em *Luzia* uma mulher provida de força, garra, com poucas vaidades e nada submissa. Um trecho da obra, logo nas primeiras páginas, reafirma essa mudança marcada pela descrição da personagem principal: “Passou por mim uma mulher extraordinária, carregando uma parede na cabeça. – Era *Luzia*, conduzindo para a obra, arrumados sobre uma tábua, cinquenta tijolos” (OLÍMPIO, 2003. p.12).

A personagem *Luzia* passou a produzir uma antítese, antes a fragilidade que era encontrada nas personagens principais de outras obras, perdeu lugar para uma figura forte e destemida. Desta forma, o autor consegue se diferenciar das demais narrativas de sua época, tornando-se um homem à frente do seu tempo entrando para uma vertente voltada ao Realismo/Naturalismo.

Dentro dessa perspectiva, o desejo de pesquisar a figura feminina na obra do autor cearense tornou-se mais evidente com a produção de um ensaio literário proposto pela disciplina de Literatura Brasileira II, estudo que serviu de suporte teórico para a produção do presente trabalho.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

2.1 A figura da mulher no Realismo

O período literário do Realismo surgiu em oposição ao Romantismo e a obra *Luzia-Homem* remonta influência incontestável de Darwin sobre a perspectiva de que o ambiente condiciona o ser humano.

A mulher, representada em *Luzia* e *Terezinha*, aparece de modo não tão frágil como apareceriam se estas fossem personagens de uma obra romântica. É que as correntes literárias do Realismo/Naturalismo trouxeram consigo uma vertente que quebra os paradigmas da fragilidade feminina. A mulher, agora, é representada como um ser menos frágil, capaz de cometer delitos, com uma mente astuta, sabendo manejar as situações.

Neste contexto, já não se trata de um ser endeuado, mas de um ser verossímil que trabalha e que sonha com melhorias para a sua vida, como inúmeras mulheres no contexto real.

No entanto, apesar da obra ter fortes indícios do Realismo, também oscila entre o Naturalismo com fortes pinceladas do Romantismo. É um misto de encantos, embasados com fortes características dos três períodos que se encontram dentro de

suas particularidades, evidenciando a singularidade do autor em conseguir juntar esses três mecanismos dentro de uma obra literária, o que declara Lira Neto (1983, p.8) quando reforça que “Domingos Olímpio, em seu romance descreve todos os temperamentos, analisa toda a alma humana com uma sensibilidade incomparável.”

2.2 As personagens femininas

Na obra existe um grande destaque das figuras femininas, pois enquanto que as mulheres do Romantismo eram caracterizadas pelo sentimento e idealização, no Realismo, são descritas como mulheres desbravadoras, que buscam direitos iguais, expondo mais uma característica do realista que é o objetivismo.

Em *Luzia-Homem*, além de *Luzia* e *Terezinha*, personagens que mais se destacam na obra, o livro traz muitas personagens femininas marcadas pelas características do movimento, como o objetivismo e determinismo.

O autor mostra claramente à realidade fiel e objetiva das mulheres do século XIX, fazendo uma homenagem à mulher retirante cearense, destacam-se na narrativa: *Dona Zefa* - mãe de *Luzia*, uma senhora velha e enferma, descrita no livro como uma mulher boa e santa; *Rosa Veado*

– rezadeira, espécie de vidente; *Dona Matilde* - esposa do promotor, que compra os cabelos de Luzia por bondade ou simplesmente por desejar ter um cabelo tão bem cuidado; *Gabrina* - moça que, por paixão desmedida incriminou Alexandre, em complô com o Capriúna; *Quinotinha* - menina por quem Luzia nutria grande afeto e descobriu toda a trama de Gabrina com Capriúna; *Clara* (mãe de Teresinha) e *Maria da Graça* (irmã de Teresinha): ambas aparecem mais para o final do livro, trazendo todo o drama de Teresinha com o pai que nunca a perdoou por ter fugido de casa com um homem.

Além dessas figuras femininas, no romance de Domingos Olímpio destacam-se *Terezinha* e *Luzia*, ambas, mulheres guerreiras, apresentadas de modos distintos. Enquanto Luzia é descrita com traços de ambiguidade, entre atributos femininos e masculinos, Terezinha é uma mulher taxada dentro das conformidades da feminilidade.

Um trecho que reafirma essa ambiguidade entre o masculino e feminino existente em Luzia vem logo nos primeiros capítulos, quando uma curandeira observa: “– Aquilo nem parece mulher fêmea – observava uma velha alcoveta e curandeira de profissão. – Reparem que ela tem cabelos nos braços e um buço que parece bigode de homem...” (OLÍMPIO, 2003. p.13), ou seja,

o aspecto físico de Luzia já dava forte indícios desse paralelo que se faz presente na obra.

No romance de Domingos Olímpio, há uma nítida comparação da protagonista com a sua melhor amiga, Terezinha, pois apesar desta ser considerada pelos parâmetros femininos uma “mulher da vida”, também foi sinônimo de força e garra.

Sobre essas perspectivas se mostram dualidades, ao mesmo tempo, que Terezinha era uma mulher de alma livre e com o peito cheio de coragem, era também temente e submissa à conduta patriarcal de sua base familiar. Luzia, por sua vez, apesar das características masculinas predominantes no enredo do livro, era também uma extraordinária mulher, dona de um corpo formoso, e são nas palavras de Terezinha que os indícios dessa formosura se mostram, palavras que são proferidas quando Terezinha vislumbra Luzia tomando banho de rio em uma noite de luar e diz: “[...] porque vi com meus próprios olhos que é uma mulher como eu, e que murelhão [...]” (OLÍMPIO, 2003. p.25).

2.3 Retrato da personagem Luzia-Homem

A personagem Luzia é descrita na obra como sinônimo de força, o próprio título do romance já sugere essa ideia. Além

da força, existem marcas predominantes quando as características da obra são analisadas. Marcas deterministas, no que diz respeito às características femininas de Luzia, pois a forma como a personagem foi caracterizada na obra é determinada pelo meio que ela foi criada, como pode ser confirmado no trecho a seguir:

Desde menina fui acostumada a andar vestida de homem para poder ajudar meu pai no serviço. (...) Só deixei de usar camisa e ceroula e andar encourada, quando já era moça demais, ali por obra dos dezoito anos. Muita gente me tomava por homem de verdade” (OLÍMPIO, 1997, p.41).

Além das marcas deterministas Luzia ainda era vista como uma mulher que embora seja forte nos trabalhos braçais tem uma fragilidade que a cerca, sua vida não é fácil, ela carrega grandes marcas consigo, que demonstram seu lado tímido e temeroso.

sob os músculos poderosos de Luzia-Homem estava a mulher tímida e frágil, afogada no sofrimento que não transbordava em pranto, e só irradiava em chispas fulvas, nos grandes olhos de luminosa treva. (OLÍMPIO, 1997, p.23).

Assim como todas as mulheres tem como marca feminina a vaidade, Luzia também mostra essa característica como sua marca, pois apesar do trabalho duro e exposto a todo o tipo de condição a que ela é submetida diariamente, ainda apresentava cuidado consigo. Para provar que diante de todas as situações enfrentadas ela ainda

preservava a sua beleza, tinha certo cuidado com a sua imagem, como no trecho:

Trazia a cabeça sempre velada por um manto de algodãozinho, cujas orelas prendia aos alvos dentes, como se, por um requinte de casquilhice, cuidasse com meticoloso interesse de preservar o rosto dos raios do sol e da poeira corrosiva. (...) (OLÍMPIO, 1997, p.16).

A partir desse posicionamento, pode-se fazer um paralelo com a mulher nordestina, que mesmo com tantas dificuldades enfrentadas não permite que nada apague sua beleza, elemento que ainda a faz feliz, é o que lhe dá orgulho de ser o que é.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O presente resumo expandido foi produzido como nota parcial da disciplina de Literatura Brasileira II ofertada no curso de Letras da Faculdade do Vale do Jaguaribe (FVJ) quando na ocasião foi solicitado aos alunos a produção de um ensaio literário. Para alcançar tal objetivo, foi necessário realizar levantamentos bibliográficos, realizar a leitura da obra Luzia-Homem de Domingos Olímpio, bem como o estudo e análise da problemática estudada voltada para a figura do feminino na obra, além da contextualização e biografia do autor.

Coube ao primeiro momento da pesquisa o levantamento bibliográfico e, em seguida, a relação entre a obra e teoria

através do estudo da figura feminina presente na narrativa.

Em suma, a pesquisa bibliográfica foi adotada como suporte inicial, que se caracteriza por ser, segundo Gil (2002), um tipo de pesquisa desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho objetivou-se analisar a figura feminina presente na obra *Luzia-Homem* de Domingos Olímpios. A história mostrou em Luzia uma mulher que beira o real e o ficcional. Uma personagem com o instinto de mulher-coragem, mulher de fibra, e parafraseando o grande Luiz Gonzaga “Paraíba masculina mulher macho, sim senhor”.

Domingos mostra o lado masculinizado e independente da mulher, em que a ideia de que esta é somente para cuidar do lar, não representa Luiza, pelo contrário, a imagem assemelha-se a uma figura ativa, independente e dona de sua própria vida. A personagem é um ser dotado de profundas antíteses entre o feminino e masculino simbolizado em seu corpo, corpo esse, tecido de conflitos.

5 REFERÊNCIAS

GIL, Antônio Carlos. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002

LIRA, João Mendes (Padre). **Luzia-Homem** - Ontem e Hoje. Rio de Janeiro: Companhia Brasileira de artes Gráficas, 1983.

OLÍMPIO, Domingos. **Luzia-Homem**. Série Bom Livro. 14. ed. São Paulo: Ática, 1997.

_____. **Luzia-Homem**. São Paulo: Martin Claret, 2003.

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Ernesto Gurgel Valente

Antônio Gleison da Silva Moura

Antônio Marcos Nascimento Sousa

Jailton dos Santos Ferreira

José Alef dos Santos Teixeira Freire

Pedro Gerferson Lima da Silva

Raiane da Silva Santos

Silvaneide Oliveira de Lima

Thalia Albuquerque Moura¹

Sheldon Lourenço Barros²

Informações do autor

¹ thalia.albuquerque@outlook.com.br

² sheldon@fvj.com

RESUMO

O presente relatório tem o objetivo mostrar a importância do estágio na formação acadêmica e expor a vivência perante a observação realizada no estágio supervisionado II, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Ernesto Gurgel Valente que está localizada em Rua Francisco Xavier, 217, Centro. CEP: 62844-000. Beberibe – Ceará. O telefone da escola é (85) 3327-2055 e o email é escolaegv2013@gmail.com. A escola não apresenta uma boa infraestrutura, porém dispõe de alguns equipamentos pedagógicos importantes à prática educativa, como um ginásio coberto e uma sala de leitura. Compreendo que além das características estruturais, a escola na qual fiz o estágio possui características culturais e sociais específicas o que reflete nos procedimentos metodológicos e opções teóricas. No que concerne a formação do estagiário, compreendo que na busca para melhorar a formação acadêmica do futuro professor de Educação Física é importante que o mesmo realize um estágio de forma eficiente. O futuro profissional deve ter comprometimento e responsabilidade com suas atribuições de estagiário e demonstrar seriedade

nas atividades acadêmicas solicitadas. O estágio que realizei na escola acima citada me levou a reflexões relevantes no que diz respeito aos desafios que a educação possui pela frente. Ao fazer a avaliação diagnóstica, pude perceber que os problemas sociais podem interferir diretamente no desenvolvimento da criança e na aprendizagem da mesma, definindo muitas vezes o desempenho escolar.

Palavras-chave: Formação. Avaliação. Importância.

ABSTRACT

The purpose of this report is to show the importance of the internship in the academic formation and to expose the experience before the observation carried out in the supervised stage II at the Municipal School of Elementary Education Ernesto Gurgel Valente, located at Rua Francisco Xavier, 217, Centro. CEP: 62844-000. Beberibe - Ceará. The school phone number is (85) 3327-2055 and the email is escuelaegv2013@gmail.com. The school does not have a good infrastructure, but it has some important pedagogical equipment for educational practice, such as an indoor gymnasium and a reading room. I understand that in addition to the structural characteristics, the school in which I did the internship has specific cultural and social characteristics which reflects in the methodological procedures and theoretical options. As far as the training of the trainee is concerned, I understand that in the quest to improve the academic formation of the future professor of Physical Education, it is important that he / she performs an internship efficiently. The future professional must have commitment and responsibility with his trainee assignments and demonstrate seriousness in the academic activities requested. The internship I completed at the school mentioned above led me to relevant reflections regarding the challenges facing education. In doing the diagnostic evaluation, I could see that social problems can interfere directly in the child's development and learning, often defining school performance

Keywords: Training. Evaluation. Importance.

CURSO: EDUCAÇÃO FÍSICA

ÁREA: EDUCAÇÃO

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Alves Maia

Bartira Oliveira Lima¹**Valéria Costa Roque****Sheldon Lourenço Barros²****Informações do autor**¹ E-mail: bartiraoliveira35@gmail.com.² E-mail: sheldon@fvj.br.**RESUMO**

O Estágio Supervisionado Obrigatório II: no Ensino fundamental I, foi desenvolvido na Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Alves Maia, localizado na Rua Coronel Pio Gadelha, Nº4386, no bairro Centro, na Cidade de Tabuleiro do Norte-CE. Em 2016 houve uma reforma disponibilizando diversas melhorias na estrutura da escola, fornecendo acessibilidade para as crianças com deficiências. A escola possui 600 alunos matriculados, atendendo somente o Ensino Fundamental I (1º ano ao 5º ano), tendo em sua dimensão físico-estrutura 10 salas de aulas amplas e arejadas e também a sala da diretoria, da secretaria, dos professores e a cozinha. Durante o período de participação, foi possível observar os pontos fortes e fracos dos alunos das duas turmas. No período de regência, tornou-se possível, através da participação, trabalhar no desenvolvimento dos pontos fracos dos alunos, em busca de uma melhoria para os discentes. A Escola Municipal de Ensino Fundamental Antônio Alves Maia se compromete com os seus princípios éticos e morais para a formação de cidadãos, tendo como objetivo aplicar na prática o Projeto Político Pedagógico, para que os alunos que estão matriculados nessa escola reflitam, pesquisem e tenham acesso ao conhecimento, formando assim seres críticos, conscientes e atuantes na sociedade.

Palavras-chave: Ensino. Alunos. Desenvolvimento.

CURSO: Pedagogia

ÁREA: Educação

A EDUCAÇÃO INCLUSIVA NA PERSPECTIVA SOCIAL

RESUMO

Márcia Maristela silva Martins²- maristelamarcia740@gmail.com
Carla Dornelles da Silva³- carladornellesfvj@gmail.com

RESUMO

Este artigo tem por objetivo discutir e compreender o conceito de inclusão, pelo viés da inclusão social no âmbito educacional, abordando o processo de inclusão escolar de alunos com e sem deficiência no sistema público de ensino brasileiro. Para tanto, pauta-se nos movimentos internacionais e nacional para a conquista de direitos das pessoas com deficiência, principalmente, no tocante a igualdade a educação. Faz-se necessário, definir o que distingue o padrão de normalidade e anormalidade estabelecido pela sociedade, bem como, enfatizar a importância da formação de professores para educação especial e a adequação dos espaços físicos tendo como referência documentos como a LDBEN (1996) e a Constituição Federal (1988). Assim sendo, é de suma importância que toda a comunidade volte-se para que se cumpra o que está determinado no estatuto e, assim, possibilitar a transformação das pessoas, tornando-os críticos e cidadãos atuantes e, por conseguinte, construir uma sociedade justa e igualitária. Contudo, nota-se que, cada vez mais, é imprescindível implementar ações, projetos, buscar metodologias e repensar os espaços do ambiente escolar, com vistas a inclusão efetivamente, com vistas a inclusão social.

PALAVRAS-CHAVE: Inclusão. Formação de professores. Adequação dos espaços.

1 INTRODUÇÃO

No mundo todo, a educação inclusiva vem permitindo que estudantes com e sem deficiência percorram a trajetória escolar na mesma sala de aula, consolidando o princípio da igualdade de direitos. Assim sendo, a educação inclusiva propicia um movimento social que leva para a transformação de uma sociedade inclusiva, é um processo em que abrange a participação de todos da comunidade escolar. Essa prática vem sendo discutida a partir de diversas declarações internacionais, leis nacionais e políticas de educação, o que tem levado a um aumento do número de alunos com deficiência que frequentam as instituições educacionais, principalmente, as escolas de ensino regular.

Existem estudos que comprovam que ambientes educacionais inclusivos oferecem benefícios aos alunos com e sem deficiência, proporcionando que os mesmos desenvolvam suas habilidades e competências, bem como tenham a garantia frequentarem a na escola. Com isto, quando se tornarem adultos, os alunos com deficiência, incluídos durante a infância são

propensos cursar o ensino superior, a encontrar um emprego ou viver de forma independente. A inclusão de um estudante com deficiência exige que os professores e funcionários escolares desenvolvam capacidades para auxiliar nas necessidades individuais de todos os alunos, não apenas daqueles com deficiência, o que exige, também, que seja oferecido uma preparação para esses profissionais da educação.

A temática deste estudo está no âmbito do interesse dos educadores, familiares, instituições de atendimento a pessoa, sendo relevante no que diz respeito aos aspectos sociais, emocionais, relacionais, enfim, resultando em extrema atualidade e parte de fatos concretos do cotidiano. Justificando-se o interesse uma vez que a investigação bibliográfica emergiu da realidade escolar e de questionamentos surgidos na disciplina Educação Inclusiva e Necessidades Especiais, fundamentando a seguinte questão norteadora: como se configura a inclusão no cotidiano escolar e social?

Para tanto, esta reflexão suscita a formulação de objetivos que fundamentam este trabalho: promover diálogo sobre a relevância da teoria para a prática diária do fazer educação inclusiva; desvelar aspectos fundamentais do conhecimento e questionamentos acerca da área, com o intuito de identificar ações e práticas pedagógicas implementadas em espaços escolares e não escolares e; destacar a importância da pesquisa bibliográfica que embasa a prática docente. Portanto, propõem-se aos envolvidos por uma Educação Inclusiva democrática, justa, igualitária e de qualidade, bem como, para os que buscam uma sociedade que respeita as pessoas com diferenças.

Assim, a escola que debate e busca a convivência com o diferente tende a reconhecer que a deficiência, histórica e culturalmente, é segregada em todos os contextos nos quais o educando está inserido, ou seja, nos ambientes sociais, escolares, esportivos, familiares, entre outros. Enfim, enfrenta a diversidade em seu aspecto extremo deve-se lidar com as resistências e dirimi-las para que ocorra a efetiva inclusão em sala de aula, cabe, neste momento abordar alguns conceitos que, a serem compreendidos, facilitam este processo.

2 ENTENDENDO INCLUSÃO: DEFINIÇÕES IMPORTANTES

2.1 OQUE É INCLUSÃO?

Inclusão escolar consiste na ideia de todas as pessoas terem acesso, de modo igualitário, ao sistema de ensino, sem nenhum tipo de discriminação, seja de gênero, etnia, religião, classe social, condições físicas ou psicológicas. Atualmente, o principal foco da inclusão escolar são as crianças e jovens portadores de necessidades educacionais especiais (NEE), que apresentam

algum tipo de deficiência física ou psicológica. A inclusão escolar prevê a integração de alunos com necessidades educacionais especiais em instituições de ensino, centro de educação infantil, escolas de ensino fundamental médio ou superior, compartilhando as mesmas experiências e aprendizados com os estudantes que não apresentam deficiência.

Neste caso, as escolas precisam estar preparadas para dar o suporte necessário para esses alunos, seja na infraestrutura da instituição (rampas, sinais, elevadores, leitura em braile) e, principalmente, na capacitação dos profissionais de ensino para este tipo de acompanhamento. É função do educador estar preparado para educar os alunos de forma igualitária e respeitando a diversidade de cada um. Pautado no art. 59, § III da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LEI Nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996) que assegura aos educandos com necessidades especiais “professores com especialização adequada em nível médio ou superior, para atendimento especializado, bem como professores do ensino regular capacitados para a integração desses educandos nas classes comuns”.

Destarte, negar o ensino para crianças e jovens por qualquer que seja o motivo é considerado um crime, assim como também separar os alunos em grupos que diferenciem o aluno com deficiência dos demais estudantes é ilegal. A inclusão escolar como o próprio nome sugere visa à integração de todos, sem distinções e separações. Haja vistas que, no artigo 208 da Constituição Federal de 1988 diz que é dever do Estado garantir “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) também assegura esse direito de todos os jovens.

Em todo o mundo, os alunos com deficiência são, cada vez mais, escolarizados, não obstante a isso, os alunos que não possuem deficiência também são beneficiados pelas práticas inclusivas. O crescimento das práticas educacionais inclusivas deriva de um maior reconhecimento de que alunos com deficiência desenvolvem quando eles recebem. Esta ação proporcionou que fossem criadas iniciativas em todo o mundo para apoiar a inclusão de alunos com deficiência em escolas, principalmente nas salas de aula.

2.2 MOVIMENTOS INTERNACIONAIS E NACIONAL PARA A INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Em 1994, a Conferência Mundial sobre Educação para Necessidades Especiais da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization, UNESCO) emitiu um relatório de consenso sobre a educação de alunos com deficiência. A Declaração de Salamanca, assinada por representantes de 92 países e 25 organizações, afirma que “as pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso a escolas regulares” e que as escolas inclusivas “são os

meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias, criando comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos”. A Declaração de Salamanca fez parte de um movimento global para a educação inclusiva e oferece diretrizes para ações nos níveis nacional, regional e internacional. A Declaração pedia que governos promovessem, planejassem, financiassem e monitorassem programas de educação inclusiva dentro de seu sistema de ensino (UNESCO, 2009).

Desde a Declaração de Salamanca (1994), os países continuaram a promover a inclusão de pessoas com deficiência na sociedade. Redigida em 2006, a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Convention on the Rights of People with Disabilities, CRPD) estabelece que os 161 Estados signatários garantam que “as pessoas com deficiência possam ter acesso a um ensino fundamental e médio inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com os outros e na comunidade em que vivem”. O artigo 24 da Convenção exige que os Estados assegurem um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino para as pessoas com deficiência. O artigo 24 também estipula que devem ser fornecidas acomodações razoáveis e apoio individualizado, e que as pessoas com deficiência devem ter acesso ao ensino superior, à formação profissional e à educação de adultos em condições de igualdade com alunos sem deficiência. Muitos países têm desenvolvido políticas nacionais para promover a inclusão. Na Tailândia, legislações como o Plano de Educação Especial Nacional de 1995 e a Lei Nacional de Educação de 1999 protegem os direitos dos alunos com deficiência e garantem o acesso a 12 anos de educação básica gratuita. Como resultado dessa legislação e das campanhas de mídia em todo o país, a maioria dos estudantes tailandeses com deficiência agora frequenta escolas com modelo de integração (UNICEF, 2003).

Em 2003, a educação inclusiva se tornou parte das leis educacionais do Brasil. Até então, a maioria de crianças e jovens com deficiência frequentava escolas especiais ou escolas sem propostas de integração baseadas no modelo tradicional. O desenvolvimento de um novo paradigma para a educação inclusiva brasileira foi formalizado em 2008 por meio da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva, está pratica abrange orientações pedagógicas, formação de professores, disseminação de tecnologias de apoio e investimentos em acessibilidade, permitindo e fornecendo incentivos para que as escolas públicas efetivamente atendam os estudantes com deficiência. Como resultado disso, as matrículas de estudantes com deficiência em escolas regulares cresceu de 23%, em 2003, para 81%, em 2015 (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2014).

Movimentos sociais de pessoas com deficiência, familiares e pessoas que trabalham na área de direitos humanos têm colaborado pra que as pessoas com deficiência possam ser integradas tanto dentro das escolas como fora dela, consequência disso são as mudanças nas estruturas curriculares, nas práticas de ensino e aprendizagem, e na administração tanto das escolas públicas quanto das escolas privadas, que já adotam uma educação mais inclusiva.

Em 2015, o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146) conciliou a legislação brasileira com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, ratificada no Brasil pelo Decreto Legislativo 186/2008 e pelo Decreto Executivo 6949/2009.9. No entanto mesmo diante das conquistas para as pessoas com deficiência ainda existem muitos desafios, principalmente por que o Brasil tem uma longa história de exclusão educacional, seja pela deficiência, raça, etnia, gênero, orientação sexual ou condição socioeconômica.

O tamanho desses desafios pode ser claramente ilustrado pela diferença entre a quantidade das pessoas que tem deficiência e estão matriculados na escola, aproximadamente 10% da população tem algum tipo de deficiência, mas apenas 3% dos estudantes matriculados no primeiro ciclo do ensino fundamental no Brasil têm uma deficiência. A proporção cai para 2% no segundo ciclo desse nível educacional, e para menos de 1% no ensino médio (Instituto Unibanco, 2016). De acordo com os dados do Unibanco, ainda, existe um número significativo de crianças com deficiência que não está sendo matriculadas no ensino formal, e que muitos

estudantes com deficiência que estão matriculados no ensino fundamental não permanecem até o fim do ensino médio.

2.3 BENEFÍCIOS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA ESTUDANTES SEM DEFICIÊNCIA

A educação inclusiva, também, pode favorecer os estudantes que não possuem deficiência academicamente e socialmente, nas áreas como melhor desempenho em linguagem e matemática, taxa mais elevadas do número de conclusão do ensino médio e relações mais positivas com alunos com deficiência. No entanto, muitos pais e professores ainda têm receio de que a inclusão de alunos com deficiência possa prejudicar seus colegas em sala de aula. “Muitas vezes, eles pensam que as modificações ou as acomodações que os estudantes com deficiência necessitam para as salas de aula inclusivas atrapalham a aprendizagem dos alunos sem deficiência (Peltier, 1997)”.

Em 2007, pesquisadores da Universidade de Manchester, na Inglaterra, fizeram uma análise sistemática de um conjunto de estudos que focavam no que acontece com alunos sem deficiência em salas de aula inclusivas. Baseados na pesquisa de 26 estudos conduzidos nos Estados Unidos, na Austrália, no Canadá e na Irlanda, os autores descobriram que grande parte (81%) dos alunos sem deficiência que estavam na mesma sala de aula de estudantes com deficiência não sofreu prejuízo (58% dos estudos) ou até obtiveram efeitos positivos (23% dos estudos) sobre o seu desenvolvimento acadêmico (Kalambouka, Farrell, Dyson & Kaplan, 2007).

Outro estudo focado na inclusão de alunos com síndrome de Down ou outras deficiências intelectuais chegaram a resultados semelhantes. Em um estudo publicado em 2013, pesquisadores compararam estatisticamente mais de 400 alunos sem deficiência no ensino fundamental em 50 salas de aula na Suíça. Vinte salas de aula incluíam um aluno com uma deficiência intelectual e 30 não tinham nenhum aluno com deficiência intelectual. Os pesquisadores observaram esses alunos durante um ano e descobriram que ter um colega com deficiência intelectual na classe não atrapalha os outros alunos (Dessemontet & Bless, 2013).

Dessa forma, a presença de alunos com deficiência em salas de aula não tira a atenção dos demais alunos e professores, nem os impede de incentivar o crescimento acadêmico e principalmente social de todos os alunos. Ainda assim, embora que a maioria das pesquisas retratadas neste artigo mostre que a inclusão produz efeitos positivos sobre o desempenho acadêmico dos alunos sem deficiência, ainda existem casos em que a inclusão de vários alunos diagnosticados com deficiências emocionais graves dentro de uma mesma sala de aula pode apresentar desafios únicos para os professores, no entanto se esses alunos forem distribuídos proporcionalmente em todas as salas de aula não causará muito impacto.

3 PADRÃO DE NORMALIDADE: UM PARADIGMA DA SOCIEDADE MODERNA

De acordo com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência Organização das Nações Unidas(ONU) (2006), “as pessoas com deficiência são aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial percebida ao nascimento ou adquirida ao longo da vida, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”. Embora existam algumas doenças que ainda não estejam enquadradas como deficiência, elas podem produzir direta ou indiretamente graus de limitações ao longo da vida, como por exemplo

distúrbios de fala, da linguagem ou comportamentais e os transtornos orgânicos o que exige do professor uma formação continua para trabalhar com as pessoas com deficiência.

O mundo moderno estabeleceu uma nova forma de compreender o mundo, criando um padrão de normalidade e superioridade em relação às pessoas que possuem alguma deficiência, neste contexto, se formulou e impôs um discurso de incapacidade produtiva e de inferioridade existencial do sujeito deficiente o que gera problemas de preconceito e exclusão tanto na escola como fora dela, uma vez estabelecidos critérios de pertencimento e não pertencimento a esse padrão a sociedade passa a posicionar-se conforme os padrões por ela impostos.

Ao fazer isso, chama-se de anormal aquela diferença que, em relação à maioria, se convencionou ser anormal. Tal diferença passa a ser considerado um desvio diante da sociedade, justamente porque DESVIA, ou seja, tira todos do rumo. Essas questões nos ajudam a compreender a inclusão e\ou exclusão. Assim sendo, torna-se imprescindível dialogar com os construtos teóricos específicos que estejam em consonância para o entendimento deste fenômeno psicológico e as ações práticas, enfatizando a importância da subjetividade e suas múltiplas interfaces, observando seus efeitos no jogo das relações afetivas. Enfatizando que, para a inclusão efetiva, deve-se considerar a acessibilidade nos diversos espaços.

4 ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS: ACESSIBILIDADE

A Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) é o Fórum Nacional de Normalização. As Normas Brasileiras, cujo conteúdo é de responsabilidade dos Comitês Brasileiros (ABNT/CB), dos Organismos de Normalização Setorial (ABNT/ONS) e das Comissões de Estudo Especiais Temporárias (ABNT/CEET), são elaboradas por Comissões de Estudo (CE), formadas por representantes dos setores envolvidos, delas fazendo parte: produtores, consumidores e neutros (universidades, laboratórios e outros). A ABNT NBR 9050 foi elaborada no Comitê Brasileiro de Acessibilidade (ABNT/CB-40), pela Comissão de Edificações e Meio (CE-40h00min. 01). O Projeto circulou em Consulta Pública conforme Edital nº 09 de 30.09.2003, com o número Projeto NBR 9050. Esta Norma substitui a ABNT NBR 9050:1994.

Apresenta-se, por conseguinte, algumas definições importantes que constituem as normas sobre acessibilidade. Desta forma, define-se **acessibilidade** como: possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para a utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos. Assim, entende-se por **acessível**: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa, inclusive aquelas com

mobilidade reduzida. O termo acessível implica tanto acessibilidade física como de comunicação. Portanto, **adaptável** diz respeito ao espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível. Por **adaptado**: espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características originais foram alteradas posteriormente para serem acessíveis. **Adequado**: Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis. **Altura**: Distância vertical entre dois pontos. **Área de aproximação**: Espaço sem obstáculos para que a pessoa que utiliza cadeira de rodas possa manobrar deslocar-se, aproximar-se e utilizar o mobiliário ou o elemento com autonomia e segurança. **Área de resgate**: Área com acesso direto para uma saída, destinada a manter em segurança pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, enquanto aguardam socorro em situação de sinistro. **Área de transferência**: Espaço necessário para que uma pessoa utilizando cadeira de rodas possa se posicionar próximo ao mobiliário para o qual necessita transferir-se. **Barreira arquitetônica, urbanística ou ambiental**: Qualquer elemento natural, instalado ou edificado que impeça a aproximação, transferência ou circulação no espaço, mobiliário ou equipamento urbano. **Calçada**: Parte da via, normalmente segregada e em nível diferente, não destinada à circulação de veículos, reservada ao trânsito de pedestres e, quando possível, à implantação de mobiliário, sinalização, vegetação e outros fins - Código de Trânsito Brasileiro. **Calçada rebaixada**: Rampa construída ou implantada na calçada ou passeio, destinada a promover a concordância de nível entre estes e o leito carroçável. **Circulação externa**: Espaço coberto ou descoberto, situado fora dos limites de uma edificação, destinado à circulação de pedestres. As áreas de circulação externa incluem, mas não necessariamente se limitam a, áreas públicas, como passeio, calçadas, via de pedestres, faixas de travessia de pedestres, passarelas, caminhos, passagens, calçadas verdes e pisos que escorregão entre outros, bem como espaços de circulação externa em edificações e conjuntos industriais, comerciais ou residenciais e centros comerciais. **Deficiência**: Redução, limitação ou inexistência das condições de percepção das características do ambiente ou de mobilidade e de utilização de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos, em caráter temporário ou permanente. **Desenho universal**: Aquele que visa atender à maior gama de variações possíveis das características antropométricas e sensoriais da população. **Elemento**: Qualquer dispositivo de comando, acionamento, comutação ou comunicação. São exemplos de elementos: telefones, intercomunicadores, interruptores, torneiras, registros, válvulas, botoeiras, painéis de comando, entre outros. **Equipamento urbano**: Todos os bens públicos e privados, de utilidade pública,

destinados à prestação de serviços necessários ao funcionamento da cidade, implantados mediante autorização do poder público, em espaços públicos e privados. **Espaço acessível:** Espaço que pode ser percebido e utilizado em sua totalidade por todas as pessoas, inclusive aquelas com mobilidade reduzida. **Faixa elevada:** Elevação do nível do leito carroçável composto de área plana elevada, sinalizada com faixa de travessia de pedestres e rampa de transposição para veículos, destinada a promover a concordância entre os níveis das calçadas em ambos os lados da via. **Faixa livre:** Área do passeio, calçada, via ou rota destinada exclusivamente à circulação de pedestres. **Faixa de travessia de pedestres:** Sinalização transversal às pistas de rolamento de veículos, destinada a ordenar e indicar os deslocamentos dos pedestres para a travessia da via - Código de Trânsito Brasileiro. **Fatores de impedância:** Elementos ou condições que possam interferir no fluxo de pedestres. São exemplos de fatores de impedância: mobiliário urbano, entradas de edificações junto ao alinhamento, vitrines junto ao alinhamento, vegetação, postes de sinalização, entre outros. **Foco de pedestres:** Indicação luminosa de permissão ou impedimento de locomoção na faixa apropriada - Código de Trânsito Brasileiro. **Guia de balizamento:** Elemento edificado ou instalado junto aos limites laterais das superfícies de piso, destinado a definir claramente os limites da área de circulação de pedestres, perceptível por pessoas com deficiência visual. **Impraticabilidade:** Condição ou conjunto de condições físicas ou legais que possam impedir a adaptação de edificações, mobiliário, equipamentos ou elementos à acessibilidade. **Linha-guia:** Qualquer elemento natural ou edificado que possa ser utilizado como guia de balizamento para pessoas com deficiência visual que utilizem bengala de rastreamento. **Local de reunião:** Espaço interno ou externo que acomoda grupo de pessoas reunidas para atividade de lazer, cultural, política, social, educacional, religiosa ou para consumo de alimentos e bebidas. **Mobiliário urbano:** Todos os objetos, elementos e pequenas construções integrantes da paisagem urbana, de natureza utilitária ou não, implantada mediante autorização do poder público em espaços públicos e privados. **Orla de proteção:** Elemento edificado ou instalado, destinado a constituir barreira no piso para proteção de árvores, áreas ajardinadas, espelhos d'água e espaços similares. **Passarela:** Obra de arte destinada à transposição de vias, em desnível aéreo, e ao uso de pedestres - Código de Trânsito Brasileiro. **Passeio:** Parte da calçada ou da pista de rolamento, neste último caso separado por pintura ou elemento físico, livre de interferências, destinado à circulação exclusiva de pedestres e, excepcionalmente, de ciclistas - Código de Trânsito Brasileiro. **Pessoa com mobilidade reduzida:** Aquela que, temporária ou permanentemente, tem limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio e de utilizá-lo. Entende-se por pessoa com mobilidade

reduzida, a pessoa com deficiência, idosa, obesa, gestante entre outros. **Piso cromo-diferenciado:** Piso caracterizado pela utilização de cor contrastante em relação às áreas adjacente e destinado a constituir guia de balizamento ou complemento de informação visual ou tátil, perceptível por pessoas com deficiência visual. **Piso tátil:** Piso caracterizado pela diferenciação de textura em relação ao piso adjacente, destinado a constituir alerta ou linha guia, perceptível por pessoas com deficiência visual. **Rampa:** Inclinação da superfície de piso, longitudinal ao sentido de caminhamiento. Consideram-se rampas aquelas com declividade igual ou superior a 5%. Reforma: Intervenção física em edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento que implique a modificação de suas características estruturais e funcionais. **Rota acessível:** Trajeto contínuo, desobstruído e sinalizado, que conecta os ambientes externos ou internos de espaços e edificações, e que possa ser utilizado de forma autônoma e seguro por todas as pessoas, inclusive aquelas com deficiência. A rota acessível externa pode incorporar estacionamentos, calçadas rebaixadas, faixas de travessia de pedestres, rampas, etc. A rota acessível interna pode incorporar corredores, pisos, rampas, escadas, elevadores etc. **Rota de fuga:** Trajeto contínuo, devidamente protegido proporcionado por portas, corredores, antecâmaras, passagens externas, balcões, vestíbulos, escadas, rampas ou outros dispositivos de saída ou combinações destes, a ser percorrido pelo usuário, em caso de um incêndio de qualquer ponto da edificação até atingir a via pública ou espaço externo, protegido do incêndio. **Superfície de trabalho:** Área para melhor manipulação, empunhadura e controle de objetos. **Tecnologia assistia:** Conjunto de técnicas, aparelhos, instrumentos, produtos e procedimentos que visam auxiliar a mobilidade, percepção e utilização do meio ambiente e dos elementos por pessoas com deficiência. Uso comum: Espaços, salas ou elementos externos ou internos que são disponibilizados para o uso de um grupo específico de pessoas (por exemplo, salas em edifício de escritórios, ocupadas geralmente por funcionários, colaboradores e eventuais visitantes). **Uso público:** Espaços, salas ou elementos externos ou internos que são disponibilizados para o público em geral. O uso público pode ocorrer em edificações ou equipamentos de propriedade pública ou privada. **Uso restrito:** Espaços, salas ou elementos internos ou externos que são disponibilizados estritamente para pessoas autorizadas (exemplos: casas de máquinas, barretes, passagem de uso técnico e espaços similares). **Visitável:** Parte de unidade residencial, ou de unidade para prestação de serviços, entretenimento, comércio ou espaço cultural de uso público que contenha pelo menos um local de convívio social acessível e um sanitário unissex acessível (ABNT, 2016).

Destarte, é de suma importância que estes conceitos e normas sejam conhecidos pelas instituições e educadores, pois esta devem subsidiar o fazer pedagógico e a efetiva implementação dos processos inclusivos. Estabelecer um diálogo com o intuito de facilitar a mediação e incorporar os sentimentos subjacentes da relação professor e aluno despertado pelo convívio com as pessoas com deficiência serão dirimidos através da formação continuada, não somente do educador, mas de toda a comunidade escolar.

5 A FORMAÇÃO DOS PROFESSORES PARA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A educação inclusiva, concebida como paradigma educacional pautado nos direitos humanos, visa garantir o direito à educação de qualidade para todas as pessoas, reconhecendo e valorizando a diversidade humana (BRASIL, 2007). Para que tal perspectiva se efetive é necessário que desde os primeiros momentos de sua formação o professor compreenda o papel que irá desempenhar, principalmente dentro de sala de aula.

[...] hoje, um dos grandes desafios dos cursos que formam professores é a elaboração de um currículo que venha desenvolver-nos acadêmicas competências, habilidades e conhecimentos para que possam atuar em uma escola realmente inclusiva, acessível a todos, independente das diferenças que apresentarem dando-lhes as mesmas possibilidades de realização humana e social. (FREITAS 2006, p. 176).

Ao partir deste desafio elencado, os cursos que formam professores precisam abranger um currículo que desenvolva atividades inclusivas, para que esses venham atuar em escolas inclusivas e acessíveis. As políticas públicas educacionais induzem as redes de ensino brasileiras a se adaptarem ao que determina a lei, como pode-se observar nos indicadores apresentados em documentos oficiais,

[...] Em 1998, 3,2% dos profissionais que trabalham com crianças especiais possuíam ensino fundamental; 51% possuíam ensino médio e 45,7% ensino superior. Em 2006, dos 54.625 professores que atuam na educação especial, 0,62% registraram somente ensino fundamental, 24% registraram ensino médio e 75,2% ensino superior. Nesse mesmo ano, 77,8% destes professores declararam ter curso específico nessa área de conhecimento. (BRASIL, 2008, p. 13-14)

Muito se tem feito para que essas crianças possam ter acesso à escola, dentre essas ações a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) destinada para as crianças com necessidades especiais é considerada um avanço para as instituições de ensino que, muitas vezes, não possuem nem estrutura física para receber essas crianças. A sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE) é geralmente coordenada por uma professora psicopedagoga que possa identificar as necessidades específicas do aluno com deficiência e anseia os resultados, identifica as habilidades do aluno, realiza levantamento de materiais e equipamentos que possam

auxiliar no desenvolvimento psicomotor e cognitivo da criança, elabora plano de ensino, visando serviços e recursos de acessibilidade ao conhecimento e ambiente escolar.

No entanto, como parte do processo ensino e aprendizagem o preparo de professores e o uso dessa formação para a prática pedagógica merecem uma reflexão profunda, especialmente, no que diz respeito à prática na educação especial, pois, muitas vezes, os professores ou cuidadores não estão preparados para trabalhar com a criança especial, de forma que possa desenvolver atividades que visem um resultado satisfatório, suprindo além das necessidades da criança.

Pode-se considerar relevante pesquisar sobre a prática pedagógica dos professores que atuam na educação especial e a relação dessa formação com os currículos previstos na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996). A pesquisa analisa os conhecimentos adquiridos pelos professores na universidade e a prática na escola, a partir da graduação do curso de pedagogia. O saber dos professores é profundamente social e é, ao mesmo tempo, o saber dos atores individuais que o possuem e o incorporam à sua prática profissional para a ela adaptá-lo e para transformá-lo (TARDIF, 2007, p.15). A formação de professores para trabalhar com crianças com necessidades especiais é uma ação social, visto que engloba algo que vai além da escola- pais, familiares, atendimento médico psicológico, fisioterapeuta e psiquiátrico.

Levando em consideração que vive-se em um momento histórico de reflexão sobre a formação dos profissionais que atuam no campo educacional é cabível tomar como centro a formação de professores para a educação especial. São inúmeros os discursos que constituem a escola e seu currículo, definindo a forma como os professores devem ensinar e promover o respeito, porém a formação para educação especial é muitas vezes deixada de lado.

O meio educacional deve abranger todos os níveis de deficiência, desde a criança que só tem uma dificuldade de aprendizado ou de inclusão ao aluno com aspecto autista, o meio deve ter desde o tratamento e acompanhamento, como no espaço físico. Além disso, a escola não deve excluir os alunos de estar em ambiente esportivo por não ter a estrutura necessária, ela deve estudar e modificar o que for necessário para que esse aluno tenha um bom desempenho escolar.

A escola é um ambiente bem favorável onde se pode colocar em prática a inclusão social. Sendo assim todos os níveis de educação devem adotar postura inclusiva tanto no espaço físico como em sala de aula, já que na formação de profissionais dessa área é obrigatório o ensino de LIBRAS, isso faz com que os profissionais se tornem preparados para lidar com as diversas situações. É bom ressaltar também que as escolas de origem privadas, muitas vezes eles contratam auxiliares para ajudar esses estudantes.

A escola é um dos meios que mais se tem a socialização, devido à diversidade e as relações que se tem. A mesma deve ser um ambiente justo e que pratique a acessibilidade. Torna-se claro, portanto, que o ambiente escolar é de total importância para a socialização e a inclusão desses alunos. Também deve ser dito que o governo deve disponibilizar e investir recursos para a criação ou prática de projetos educativos, além de procurar melhorar a acessibilidade em sua região, fazendo assim com que toda a comunidade se envolva com esses projetos.

(Mrech, 2004, p.14) O princípio fundamental da educação inclusiva é a valorização da diversidade e da comunidade humana. Quando a educação inclusiva é totalmente abraçada, nós abandonamos a ideia de que as crianças devem se tornar normais para contribuir para o mundo.

Os professores precisam buscar a capacitação contínua, por meio de novas especializações nessas áreas que são voltadas para esse assunto. Outras medidas são não só a capacitação de professores como de todos os profissionais que cumpram trabalhos na escola, desde gestor como o auxiliar de limpeza, sendo assim todos tem um papel muito importante na inclusão social, criando assim uma consciência inclusiva.

6 CONCLUSÃO

Constatou-se, que há uma série de elementos que leva-se a praticar a leis de inclusão social, porém deve-se compreender que existem alguns aspectos que merecem ser ressaltados como: algumas escolas ainda não apresentam a acessibilidade de acordo com o que manda a ABNT, alguns profissionais não tem a formação adequada para abordar esses alunos, a estrutura física, muitas vezes, não tem a manutenção, fica no descaso.

Dessa forma, é de fundamental importância que os futuros profissionais, tenham o conhecimento sobre acessibilidades para pessoas com deficiência, principalmente os que vão para instituições de ensino, tanto o ambiente como os profissionais precisam estar preparado para receber essas pessoas. Todavia, foi evidenciado que há uma prática desses documentos. Entretanto alguns ambientes oferecem pouca acessibilidade, por diversos fatores que o espaço limitado desse trabalho não nos permite relatar. Contudo sugerimos uma pesquisa destinada a este fim.

É de suma importância relatar sobre os espaços adequados para as pessoas portadoras de alguma deficiência, essa adequação deve ser de acordo com a ABNT, neste documento estar todas as técnicas que nos leva a refletir sobre esses espaços, as pessoas na qual são portadoras de deficiência tem o direito de ter um espaço seja escolar ou outro adaptado de maneira que facilite

fazer determinada ação, muitas vezes vemos que não se cumpri totalmente o que relata a ABNT, isso faz com que esses lugares venham a não ser acessível.

Agradecimentos: Quero agradecer e primeiro lugar a Deus que foi a base para que esse trabalho fosse escrito, a minha mãe Maria do Livramento e a professora orientadora Carla Dornelles pela paciência e amor.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Brasília, D.O.U., a CXXXIV, nº 248, 23.12.96, p. 27833-27841.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988. 292.

CORDE. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília: CORDE, 1994.

Lei-13146-15-*estatuto-da-pessoa-com-deficiencia*> Acesso em: 10 de. Abril de 2018.

Peltier, G. (1997). The effect of inclusion on non-disabled children: A review of the research. *Contemporary Education*, 68(4), 234.

Desseimontet, R. S., & Bless, G. (2013). The impact of including children with intellectual disability in general education classrooms on the academic achievement of their low-, average-, and high-achieving peers. *Journal of Intellectual and Developmental Disability*, 38(1), 23–30. <http://doi.org/10.3109/13668250.2012.757589>

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança. 1989. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php>. Acesso em 10/04/2018.

FREITAS, Soraia Napoleão. A formação de professores na educação inclusiva: construindo a base de todo o processo. In: RODRIGUES, David (org.). *Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva*. São Paulo: Summus, 2006, p. 161-181.

TARDIF, Maurice. *Saberes Docentes e Formação Profissional*. 8a edição Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

CITAÇÕES acadêmicas. Disponível em < <http://citacoesacademicas.blogspot.com.br/2014/11/citacoes-inclusao-na-escola.html> >. Acesso em 18 de abril de 2018.

BIBLIOTECA virtual. Disponível em < <http://www.sdh.gov.br/assuntos/bibliotecavirtual/pessoa-com-deficiencia/publicacoes-2015/pdfs/norma-brasileira-abnt-nbr-9050-1> >. Acesso em 18 de abril de 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, DF.

MRECH, L. M. (2004). *Educação inclusiva: realidade ou utopia?* (on line). Disponível na Internet via WWW URL: http://www.educacaoonline.pro.br/art_ei_realidade_ou_utopia.asp. capturado em 09/03/2004.